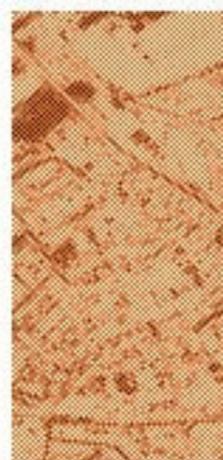
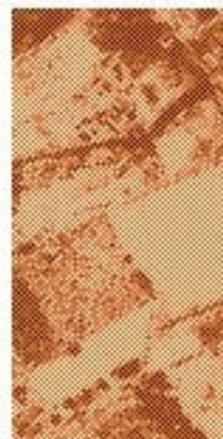
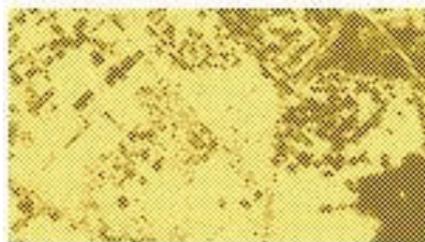


MUNICÍPIO DE ÉVORA



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

RELATÓRIO

DEZEMBRO 2007

VOLUME I - DIAGNÓSTICO

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
2. ENQUADRAMENTO REGIONAL.....	11
2.1. LOCALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO DE ÉVORA NO SISTEMA URBANO NACIONAL.....	12
2.2. ESTRUTURA SÓCIO-DEMOGRÁFICA.....	19
2.3. BASE ECONÓMICA REGIONAL	22
2.3.1. PRODUTO, VAB E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	23
2.3.2. CARACTERÍSTICAS DO EMPREGO E DA ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	28
3. DIAGNÓSTICO	45
3.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.....	46
3.1.1. QUESTÕES EXTERIORES AO PLANO	47
3.1.2. EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO CONCELHIO	48
3.1.3. NORMATIVA URBANÍSTICA	50
3.1.4. DINÂMICA DE USO DO SOLO	51
3.1.5. EXPANSÃO HABITACIONAL.....	55
3.1.6. AGLOMERADOS URBANOS SEDES DE FREGUESIA RURAL	58
3.1.7. “QUINTINHAS”	71
3.2. SISTEMA AMBIENTAL	75
3.2.1. ANÁLISE BIOFÍSICA.....	75
3.2.2. PATRIMÓNIO NATURAL.....	79
3.3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS	83
3.3.1. DINÂMICA ECONÓMICA.....	84
3.3.2. AGRICULTURA.....	88
3.3.3. INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E CONSTRUÇÃO CIVIL	90
3.3.4. COMÉRCIO E SERVIÇOS	94
3.3.5. TURISMO	98
3.4. DEMOGRAFIA E ALOJAMENTO.....	118
3.4.1. POPULAÇÃO RESIDENTE E FAMÍLIAS.....	118
3.4.2. ALOJAMENTO.....	165
3.5. INFRA-ESTRUTURAS	169
3.5.1. ACESSIBILIDADES	169
3.5.2. REDE DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	182
3.5.3. INFRAESTRUTURAS ELÉCTRICAS	195
3.5.4. INSTALAÇÕES DE GÁS.....	200
3.5.5. REDE DE TELECOMUNICAÇÕES	205
3.6. EQUIPAMENTOS.....	210
3.6.1. EQUIPAMENTOS DE ENSINO.....	210
3.6.2. EQUIPAMENTOS DE DESPORTO.....	213
3.6.3. EQUIPAMENTOS DE CONVÍVIO E CULTURA.....	214
3.6.4. EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	215
3.6.5. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	217

3.6.6.	OUTROS EQUIPAMENTOS	218
3.6.7.	SÍNTESE DA CARACTERIZAÇÃO/COMPATIBILIZAÇÃO DOS PLANOS	220

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	ÉVORA E O SEU CONCELHO NO CONTEXTO DOS GRANDES ESPAÇOS EUROPEUS	13
FIGURA 2:	SISTEMA URBANO, DINÂMICAS, CIDADES E TERRITÓRIOS DE PROXIMIDADE	14
FIGURA 3:	ESPAÇOS DE AFIRMAÇÃO DA BASE ECONÓMICA DO ALENTEJO	16
FIGURA 4:	DESLOCAÇÕES POPULACIONAIS PENDULARES DA REGIÃO ALENTEJO PARA O CONCELHO	18
FIGURA 5:	NOMENCLATURAS TERRITORIAIS EM PORTUGAL	19
FIGURA 6:	PERFIS DE COMPETITIVIDADE POR CONCELHO E POR NÚMERO DE SOCIEDADES, 2001	39
FIGURA 7:	QUINTINHAS – SITUAÇÃO FACE À EDIFICAÇÃO	72
FIGURA 8:	MAPA DA DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS – 2001	129
FIGURA 9:	POPULAÇÃO DE OUTROS CONCELHOS DO ALENTEJO QUE TRABALHA NO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	144
FIGURA 10:	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO QUE TRABALHA NO CONCELHO DE ÉVORA – ORIGEM POR DISTRITO, 2001	147
FIGURA 11:	ENTRADA DE ESTUDANTES NO CONCELHO DE ÉVORA PROVENIENTES DO DISTRITO, 2001	148
FIGURA 12:	POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA QUE TRABALHA NOUTROS CONCELHOS DA REGIÃO DO ALENTEJO, 2001	150
FIGURA 13:	SAÍDA DE ESTUDANTES DO CONCELHO DE ÉVORA PARA OUTROS DISTRITOS, 2001	152
FIGURA 14:	SAÍDA DE ESTUDANTES DO CONCELHO DE ÉVORA PARA OUTROS CONCELHOS DO DISTRITO DE ÉVORA, 2001.	153
FIGURA 15:	PLANTA DA REDE GERAL DE ACESSIBILIDADES.....	171
FIGURA 16:	PLANTA DA REDE RODOVIÁRIA – NÍVEL MUNICIPAL.....	175
FIGURA 17:	PLANTA DA REDE RODOVIÁRIA – NÍVEL REGIONAL E NACIONAL	176
FIGURA 18:	PLANTA DA REDE RODOVIÁRIA – ITINERÁRIOS PROPOSTOS.....	178
FIGURA 19:	REDE FERROVIÁRIA.....	179
FIGURA 20:	REDE DE ALTA TENSÃO 150/60 KV	196
FIGURA 21:	REDE DE MÉDIA TENSÃO 30/15 KV	197
FIGURA 22:	FASEAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL.....	203
FIGURA 23:	LOCALIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS COLECTIVOS DE GÁS PROPANO	204
FIGURA 24:	DIAGRAMA DE LIGAÇÕES REGIONAIS E INTERURBANAS DO CONCELHO	207
FIGURA 25:	ANEL SDH – ÉVORA REGIONAL	208
FIGURA 26:	ANEL DA CIDADE.....	209

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS	20
QUADRO 2:	PUE/ PROPOSTA DE USO DO SOLO.....	53
QUADRO 3:	PUE – DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO DO SOLO (2000 / 2004)	53
QUADRO 4:	PUE - USO HABITACIONAL EM HA / DINÂMICA DE URBANIZAÇÃO DO SOLO (2000/2004)	53
QUADRO 5:	OFERTA DE SOLO PROGRAMADO DISPONÍVEL NO PUE EM 2000 (HA).....	56
QUADRO 6:	SIMULAÇÃO I - EVOLUÇÃO / 2004 - 2016 CONFORME ÁREAS PROGRAMADAS PREVISTAS NO PUE (HA)	56
QUADRO 7:	SIMULAÇÃO II - EVOLUÇÃO / 2004-2016 COM OFERTA DE ÁREA ADICIONAL DE 140 HA DE SOLO A PROGRAMAR (HA)	57
QUADRO 8:	POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE ÉVORA, EM 2001	59
QUADRO 9:	CARACTERIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE QUINTINHAS SEGUNDO A SUA DIMENSÃO.....	73
QUADRO 10:	PIB A PREÇOS DE MERCADO, POR NUTs III, 2000-2001	84
QUADRO 11:	TERRITÓRIO E POPULAÇÃO POR COMPARAÇÃO COM ÉVORA, 2002.....	85
QUADRO 12:	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR SECTOR, EM ÉVORA, SEGUNDO A DIMENSÃO (EM Nº DE TRABALHADORES), 2001	86
QUADRO 13:	DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR SECTOR, EM ÉVORA, SEGUNDO A DIMENSÃO DAS EMPRESAS (EM Nº DE TRABALHADORES), 2001	88
QUADRO 14:	LICENÇAS CONCEDIDAS PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÃO EM 1995 E 2004.....	91
QUADRO 15:	OBRAS CONCLUÍDAS EM 1995 E 2002.....	92
QUADRO 16:	DISTRITO DE ÉVORA - Nº DE CONCELHOS DO ALENTEJO ABRANGIDOS PELAS ÁREAS DE PRODUÇÃO DE PRODUTOS COM DENOMINAÇÃO DE ORIGEM.....	93
QUADRO 17:	NÚMERO DE EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2002	95
QUADRO 18:	INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E SEGURADORAS EM 2002.....	96
QUADRO 19:	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, SEGUNDO O ENSINO MINISTRADO, EM 2002/2003	97
QUADRO 20:	TENDÊNCIAS DA PROCURA E RECURSOS TURÍSTICOS DE ÉVORA	104
QUADRO 21:	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, QUARTOS E CAPACIDADE DE ALOJAMENTO EM ÉVORA, 2002.....	105
QUADRO 22:	TAXAS DE OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS EM ÉVORA, 2002	106
QUADRO 23:	TIPOLOGIA/CAPACIDADE DA OFERTA HOTELEIRA NO CONCELHO DE ÉVORA.....	106
QUADRO 24:	DORMIDAS E HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS EM ÉVORA, 1999	108
QUADRO 25:	DORMIDAS E HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS EM ÉVORA, 2002	109
QUADRO 26:	ORIGENS DA PROCURA TURÍSTICA - ÉVORA, 1999.....	110
QUADRO 27:	ORIGENS DA PROCURA TURÍSTICA - ÉVORA, 2002.....	110
QUADRO 28:	INDICADORES DE HOTELARIA – TEMPO MÉDIO DE ESTADA - ÉVORA, 1999	111
QUADRO 29:	INDICADORES DE HOTELARIA – TEMPO MÉDIO DE ESTADA - ÉVORA, 2002	111
QUADRO 30:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E FAMÍLIAS RESIDENTES	118
QUADRO 31:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA, 1960-2001	120
QUADRO 32:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA, POR FREGUESIA EM 1991 - 2001	123

QUADRO 33:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DA ÁREA RURAL.....	125
QUADRO 34:	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES, 1991-2001	126
QUADRO 35:	DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A DIMENSÃO DOS LUGARES, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001	127
QUADRO 36:	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E FAMÍLIAS RESIDENTES, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS NÍVEL I, EM 2001	128
QUADRO 37:	DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS NO CONCELHO DE ÉVORA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS NÍVEL I, EM 2001	131
QUADRO 38:	DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS NO CONCELHO DE ÉVORA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS NÍVEL II, EM 2001	132
QUADRO 39:	ESTRUTURA DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS, 1991-2001	133
QUADRO 40:	ESTRUTURA ETÁRIA NO CONCELHO DE ÉVORA, 1981-2001.....	134
QUADRO 41:	ESTRUTURA ETÁRIA DO CONCELHO DE ÉVORA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001	136
QUADRO 42:	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO E DE DEPENDÊNCIA POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, EM 2001	137
QUADRO 43:	TAXAS DE NATALIDADE, MORTALIDADE, E DE FECUNDIDADE, 2001 E 2002.....	139
QUADRO 44:	POPULAÇÃO RESIDENTE POR NATURALIDADE, NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	141
QUADRO 45:	POPULAÇÃO RESIDENTE , SEGUNDO AS MIGRAÇÕES (RELATIVAMENTE A 99/12/31), POR CONCELHO DE RESIDÊNCIA HABITUAL EM 2001/03/12	142
QUADRO 46:	POPULAÇÃO RESIDENTE NOUTROS CONCELHOS QUE TRABALHA OU ESTUDA NO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	146
QUADRO 47:	POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA QUE TRABALHA OU ESTUDA NOUTROS CONCELHOS, EM 2001	151
QUADRO 48:	RESUMO – DESLOCAÇÕES ‘DE’ E ‘PARA’ ÉVORA	153
QUADRO 49:	POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2001.....	154
QUADRO 50:	TAXAS DE ACTIVIDADE E TAXAS DE DESEMPREGO, NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	157
QUADRO 51:	POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR OCUPAÇÃO, 2001	158
QUADRO 52:	POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE VIDA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001.....	159
QUADRO 53:	PRINCIPAIS GRUPOS SÓCIO ECONÓMICOS, NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	161
QUADRO 54:	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS DE 1960 A 2001	165
QUADRO 55:	EDIFÍCIOS SEGUNDO O NÚMERO DE PAVIMENTOS, NO CONCELHO DE ÉVORA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL II, 2001.....	166
QUADRO 56:	ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE RESIDÊNCIA HABITUAL, PELO NÚMERO DE DIVISÕES NO CONCELHO DE ÉVORA, E POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL II, 2001	167
QUADRO 57:	ALOJAMENTOS COM CARÊNCIAS NO CONCELHO DE ÉVORA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL II, EM 2001	168
QUADRO 58:	QUANTIDADE DE ÁGUA PRODUZIDA NAS PRINCIPAIS ORIGENS	184
QUADRO 59:	ORIGENS E VOLUMES DE ÁGUA DISTRIBUÍDOS NO ANO 2000	185

QUADRO 60:	SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – RESUMO DAS DEFICIÊNCIAS EXISTENTES.....	187
QUADRO 61:	EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS DE PONTA E MÉDIOS DIÁRIOS DE ÁGUA	188
QUADRO 62:	PROJEÇÃO DE CONSUMOS – HORIZONTE 40 ANOS	189
QUADRO 63:	CAUDAIS DE PONTA E MÉDIOS DIÁRIOS - PROJEÇÕES	190
QUADRO 64:	ANÁLISE DA REDE PRINCIPAL DE EMISSÁRIOS DE ESGOTOS	192
QUADRO 65:	POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO NO CONCELHO DE ÉVORA.....	198
QUADRO 66:	CONSUMOS EM 2000	199
QUADRO 67:	EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS NO CONCELHO DE ÉVORA ENTRE 1990 E 2000	199
QUADRO 68:	ESTIMATIVA DE CONSUMOS DOMÉSTICOS	201
QUADRO 69:	RESUMO DA ESTIMATIVA DOS CONSUMOS	201
QUADRO 70:	CARACTERÍSTICAS DE PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL.....	203
QUADRO 71:	IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS REDES TELEFÓNICAS E ÁREAS DE CENTRAL DO CONCELHO.	205
QUADRO 72:	INSTALAÇÕES TELEFÓNICAS, EM 2001, POR REDES, INCLUÍDAS NO CONCELHO.	206
QUADRO 73:	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	221
QUADRO 74:	EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E FARMÁCIAS NOS PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	223

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, DOS JOVENS E POR SEXO (2003).....	21
GRÁFICO 2:	PROPORÇÃO DOS INDIVÍDUOS A RECEBER UMA PRESTAÇÃO SOCIAL (2003)	22
GRÁFICO 3:	EVOLUÇÃO DO PESO DAS REGIÕES PORTUGUESAS NO PIB.....	23
GRÁFICO 4:	PIB PERCAPITA REGIONAL (PORTUGAL=100)	24
GRÁFICO 5:	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO A NÍVEL REGIONAL (PT=100)	24
GRÁFICO 6:	EVOLUÇÃO EM VOLUME DO VAB POR SECTORES (2002).....	25
GRÁFICO 7:	DISPARIDADES INTRA-REGIONAIS NO ALENTEJO (2002).....	25
GRÁFICO 8:	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO POR RAMO DE ACTIVIDADE (2001).....	26
GRÁFICO 9:	DISPARIDADE NOS PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL POR RAMO DE ACTIVIDADE (2001).....	27
GRÁFICO 10:	PESO DA FBCF NO VAB REGIONAL (2001)	28
GRÁFICO 11:	POPULAÇÃO ACTIVA SEGUNDO O GRAU DE INSTRUÇÃO (2003).....	28
GRÁFICO 12:	POPULAÇÃO EMPREGADA SEGUNDO A PROFISSÃO (2003)	29
GRÁFICO 13:	POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (2003).....	30
GRÁFICO 14:	REPARTIÇÃO SECTORIAL DAS EMPRESAS COM SEDE NA REGIÃO, 2001 (%)	31
GRÁFICO 15:	REPARTIÇÃO DAS EMPRESAS NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2001 (%).....	32
GRÁFICO 16:	REPARTIÇÃO SECTORIAL DAS EMPRESAS E SOCIEDADES COM SEDE EM ÉVORA, 2001 (%).....	32
GRÁFICO 17:	REPARTIÇÃO SECTORIAL DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES, 2001 (%).....	33
GRÁFICO 18:	PESSOAL AO SERVIÇO NAS SOCIEDADES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2001 (%).....	34
GRÁFICO 19:	NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS POR SOCIEDADE REGISTADA, 2001	35
GRÁFICO 20:	EMPREGO MÉDIO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA, 2001	35
GRÁFICO 21:	VOLUME DE VENDAS POR EMPREGADO EM MILHARES DE EUROS, 2001	36
GRÁFICO 22:	VENDAS POR EMPREGADO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA EM MILHARES DE EUROS, 2001	37
GRÁFICO 23:	PESO DAS INDÚSTRIAS DE MÉDIA E ALTA TECNOLOGIA NO VAB, 2002.....	38
GRÁFICO 24:	PERFIS DE COMPETITIVIDADE - DIFERENCIAL FACE À ESTRUTURA DO VAB NO PAÍS, 2002.....	39
GRÁFICO 25:	SOCIEDADES CONSTITUÍDAS ENTRE 2001/2003 POR SECÇÕES DA CAE-REV.2 (%).....	40
GRÁFICO 26:	QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO DAS NOVAS SOCIEDADES (2001/2003).....	41
GRÁFICO 27:	QUOCIENTES DE LOCALIZAÇÃO DAS NOVAS SOCIEDADES NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (2001/2003).....	42
GRÁFICO 28:	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PODER DE COMPRA (PORTUGAL=100).....	43
GRÁFICO 29:	ÁREA PUE.....	53
GRÁFICO 30:	ALTERAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO - ÉVORA - 2000/2003	54
GRÁFICO 31:	EMPREGO NO SECTOR PRIMÁRIO SEGUNDO O RAMO.....	89
GRÁFICO 32:	ESTABELECIMENTOS NO SECTOR PRIMÁRIO SEGUNDO O RAMO.....	89
GRÁFICO 33:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E FAMÍLIAS RESIDENTES NO CONCELHO DE ÉVORA, 1960-2001	119
GRÁFICO 34:	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, 1960-2001	120
GRÁFICO 35:	ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA, 1981-2001	135
GRÁFICO 36:	ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO, 2001 – CENTRO HISTÓRICO	137

GRÁFICO 37: ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO, 2001 – CIDADE EXTRA-MUROS E ZONA DE TRANSIÇÃO	138
GRÁFICO 38: ESTRUTURA DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO, 2001– ÁREA RURAL.....	138
GRÁFICO 39: POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO POR UNIDADES GEOGRÁFICAS, EM 2001	154
GRÁFICO 40: TAXA DE ANALFABETISMO NO CONCELHO DE ÉVORA, 1991-2001	156
GRÁFICO 41: POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR OCUPAÇÃO, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS, 2001	158
GRÁFICO 42: POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, SEM ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR OCUPAÇÃO, NO CONCELHO DE ÉVORA, 2001	159
GRÁFICO 43: POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS, SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE VIDA, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001	160
GRÁFICO 44: DISTRIBUIÇÃO DOS PRINCIPAIS GRUPOS SÓCIO-ECONÓMICOS, NO CONCELHO DE ÉVORA, EM 2001	162
GRÁFICO 45: PRINCIPAIS GRUPOS SÓCIO - ECONÓMICOS, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001	162
GRÁFICO 46: DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS SÓCIO-ECONÓMICOS, POR UNIDADES GEOGRÁFICAS DE NÍVEL I, EM 2001	164
GRÁFICO 47: CONSUMO MÉDIO DIÁRIO DE ÁGUA	186

1. INTRODUÇÃO

Decorridos 20 anos sobre a ratificação do primeiro Plano Director Municipal (PDM) do Concelho de Évora, há que definir uma nova estratégia e um modelo de ordenamento que suportem o seu desenvolvimento.

A curto prazo a região disporá de novas infra-estruturas que potenciarão a logística do concelho e da cidade. No domínio dos transportes a linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid encontra-se em fase de projecto estando prevista uma paragem a norte da cidade de Évora. No que respeita ao transporte de mercadorias está programada uma ligação ferroviária que estabelecerá numa primeira fase a ligação entre a plataforma portuária de Sines e Espanha, também com passagem por Évora. O concelho deve tirar partido da sua localização, reforçando o papel de Évora como cidade liderante da região Alentejo.

Actualmente a sede do concelho apresenta características que a colocam numa posição privilegiada dentro da rede urbana do Alentejo, de que se salientam a centralidade administrativa e terciária, o elevado valor patrimonial concelhio, a Universidade de Évora e o seu papel como pólo de dinamização cultural.

No que respeita ao desenvolvimento económico há que considerar o empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e as infra-estruturas aeroportuárias de Évora e Beja.

Estrategicamente devem ser desenvolvidas condições para que o concelho aproveite as oportunidades que hoje se lhe deparam e que se podem sintetizar em três grandes domínios, a saber:

- Aplicação de uma política de solos na cidade e outros aglomerados urbanos que, *“tendo como padrão a qualidade e sustentabilidade, permita baixar significativamente os custos de habitação e dos espaços dirigidos ao acolhimento empresarial”*¹;
- *“Definição da estratégia de afirmação das vantagens e oportunidades para Évora, que resulta da consolidação do eixo Lisboa-Madrid, como primeira prioridade”*² entre o Norte e o Sul do país e, por fim, com o eixo oriundo da faixa atlântica, visando o reforço da internacionalização da região;
- Dinamização de *“uma política que posicione e prepare Évora e o seu concelho para acolher a procura da excelência e da qualidade numa relação de proximidade com a Grande Lisboa”*³.

Ficam, desta forma, sintetizadas as grandes linhas de força que presidem à revisão do Plano Director Municipal e que deverão sustentar a política territorial a implementar no espaço concelhio por forma a criar uma nova dinâmica em Évora.

¹ Oliveira, J.E. “Esta cidade e eu”. Évora, 2001. Ed. Editorial Bizâncio

² *idem*

³ *ibidem*

2. ENQUADRAMENTO REGIONAL

Nesta secção do estudo procederemos à análise das dinâmicas sociais e económicas do território do concelho de Évora no espaço envolvente da região do Alentejo e do país em geral. Assim, e de forma sequencial e complementar abordaremos sucessivamente a localização do território e a sua posição relativa no contexto do sistema urbano português, a que se seguirá a abordagem à estrutura sócio-demográfica e, finalmente, os aspectos relacionados com a inserção e a contribuição do concelho para a base económica regional. A finalidade desta secção é detectar a eventual confirmação (ou emergência) de funções e de centralidades (novas) do concelho, na base das tendências fortes registadas nos perfis de especialização sectorial e funcional.

2.1. LOCALIZAÇÃO E POSICIONAMENTO DE ÉVORA NO SISTEMA URBANO NACIONAL

A localização de Évora numa elevação orográfica, coincidente com a confluência de três importantes bacias hidrográficas – Tejo, Guadiana e Sado – é um factor que, desde tempos remotos, motivou a atracção de povos de diferentes Civilizações que aqui se fixaram. Tal constatação pode ser comprovada pelo valiosíssimo espólio arqueológico e arquitectónico que se encontra disseminado pelo território do concelho e pela cidade de Évora.

Decorrente destas condições fisiográficas resultaram, por um lado, a supremacia de Évora no passado – em especial em termos de segurança das populações – e, por outro, a sua comunicação fácil com o conjunto do vasto território que vai desde a costa Atlântica até à vizinha Espanha.

Ao longo dos séculos, vários povos se fixaram em Évora deixando reconhecidos vestígios singulares desde os finais do período Paleolítico. Évora foi importante também no período da Romanização, sendo referenciada como *Ebora Liberalitas* na antiga província da Lusitânia. De acordo com as regras para a fundação das cidades, o Império Romano estruturou e organizou o espaço da urbe em articulação com as principais estradas que neste lugar convergiam. Os itinerários então estabelecidos, que assumiam funções distintas mas complementares – eixos comerciais e militares -, apresentavam genericamente directrizes idênticas aos actuais eixos viários.

O enquadramento territorial de Évora tem vindo a assumir-se no tempo, consolidando, em diferentes fases, a função da cidade como capital regional que hoje possui, tendo em conta as diferentes dinâmicas que a concretizam.

Na actualidade, dentro do quadro de referência das orientações da União Europeia (EU) sobre política regional, Portugal encontra-se incluído no denominado *Arco Atlântico*, que se estende desde o norte da Escócia até ao sul de Portugal. Neste contexto, Évora assume-se como uma Cidade Média, localizada sobre o eixo de integração europeia - Lisboa /Madrid/Barcelona - e na confluência com o eixo interior de nível nacional - Faro/Bragança.

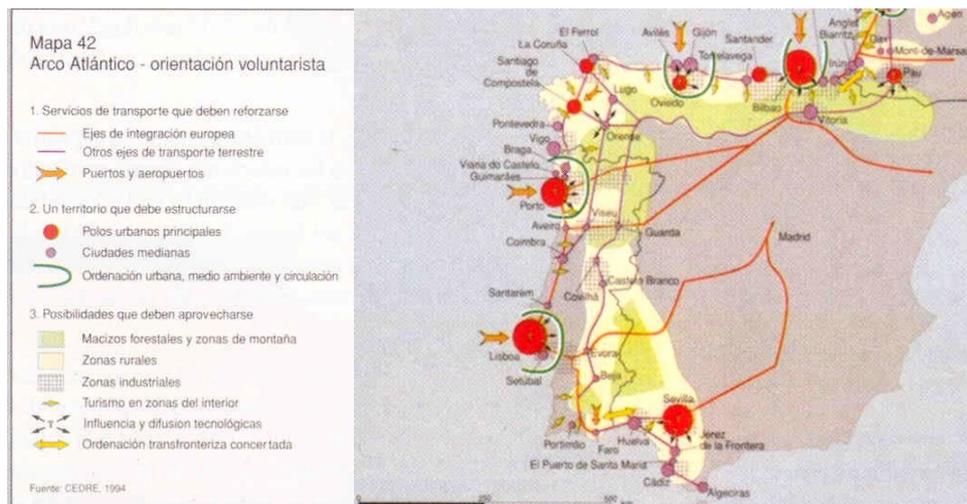


Figura 1: Évora e o seu Concelho no Contexto dos Grandes Espaços Europeus

FONTE: CEDRE (1994)

O concelho de Évora com uma área de 309,061 Km² ocupa cerca de 4,8% do Alentejo e 1,4% do território português, tendo uma população residente de 55663 habitantes em 2002, a qual correspondia a 10,6% e 0,53% da população do Alentejo e de Portugal, respectivamente. Nestes termos, a densidade populacional de 42,5 habitantes por Km² revelou-se significativamente inferior à média nacional (113,2), mas bastante superior à registada no conjunto do Alentejo (cerca de 21 habitantes por Km²). Assim, estamos perante uma região relativamente extensa em termos territoriais, inserida numa vasta zona com indícios de desertificação no plano populacional, na qual a cidade de Évora, pelas tendências sócio-demográficas recentes, que no ponto seguinte abordaremos, emerge como um pólo de significativa atracção.

A localização da cidade de Évora no sistema urbano português ultrapassa a de uma simples capital regional. Com efeito, de entre as cidades portuguesas com cerca de 50.000 habitantes ou mais, em 2001, apenas duas se localizam no interior do país, Viseu e Évora⁴. Estas duas excepções constituem elementos essenciais para o equilíbrio do sistema urbano nacional no seu conjunto, actuando como contraponto da concentração do desenvolvimento urbano ao longo da costa atlântica, entre Setúbal e a Galiza e ao longo do litoral algarvio, desempenhando um papel equivalente ao dos centros urbanos que em França foram designados por “metrópoles de equilíbrio”.

A posição geográfica específica do concelho de Évora, no centro do Alentejo e sensivelmente a meio caminho entre a orla litoral portuguesa e a fronteira espanhola, confere-lhe uma localização privilegiada de inter-face nas relações internas e internacionais. De facto, tal localização, determina a

⁴ De facto a generalidade dos centros urbanos com 50.000 ou mais habitantes que se situam fora das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, situam-se, ou na sua envolvente, como Braga e Guimarães, ou na faixa litoral, como Coimbra, Aveiro, Leiria e Faro.

sua inserção natural no território Ibérico e Europeu, no espaço em que confluem o "Arco Atlântico" e o "Arco Latino"/ Mediterrâneo Ocidental, na denominada região do Sudoeste Europeu que integra a "Diagonal Continental" e alcança o Oceano Atlântico.

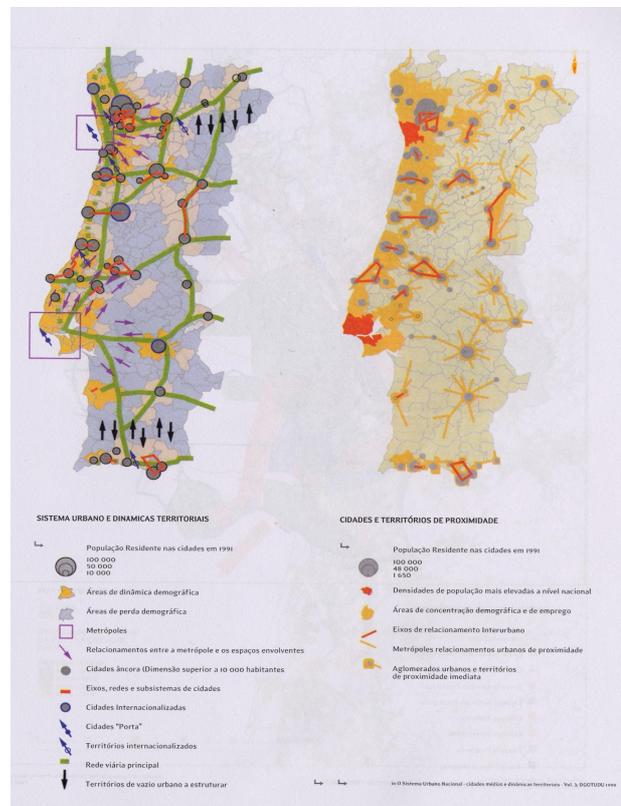


Figura 2: Sistema Urbano, Dinâmicas, Cidades e Territórios de Proximidade

FONTE: DGOTDU (2001) – SISTEMA URBANO NACIONAL

Por exemplo, nas regiões francesas com situação territorial similar foram implementadas medidas específicas para o reforço das chamadas “metrópoles de equilíbrio” com o objectivo de estruturar um sistema urbano que favorecesse um desenvolvimento mais harmónico do conjunto do território, situação que jamais aconteceu no caso português. Não obstante, a posição de Évora no conjunto do *Sistema Urbano Nacional*, confere-lhe um estatuto ímpar em toda a região Sul, facto que se concretiza especificamente pela disponibilidade de actividades associadas aos serviços da Cultura, do Turismo, da Administração, da Saúde e da Educação.

Pela sua localização, Évora constitui-se assim como espaço charneira entre o litoral alentejano e a Extremadura espanhola. De facto, a plataforma portuária de Sines assegura o transporte marítimo de cargas entre o sul e o norte da Europa, bem como o acesso rodoviário (pelas vias IC33, IP2 e A6) a toda a Europa, através da *cidade-porta* de Elvas. Admite-se que esta dinâmica seja reforçada no

futuro através do corredor ferroviário de Alta Velocidade que, tem assegurada uma paragem em Évora.

De forma complementar, a importância de Évora decorre da interacção funcional com os principais espaços de afirmação da base económica da Região Alentejo. Assim, em termos sistemáticos⁵, referimos que a localização de Évora interage com os seguintes vectores:

- **O corredor transversal de articulação prioritária**, situado entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Estremadura espanhola, que pela sua acessibilidade revela condições propícias à concentração de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da logística regional, à localização de indústrias transformadoras, agro-industriais e de serviços de apoio às actividades produtivas. Neste corredor transversal diferenciam-se os espaços do eixo logístico Montemor-o-Novo/Vendas Novas, cidade de Évora, zona dos mármore no triângulo Estremoz/Borba/Vila Viçosa e, ainda, o eixo agro-alimentar Elvas/Campo Maior, que poderá também assumir-se como potencial espaço de negócios junto do mercado espanhol.
- **Corredor de turismo e de lazer** correspondente à faixa litoral alentejana, ainda pouco ocupada, comparativamente com a restante costa portuguesa, e com um significativo valor cultural, patrimonial e biofísico.
- **Pólo industrial de Sines** onde o aproveitamento e desenvolvimento do complexo industrial e portuário é fundamental para a afirmação do pólo Sines/ Santo André e para o equilíbrio do sistema urbano. As infra-estruturas portuárias de Sines poderão constituir uma fronteira atlântica de mercadorias de âmbito ibérico e europeu, o que naturalmente irá exigir a conjugação entre as redes ferroviária e rodoviária existentes e previstas.
- **Zona de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva** criada com a constituição de uma reserva de água para fins múltiplos, nomeadamente abastecimento público e agrícola, bem como a criação de condições propícias ao desenvolvimento do sector do turismo e de outras actividades de lazer.
- **Espaço das pirites** em Castro Verde, pólo mineiro de Neves Corvo.
- **Espaço de Inovação Multifuncional** em Portalegre, pólo sub-regional com capacidade de diversificação e consolidação do seu tecido empresarial.

⁵ Tendo em conta o documento “Estudo para a Definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo”, C.C.R.A., 1996.

com o sistema urbano nacional, as cidades médias da região do Alentejo, com especial relevância para Évora deverão contribuir, solidariamente, para fomentar o desenvolvimento harmonioso da rede complementar regional.

Todavia, o desenvolvimento que a cidade atingiu no contexto regional em que se integra, com especial incidência na fileira cultural e turística, contribuiu para o aparecimento de algumas disfunções territoriais, em consequência do reforço da sua urbanidade e capacidade de atracção, originando alguma quebra populacional da área rural envolvente, com repercussões, entre outros aspectos, na perda de importância da fileira agro-alimentar.

Com efeito, a disponibilidade de equipamentos e serviços e o protagonismo socio-económico da cidade, promovem diariamente a deslocação pendular para o concelho de cerca de 3400 pessoas só do Distrito de Évora⁶, o que por si só indicia uma inserção polarizadora no contexto urbano regional.

Neste contexto, a dimensão do sistema urbano regional, no qual se inclui a cidade de Évora, confronta-se de forma crescente com desafios aos quais urge dar resposta eficaz, dos quais se destacam os seguintes:

- hierarquização e integração das principais cidades em redes de âmbito global;
- integração de cidades médias em segmentos específicos dos mercados internacionais, com base em especializações que lhes permitam conquistar protagonismo, tendo em conta a sua localização e dinâmica existente e a perspectivar;
- participação em lógicas de interacção transfronteiriça desenvolvidas num quadro de abolição de fronteiras e de crescente mobilidade;
- participação em redes temáticas e solidárias de cooperação de âmbito supranacional.

⁶ Aos quais se juntam cerca de 370 e 290 pessoas dos distritos de Beja e Portalegre, respectivamente.

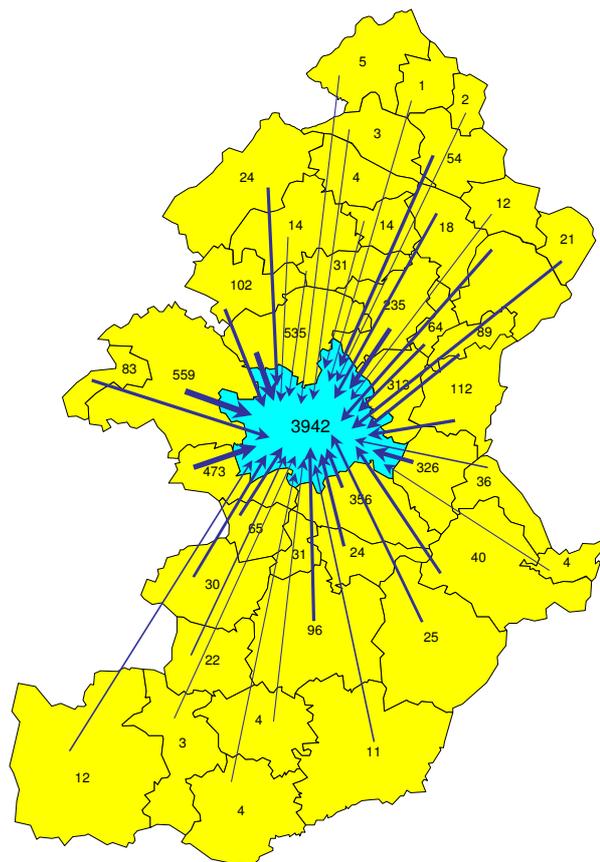


Figura 4: Deslocações Populacionais Pendulares da Região Alentejo para o Concelho

FORTE: CÁLCULOS PRÓPRIOS COM BASE NOS CENSOS 2001, INE

Relativamente aos aglomerados urbanos sede das freguesias rurais do concelho, tem-se assistido à perda de população e de identidade, através da introdução de algumas tipologias urbanas estranhas à região. Assim, o modelo territorial do PDME integra uma orientação de valorização e requalificação dos espaços urbanos, a fim de promover uma coerente articulação entre o património edificado e/ou a edificar e o potencial ambiental que os envolve.

Assumindo tais objectivos estratégicos na requalificação urbana dos aglomerados concelhios, incluindo a própria cidade, procura-se a afirmação da identidade urbana, através da criação de pólos dinamizadores de desenvolvimento. Para atingir tal estratégia, será fundamental definir as linhas de intervenção que se enquadrem nos seguintes aspectos:

- melhoria das acessibilidades e mobilidade urbana;
- interacção entre a cidade e o território envolvente;
- adopção de políticas urbanas, patrimoniais e ambientais concertadas;
- desenvolvimento da rede de equipamentos;
- pluri-especialização do emprego.

2.2. ESTRUTURA SÓCIO-DEMOGRÁFICA

O concelho de Évora encontra-se inserido na *Região Alentejo* (NUT II) e na sub-região *Alentejo Central* (NUT III), em conformidade com as nomenclaturas territoriais definidas pelo Regulamento do Conselho Europeu n.º 1059/2007⁷, transposto para a legislação portuguesa pelo Decreto-lei n.º 244/2002 e que configura uma nova arrumação estatística para o território nacional. O cartograma seguinte evidencia a divisão do território português segundo as duas classificações (1989 e 2002), de onde se destaca a incorporação dos concelhos da denominada *Lezíria do Tejo* na *Região do Alentejo*.

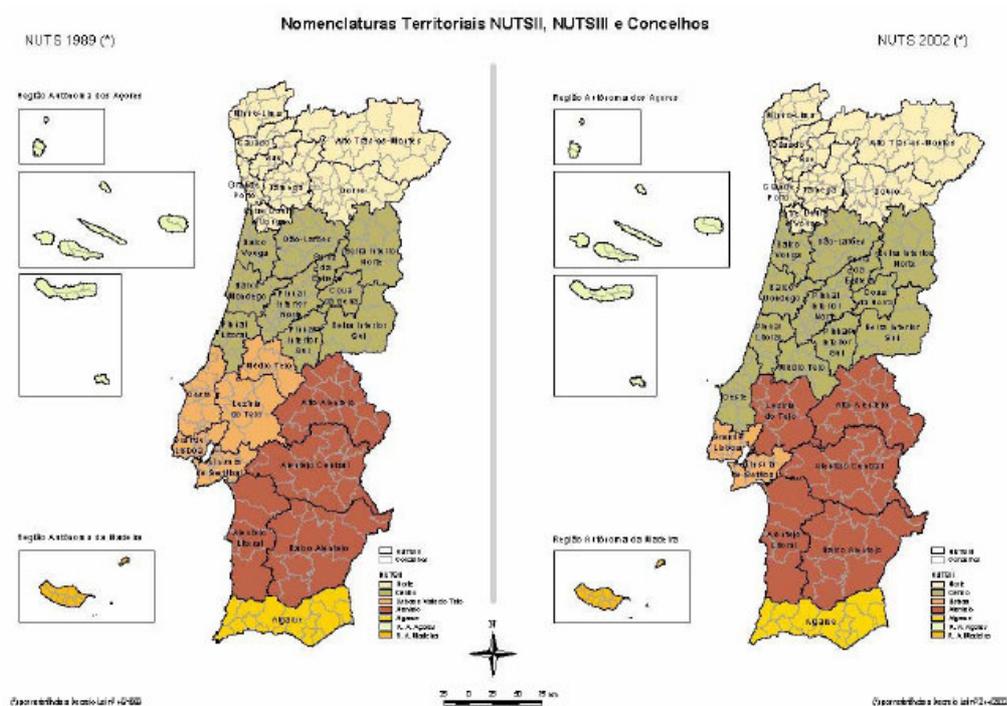


Figura 5: Nomenclaturas Territoriais em Portugal

FORNE: CONTAS REGIONAIS – NOVA NUTS (1995-2002), INE

Com o objectivo de caracterizar a região Alentejo relativamente às restantes regiões do continente, apresentamos na tabela seguinte alguns indicadores sócio-demográficos geralmente usados neste tipo de estudos. Em alguns casos não foram incluídas as regiões insulares por se considerar que poderiam distorcer a análise no que respeita a alguns resultados, no pressuposto de que a realidade destas regiões poderia ser bastante diferenciada.

⁷ Legislação comunitária que estabelece a Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTs) da União Europeia

Do ponto de vista demográfico, o Alentejo foi a única região continental em que a população residente sofreu uma diminuição entre os dois últimos momentos censitários (cerca de 2,5%). A maior quebra registou-se na população mais jovem, enquanto que a população com 65 e + anos registou um aumento de 17,7%, embora inferior à média nacional (26,1%). No escalão etário da população em idade activa, o Alentejo foi também a única região que registou quebra de população residente, com uma redução de 1,8%, em sentido inverso à tendência do país.

Quadro 1: Indicadores Sócio-Demográficos

Indicador	Unidade	Ano	Alentejo	Portugal
Varição pop. residente 1991-2001	%	2001	-2,5	5
Var. pop. res. 1991-2002- 0 a 14 anos	%	2001	-24,2	-16
Var. pop. res. 1991-2002-14 a 25 anos	%	2001	-6,3	-8,1
Var. pop. res. 1991-2002- 25 a 65 anos	%	2001	-1,8	11,8
Var. pop. res. 1991-2002- 65 ou + anos	%	2001	17,7	26,1
Taxa de analfabetismo	%	2001	15,9	9
Índice de envelhecimento ⁸	%	2000	172,9	102,3
Taxa de actividade	%	2001	45,4	48,2
Taxa de desemprego (Censos 2001)	%	2001	8,4	6,8
Taxa de desemprego - M (Censos 2001)	%	2001	12,9	8,7
Desemprego feminino	%	2001	65,2	57,9
População activa c/ ensino secundário	%	2002	12,5	12,6
População activa c/ ensino superior	%	2001	8,9	9,8
Ganho médio mensal dos trab. p/ conta de outrém	Euro	1999	626	700
Pensionistas por 100 habitantes	%	2000	34,8	24,2
Pensionistas por velhice	%	2000	65,6	60,9
Pensionistas por sobrevivência	%	2000	21,9	24,1
Índice de dependência na óptica do Emprego ⁹	%	2003	62	46
Índice de Emprego potencial ¹⁰	%	2003	55	51

FONTE: INE – RETRATO DE PORTUGAL E ANUÁRIO ESTATÍSTICO (VÁRIOS ANOS)

Trata-se pois de uma região duplamente envelhecida, o que é reconhecido pelo valor do *índice de envelhecimento* (172,9% em 2000), assumindo claramente o valor regional mais elevado no cômputo global¹¹. Adicionalmente, recorrendo ao *Índice de dependência na óptica do Emprego* verificamos que a Região Alentejo apresenta uma situação bastante desfavorável face à média nacional, embora no que respeita ao *Índice de Emprego potencial* a posição não seja significativamente diferente do contexto global.

⁸ Relação entre o número de idosos e o de jovens [(População com 65 e mais anos)/(População 0-14 anos)].

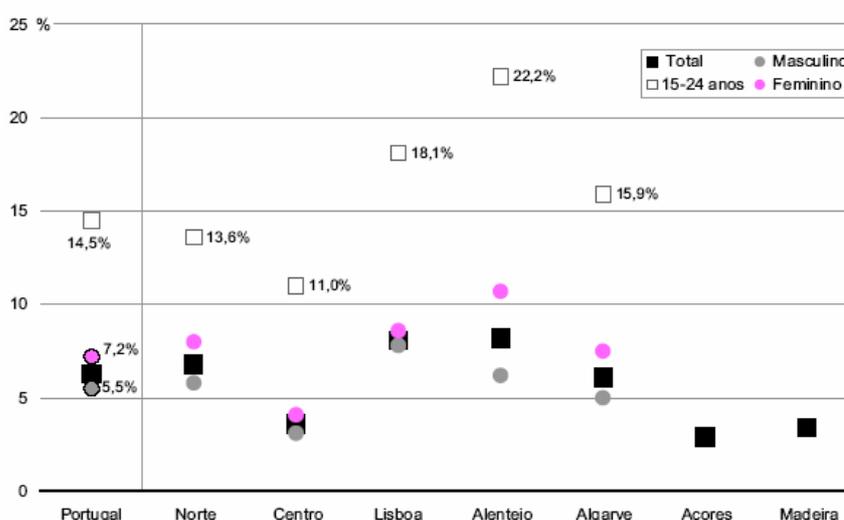
⁹ Relação percentual entre o número de Inactivos dependentes e o número de empregados.

¹⁰ Relação percentual entre o número de Inactivos em idade activa e o número de empregados.

¹¹ No mesmo ano o indicador *excedente de vidas* atinge os -5,3%, sendo o valor mais negativo entre as regiões continentais e face a uma média nacional de 1,4%.

No que respeita ao Emprego, a região caracteriza-se por uma baixa *taxa de actividade* quando comparada com a média nacional, enquanto a *taxa de desemprego* regional foi bastante superior à verificada no conjunto do país. Destacamos ainda o facto de o desemprego afectar de forma mais significativa a população feminina, que em 2001 representava cerca de 62,5% do total dos desempregados da região. Com base em dados estatísticos de 2003 verificamos que o Alentejo continua a ser, de entre as regiões portuguesas, a que regista maior taxa de desemprego em todas as categorias tratadas, sendo de realçar a elevada taxa de desemprego verificada no grupo etário da população mais jovem.

Gráfico 1: Taxas de Desemprego Total, dos Jovens e por Sexo (2003)



FORTE: REPRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003, INE

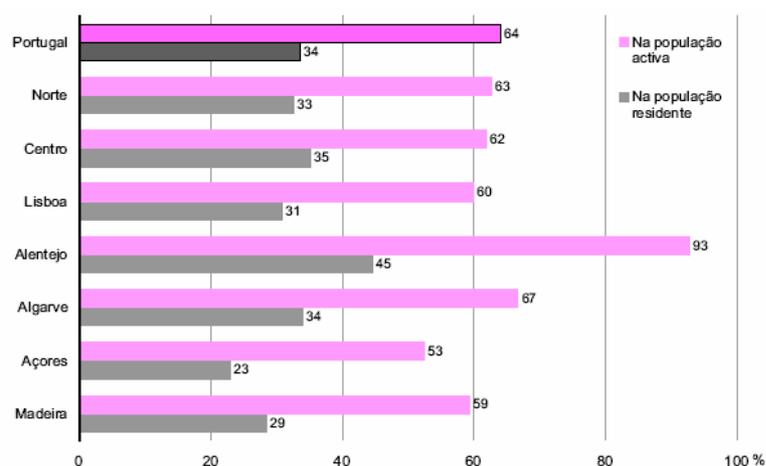
Em simultâneo, foi também notória a persistência de um défice de formação na população activa, dado que, segundo o *Inquérito ao Emprego*, apenas 12,5% e 8,9% da população activa da região possui o ensino secundário completo e o ensino superior, respectivamente. Acresce que se mantém uma elevada taxa de analfabetismo no Alentejo (cerca de 15% em 2001), claramente acima dos valores médios nacionais.

Relativamente às condições económico-sociais, registamos que o ganho médio mensal dos *trabalhadores por conta de outrém*¹² foi dos mais baixos de entre as regiões continentais, enquanto que as pensões médias anuais, em 2000, atingiram um valor de 2515 Euros, o que não se afasta muito do verificado nas outras regiões, com excepção de LVT. O número de pensionistas por 100 habitantes assume a expressão regional mais elevada no Alentejo, registando 34,8% contra 24,2% a

¹² De referir que esta categoria de trabalhadores representava no Alentejo em 2003 cerca de 75,2% do total da população empregada, enquanto a respectiva média nacional foi de 73%.

nível nacional, em 2000. Finalmente, referimos o facto de, como seria expectável, os pensionistas por velhice se assumirem como a componente principal de entre o total de pensionistas (65,6%). A tabela seguinte confirma a elevada dependência da população em relação às transferências provenientes das prestações sociais, estando o Alentejo no topo das regiões com os maiores rácios de dependência, quer em relação ao sub-grupo da população activa quer no que respeita à totalidade da população residente.

Gráfico 2: Proporção dos Indivíduos a Receber uma Prestação Social (2003)



FONTE: INE, RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003

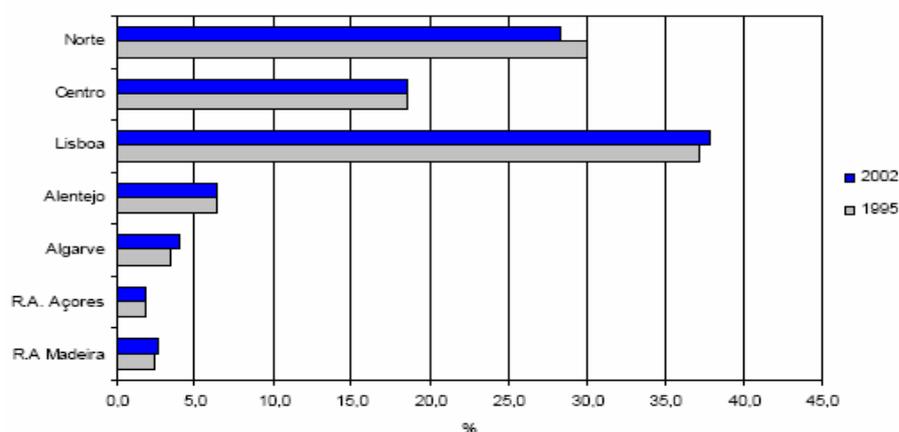
2.3. BASE ECONÓMICA REGIONAL

Tendo por base o panorama demográfico e social apresentado, naturalmente não podem existir expectativas muito elevadas sobre a performance e o desempenho económico da região Alentejo, quando comparamos com a macro-envolvente nacional. Com o objectivo de avaliar o posicionamento relativo e as tendências da economia do concelho de Évora no contexto regional e nacional vamos apresentar, por um lado, um conjunto de elementos relativos à estrutura da Produção e da respectiva produtividade factorial e, por outro, incidiremos a nossa análise na caracterização do Emprego e da estrutura empresarial. Naturalmente estamos algo limitados pela inexistência de alguns dados estatísticos a nível concelhio, pelo que nesses casos faremos o enquadramento da região Alentejo no contexto nacional, ou em alternativa recorreremos a *proxies* dos valores da produção e do rendimento, como é o caso dos “Índices de Poder de Compra ao nível concelhio”.

2.3.1. Produto, VAB e Produtividade do Trabalho

Nesta secção vamos avaliar a posição do Alentejo no espaço nacional, em relação a alguns indicadores de índole macroeconómica que têm subjacente a performance e a eficiência no uso dos factores de produção. Com base na tabela seguinte podemos referir que o Alentejo manteve o peso relativo na contribuição regional para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional no período de 1995-2002, representando cerca de 6,4% do valor global. De resto, a tendência geral pautou-se por uma elevada estabilidade, em que o elemento de maior significado terá sido a quebra registada pela Região Norte e a melhoria da contribuição relativa do Algarve e de Lisboa-Vale-do-Tejo (LVT).

Gráfico 3: Evolução do Peso das Regiões Portuguesas no PIB

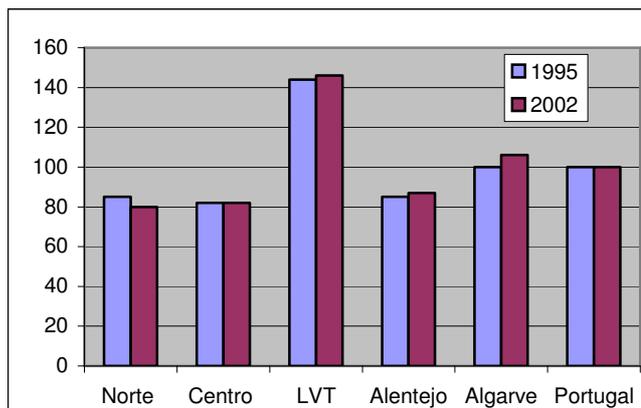


FORTE- INE (2004), CONTAS REGIONAIS

Quanto ao PIB *percapita* verifica-se que a Região do Alentejo¹³ apresentou uma ligeira evolução positiva no período 1995-2002, não obstante continuar a ocupar uma posição inferior à média nacional, o que de resto acontece para o conjunto das regiões, com excepção de LVT e do Algarve em 2002.

¹³ Em 2001 O PIB *percapita* no Alentejo Central foi cerca de 6 pp superior ao valor do Alentejo. Cremos que tal valor reflecte o peso crescente de Évora naquela sub-região NUTIII.

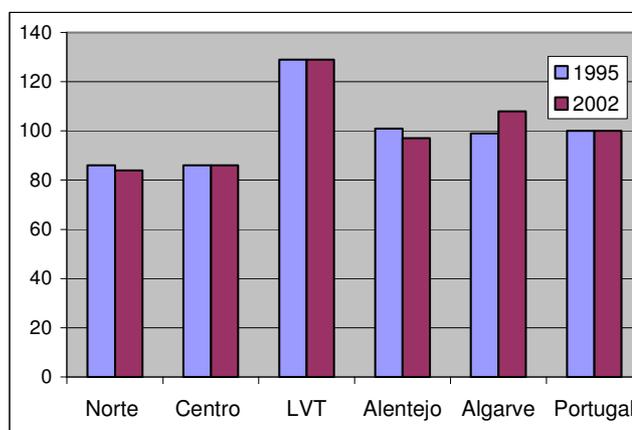
Gráfico 4: PIB percapita Regional (Portugal=100)



FORNTE: INE – CONTAS REGIONAIS DE 2003

Considerando agora a tendência registada no domínio da produtividade laboral, verifica-se que o Alentejo mantém uma posição próxima da média nacional, embora apresente um ligeiro recuo no período considerado.

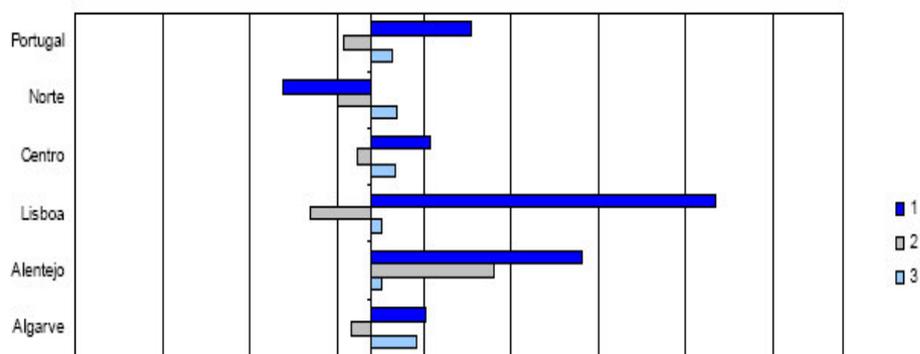
Gráfico 5: Produtividade do Trabalho a Nível Regional (PT=100)



FORNTE: INE – CONTAS REGIONAIS DE 2003

A evolução do PIB regional reflecte trajetórias distintas do VAB das regiões, conforme as diferentes dinâmicas dos sectores de actividade. Da análise da tabela seguinte destacamos que o Alentejo apresentou um forte crescimento daquela variável nos sectores Primário e Secundário, sendo que neste Sector foi a única região continental a registar uma tendência positiva no período de tempo considerado na análise.

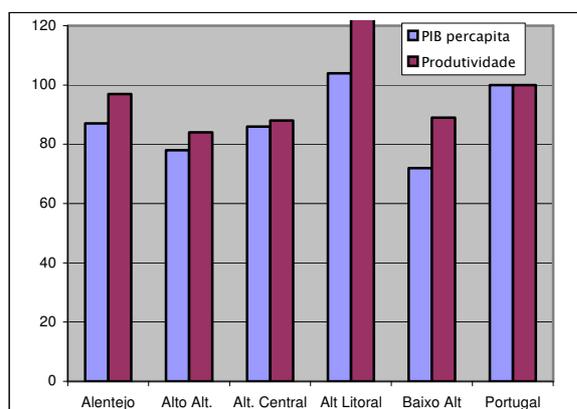
Gráfico 6: Evolução em Volume do VAB por Sectores¹⁴ (2002)



FONTE: CONTAS REGIONAIS DE 2003, INE

Não obstante o posicionamento relativo do Alentejo não aparentar uma situação muito grave no que respeita aos indicadores PIB *percapita* e Produtividade, persistem algumas assimetrias ao nível do espaço sub-regional alentejano. Com efeito, o Alentejo Litoral, em virtude da forte intensidade em Capital de algumas actividades situadas no Complexo portuário e industrial de Sines, regista uma boa posição com valores bastante elevados face à média regional e nacional, em especial no domínio da Produtividade. Por outro lado, o Alentejo Central, onde se inclui o concelho de Évora, regista a segunda melhor performance de entre as sub-regiões alentejanas, mas numa situação claramente inferior aos valores nacionais. Finalmente, destacamos o facto de em todas as sub-regiões se ter registado uma maior proximidade face às médias do país no indicador Produtividade do que no PIB *percapita*.

Gráfico 7: Disparidades Intra-Regionais no Alentejo (2002)

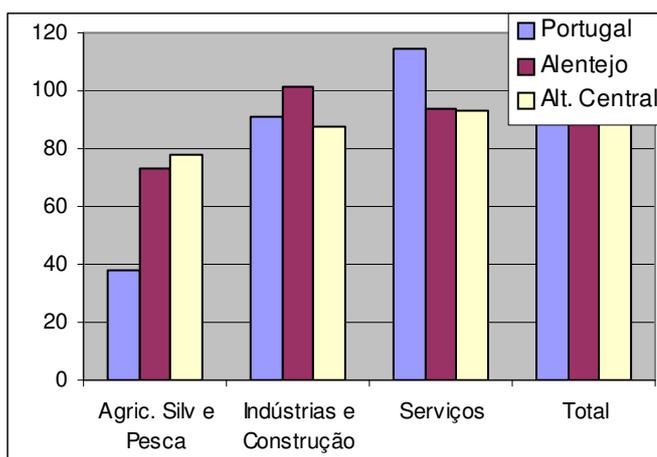


FONTE: CONTAS REGIONAIS DE 2003

¹⁴ Corresponde aos tradicionais sectores de actividade: Primário, Secundário e Terciário.

Em relação à Produtividade do trabalho, e não obstante a produtividade global ser inferior à média nacional, verificou-se que o Alentejo e o Alentejo Central registaram valores claramente superiores ao país no seu conjunto e, em sentido inverso, aquelas regiões evidenciaram uma performance relativa inferior no domínio dos *Serviços*. De referir ainda a posição de destaque da produtividade na *Indústria e Construção* no Alentejo, em virtude do bom desempenho revelado pela sub-região Alentejo Litoral.

Gráfico 8: Produtividade do Trabalho Por Ramo de Actividade (2001)¹⁵



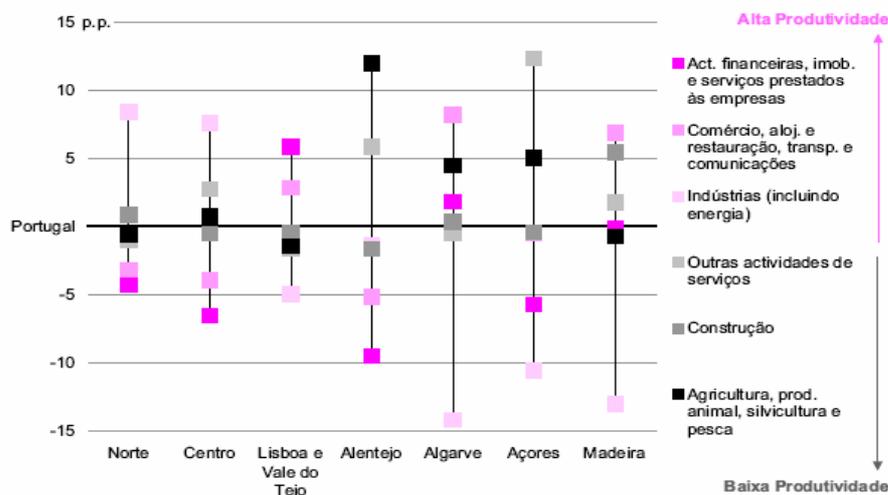
FONTE: CÁLCULOS PRÓPRIOS COM BASE NO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003

A contribuição dos diferentes ramos de actividade para o VAB total é o reflexo das discrepâncias nos níveis de produtividade regional, os quais dependem do perfil de especialização de cada região. Assim, tendo em conta a informação da tabela seguinte, podemos constatar que o padrão de especialização do Alentejo assenta em actividades de baixa produtividade relativa no contexto nacional, como sejam *Agricultura, Produção Animal, Silvicultura e Pesca e Construção*, tendo em conta o volume de emprego gerado¹⁶.

¹⁵ Excluimos do valor do VAB os Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM), pois a consideração destes distorcia os resultados. Considerámos um índice de base 100 para a Produtividade total em Portugal

¹⁶ Direcção a escala de análise para o nível sub-regional, destaca-se o facto de só o Alentejo Litoral gerar um VAB por empregado superior à média do país.

Gráfico 9: Disparidade nos Perfis de Especialização Regional por Ramo de Actividade (2001)



FONTE: RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003, INE

Os níveis de produtividade anteriormente referidos são o reflexo de uma dada estrutura sectorial do emprego, implícita no perfil de especialização, e de um nível efectivo de eficiência da mão-de-obra em cada ramo de actividade. Ora, nas sub-regiões do Alentejo, com excepção do Alentejo Litoral, verificou-se que, quer a especialização quer o grau de eficiência, ficaram algo distantes dos valores médios do país¹⁷.

O peso da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no VAB, vulgarmente referido como a *taxa de Investimento aparente*, é um indicador interessante para avaliar as trajectórias de desenvolvimento económico dos territórios. Na tabela seguinte são apresentados os resultados para as regiões portuguesas, sendo de destacar que o Alentejo registou o valor mais elevado nas regiões continentais, o que, dependendo da natureza particular do investimento, pode abrir algumas perspectivas de desenvolvimento em termos de futuro.

¹⁷ Ver INE (2004); Retrato Territorial de Portugal 2003, pp. 46

Gráfico 10: Peso da FBCF no VAB regional (2001)

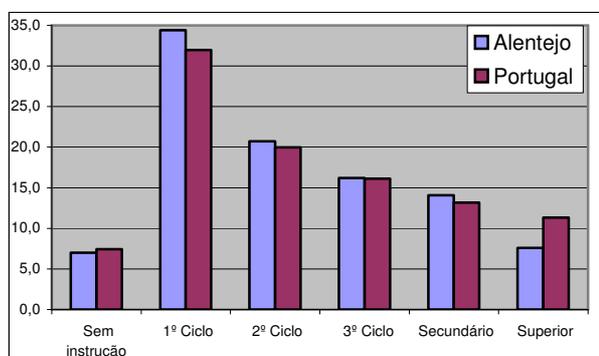


2.3.2. Características do Emprego e da Estrutura Empresarial

As particularidades da estrutura do emprego e da base empresarial e as respectivas dinâmicas temporais constituem elementos essenciais na avaliação da racionalidade e do desempenho económico dos territórios, permitindo identificar as suas potencialidades e debilidades, bem como equacionar perspectivas e estratégias de desenvolvimento em termos de futuro. Nesta secção do relatório vamos proceder à caracterização daqueles elementos no concelho de Évora e no Alentejo, tendo como quadro de referência analítica o contexto nacional.

De acordo com dados do “Inquérito ao Emprego” do INE, o Alentejo dispunha em 2003 de 6,8% do total da população activa portuguesa. Com base na sua repartição por grau de instrução verificamos que cerca de 79% não concluiu o ensino Secundário e só cerca de 7,6% da população activa possui uma licenciatura. Esta situação de penúria de qualificações académicas é mais gravosa do que a verificada no conjunto do país, não obstante também esta ser pouco favorável quando comparada com o contexto europeu.

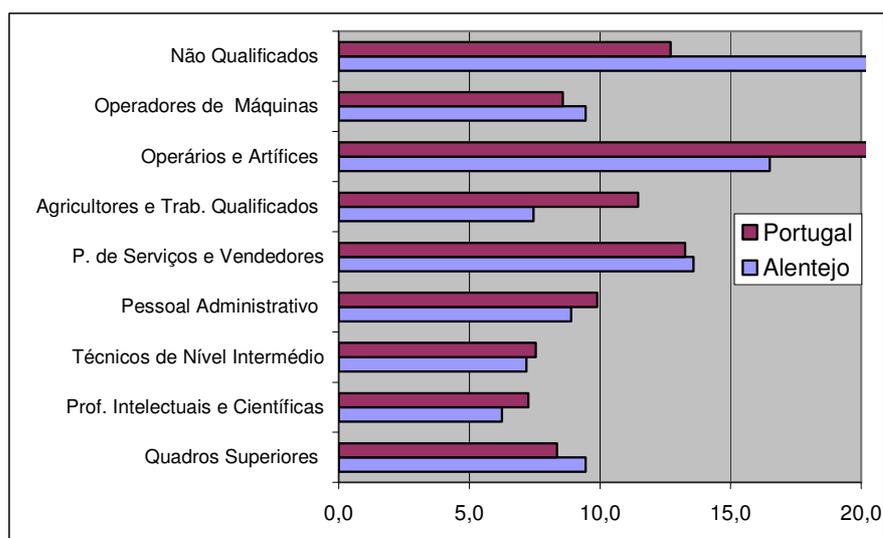
Gráfico 11: População Activa segundo o Grau de Instrução (2003)



FORNE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

Tendo em conta os elementos estatísticos do referido Inquérito, as profissões dominantes no Alentejo foram *trabalhadores não qualificados e operários e artífices*, enquanto as profissões sócio-economicamente mais valorizadas, como seja as *profissões intelectuais e científicas* e os *quadros superiores*, no seu conjunto não ultrapassam 15,7% do total do emprego gerado. Em comparação com o quadro nacional, destacamos o facto de os *trabalhadores não qualificados* atingirem no Alentejo quase o dobro da expressão que registam no país.

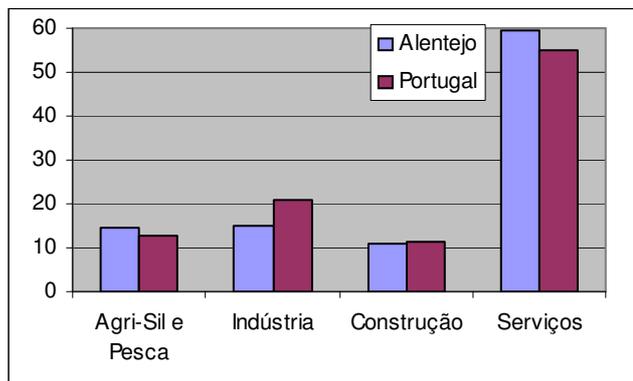
Gráfico 12: População empregada segundo a profissão (2003)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

Quanto à repartição do emprego pelos diferentes ramos de actividade registamos que os Serviços ocupam no Alentejo cerca de 60% do total, enquanto a indústria (transformadora e extractiva) e as actividades agrícolas e afins geram cada uma cerca de 15% do emprego. Na comparação com o panorama registado a nível nacional parece-nos relevante destacar a superior contribuição relativa dos sectores dos Serviços e da Agricultura no Alentejo e, em sentido oposto, a menor expressão contributiva das actividades industriais. Esta situação atesta a persistência de uma dualidade estrutural no Alentejo entre as regiões de natureza urbana com forte expressão dos serviços, como é o caso de Évora, e as áreas de dominância rural em que ainda persistem as actividades agrícolas.

Gráfico 13: População Empregada por Ramo de Actividade Económica (2003)



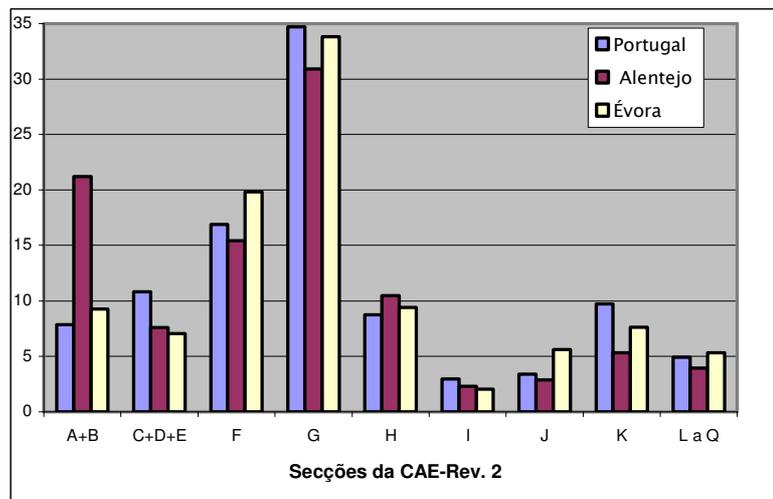
FORNE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

Tendo como base os registos do INE no “Ficheiro de Unidades Estatísticas”¹⁸, em 2001 no Alentejo estavam sedeadas 58565 empresas, o que correspondia a cerca de 5,3% do total do país. Por outro lado, no concelho de Évora estavam registadas 10,3% e 31% do total das empresas do Alentejo e do Alentejo Central, respectivamente. Do conjunto das empresas sedeadas em Évora, 25% eram Sociedades, o que colocava o concelho numa posição intermédia entre o quadro nacional e regional, já que os valores de Portugal e do Alentejo foram, respectivamente, 28% e 18%. Constatamos, assim, a elevada importância das empresas em nome individual no Alentejo e, embora em dimensão menos expressiva, no concelho de Évora.

Reportando-nos ao domínio sectorial destacamos o facto de os sectores Comércio, Construção e Hotelaria e Restauração representarem no conjunto mais de 60% do total das empresas em qualquer dos agregados territoriais considerados. Em relação ao Alentejo, realçamos o facto de a região estar sobre representada no sector Agrícola e sub representada nas actividades industriais. O concelho de Évora, em comparação com o Alentejo, manifesta alguma divergência no padrão de especialização, com uma menor expressão das actividades agrícolas e, em sentido inverso, denota uma superior vocação nos sectores da Construção e das actividades terciárias, como sejam os serviços comerciais, financeiros, de Saúde, Educação e Administração, o que equivale à existência de uma maior similaridade com o padrão verificado no contexto nacional.

¹⁸ Que engloba as Empresas em Nome Individual e as Sociedades em actividade.

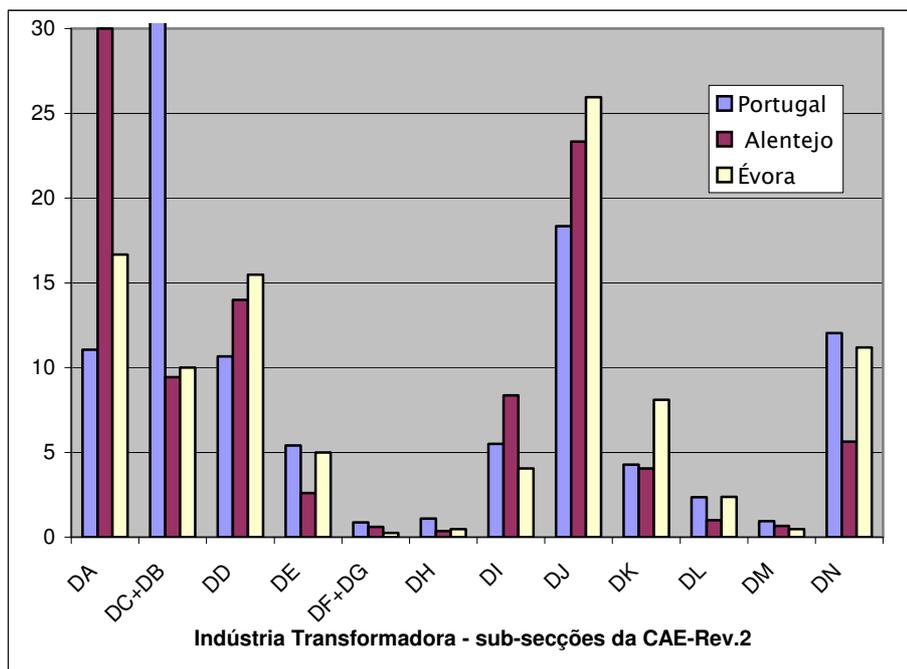
Gráfico 14: Repartição sectorial das empresas com sede na região, 2001 (%)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

Em relação à especialização patenteada pela indústria transformadora, cujas empresas não ultrapassam 7% do total registado no concelho de Évora e na região Alentejo, verifica-se que o Alentejo apresenta, face ao padrão nacional, uma maior especialização nas Indústrias Alimentares e Metalúrgicas de Base e Produtos metálicos e uma menor representação nas Indústrias do Têxtil e Couro. Por outro lado, o concelho de Évora regista alguma divergência, dado que regista uma maior representatividade em Fabricação de Máquinas e Equipamento e em outras indústrias não especificadas e, ao invés, regista um peso relativo inferior nas Indústrias Alimentares e na Fabricação de Outros Produtos não Metálicos. Finalmente, há que destacar que Évora apresenta uma forte especialização, comparada com as envolventes nacional e regional, nas indústrias da Madeira/Cortiça, Metalúrgicas de Base e Máquinas e Equipamentos.

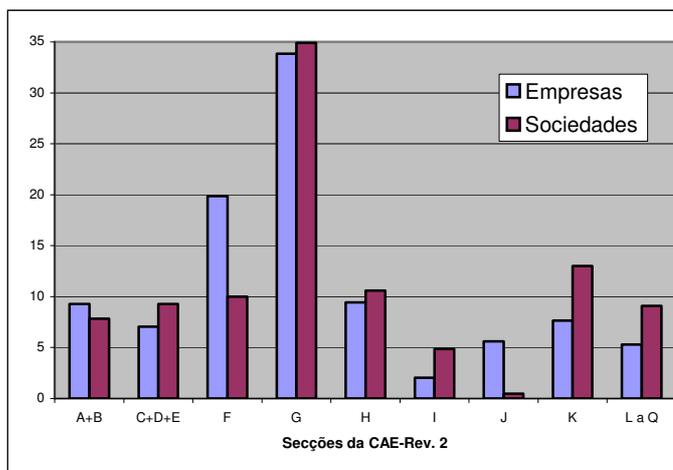
Gráfico 15: Repartição das Empresas na Indústria Transformadora, 2001 (%)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

Considerando a dimensão sectorial das Empresas e das Sociedades sedeadas no concelho de Évora, registamos que estas registam uma presença mais significativa, em termos comparativos, na Indústria, nos Transportes e Comunicações e, ainda, nos serviços imobiliários, de saúde e de educação. Em contrapartida, as Empresas, que integram as em nome individual, têm uma representação mais expressiva nas actividades de Construção e no sector Financeiro.

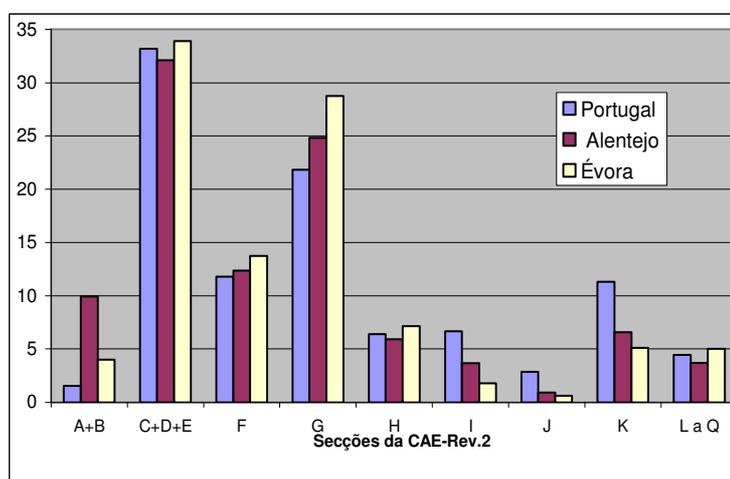
Gráfico 16: Repartição Sectorial das Empresas e Sociedades com Sede em Évora, 2001 (%)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

No que respeita ao volume de emprego gerado pelas Sociedades registadas no Alentejo verificamos que o seu peso relativo no conjunto do país foi de cerca de 4,2%, enquanto as Sociedades instaladas no concelho de Évora representaram 9,6% do emprego do Alentejo. No plano sectorial registamos que as Sociedades com actividade nos sectores da Indústria, Construção, Comércio e Turismo, geraram mais de 83% do emprego no concelho de Évora, demonstrando a existência de uma forte especialização relativa do emprego nestes domínios. Em sentido inverso, destacamos o facto de as actividades agrícolas terem gerado menos de 5% do emprego total, o que representa menos de metade dos valores registados no Alentejo. Assim, resulta da análise que Évora baseia o dinamismo do emprego num mercado perfil industrial e de serviços, em especial nos ramos do comércio e do turismo, numa tipologia distinta da verificada na envolvente regional.

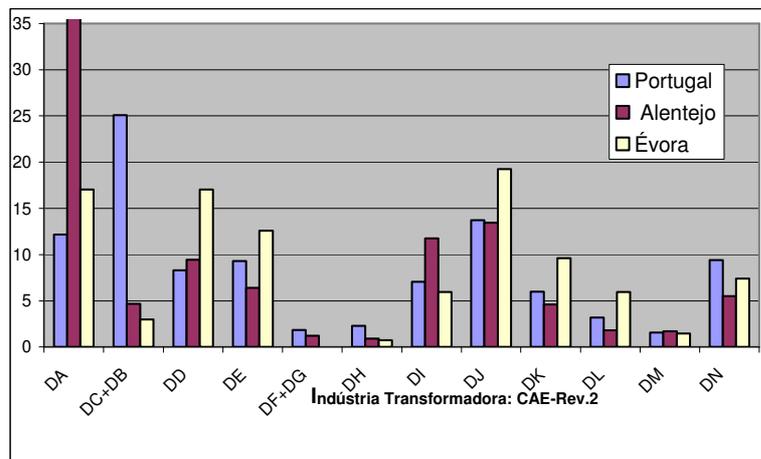
Gráfico 17: Repartição Sectorial do Pessoal ao Serviço nas Sociedades, 2001 (%)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003

As Sociedades da Indústria Transformadora em Évora geraram cerca de 34% do emprego, sendo por isso um dos sectores mais importantes do concelho. Tendo em conta o contexto nacional e regional, as indústrias com maior especialização do emprego no concelho de Évora foram Madeira/Cortiça, Pasta de Papel/Impressão, Metalúrgicas de Base e de Máquinas e Equipamentos. Por outro lado, as Indústrias Alimentares registam também valores superiores à média nacional, mas inferiores aos valores do Alentejo; em sentido oposto, a indústria de Equipamento Eléctrico aparece apenas sobre-especializada no contexto regional.

Gráfico 18: Pessoal ao Serviço nas Sociedades da Indústria Transformadora, 2001 (%)

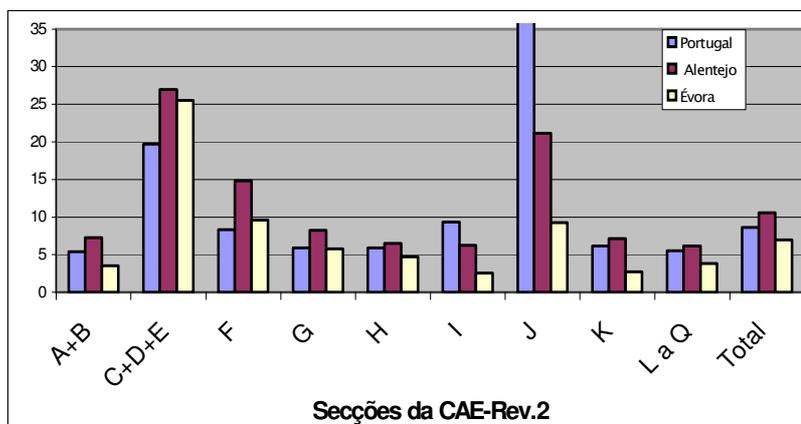


FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003; INE

A dimensão média das Sociedades em termos de pessoal ao serviço é um indicador interessante para aferir a estrutura do mercado de emprego. Em termos globais, a dimensão empresarial (7 trabalhadores por Sociedade) em Évora é inferior aos valores nacional e regional, embora registe uma forte dispersão pelas diferentes actividades. Com excepção do sector industrial¹⁹, todas as actividades das Sociedades eborenses têm, em média, menos de 10 trabalhadores ao serviço, daqui resultando a existência de um nível de emprego médio inferior ao verificado no espaço regional e no país. Assim, podemos caracterizar a estrutura empresarial de Évora pela predominância das microempresas e dos pequenos negócios nas actividades não industriais.

¹⁹ Com cerca de 26 trabalhadores em Évora e 27 no Alentejo, enquanto em Portugal aquele valor desce para cerca de 20. A existência de duas unidades industriais de capital estrangeiro de elevada dimensão em Évora justificam a existência destes valores médios que acabam por influenciar a média global.

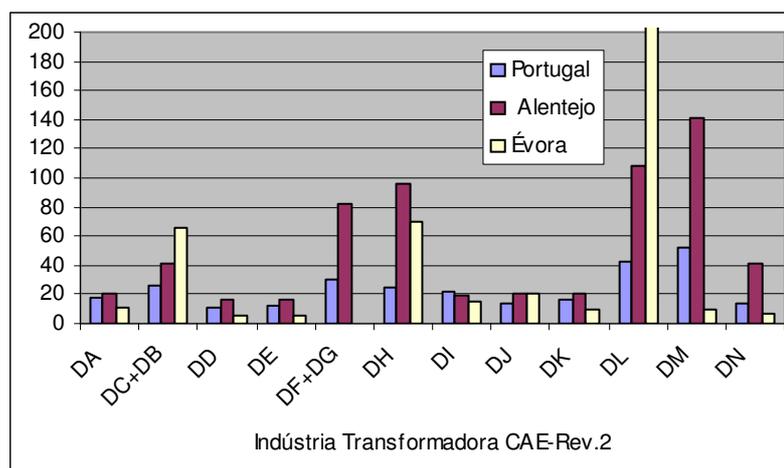
Gráfico 19: Número médio de Empregados por Sociedade registada, 2001



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003, INE

Considerando apenas a dimensão empresarial das Sociedades da Indústria Transformadora verifica-se que os diferentes ramos apresentam uma elevada divergência face ao número médio de trabalhadores que empregam. No caso do Alentejo, destacam-se pela elevada dimensão as indústrias de Material de Transporte, Equipamentos Eléctricos, Borracha e Matérias Plásticas e Produtos Petrolíferos e de Química Pesada. No que respeita ao concelho de Évora destacam-se os ramos de Equipamentos Eléctricos²⁰, Borracha e Matérias Plásticas e, ainda, Têxtil e Couro.

Gráfico 20: Emprego Médio na Indústria Transformadora, 2001

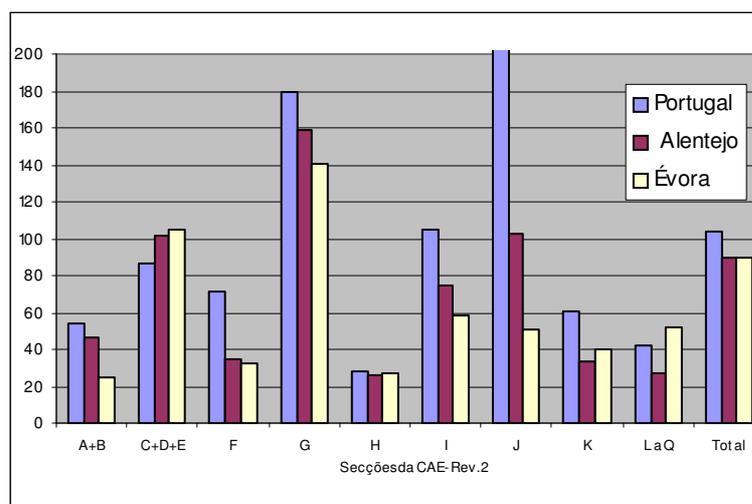


FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003, INE

²⁰ Este ramo tem, em média, mais de 250 trabalhadores por empresa e gera um valor superior a 52% do emprego concelhio na indústria transformadora, exercendo uma acção polarizadora muito importante. Porém, só uma empresa gera mais de 1500 postos de trabalho, o que contribui decisivamente para os valores médios apresentados por este ramo.

Outro indicador vulgarmente usado na caracterização do tecido empresarial é o *volume de vendas por empregado*²¹. Assim, da observação dos valores deste indicador, na relação do concelho de Évora face à envolvente regional e nacional, podemos concluir pela existência de uma elevada dispersão dos valores registados pelas diferentes actividades produtivas e pela respectiva expressão nos agregados territoriais considerados. Como esperado, o comércio e a indústria foram claramente as actividades com maior dimensão das vendas, sendo que nesta última actividade o valor de Évora foi mesmo superior ao verificado a nível nacional.

Gráfico 21: Volume de Vendas por Empregado em Milhares de Euros, 2001

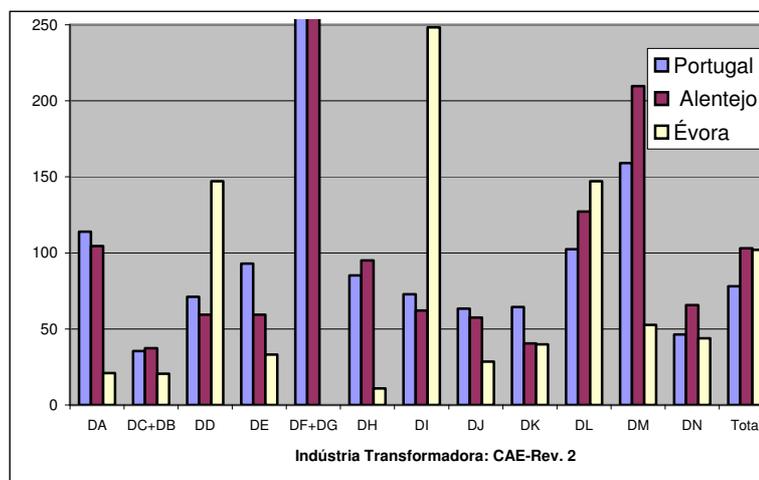


FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003, INE

Através da análise do padrão de dispersão para a Indústria transformadora do indicador antes referido, ressaltamos o facto de Évora apresentar um volume de vendas por trabalhador bastante superior aos valores regionais e nacionais na “Fabricação de Produtos Minerais não Metálicos”, na “Indústria de Pasta de Papel e Cartão” e, ainda, na “Fabricação de Equipamento Eléctrico”. Em situação oposta, nas restantes actividades industriais os valores foram claramente inferiores à média regional e nacional, indiciando a prevalência de níveis de vendas por empregado relativamente baixas, como é o caso de “Artigos de Borracha e Matérias Plásticas” e “Produtos Alimentares e Bebidas” e “Produtos Têxteis e de Couro”.

²¹ Naturalmente o indicador mais adequado seria o “VAB/Emprego” que, no entanto, não está disponível ao nível empresarial.

Gráfico 22: Vendas por Empregado na Indústria Transformadora em Milhares de Euros, 2001

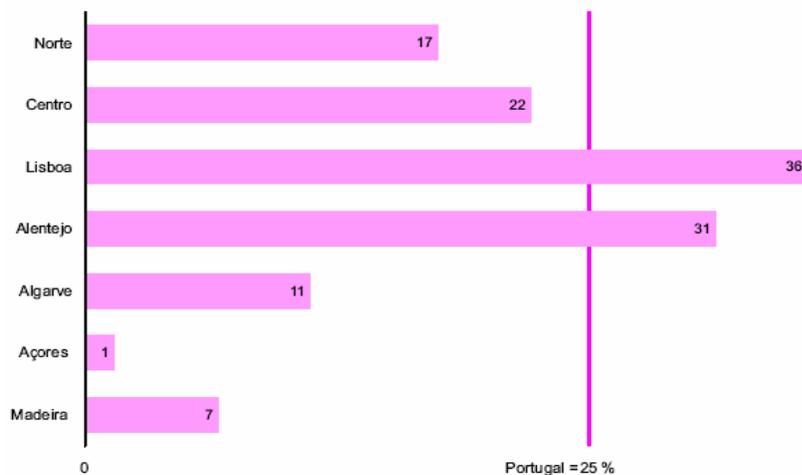


FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003, INE

Como vimos ao longo deste relatório, a indústria transformadora mantém um peso importante no emprego e na criação de valor dos territórios onde se instala, não obstante o tecido industrial português apresentar padrões de especialização muito diferenciados regionalmente. Um dos elementos diferenciadores de tal padrão de especialização é a intensidade tecnológica subjacente a cada uma das actividades e aos produtos daí resultantes. Com base numa taxonomia proposta pela OCDE²², que agrega as indústrias pela intensidade da I&D no valor final da produção, o “Inquérito às Empresas Harmonizado” do INE conclui que em Portugal em 2002 só 25% do VAB respeitava a actividades de média e alta tecnologia. Da expressão regional da intensidade tecnológica na produção, retiramos que o Alentejo apresenta um valor acima da média nacional, devido fundamentalmente à sua elevada especialização em “Produtos Químicos” e Veículos Automóveis”.

²² Ver, a propósito desta classificação, Retrato Territorial de Portugal, 2003, INE, pp 109.

Gráfico 23: Peso das Indústrias de Média e Alta Tecnologia no VAB, 2002

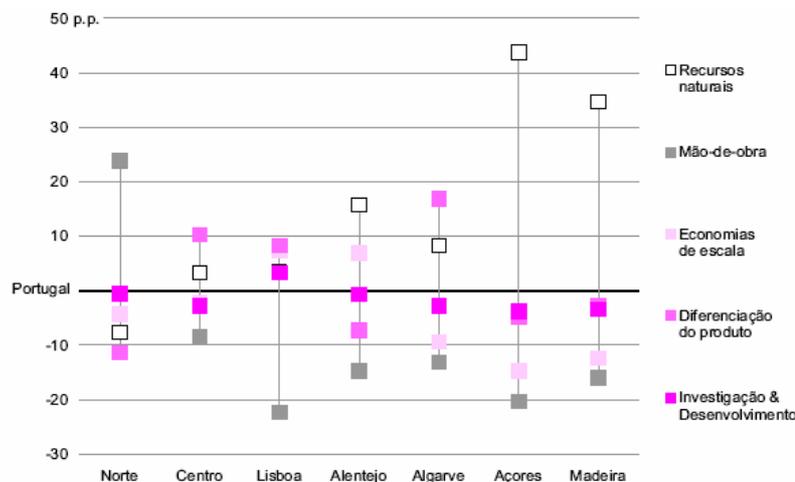


FONTE: RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003, INE

Através do recurso ao referido Inquérito foi ainda possível caracterizar as indústrias em relação aos factores determinantes da competitividade nos diferentes mercados²³. Através da comparação da estrutura regional do VAB face à média nacional podemos identificar diferentes lógicas de especialização territorial, baseados nos critérios que tornam as suas indústrias mais competitivas. No Alentejo, tendo em conta o diferencial face à estrutura tipo do país, verifica-se que os factores “Recursos Naturais” e Economias de Escala” constituem a base da competitividade industrial, enquanto as indústrias “intensivas em Trabalho” e as geradoras de “Produtos Diferenciados” registaram aqui uma expressão pouco significativa.

²³ O critério proposto pela OCDE e aqui aplicado distingue cinco grupos de indústrias de acordo com o perfil de competitividade que apresentam: intensivas em recursos naturais, intensivas em mão-de-obra, indústrias com economias de escala elevadas, indústrias com grande capacidade para diferenciar os seus produtos e ainda indústrias intensivas em I&D.

Gráfico 24: Perfis de Competitividade - Diferencial Face à Estrutura do VAB no País, 2002



FONTE: RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003, INE

Por via da informação sobre a localização concelhia da sede das sociedades registadas no INE em 2001, foi possível obter uma imagem dos perfis de competitividade do país, tendo por base o número de pessoas ao serviço. Da observação da tabela seguinte destacamos o facto de, não obstante persistir uma forte heterogeneidade nos perfis de competitividade inter e intra-regionais, o concelho de Évora e a sua envolvente transversal, localizada no corredor viário “Lisboa / Setúbal / Vendas-Novas / Montemor / Évora”, configurar um padrão de especialização distinto do resto do Alentejo e, também, dos restantes concelhos da sub-região Alentejo Central. As actividades industriais com capacidade para diferenciar o produto e para aproveitar as economias de escala constituem a base da competitividade na região, não obstante o facto de não haver ainda um número de empresas suficientes para gerar a massa crítica exigida por um cluster territorial plenamente consolidado.



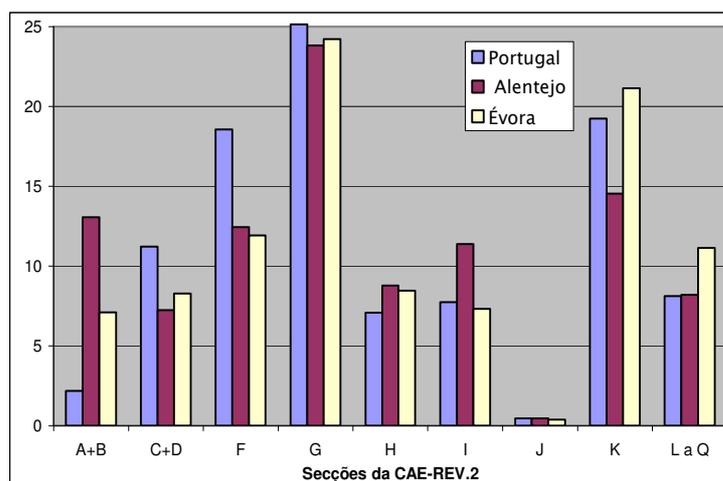
Figura 6: Perfis de Competitividade por Concelho e por Número de Sociedades, 2001

FONTE: RETRATO TERRITORIAL DE PORTUGAL, 2003, INE

O ritmo na constituição de novas sociedades e a expressão revelada pela respectiva estrutura sectorial indicia, por um lado, o dinamismo da atractividade empresarial num dado espaço e, por outro, a existência de eventuais bloqueios ao estabelecimento de novas unidades. No triénio recente de 2001/2003 foram constituídas no concelho de Évora 520 novas Sociedades, o que correspondeu a cerca de 11,5% e 0,5% das Sociedades criadas no Alentejo e em Portugal, respectivamente. Em termos sectoriais destacamos o facto de cerca de 1/3 das novas Sociedades criadas em Évora terem ocorrido nas Actividades Imobiliárias e Serviços às Empresas e ainda, nos domínios da Administração, Educação e Saúde/Ação Social.

Tais valores relativos, significativamente superiores aos registados no plano nacional e principalmente no contexto do Alentejo, expressam um crescente interesse pelo investimento nestes sectores e atestam o reconhecimento empresarial pela existência de oportunidades de negócio e de vantagens comparativas do concelho de Évora neste tipo de actividades.

Gráfico 25: Sociedades Constituídas entre 2001/2003 por Secções da cae-rev.2 (%)



FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO, 2003, INE

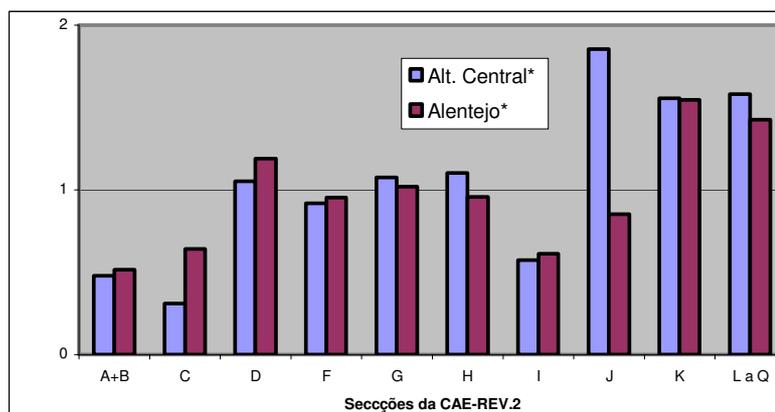
Com o objectivo de confirmar se o padrão sectorial revelado na constituição de novas Sociedades em Évora tem sido divergente dos perfis registados na envolvente regional (Alentejo Central e Alentejo), calculámos um “quociente de localização”²⁴. Os resultados mostram de forma expressiva que no triénio considerado, o concelho de Évora manifestou uma elevada atractividade relativa nas

²⁴ Rácio entre o peso, em termos de número de Sociedades constituídas em Évora e o peso em termos do número de Sociedades constituídas no resto do Alentejo Central e do Alentejo (ou seja, aos valores dos agregados territoriais subtraímos os valores de Évora). Assim, quando o valor for superior a 1 o concelho é especializado nessa actividade; no caso, como se trata de constituição de empresas num dado período, referimos que tem sido mais atractivo na captação de novos empresários em tais actividades.

actividades de serviços financeiros, imobiliários, de apoio às empresas e, ainda no domínio da Administração, Educação, Saúde e Acção Social.

Tal tendência, já detectada na caracterização sectorial do emprego e da situação da estrutura empresarial, é agora enfatizada pelos elementos relativos à dinâmica recente desta estrutura, e ilustra o reforço da centralidade da função terciária de Évora no Alentejo, confirmando o seu papel determinante enquanto capital regional na Prestação de múltiplos e diversificados Serviços.

Gráfico 26: Quocientes de Localização das novas sociedades (2001/2003)

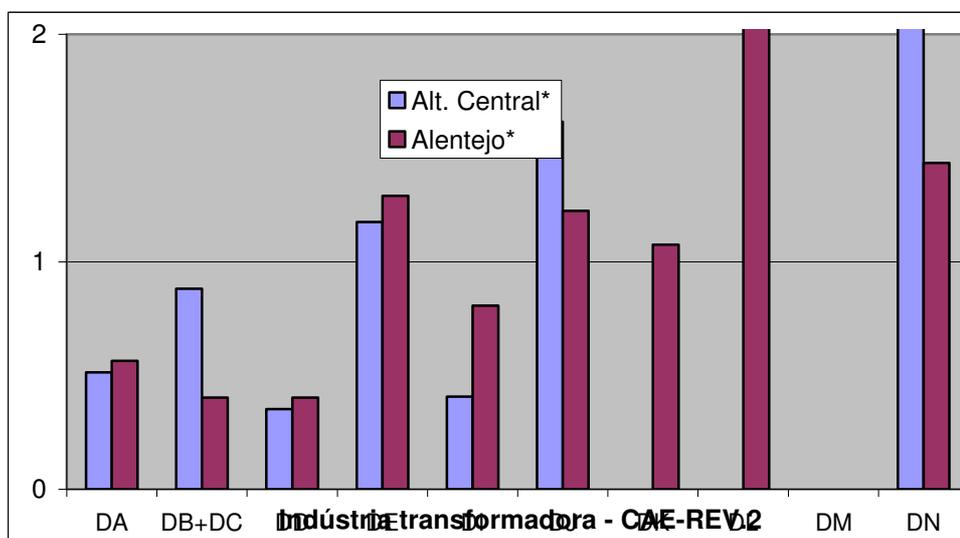


FONTE: CÁLCULOS PRÓPRIOS COM BASE NOS “ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO”, 2001 A 2003”, INE,

Também no domínio da indústria transformadora o concelho vem consolidando a sua atractividade relativa no contexto do Alentejo e da sub-região Central. Assim, com base nos valores do “Quociente de Localização” aplicados às Subsecções da CAE para estas indústrias, registamos que as empresas têm demonstrado crescente interesse pela localização no território concelhio de unidades nos ramos “Fabricação de Equipamento Eléctrico” e “Outras indústrias não especificadas”, enquanto os concelhos limítrofes têm manifestado maior atractividade para as empresas que usam recursos naturais, como é o caso dos ramos alimentar e da fileira florestal, e dos Têxteis e Couro.

Creemos pois estar em presença de uma tendência de especialização funcional, de natureza complementar, do centro - cidade e dos concelhos limítrofes que, após plena consolidação, dinamizará os fluxos intra-regionais de bens, serviços e factores e tenderá a reforçar a afirmação da cidade como pólo de fornecimento serviços e de determinado tipo de indústria.

Gráfico 27: Quocientes de Localização das novas sociedades na Indústria Transformadora (2001/2003)



FONTE: CÁLCULOS PRÓPRIOS COM BASE NOS “ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ALENTEJO”, 2001 A 2003”, INE

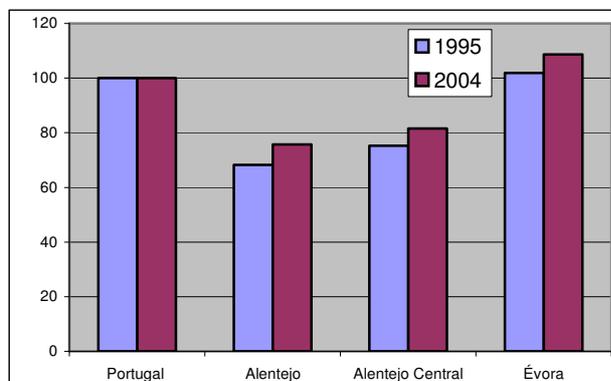
O *Estudo sobre o Poder de Compra Concelho* (EPCC) infere, a partir de um vasto leque de variáveis, e recorrendo a um modelo de análise factorial, um conjunto de indicadores que caracterizam os concelhos portugueses do ponto de vista do poder de compra aí manifestado. Assim, a sua grande vantagem resulta de proporcionar informação à escala do concelho, unidade territorial para a qual não existem no sistema estatístico nacional medidas quantificadas de variáveis tão importantes como o rendimento ou o consumo²⁵.

Neste contexto, e dado que o *índice do poder de compra* reúne distintos indicadores base relativos às actividades produtivas e ao rendimento gerado e aplicado em cada concelho, apresentamos na tabela seguinte a dinâmica daquele indicador no período 1995-2003. Da sua observação decorrem duas importantes conclusões: por um lado, Évora apresenta valores claramente superiores aos registados pelos agrupamentos regionais e sub-regionais em que se insere, sendo as diferenças em 2003 de 30% e 25% para o Alentejo e Alentejo Central, respectivamente; por outro, a dinâmica dos três agrupamentos territoriais no período tratado foi positiva, tendo o Alentejo e a sua sub-região Central

²⁵ Todavia, porque se trata da aplicação de um modelo específico (e não de uma operação clássica de produção estatística), o EPCC não consegue produzir estimativas de qualquer uma daquelas duas variáveis, a que corresponde, na tradição da teoria económica e da contabilidade nacional, um âmbito conceptual bem delimitado.

reduzido a diferença face à média nacional, enquanto o concelho de Évora já ultrapassou a média nacional em cerca de 9%²⁶.

Gráfico 28: Evolução do Índice de Poder de Compra (Portugal=100)



FONTE: ESTUDO SOBRE O PODER DE COMPRA CONCELHIO, VÁRIOS ANOS, INE

Em síntese, a situação caracterizada ao nível da dinâmica revelada por este índice compósito sobre o poder de compra e o nível de bem-estar associado, reflecte de forma notória o reforço do papel central da cidade de Évora, no contexto do Alentejo e, quiçá, nos territórios do interior português. Adicionalmente, cremos que tal tendência constitui a causa e o corolário da elevada atractividade relativa que o concelho vem exercendo sobre determinado tipo de actividades económicas e que, em última instância, justificam a forte atracção junto da população residente nos territórios limítrofes, geradora de importantes movimentos pendulares por motivos sócio-profissionais.

²⁶ Em 2003, a contribuição do concelho de Évora para o “Poder de Compra” da Região Alentejo e do Alentejo Central foi, em termos respectivos, de 14,3% e 42,8%, valores que aumentaram 6,5% e 2,3% no período considerado nesta análise. A dimensão e a tendência temporal do indicador reflectem o papel polarizador do concelho no espaço envolvente.

3. DIAGNÓSTICO

3.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Évora dispõe de um Plano Director Municipal (PDM) elaborado entre 1978 e 1979 sendo então um caso pioneiro pois esta figura não tinha ainda enquadramento legal. Só posteriormente, em 1982, é publicada a primeira legislação que regulamenta a figura de Plano Director Municipal, vindo o PDM de Évora a ser ratificado em 1985.

O Plano Geral de Urbanização de Évora, aprovado em 1948, era então o principal instrumento de planeamento urbano do concelho, abrangendo no entanto apenas a cidade de Évora. O primeiro Plano Director Municipal de Évora (PDM) foi elaborado, com o objectivo de, pela primeira vez, ordenar a totalidade do território do município.

Entretanto a pressão da dinâmica urbana extravasou os limites da cidade dando origem ao aparecimento de bairros na periferia de Évora, seguindo um processo de desenvolvimento de natureza informal, à margem do necessário licenciamento. O PDM de Évora preconiza a contenção da construção descontrolada²⁷, adoptando uma estratégia de integração dos bairros informais na cidade definindo expansões que incluem os conjuntos edificados localizados em área rural na proximidade no perímetro urbano. Promove a salvaguarda dos valores naturais, a criação de condições para a instalação de infra-estruturas e equipamentos nos aglomerados do concelho e a criação de espaços para a instalação de unidades industriais.

Mais de duas décadas decorridas sobre a ratificação do primeiro PDM e dez anos após uma alteração pontual na área da Barragem de Monte-Novo, uma diversidade de factores, em boa parte exteriores ao contexto de planeamento, mas também internos ao próprio sistema urbano tornam necessária a sua revisão.

Uma primeira ordem de questões, exteriores ao quadro de referência do PDM, têm a ver com a emergência de novos valores em termos sociais e conseqüente alteração de comportamentos, de que são exemplo o desdobramento familiar, a forte diminuição da natalidade, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ou a explosão da procura do ensino superior. Estas mudanças têm necessariamente implicações no ordenamento do território, pois implicam um aumento da procura de alojamento superior ao aumento demográfico no caso da diminuição do número de pessoas por família, a procura de habitação localizada na proximidade do emprego no caso das mulheres activas e uma maior mobilidade dos jovens quando em formação.

²⁷ Na generalidade dos municípios, a construção em zona rural não era ilegal, pois o licenciamento de obras só era obrigatório na área abrangida por Plano de Urbanização.

Metodologicamente a revisão do plano deve ser precedida de um estudo da evolução do conjunto dos aglomerados do concelho e do desempenho do plano inicial ainda em vigor. Do actual conceito de plano - processo, decorre a necessidade de analisar as virtudes e dificuldades na gestão do plano em vigor a fim de reorientar o processo em curso. Haverá ainda que identificar as alterações exteriores ao quadro de referência do PDM inicial. Esta avaliação contribuirá para a definição dos objectivos da revisão do PDM.

As disposições do PDM inicial para as áreas urbanas, encontram-se hoje ultrapassadas em virtude de terem sido definidos perímetros para aglomerados Sedes de Freguesias e de ter sido feita a revisão do PUE, em 2000. Neste contexto decidimos quantificar a execução do PUE, no caso da Cidade de Évora, pois que a análise abrange um período mais recente e as normas em vigor são as actuais.

3.1.1. Questões Exteriores ao Plano

A urbanização crescente da população apresenta-se como uma tendência pesada a nível global, com o incremento da transferência da população dos aglomerados de pequena dimensão para os centros urbanos, seja para as grandes metrópoles seja para as cidades médias. Como Portugal apresenta uma taxa de urbanização muito inferior ao resto do espaço europeu tudo indica que a dinâmica de crescimento dos centros urbanos continue a apresentar valores substancialmente mais elevados que as regiões envolventes. A procura de melhores condições de vida e o estabelecimento de valores profissionais, são na sua grande maioria responsáveis por este movimento rumo às cidades médias no nosso país e na Europa.

O desdobrimento familiar tem sido uma tendência generalizada em todo o país a qual tem como consequência directa o aumento da procura de habitação, mesmo que os quantitativos populacionais não se alterem. As famílias são mais pequenas e conseqüentemente em maior número pelo que há uma necessidade de mais casas. No concelho de Évora a dimensão média da família entre 1940 e 2001 passou de 3,7 para 2,7. Esta alteração significa que o principal factor que contribuiu para a necessidade de novos fogos foi o desdobrimento familiar e não o crescimento demográfico. No caso de Évora, no decénio de 1991/2001, ao incremento de 2600 residentes corresponderiam cerca de 900 novas famílias, se a dimensão da família se mantivesse. Num contexto de desdobrimento familiar o aumento do número de famílias foi de facto 2435, o que corresponde à necessidade de mais 1500 fogos, apenas pela razão apresentada.

Em Portugal o congelamento das rendas e o aumento do número de residentes que ocupam a sua habitação em regime de propriedade e a existência do IMI são factores que introduzem uma grande rigidez no mercado de habitação. O ritmo das mudanças de casa para adaptar a sua dimensão à composição da família de acordo com a variação do número dos seus membros ou para encurtar a deslocação casa / trabalho é muito baixo.

A conciliação da jornada profissional com as tarefas domésticas no caso da mão-de-obra feminina, tem conduzido à aproximação entre a residência e o local de trabalho. Por essa razão o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho tem-se revelado como um factor importante na escolha da localização da habitação. Tem-se constatado recentemente nas cidades de maior dimensão, uma procura de habitações novas ou reabilitadas, em áreas centrais, por parte de jovens casais de activos. Em Évora a taxa de actividade feminina é superior à média nacional, o que poderá contribuir para a procura de habitações mais próximo do local de trabalho e contribuir assim para o aumento da procura na cidade.

Na cidade de Évora, o Centro Histórico continua a perder população. Em 2001 a população residente era de cerca de um terço da de 1960. As intervenções para melhoria do espaço público e das infra-estruturas não foram suficientes para sustentar este abandono do centro. As restrições regulamentares do PUE em vigor têm sustido a terciarização da Cidade Intra-Muros sem que haja uma alternativa clara para a expansão de negócios para o exterior do Centro Histórico. Só com intervenções muito articuladas será possível ultrapassar o corte existente entre o Centro Histórico e a cidade extra-muros. O vazio regulamentar em torno da muralha classificada dificulta a concentração de algumas actividades do sector terciário como o comércio a retalho e os serviços no exterior da muralha dada a quebra de contiguidade e a distância de outras actividades afins.

O aumento da frequência do ensino superior tem implicado a deslocação de um número significativo de jovens adultos para os centros urbanos, com a conseqüente procura de instalações de carácter não permanente. Em Évora este fenómeno tem vindo a ganhar uma importância crescente com a fixação de estudantes na cidade uma boa parte dos quais no Centro Histórico.

3.1.2. Evolução do Planeamento Concelhio

Ao cabo de quase seis décadas de uma prática de gestão sustentada da cidade e dos aglomerados rurais, oportuno se torna apreciar os principais planos que nos antecederam e que, por si, constituem fases da evolução dos modelos de ordenamento do território e de planeamento urbano, quer para a Cidade quer para o Concelho.

Entre 1942 e 1945, foi elaborado o primeiro Plano de Urbanização da Cidade por *Etienne de Gröer*, sendo aprovado pela edilidade em 1945 e sancionado pelo governo em 1947, após parecer do Conselho Superior de Obras Públicas²⁸.

Em 1960 foi iniciada a Revisão do Plano, por *Nikita de Gröer*, não tendo a mesma sido aprovada. Foram no entanto elaborados alguns Planos Parciais de Urbanização dos quais se destacaram, a

²⁸ Ao abrigo do Decreto Lei n.º 35 931, de 4 de Novembro de 1946

Zona de Urbanização n.º 2 a Oeste da Cidade, o Novo Traçado da EN 114 desde as Portas de Alconchel e, dentro do Centro Histórico, a Avenida que ligaria o Largo de S. Francisco à Praça Joaquim António de Aguiar.

A figura de “Plano Director Municipal”, foi introduzida em 1977²⁹ tendo sido regulamentada em 1982³⁰. Relativamente ao primeiro Plano Director Municipal, a sua elaboração foi iniciada em 1978 e concluída em 1980, vindo a adquirir plena eficácia em 1985³¹, cinco anos após a sua elaboração.

A citada ratificação excluiu os planos gerais de urbanização, apresentados conjuntamente com o Plano Director Municipal para o interior dos perímetros urbanos por este definidos. Assim, não foram definidas regras conducentes a uma eficaz gestão urbanística, para as áreas urbanas dos aglomerados do concelho.

O Plano Geral de Urbanização da cidade, viria posteriormente a ser ratificado e publicado no Diário da Republica em 3 de Dezembro de 1991. Actualmente encontra-se em plena eficácia a 3ª Revisão³² deste Instrumento de Gestão Territorial, ratificada em 2000.

Ainda em 1991, a Assembleia Municipal aprovou uma alteração ao Plano Director Municipal, na sessão de 18 de Outubro. Tal aprovação viria a merecer a ratificação e consequente publicação no Diário da República de 13 de Abril de 1993.

O Plano de Urbanização de Évora de 2000, actualmente em vigor, definiu como objectivos gerais:

- Globalizar o Centro Histórico e estruturar a cidade;
- Revitalizar, criar e valorizar o património edificado;
- Dotar a cidade de um bom nível de serviços;
- Animar a acção urbanística municipal.

O primeiro objectivo que visava a estruturação da cidade extra-muros, a partir do estabelecimento de uma estrutura viária principal estabelecendo continuidade urbanas, será parcialmente alcançado com o Plano dos Leões, que procura prolongar o centro urbano para o exterior das muralhas e estabelecer um tecido urbano conexo ligando as áreas urbanas existentes.

²⁹ pela Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro “atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos”

³⁰ Decreto Lei n.º 208/82, de 26 de Maio - “quadro regulamentar dos planos directores municipais”

³¹ Portaria n.º 5/85, de 2 de Janeiro

³² Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/2000, de 28 de Março

A melhor integração do Centro Histórico com o resto da cidade e dos bairros entre si não tiveram grandes desenvolvimentos. Na Cidade Histórica foi melhorado o espaço público e dignificada a sua envolvente.

A maior permeabilidade da muralha não teve alterações significativas. Mas o objectivo específico que não alcançou resultados foi o que pretendia a manutenção da habitação no Centro Histórico, pois o ritmo de saída de residentes não teve qualquer abrandamento. Através da implementação de programas específicos e adaptados a casos concretos, será possível sustentar o esvaziamento da Cidade Intra-Muros, contrariando a tendência grave do seu esvaziamento no que respeita à função residencial.

O bom nível de serviços e a dotação da cidade com um conjunto de equipamentos de grau superior, com uma estrutura verde, com uma circulação mais fácil, com transportes colectivos de acesso ao centro, enquanto objectivo consagrado na estratégia apresentado no PUE, teve alguns desenvolvimentos mas também algumas dificuldades.

Neste momento, encontra-se já em funcionamento um novo módulo de transporte público de acesso ao centro, a Linha Azul. Apesar da sua entrada em funcionamento ser relativamente recente, esta alternativa tem permitido, pela ligação aos parques de estacionamento situados extra-muros, uma melhoria no acesso ao centro da cidade para quem se desloca de automóvel e tem também constituído uma mais valia para os indivíduos que habitualmente se deslocavam a pé.

Dentro do quadro de referência do próprio plano, houve alterações conceptuais em diversos domínios. A importância da protecção ambiental implica uma análise biofísica mais direccionada, fundamentando uma nova proposta de zonamentos em espaço rural que visa, nomeadamente, a conservação de recursos e a defesa da biodiversidade.

3.1.3. Normativa Urbanística

A monitorização do plano através da análise do processo de implementação revela a necessidade de adequar os instrumentos de gestão actualmente existentes à evolução do sistema urbano concelhio.

No caso específico do Plano de Urbanização de Évora, algumas disposições colocam esta cidade numa situação de desigualdade relativamente à oferta de habitação nos municípios vizinhos:

- a aplicação de uma perequação a toda a cidade penaliza a Cidade de Évora face às sedes de concelho vizinhas onde a gestão do solo se harmoniza com as práticas correntes no resto do país. A fixação de um direito abstracto de construção, uniforme para toda a cidade, independentemente da edificabilidade do terreno e da sua localização, penaliza fortemente os

promotores das zonas de índices mais elevados, onde a edificabilidade acima de 0,35 é obrigatoriamente cedida à CME;

- a cedência de solo para zonas verdes e equipamentos nas operações de urbanização promovidas por particulares é, por determinação legal proporcional à área coberta edificável. No caso do PUE, o valor fixado para esta cedência, 0,9m² de solo por cada m² da área total de pavimento, é muito elevado, aproximando-se do dobro do valor de referência, 0,53, que têm sido estabelecidos supletivamente pela Administração Central para o país. Como consequência dificilmente é possível dispor do índice estabelecido no plano e fazer a correspondente cedência, o promotor tem que adquirir um outro terreno para satisfazer os requisitos regulamentares, o que vai onerar o valor do solo urbanizado na Cidade;
- a atribuição dos usos do plano tendo como base as unidades cadastrais tem sido um obstáculo à concretização de cedências efectivas para o domínio municipal no quadro do licenciamento de loteamentos; às parcelas zonadas exclusivamente para habitação/terciário contrapõem-se parcelas zonadas exclusivamente para equipamentos sociais, o que dificulta a gestão no sistema de compensação ; o solo previsto para uso habitacional é loteado sem que se façam as correspondentes cedências para equipamentos, em virtude de a reserva para equipamento se localizar numa unidade cadastral vizinha, a qual nunca vem à posse da Câmara, a menos que edilidade recorra à expropriação;
- a programação de cada parcela de solo reservado para equipamento social com o seu destino exacto, com carácter vinculativo, introduz uma rigidez na execução do plano, que não permite a permuta de programas, de forma a articular a disponibilidade de terreno com a oportunidade de financiamento. Não está em causa a alteração do estatuto do solo mas a ausência de um mecanismo que permita reprogramar equipamentos quando tal se justifique. Os dez anos do prazo de vigência de um plano não se compadecem com o aproveitamento de oportunidades de financiamento ou de constituição de parcerias para a concretização de equipamentos que poderão marcar a diferença na afirmação e no desenvolvimento do concelho a nível regional ou nacional. O simples zonamento de um espaço para equipamento requer posteriormente um mecanismo para que ele venha à posse da Câmara. A constituição de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão poderá responder a esta dificuldade.

3.1.4. Dinâmica de Uso do Solo

As cidades de dimensão média têm sido sujeitas a ritmos de crescimento demográfico que por vezes ultrapassam os das áreas metropolitanas, ganhando um novo protagonismo e assumindo um papel de intermediação entre a sua região e as demais cidades do sistema urbano nacional. Este papel

implica o reforço dos seus serviços e o desenvolvimento de novas formas de organização. A própria integração comunitária veio, em nome do princípio da subsidiariedade, reforçar um maior protagonismo das regiões. Esta importância acrescida das regiões no quadro europeu tem como consequência o reforço das capitais regionais não só como centros de serviços mas também como catalisadoras de desenvolvimento e inovação.

O desenvolvimento do sector terciário, nomeadamente com a construção de equipamentos e serviços que pela sua natureza ou pela sua escala podem necessitar de áreas substanciais, como os interfaces do sistema de transportes, novas áreas comerciais, feiras de alcance regional ou mesmo nacional, grandes equipamentos de saúde, de ensino superior ou desportivos implica, em muitas situações, a expansão dos perímetros urbanos da primeira geração de PDM.

Como na ratificação do primeiro PDM foram excluídos todos os perímetros urbanos, analisou-se a dinâmica de urbanização das áreas de expansão previstas no PUE no período de 2000-2004, restringindo-se a análise à cidade. Nesta análise foram considerados três estádios de desenvolvimento do processo de urbanização:

- 1 - Zonamento do Plano ainda disponível
- 2 - Área com estudos de loteamento em curso ou terminados, ou com plano de pormenor em elaboração;
- 3 - Área com alvará ou com obras de urbanização em curso ou terminadas ou edificadas

Para se proceder à análise da dinâmica de alteração do uso do solo na Cidade de Évora, recorreu-se às medições do solo zonado para os diferentes usos previstos no PUE (quadro 2), confrontando-os com os processos em curso ou já licenciados desde a entrada em vigor daquele Instrumento de Gestão Territorial.

O período considerado no levantamento da urbanização de solo para os diferentes usos considerados no PUE cingiu-se aos quatro anos de vigência do plano de 2000 a 2004.

No quadro 3 pode observar-se, de acordo com o respectivo levantamento, a Dinâmica de Urbanização do Solo no período 2000 / 2004, ou seja, a evolução da ocupação do solo relativamente aos diferentes tipos de usos.

Procedeu-se do mesmo modo à análise da evolução da ocupação do solo destinado ao uso habitacional discriminado pelas diferentes categorias previstas no PUE e cujo apuramento se pode observar no quadro 4.

Quadro 2: PUE/ Proposta de Uso do Solo

Usos	Área Consolidada (ha)	Área de Expansão	
		V. A. (ha)	%
Habitacional	465	184	40
Indústria	111	76	68
Terciário	25	36	144
Equipamentos	118	78	66
Verde Urbano	29	131	452
Total	748	505	68

Quadro 3: PUE – Dinâmica de Urbanização do Solo (2000 / 2004)

Usos	1 - Área de Expansão	Dinâmica Urbana						5 = 1 - 4 Área Disponível
		2 - Em fase de Estudo		3 - Com Alvará ou Urbanizado		4 = 2 + 3 Dinâmica Urbana		
		V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	
HABITACIONAL	184	47	25,5	46	25	93	50,5	91
INDUSTRIA	76	21	27,6	18	23,7	39	51,3	37
TERCIÁRIO	36	3	8,3	5	13,9	8	22,2	28
EQUIPAMENTOS	78	10	12,8	11	14,1	21	26,9	57
VERDE URBANO	131	0	0	3	2,3	3	2,3	128
TOTAIS EXPANSÃO	505	81	16,0	83	16,4	164	32,5	341

Quadro 4: PUE - Uso Habitacional em ha / Dinâmica de Urbanização do Solo (2000/2004)

Uso Habitacional	1 - Área de Expansão (ha)	Dinâmica Urbana		4 = 2 + 3 Dinâmica Urbana	5 = 1 - 4 Área Disponível
		2 - Em fase de Estudo	3 - Com Alvará ou Urbanizado		
H0	39	13	5	18	21
H1	44	9	14	23	21
H2	21	5	11	16	5
H3	3	0	1	1	2
HNT	77	20	15	35	42
Total	184	47	46	93	91

Nota: As zonas identificadas como **HNT** (habitacional não tipificado), poderão não corresponder a áreas de expansão, mas sim a áreas de reconversão urbana que se encontram parcialmente edificadas (ex. B.º do Escurinho).

Gráfico 29: Área PUE



Gráfico 30: Alteração do Uso do Solo Urbano - Évora - 2000/2003



Os resultados revelam uma assinalável dinâmica de urbanização, verificando-se que, decorridos apenas quatro anos da vigência do PUE, para alguns dos usos, mais de 50% das áreas de expansão têm já processo de urbanização em curso ou concluído.

A evolução do uso do solo em Évora nestes últimos quatro anos revela um ritmo de concretização superior ao previsto no PUE, partindo do princípio de que as áreas de expansão teriam que ser suficientes para o programa a executar em 10 anos, mantendo ainda uma reserva suficiente para o quinquénio seguinte, a fim de evitar uma situação de escassez de solo urbano.

Na análise ao consumo de solo urbano pelos diferentes usos, sobressaem a habitação e a indústria com um ritmo de transformação que, a manter-se, conduzirá a uma situação de escassez de solo muito elevada no horizonte do plano.

A apreciação do processo de urbanização do solo no período 2000/2004 revela uma procura forte por parte da habitação e da indústria. Um quarto do solo previsto para habitação já possui alvará. Outro

tanto tem processo de urbanização iniciado. A procura de solo industrial tem um comportamento semelhante. O solo industrial com alvará aproxima-se dos 25%, e as parcelas com processos em curso ultrapassam os 25%.

A discrepância verificada entre a dimensão da oferta de solo urbano e o ritmo da sua efectiva transformação no quadriénio analisado, requer a adopção de medidas que garantam o aumento da oferta, antes do termo de vigência do plano.

3.1.5. Expansão Habitacional

Para efeito da quantificação do solo urbano necessário para a expansão habitacional recorreu-se a dois métodos distintos.

Um primeiro método, em que se projectou o ritmo de urbanização relativo ao passado recente (2000-2004) para o horizonte do plano.

Neste método, a análise da dinâmica de licenciamento e da efectiva urbanização do solo programado para expansão urbana no Plano de Urbanização de Évora (PUE), tendo em conta o índice médio de 0,35 fixado em sede daquele plano e que corresponde aproximadamente a 30 fogos/ha, revela um consumo de solo previsto para expansão habitacional de 10 a 11 ha por ano, que corresponde à ordem de grandeza do número de fogos licenciados anualmente no decénio anterior, que foi na ordem dos 300 a 330 fogos por ano.

Alterações conjunturais poderão fazer oscilar estes valores, mas a tendência pesada das deslocações da população para os centros urbanos de maior dimensão, faz prever a manutenção ou mesmo o incremento desta tendência.

Tendo em vista a previsão do solo necessário para o horizonte fixado para o presente PDM, ou seja até 2016, simularam-se as alterações ao uso solo por quadriénios de 2004 a 2016.

Os valores para 2004, 2008, 2012 e 2016 são apresentados por vectores e apresentam-se também as matrizes de transição para um melhor entendimento do processo.

Quadro 5: Oferta de Solo Programado Disponível no PUE em 2000 (ha)

	Situação em 2000	Período 2000/2004			Situação em 2004
		Disponível	Em curso	Com alvará	
Disponível	180	90	45	45	90
Em curso	0				45
Com alvará	0				45

Traduzindo em linguagem matricial as alterações verificadas no período 2000/2004, teremos a situação em 2004 no vector respectivo, que indicia um ritmo de transformação muito forte.

Se fixarmos um exercício semelhante para mais três quadriênios até ao horizonte do PDM (quadro 6 - Simulação I) verificamos que, a manter-se o mesmo ritmo de urbanização o solo disponível para habitação, se esgotaria completamente, encontrando-se todas as áreas de expansão já urbanizadas, situação que nunca se poderá verificar, pois que a escassez completa de solo conduziria a preços muito elevados.

Quadro 6: Simulação I - Evolução / 2004 - 2016 Conforme Áreas Programadas Previstas no PUE (ha)

	Situação em 2004	Período 2004/2008			Situação em 2008	Período 2008/2012			Situação em 2012	Período 2012/2016		
		Disponível	Em curso	Com alvará		Disponível	Em curso	Com alvará		Disponível	Em curso	Com alvará
Disponível	90	45	45		45	0	45		0	0		
Em curso	45			45	45			45	45		45	
Com alvará	45			45	90			90	135		135	

	Situação em 2016
Disponível	0
Em curso	0
Com alvará	180

Na Simulação II (quadro 7) é apresentado um acréscimo de 140 ha de solo disponível, dos quais cerca de 70 ha correspondem a solo programado para habitação proposto na revisão no PDM para a cidade, e os restantes 70 ha de solo a programar para as sedes de freguesia, de que resultaria a existência de solo disponível no horizonte de 2016 com a mesma ordem de grandeza dos 90 ha que se registam actualmente. No caso de a construção de habitação não se redireccionar para as aldeias, a cidade poderá passar por um novo período inflacionário do mercado de solos para habitação.

Quadro 7: Simulação II - Evolução / 2004-2016 com Oferta de Área Adicional de 140 ha de Solo a Programar (ha)

	Situação em 2004	Período 2004/2008			Situação em 2008	Período 2008/2012			Situação em 2012	Período 2012/2016		
		Disponível	Em curso	Com alvará		Disponível	Em curso	Com alvará		Disponível	Em curso	Com alvará
Disponível	230	185	45		185	140	45		140	95	45	
Em curso	45			45	45			45	45			45
Com alvará	45			45	90			90	135			135

	Situação em 2016
Disponível	95
Em curso	45
Com alvará	180

Um segundo método, consistiu em considerar as necessidades de habitação previsíveis e o solo necessário para a sua satisfação. Várias componentes concorrem para a determinação deste valor:

- As variáveis família e fogo, tendo em consideração que a alteração da dimensão dos agregados familiares que decorrem do desdobramento familiar, constituem hoje um factor preponderante no aumento da procura habitacional. Em quatro décadas, no concelho de Évora, o número de pessoas por família variou de 3,7 para 2,7. Na última década, entre 1991 e 2001, a variação foi de 0,2. ou seja, só a diminuição do número de pessoas por família, de 2,7 para 2,5 no período de 2001/2011, de acordo com a tendência já instalada, corresponderá à necessidade de 1650 fogos.
- A necessidade de substituição da habitação insalubre, nomeadamente nas freguesias rurais: de um total de 1732 fogos, pode considerar-se que a necessidade de substituição de habitação atinja 50% daquele total, ou seja, 866 fogos.
- A capacidade de fixação em Évora de activos que sendo residentes nos concelhos limítrofes e que diariamente se deslocam para Évora para trabalhar, caso o mercado de habitação de Évora apresente valores mais favoráveis aos praticados nas sedes dos concelhos do Alentejo Central: de acordo com os valores obtidos a partir dos dados do último recenseamento, as deslocações pendulares de activos para Évora eram de 2795. Admitindo o aumento da atractividade de Évora, face ao aumento da oferta de habitação, pode-se estimar que, pelo menos, um número de famílias na ordem dos 10 % do número de activos pendulares, se fixe em Évora, ou seja, aproximadamente de 28 famílias.
- A terciarização do Centro Histórico, decorrente da substituição da habitação por outras actividades: na década de 90, o Centro Histórico perdeu 28% dos seus habitantes, ou seja

cerca de 600 famílias. Ainda que se considere uma diminuição do abandono do Centro Histórico, em valores absolutos, dada a reduzida dimensão da sua população actual, admite-se a necessidade de 300 fogos para acolher residentes oriundos do Centro Histórico que procurem nova residência no exterior das muralhas.

Do conjunto das necessidades que se considerou anteriormente, resulta um valor que se aproxima dos 5.000 fogos, ou mais precisamente de 4.922 fogos.

Assim, à densidade padrão de 30 fogos/ha, serão necessários 164 ha só para expansão habitacional no concelho. Considerando que 10% do crescimento se fará na envolvente de Évora e outros 10 % nas freguesias rurais serão necessários cerca de 130 ha para a expansão habitacional da cidade.

3.1.6. Aglomerados Urbanos Sedes de Freguesia Rural

O concelho de Évora apresenta uma rede urbana com fortes assimetrias. A sede do Concelho compreende um amplo conjunto de funções conformes com o seu nível de capital regional, com cerca de 41.000 habitantes, população que atinge os 48.000 habitantes se incluirmos a sua área envolvente.

Os aglomerados sede das freguesias rurais que “gravitam” em torno da cidade, evidenciam, um declínio demográfico.

Este facto requer o estabelecimento de uma estratégia acompanhada de um modelo territorial adequado, visando repor uma relação mais forte entre aqueles aglomerados e a cidade de Évora.

Para tal devem estabelecer-se funções de complementaridade e solidariedade entre eles, em função das suas dinâmicas sócio-económicas, urbanísticas e ambientais, por forma a promover uma rede urbana devidamente hierarquizada por ordens e valências funcionais.

O nível dois da actual rede urbana é constituída por povoações rurais com um número de habitantes da ordem das centenas, onde se localizam as sedes de freguesia em espaço rural. Existem entre elas, em termos populacionais, diferenças significativas.

A freguesia dos Canaviais, pela sua localização e proximidade à cidade, de que dista 1.5 km, apresenta uma dinâmica superior às outras freguesias. Em 2001 registava o valor mais elevado relativo à população residente entre as freguesias situadas em espaço rural. Esta freguesia, que tem uma forte componente rural, pela existência de muitas quintinhas e quintas de maior dimensão, apresenta simultaneamente uma dinâmica urbana relacionada com a proximidade da cidade de Évora, uma vez que na freguesia se tem vindo a fixar população que trabalha na cidade.

Quadro 8: População Residente nas Freguesias Rurais do Concelho de Évora, em 2001

Unidades Geográficas		População Residente 2001
S. Bento do Mato	Total de Freguesia	1343
	Azaruja	1029
S. Miguel de Machede	Total de Freguesia	983
	S. Miguel de Machede	614
N ^o S ^a de Machede	Total de Freguesia	1180
	N ^o S ^a de Machede	832
S. Vicente do Pigeiro	Total de Freguesia	436
	S. Vicente do Pigeiro	370
S. Manços	Total de Freguesia	1016
	S. Manços	930
Torre de Coelheiros	Total de Freguesia	817
	Torre de Coelheiros	688
N ^o S ^a da Tourega	Total de Freguesia	804
	N ^o S ^a da Tourega	505
Guadalupe	Total de Freguesia	495
	Guadalupe	325
Graça do Divor	Total de Freguesia	473
	Graça do Divor	314
S. Sebastião da Giesteira	Total de Freguesia	790
	S. Sebastião da Giesteira	643
N ^o S ^a da Boa-Fé	Total de Freguesia	376
	Casas Novas/Boa-Fé	140
Canaviais	Total de Freguesia	3000
	Canaviais	1796

De entre as freguesias localizadas exclusivamente em área rural S. Bento do Mato, Nossa Senhora de Machede e S. Manços são os núcleos de maior dimensão, com uma população superior aos 1000 habitantes. As freguesias como N^o S^a da Boa-Fé, S. Vicente do Pigeiro, Guadalupe e Graça do Divor, apresentam valores de população residente que não atingem os 500 habitantes.

Em termos de aglomerados, todos eles, com excepção de Casas Novas / Boa-Fé, detêm mais de 50% da população da respectiva freguesia em que se inserem, sendo que alguns como S. Manços, Vendinha e Torre de Coelheiros apresentam valores de população residente que rondam os 90% face ao total da população da freguesia. As freguesias de Torre de Coelheiros, S. Sebastião da Giesteira, S. Miguel de Machede e Valverde encontram-se face à população residente, numa situação intermédia, já que contam com efectivos populacionais que rondam os 800 habitantes.

Os restantes aglomerados do concelho, nomeadamente a Estação das Alcáçovas, S. Brás do Regedouro e S. Vicente de Valongo, também se inserem no modelo territorial definido e na respectiva estratégia de suporte, apesar da reduzida dinâmica demográfica e sócio-económica verificada.

A população destes três aglomerados, em 2001 era a seguinte:

- São Brás do Regedouro com 116 habitantes;
- São Vicente de Valongo com 108 habitantes;
- Estação de Caminho de Ferro das Alcáçovas com 52 habitantes.

No que se refere à sua caracterização urbanística e arquitectónica, definem-se como três conjuntos de algum interesse patrimonial, enquadrados nos valores locais e regionais que interessa preservar. A definição dos seus perímetros urbanos e a sua gestão urbanística será apenas regulamentada em sede da presente Revisão do Plano Director Municipal.

Estes aglomerados encontram-se delimitados por perímetros urbanos que se encontram assinalados na Planta de Ordenamento, identificados pelos caracteres alfanuméricos **P₂**.

Enquanto não dispuserem de Planos de Urbanização ou de Planos de Pormenor, as iniciativas urbanísticas a desenvolver nos mesmos deverão obedecer a loteamentos de iniciativa municipal ou privada.

Azaruja

Azaruja é uma povoação com 1029 residentes, situada a cerca de 17 km a Nascente de Évora, adjacente à EN 18 (Évora / Estremoz), e atravessada pela EN 254-1 (Estação de Azaruja / S. Miguel de Machede). Está rodeada por solos com boa a mediana aptidão agrícola, e é marginada, a Norte, pelo Ribeiro da Grosseira e, a Sul, pela Ribeira da Machoqueira.

Conforme tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população está envelhecida e em regressão quantitativa. Dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável e o número de alojamentos tem aumentado cerca de 5% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha.

Contrariamente à generalidade das povoações rurais da Região, Azaruja apresenta uma actividade económica com algum dinamismo e capacidade de iniciativa, sobretudo no que se refere à indústria corticeira. A presença de alguns serviços e estabelecimentos comerciais especializados, são indicadores da capacidade de desenvolvimento económico da povoação.

Grande parte da população activa depende de Évora como local para exercer a sua actividade profissional.

A existência de uma ampla área industrial, a Poente, entre a povoação e a EN 18, é um importante factor potenciador de crescimento e desenvolvimento, mas que implica a resolução de constrangimentos viários, sobretudo no que se refere à circulação e atravessamento de pesados pela área central da povoação.

A povoação está totalmente servida de rede de abastecimento de água, de rede de drenagem e de tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. Em termos de equipamentos, o aglomerado dispõe de Centro de Dia com valência de apoio domiciliário e de estabelecimentos de ensino pré-escolar e ensino básico 1º ciclo.

Está programada a requalificação do edifício da EB1 e ampliação deste edifício com uma sala de Jardim de Infância. Justifica-se ainda a construção de um lar de idosos.

A povoação apresenta algumas características, que importa preservar, com realce para o valor patrimonial do conjunto que integra a Praça de Touros, lugar central da povoação, do Palácio Conde Azarujinha com jardins envolventes e a Quinta de Monserrate.

Deverá ser valorizado o espaço envolvente da igreja, tirando partido das interessantes vistas que se obtêm para a Serra de Ossa e Évoramonte.

Canaviais

Os Canaviais tiveram a sua génese na construção de um bairro clandestino nos arredores da cidade. Ao longo dos anos o aglomerado foi ganhando importância e crescendo rapidamente, contando hoje com um efectivo populacional de 1956 habitantes. O Bairro dos Canaviais deu origem à Freguesia dos Canaviais, em 1985. Os limites da freguesia englobam não só o aglomerado principal como outros lugares, quintinhas e quintas de maior dimensão.

A freguesia dos Canaviais é hoje considerada uma freguesia urbana, e segundo o Censo de 2001 conta com uma população residente de 3000 habitantes.

O aglomerado dos Canaviais localiza-se na Zona de Transição entre a área urbana e a área rural, a uma distância de 1.5 km da cidade. A proximidade da cidade e as condições naturais e ambientais existentes têm feito da freguesia uma área de eleição pela população da cidade que procura adquirir ou construir uma habitação fora dos limites da cidade.

A população da freguesia dos Canaviais, ao contrario das restantes freguesias rurais, apresenta um forte peso de população jovem, isto acontece dada a proximidade à cidade. O concelho apresenta valores elevados da percentagem de população idosa sobretudo pelo peso da população que reside nas freguesias rurais mais afastadas da cidade. Toda a área da cidade, bem como a freguesia dos Canaviais, possui assim valores de população jovem consideravelmente mais elevados que a restante área do concelho.

Contrariando a evolução populacional das restantes freguesias rurais, verificou-se nesta freguesia , entre 1991 e 2001, um aumento populacional na ordem dos 1050 habitantes, sendo este valor um contraponto com a situação verificada no restante espaço rural do concelho.

Em relação ao número de famílias residentes na freguesia, esta quase que duplica na última década, fixando-se em 2001 nas 1029 famílias, valor bastante acima do verificado na generalidade do espaço rural, onde o número de famílias se manteve, no mesmo período analisado.

A actividade económica no principal aglomerado da freguesia assenta sobretudo nos serviços às empresas e no comércio de produtos essenciais, nomeadamente vestuário, alimentação, restauração e bebidas. A panificação, a reparação automóvel, a carpintaria ou a indústria de lacticínios ou plásticos, são actividades também desenvolvidas na freguesia.

A freguesia encontra-se servida de rede eléctrica, rede de abastecimento de água, rede de esgotos mas não dispõe no entanto de estação de tratamento de águas residuais, pelo que os esgotos são canalizados para a ETAR da cidade.

A questão da construção ilegal assume neste aglomerado particular importância, na medida em que continuam por resolver uma série de situações de pequenas quintas que se foram constituindo ao longo das últimas décadas, sem respeitar as normas em vigor.

A estratégia contida neste documento minimiza o impacto das construções já realizadas e controla a tendência de incremento desta prática.

Boa-Fé / Casas Novas

Boa Fé e Casas Novas são dois núcleos habitacionais com 140 habitantes no seu conjunto, situados a cerca de 20 Km a Poente de Évora, próximos da EN 370 (desclassificada). Estes núcleos integram uma freguesia que se caracteriza pelo povoamento disperso de pequenos núcleos habitacionais, com uma população total de 376 habitantes. A expansão urbana tem ocorrido, nos últimos anos, predominantemente nas Casas Novas enquanto que os equipamentos se concentram na Boa Fé.

Ambos os pequenos aglomerados estão rodeados por solos de baixa fertilidade, cobertos por vastas áreas de montado que fazem parte integrante do Sítio de Importância Comunitária Monfurado, área incluída na Rede Natura 2000.

A população residente nos aglomerados da freguesia está envelhecida e apresenta um quadro de regressão quantitativa. O número de habitantes tem vindo a diminuir da mesma forma que o número de pessoas por agregado familiar, o que faz com que o número de famílias se mantenha relativamente estável. O número de alojamentos aumentou, cerca de 12% no último decénio, devido,

em grande parte, a uma iniciativa conjunta do município e de um proprietário local, ocorrida nos anos 90. Admite-se que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo, se comparado com o resto do país.

A actividade económica dos dois aglomerados principais é muito pouco significativa. A indústria familiar de panificação e o comércio tradicional são os ramos responsáveis pela geração de riqueza na freguesia. A grande maioria da população activa trabalha em Évora, cidade para a qual se desloca diariamente, ocupando-se profissionalmente nos serviços de reparação ou nos serviços pessoais e às empresas.

Casas Novas está servida de rede eléctrica e também, apesar de algumas deficiências, de redes de água e drenagem e ainda de tratamento de esgotos domésticos. A pavimentação de alguns arruamentos é igualmente uma necessidade identificada.

Boa Fé está servida de rede eléctrica e de rede de água, apresentando esta algumas deficiências. Este aglomerado não dispõe de rede de esgotos.

Os dois principais núcleos populacionais da freguesia encontram-se razoavelmente servidos de equipamentos, embora ainda se justifique a construção dum pequeno centro de convívio para a 3ª idade nas Casas Novas, bem como a construção de um polidesportivo descoberto.

As ligações pedonais entre os dois aglomerados e entre os equipamentos existentes, fazem-se de forma deficiente, sobretudo na época de inverno, situação esta que deverá ser resolvida por forma a facilitar as deslocações da população.

Graça do Divor

Graça do Divor é uma povoação constituída por três núcleos urbanos distintos e afastados entre si, com 314 residentes, situada cerca de 10,5Km a Norte de Évora, adjacente à EN 370 e centrada na EM 527. Está implantada na cabeceira da Ribeira do Divor, sendo marginada a Sudeste por esta linha de água. O aglomerado está rodeado por solos com fertilidade de baixa a mediana.

A população encontra-se envelhecida, como em todos os aglomerados do concelho, existindo, contudo, tendência para se manter o número de residentes em consequência de um saldo migratório positivo, resultante da sua proximidade e fácil acesso à Cidade. O número de famílias mantém-se relativamente estável e o número de alojamentos tem aumentado, cerca de 40% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo, onde a proximidade e fácil acesso a Évora.

A actividade económica localizada na povoação é pouco significativa, registando-se apenas a existência de 1 panificadora, 1 oficina e 3 estabelecimentos de restauração e bebidas, todos de carácter familiar. A maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de água, de drenagem de esgotos domésticos e de electricidade, sendo que o abastecimento de água apresenta alguns condicionalismos nas zonas de cota mais elevada onde a pressão é diminuta. A maioria dos arruamentos encontram-se pavimentados, sendo ainda necessário efectuar algumas pavimentações, incluindo o caminho de acesso à igreja e ao cemitério. O n.º excessivo de ligações destes arruamentos com a EN 370, e também a falta de visibilidade de alguns, é susceptível de comprometer a segurança rodoviária ao passo que as ligações pedonais e automóveis entre os três núcleos e entre os equipamentos é deficiente.

Graça do Divor está bem servida de equipamentos embora ainda se justifique a ampliação do Lar de 3ª Idade, a requalificação do Jardim de Infância e da escola EB1, a construção de um polidesportivo descoberto e da Sede do Grupo Desportivo da localidade.

A dispersão da povoação introduz-lhe alguma incoerência urbanística, sendo no entanto de realçar o valor patrimonial do seu núcleo mais antigo, que apresenta uma ocorrência notável de características de povoado alentejano, tanto no que se refere ao espaço público como ao espaço edificado, exemplo disso é o reconhecido valor patrimonial da Igreja e do seu espaço envolvente, localizada num ponto alto a Sudeste da povoação. Há que realçar, ainda, a relação da povoação com as nascentes do Aqueduto da Prata.

Guadalupe

Guadalupe é uma povoação com 325 residentes, situada a cerca de 10 km, a Poente de Évora, tendo como único acesso pavimentado o caminho municipal 1075, o qual entronca na estrada de Montemor (EN 114), próximo de nó da auto-estrada A6, atravessa o aglomerado e estabelece ainda a ligação a Valverde. O aglomerado encontra-se envolvido por uma vasta área de montado incluída na Rede Natura 2000, e é atravessado pela ribeira de Valverde, e limitado a Sul pelo Ribeiro de Cabaços.

Conforme tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população está envelhecida e apresenta sinais evidentes de regressão quantitativa. A diminuição do número de pessoas por agregado familiar promove a estabilidade do número de famílias.

Por outro lado o número de alojamentos aumentou, cerca de 30% no último decénio, ou 20% se considerados os últimos dois decénios, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a

percentagem de fogos ocupados por famílias residentes é significativo, se comparado com o resto do País, e pela proximidade da povoação relativamente a Évora, o que favorece a fixação da população.

A actividade económica localizada na povoação é reduzida, exceptuando-se a actividade industrial de panificação, ramo este responsável pela ocupação de número considerável de activos locais e notando-se que uma das panificadoras atingiu uma dimensão significativa de influência no concelho. A grande maioria da população activa trabalha na cidade de Évora.

O aglomerado de Guadalupe está totalmente servido de redes de água, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. Todavia existem alguns problemas de falta de pressão nos locais situados a cota mais elevada. Por este facto e porque se trata de um reservatório “rótula” do sistema de abastecimento a S. Sebastião da Giesteira e Valverde, de capacidade reduzida, deverá ser equacionada a construção de um novo reservatório com capacidade não inferior a 75 m³ e a uma cota de implantação mais adequada a situação.

Guadalupe está razoavelmente servida de equipamentos. Justifica-se a construção de um centro de convívio, de um polidesportivo descoberto e respectivos balneários.

A povoação dispersa-se por três núcleos distintos, separados pela ribeira de Valverde e pela zona de cabeço que a separa do ribeiro de Cabaços. O interior da área urbana não apresenta valores ambientais e patrimoniais significativos, à excepção da igreja paroquial.

Nossa Senhora de Machede

Nossa Senhora de Machede é uma povoação com 832 residentes, marginada a Poente pela EM 526 e pela Ribeira de Machede e situada a cerca de 12 km a Nascente de Évora. As construções concentram-se principalmente nas zonas de cabeço dos afluentes da Ribeira de Machede, apresentando ainda um carácter muito rural, pois continua a praticar-se agricultura nos espaços abertos junto das habitações, apesar de estar rodeada por solos com fraca aptidão agrícola.

Refira-se que a sua população está envelhecida e que a diminuição do número de pessoas por agregado familiar não tem implicado o aumento do número de famílias, sendo que este se mantém relativamente estável.

O número de alojamentos tem aumentado, cerca de 4% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo.

A actividade económica localizada na povoação é muito pouco significativa assentando sobretudo na pequena indústria familiar e no pequeno comércio e serviços, sendo de referir também que alguns

equipamentos locais empregam população local. Ainda assim e como em todos os aglomerados do concelho, a grande maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de águas, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade, faltando ainda pavimentar um número significativo de arruamentos.

O aglomerado de N^ª S^ª de Machede está razoavelmente servido de equipamentos, embora ainda se justifique a ampliação do cemitério, incluindo a construção de casa mortuária.

A povoação apresenta as características de um povoamento “orgânico”, resultante da ocupação de um espaço de orografia irregular com predomínio de pequena propriedade, que importa preservar. De notar a existência de vários conjuntos edificados cujas tipologias correspondem a notáveis exemplares da arquitectura característica desta região.

S. Manços

S. Manços é uma povoação com 930 residentes, adjacente ao IP 2, situada a cerca de 17km a Sudeste de Évora. A povoação encontra-se envolvida por solos com boa aptidão agrícola e é marginada a Poente pela Ribeira de S. Manços e a Nascente pelo IP 2.

Conforme tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população está envelhecida e em regressão quantitativa. Dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável. Não obstante o número de alojamentos tem aumentado, cerca de 6,6% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo.

S. Manços apresenta uma actividade económica com algum dinamismo, se comparado com a generalidade das povoações da área rural, já que a presença de alguns serviços e comércios especializados são indicadores de alguma vitalidade económica. Grande parte da sua população residente depende ainda de Évora para exercer a sua actividade profissional.

A povoação está totalmente servida de redes de água, sendo no entanto necessário proceder a remodelação da parte antiga, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. Falta concluir alguns arruamentos, bem como requalificar outros, entre os quais se inclui a Rua da Senhora Ajuda e a Praça da Liberdade, a Norte. Será igualmente, necessário melhorar a acessibilidade à zona desportiva, situada a Poente da Ribeira de S. Manços.

O aglomerado está razoavelmente servido de equipamentos, embora ainda se justifique a melhoria dos edifícios afectos ao 1^º ciclo do ensino básico e jardim de infância, nomeadamente através da construção de novas instalações. De igual forma está prevista a ampliação do cemitério. O núcleo

mais antigo da povoação apresenta as características do povoado alentejano, que importa preservar e valorizar. A zona Nascente, confinante com o IP2, necessita de requalificação, melhorando a circulação e articulação entre os conjuntos edificados, acentuando, em simultâneo, a coerência da povoação e a sua relação visual com aquela importante via.

S. Miguel de Machede

S. Miguel de Machede é uma povoação com 614 residentes, situada a cerca de 17 km a Nascente de Évora, centrada na EN 254 – Évora / Redondo. O aglomerado está rodeado por solos com boa aptidão agrícola e é marginado a Norte pelo Ribeiro das Bicas.

Dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável sendo que ainda assim o número de alojamentos tem aumentado, cerca de 6% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo. A população está bastante envelhecida e em fase de regressão do seu efectivo populacional

A actividade económica desenvolvida na povoação é muito pouco significativa sendo de referir a laboração de pequenas indústrias familiares e pequenos comércios. A grande maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de águas, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. Está razoavelmente servida de equipamentos, embora ainda se justifique a criação de um mais um centro de dia para a terceira idade, a melhoria das instalações do jardim de infância/creche, a construção de um polidesportivo descoberto e dos respectivos balneários e também a ampliação do cemitério.

A povoação apresenta as características do povoado alentejano, que importa preservar, com realce para o valor patrimonial do conjunto que integra a Praça da República, lugar central da povoação, e ruas adjacentes.

S. Sebastião da Giesteira

S. Sebastião da Giesteira é uma povoação com 643 residentes e que se situa a cerca de 16 Km a Poente de Évora, centrada na EN 370, e localizada na cabeceira que separa as bacias hidrográficas dos rios Sado e Tejo. O aglomerado está rodeado por solos de muito baixa a mediana fertilidade, cobertos em grande parte por montados de sobro e azinho, inseridos no Sítio de Importância Comunitária Monfurado.

Conforme tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população está envelhecida e em regressão quantitativa. Dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável, registando-se alguma tendência para subir. O número de alojamentos tem aumentado, mas a indisponibilidade de terrenos para construção tem sido um entrave à fixação de novos residentes.

A actividade económica na povoação é pouco significativa, registando-se apenas a existência de 2 indústrias panificadoras, 10 pequenos estabelecimentos comerciais, e 6 estabelecimentos de restauração e bebidas, todos de carácter familiar. A maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de águas, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. O atravessamento da povoação pela EN 370, provoca alguma perturbação devido à elevada velocidade de circulação dos veículos e pela inexistência de espaços para protecção à circulação e travessia de peões.

Alguns espaços públicos necessitam de valorização, revitalização ou requalificação, nomeadamente o Largo da Igreja, espaço de festas; o Largo Pedro Coelho e Rua da Sociedade, onde se concentra grande parte da actividade comercial. O espaço envolvente dos principais equipamentos e o acesso ao cemitério deverão igualmente ser alvo de melhoramentos.

S. Sebastião da Giesteira está razoavelmente servida de equipamentos, justificando-se a ampliação do cemitério e do campo de grandes jogos.

Com excepção do núcleo mais antigo, situado na proximidade da igreja, a povoação apresenta alguma dispersão e descontinuidades urbanísticas não características do povoamento alentejano.

Torre de Coelheiros

Torre de Coelheiros é uma povoação com 688 residentes, situada marginalmente à EM 521, a cerca de 21 Km a Sul de Évora. Localiza-se na cabeceira que separa os Ribeiros da Pecena e Morgado, ambos integrando a bacia hidrográfica dos Rios Degebe/Guadiana. Predominam a Sul e Norte da povoação solos de muito baixa a mediana fertilidade e a Oeste encontram-se solos de mediana a boa fertilidade.

Contrariamente à tendência demográfica verificada na generalidade do Alentejo, a sua população, apesar de ligeiramente envelhecida, tem-se mantido relativamente estável. Estima-se, contudo, para o próximo decénio um ligeiro decréscimo da população residente, caso não se verifique um movimento migratório positivo. Dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias regista tendência para ligeira subida.

O número de alojamentos tem aumentado, cerca de 15% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes é bastante elevado.

A actividade económica localizada na povoação é pouco significativa, registando-se apenas a existência de 3 pequenas indústrias, 9 pequenos estabelecimentos comerciais e de serviços, e 6 estabelecimentos de restauração e bebidas, todos de carácter familiar. A maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de água, de drenagem e tratamento de esgotos domésticos e de electricidade. Torre de Coelheiros está razoavelmente servida de equipamentos, embora se justifique a melhoria das condições dos equipamentos de apoio à infância, a reserva de espaço para construção de sede(s) de agentes desportivos, de recreio e cultura, e ainda a ampliação do cemitério.

O principal nó de acesso à povoação, a partir da EM 521, apresenta deficientes condições de visibilidade e segurança justificando-se a sua requalificação, bem como a valorização da área envolvente, atenuando-se impactes negativos das construções existentes e previstas.

A povoação apresenta características de povoado alentejano, que importa preservar, com realce para o conjunto de valor patrimonial, que integra a Torre / Palácio dos Cogominhos, Igreja Paroquial e respectivos espaços públicos adjacentes (largo de N.ª S.ª da Conceição e rua 25 de Abril), sendo necessário melhorar a acessibilidade a este espaço, organizando a recepção e potenciando a área para a realização de eventos de carácter social, cultural ou económicos.

Valverde

Valverde é uma povoação com 505 residentes, situada a cerca de 10,5 km a Poente de Évora e centrada no CM 1079. Está rodeada por solos com fraca aptidão agrícola, sendo envolvida a Oeste por vasto eucaliptal e encontrando-se marginada a Nascente, pela Ribeira de Valverde.

A população está envelhecida e em regressão quantitativa e dada a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, o número de famílias mantém-se relativamente estável. O número de alojamentos tem aumentado, cerca de 8% por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha, já que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes ainda é significativo, devido sobretudo à proximidade relativamente a Évora.

A actividade económica localizada na povoação é muito pouco significativa, registando-se apenas a existência de pequenos estabelecimentos comerciais e estabelecimentos de restauração e bebidas, todos de carácter familiar. A maioria da população activa trabalha em Évora.

A povoação está totalmente servida de redes de água, de drenagem de esgotos domésticos e de electricidade. É, contudo, necessário uma intervenção na rede de abastecimento de água, tendo em vista reforçar a capacidade de armazenamento e melhoria das condições de fornecimento aos edifícios situados a cota mais elevada.

A acessibilidade está comprometida pela existência de duas situações de estrangulamento no CM 1079, único acesso pavimentado à povoação: a ponte sobre a Ribeira de Valverde, apenas com uma faixa de rodagem e a passagem sobre dois pequenos arcos do aqueduto que serve a Tapada da Mitra, impossibilitando a circulação de alguns veículos pesados.

Está bem servida de equipamentos, embora se justifique a concentração dos estabelecimentos de educação e ensino existentes (jardim de infância e 1º ciclo), a reorganização da zona desportiva, com o objectivo de adequar o polidesportivo às dimensões mínimas e a criação de um espaço verde de recreio e lazer.

A povoação apresenta as características do povoado alentejano, que importa preservar, com realce para a proximidade do conjunto de valor patrimonial da Mitra (Tapada, antigo Paço Episcopal, Capela e Claustro), actualmente integrados na Universidade de Évora.

Vendinha

A Vendinha é uma povoação com 370 residentes, situada a cerca de 26 km a Nascente de Évora, centrada na EN 256 (nó de S.Manços do IP2 / Reguengos / Mourão). Está rodeada por grande variedade de solos, com fertilidades também variáveis. É a Norte e nas zonas adjacentes da Ribeira do Pigeiro, que margina a povoação, que se situam os solos mais férteis.

A sua população está muito envelhecida e em acentuada regressão quantitativa. Também o número de famílias se apresenta em regressão e a diminuição do número de pessoas por agregado familiar constitui uma realidade.

O número de alojamentos aumentou, apenas cerca de 1,8% por decénio, sendo, ainda assim, previsível que a percentagem de fogos ocupados por famílias residentes venha a diminuir significativamente, reduzindo-se o número de fogos ocupados com residência habitual, com consequentes problemas de degradação do tecido urbano.

A actividade económica localizada na povoação é muito pouco significativa exintindo apenas pequenas indústrias familiares de panificação, alguns pequenos comércios e alguns equipamentos locais. A maioria da população activa ainda trabalha no sector primário.

A povoação está totalmente servida de redes de água, de esgotos domésticos e de electricidade não dispõe no entanto de ETAR, sendo esta de importância alta para a freguesia. A rede de água apresenta falta de pressão nas zonas situadas a cota mais elevada.

Está razoavelmente servida de equipamentos, embora ainda se justifique o reforço da componente de “apoio domiciliário” e a criação da valência “lar”. Também a melhoria das instalações do jardim de infância, a reinstalação do grande campo de jogos e a construção de balneários, a par da construção de jardim público no centro, são necessidades identificadas.

A povoação apresenta as características de povoado alentejano, que importa preservar, com realce para o valor patrimonial do conjunto que integra a Praça 1º de Maio, lugar central da povoação.

3.1.7. “Quintinhas”

Como sucedâneo das áreas urbanas de génese ilegal, ainda que respondendo a uma procura de um grupo sócio-económico muito diverso, surgiram nas últimas décadas os parcelamentos agrícolas com áreas próximas do mínimo admitido para terreno de regadio dando origem a conjuntos de quintinhas. Localizado na periferia da Cidade, em espaços de pequena propriedade, este fenómeno desencadeia um enorme desperdício de recursos, em termos de consumo de solo, custos de instalação e de funcionamento dos serviços de saneamento básico, rede de acessos e de utilização de equipamentos sociais.

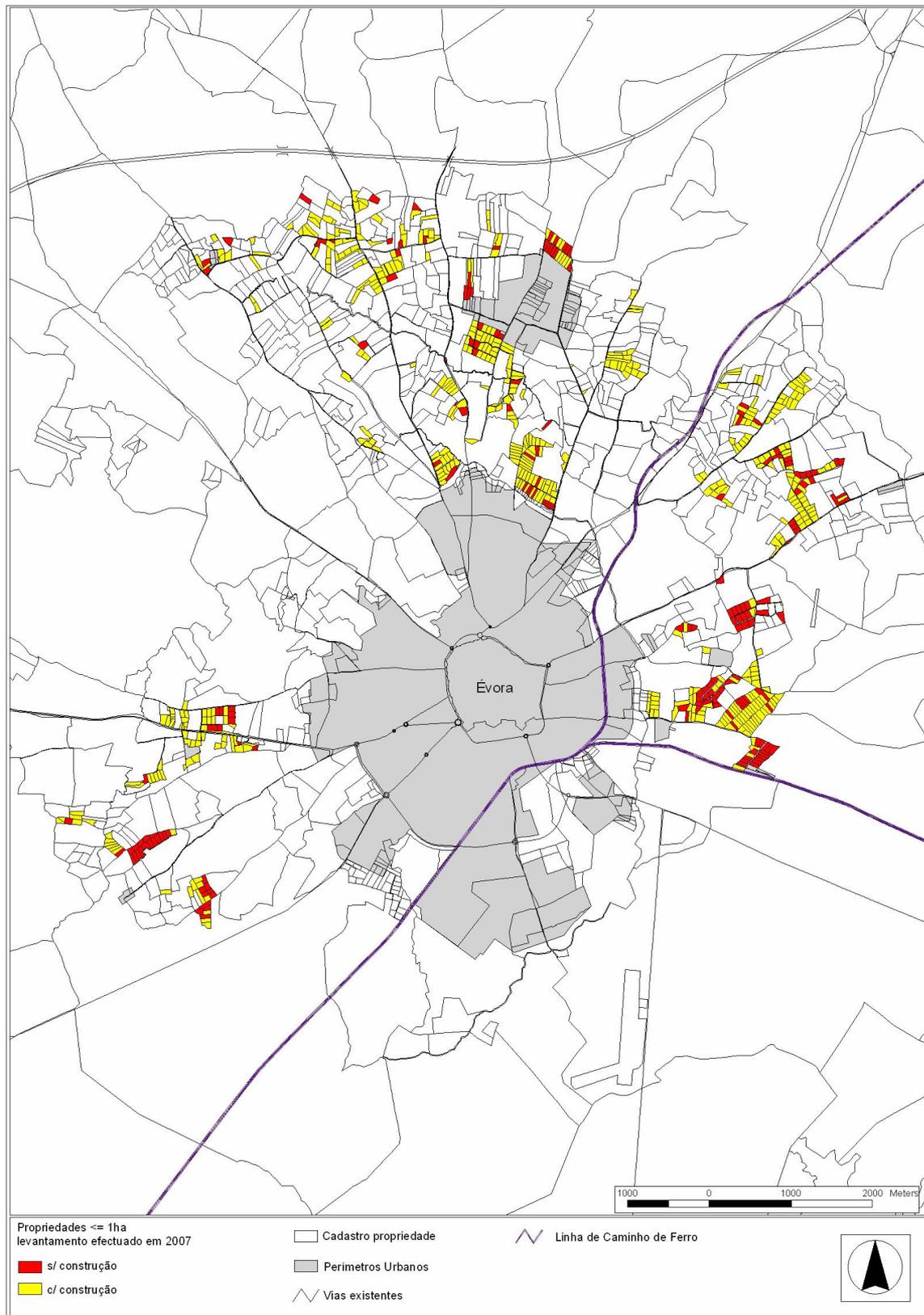


Figura 7: Quintinhas – situação face à edificação

Num levantamento da situação que, após uma primeira fase de reconhecimento, abrangeu os conjuntos com mais de 50% das parcelas já edificadas foram identificados 20 conjuntos, distribuídos pelos três grandes espaços de pequena propriedade que envolvem a cidade. A poente localizam-se quatro conjuntos, Cabeço do Guarda, Quinta do Caldeireiro Poente e Espadas, este último dividido em duas zonas, uma em torno da EN, identificado por Espadas Norte, e um outro, um pouco mais a sul, designado por Espadas Sul, num total de 66 parcelas abrangendo um total de cerca de 39 ha. A norte foram identificados dez conjuntos, Senhor dos Aflitos, Louredo Nascente, Louredo Poente, Patacas, Patacas Sul, Horta do Peres, Pio Sul, Lagarto, Herdade da Pachola e Patão, com um total de 212 parcelas, ocupando uma área de cerca de 126 ha. A nascente da cidade localizaram-se seis conjuntos, Degebe Poente, Garraia Norte, Boa Morte, 25 de Abril, Cotovelos e Quinta do Evaristo, perfazendo uma área de cerca de 112 ha, abrangendo 185 parcelas.

A dimensão de cada conjunto é muito diversa sendo o número de parcelas variável de cinco – nos conjuntos 25 de Abril e Pio Sul - a 58 ou 64 parcelas, como no caso dos conjuntos do Lagarto e da Boa Morte, respectivamente.

Para uma melhor identificação da situação foi feita uma sistematização da informação recolhida, sendo os conjuntos divididos em três grupos, de acordo com a sua dimensão, conforme quadro em anexo.

Quadro 9: Caracterização dos conjuntos de quintinhas segundo a sua dimensão

Localização	Conjuntos de pequena dimensão	Nº total de parcelas	Parcelas s/ construção	% parcelas edificadas	Área (ha)
N	Patacas Sul	5	2	60	3,41
N	Pio Sul	5	1	80	3,18
E	25 de Abril	5	1	80	2,94
N	Patacas	6	1	83,3	3,73
P	Quinta do Caldeireiro Poente	7	1	85,7	3,9
N	Sr. dos Aflitos	7	2	71,4	5,14
E	Degebe Poente	8	1	87,5	5,52
P	Espadas Sul	9	1	88,9	5,11
TOTAIS		52	10	-	32,93

Localização	Conjuntos de média dimensão	Nº total de parcelas	Parcelas s/ construção	% Parcelas edificadas	Área (ha)
N	Horta do Peres	16	2	87,5	9,02
N	Louredo Nascente	18	2	88,9	12,67
P	Cabeço do Guarda	19	9	52,6	10,96
N	Herdade da Pachola	20	9	55	10,37
E	Garraia Norte	20	3	85	14,7
TOTAIS		93	25	-	57,72

Localização	Conjuntos de grande dimensão	Nº total de parcelas	Parcelas s/ construção	% Parcelas edificadas	Área (ha)
N	Louredo Poente	21	2	90,5	18,98
P	Espadas Norte	31	7	77,4	18,82
E	Cotovelos	39	19	51,3	25,85
E	Quinta do Evaristo	49	9	81,6	25,64
N	Patão	56	11	80,4	30,54
N	Lagarto	58	10	82,8	29,52
E	Boa Morte	64	17	73,4	37,59
TOTAIS		318	75	-	186,94

No caso dos conjuntos de pequena dimensão, sendo que cada conjunto apresenta um número de parcelas inferior a dez, a área média da parcela é a mais elevada, com o valor próximo dos 6300 m². No que respeita aos cinco conjuntos de média dimensão, com áreas variáveis entre os 16 e os 20 ha, perfazendo 93 parcelas, a área média por parcela aproxima-se dos 6200 m². No que respeita aos conjuntos de grande dimensão, foram identificados sete, com uma área variável entre os 21 e os 64 ha, num total de 318 parcelas de que resulta uma área média de parcela de 5800 m².

A percentagem de parcelas com edificação é mais elevada no caso dos conjuntos de pequena dimensão em que 81% das parcelas já apresentam alguma edificação. Esse valor baixa para 76% e 75% nos conjuntos de média dimensão e de grande dimensão, respectivamente.

Desta observação resulta claro que a dimensão da parcela decresce com o aumento do número de parcelas, por uma maior sistematização e adequação do parcelamento ao valor mínimo estabelecido para este tipo de subdivisão, e que a edificação das parcelas disponíveis progrediu mais nos pequenos conjuntos, provavelmente os mais antigos.

Relativamente a estes conjuntos foi observada a sua localização relativamente a grandes conjuntos de valor patrimonial - Zonas do Aqueduto e do Espinheiro e Quintas Envolventes, mas nenhum se localiza em qualquer delas, pois que estas áreas se encontram delimitadas exactamente porque se encontram preservadas como um todo.

Alguns destes conjuntos, tal como toda a cidade, localizam-se na zona do aquífero de Évora, o que requer um grande rigor na instalação e manutenção das soluções adoptadas para o saneamento básico. Verificam-se todavia numerosas situações de parcelas parcial ou totalmente abrangidas pelos regimes da REN e da RAN, restrições que obstarão em alguns casos à edificação das parcelas, na sua configuração actual.

Os conjuntos delimitados abrangem no seu todo cerca de 450 parcelas, três centenas e meia das quais se encontram edificadas, pelo que a permissão de edificação da totalidade das parcelas, salvaguardando situações em que as servidões e restrições de utilidade pública o não permitam, nunca atingirá a centena.

3.2. SISTEMA AMBIENTAL³³

3.2.1. Análise Biofísica

O Concelho de Évora, localizado com alguma centralidade no Alentejo, apresenta características biofísicas que se podem considerar como equilibradas relativamente ao que se passa nesta região, afastando-se das situações “extremas” que se verificam a nascente (ao longo da fronteira e vale do Guadiana), a poente (junto à costa), a norte (na transição para o Ribatejo e Beira Baixa) e a Sul (na ligação à serra do Algarve).

De facto, e referindo um conjunto de elementos que integram o sistema biofísico, pode salientar-se o seguinte:

O concelho de Évora não se afasta das **características climáticas** gerais do Sul do país, com fortes contornos mediterrânicos – precipitação concentrada em 5 ou 6 meses de Outono e Inverno, fim da primavera e verão quase sem chuvas; carácter aleatório dos anos secos e chuvosos e frequente ocorrência de fortes chuvadas no início do Outono (condições favoráveis à erosão do solo).

A *precipitação* média anual no concelho é de cerca de 675 mm, o que corresponde a um valor intermédio no interior do Alentejo (precipitações superiores a 900mm na Serra de Monfurado, bem próxima, e inferiores a 500 mm em boa parte do vale do Guadiana). Com excepção da faixa litoral, o Alentejo apresenta significativas *amplitudes térmicas* anuais e mesmo diárias; trata-se de uma faceta de clima continental a que o concelho de Évora também não foge, embora com valores um pouco inferiores aos verificados junto à fronteira.

Às baixas temperaturas no inverno está associada a ocorrência de geadas que constitui mais uma condicionante à produção agrícola; o centro do Alentejo, incluindo os concelhos de Évora, Montemor, Arraiolos e Vendas Novas são dos mais penalizados no Sul quanto a este aspecto (média de cerca de 40 dias anuais com geadas que podem ocorrer durante um período superior a cinco meses).

Os valores de *insolação*, elevados em todo o Alentejo, são no concelho superiores a 2 950 horas anuais, aumentando naturalmente de poente para nascente (superior a 3 000 horas para Este do limite do concelho). Em termos de conforto bioclimático, a situação de Évora segue o panorama geral da região, embora, uma vez mais, não apresentando condições extremas: de Novembro a Março dominam as necessidades de radiação para restabelecer as condições de conforto (frio que continua

³³ Com excepção das referências feitas à Reserva Agrícola Nacional no concelho, a informação contida neste capítulo decorre dos estudos multidisciplinares desenvolvidos pela Universidade de Évora no âmbito desta revisão, cuja compilação se encontra no documento intitulado “Análise Biofísica”, elaborado sob a coordenação do Prof. Arqt.º Alexandre Cancela d'Abreu.

a fazer-se sentir durante a noite em quase todo o resto do ano, mesmo no verão); de Junho a Setembro, entre o nascer e o pôr-do-sol, domina a situação de conforto ao ar livre e à sombra, com excepção das horas a meio do dia, muito quentes e secas.

Quanto ao **relevo**, há que destacar que Évora se localiza no centro de distribuição correspondente à junção das três principais bacias hidrográficas do Alentejo – Tejo, Sado e Guadiana. Apesar deste facto, a *altitude* dominante no concelho é relativamente baixa, variando entre os 200 e os 400 metros (inferior aos 200 metros no encaixe dos rios Degebe e Xarrama, superior aos 400 metros na serra de Monfurado).

Aquele nível é o característico da peneplanície alentejana, seguindo-se-lhe no sentido descendente os da bacia sedimentar do Tejo e Sado até ao oceano ou, para o interior e ainda no maciço antigo, os vales encaixados das principais linhas de água (de que se destaca o Guadiana, a cerca de 80 – 100 metros abaixo do nível geral envolvente). Para cima dos 400 metros, contrastando com a extensa peneplanície, surgem alguns acidentes de relativa importância no Alentejo, as “Serras” – Ossa, Portel, S. Mamede, Grândola, Cercal, etc. - encontrando-se representadas no concelho de Évora por uma parte da serra de Monfurado.

Ao contrário do que se passa na bacia sedimentar do Tejo e Sado, em que os fundos aluviais têm uma dimensão significativa, no concelho de Évora e no resto do maciço antigo, a sua presença é frequente mas de reduzida dimensão. À semelhança do que se passa em extensas superfícies alentejanas, tanto a zona poente do concelho (início da Serra de Monfurado) como a zona que acompanha o rio Degebe para Sul de N.ª Sr.ª de Machede apresentam um relevo mais vigoroso, sem grandes diferenças de nível mas fortemente acidentadas, em contraste com o restante território que é plano ou levemente ondulado.

Relativamente à geologia o concelho de Évora é constituído fundamentalmente por rochas ígneas e metamórficas afectadas pela *orogenia hercínica*. Afloram também alguns depósitos sedimentares do Terciário, embora sem grande expressão geográfica. Em termos de recursos minerais metálicos, o concelho não tem qualquer exploração activa. No que diz respeito aos recursos minerais não metálicos, as principais explorações no concelho são pedreiras que extraem rochas ornamentais e industriais (a extracção de materiais industriais representa cerca de 99% do total explorado).

Existe grande potencial extractivo, com especial incidência nos afloramentos de tonalitos e granodioritos, apesar de não ter qualquer comparação com o muito maior interesse económico do principal centro de exploração de rochas ornamentais do Alentejo, o maciço calcário de Borba – Estremoz – Vila Viçosa.

Em relação às **águas subterrâneas**, a presença de um aquífero de produtividade elevada, quando comparado com a produtividade de outras rochas cristalinas e cristalofílicas do Alentejo, grosseiramente localizado a sul e sudeste da cidade de Évora, vem colocar alguns desafios, que assumem tanto mais significado quanto se reconhece a escassez de recursos hídricos com qualidade no concelho.

Como já se referiu, a posição do concelho relativamente às principais bacias hidrográficas do Alentejo condiciona fortemente os **recursos hídricos superficiais**. De facto, numa situação genérica de cabeceira, os escoamentos são directamente condicionados pelas precipitações que, como acima se apontou, são concentradas ao longo do ano e com grandes variações interanuais.

Assim, neste concelho de Évora, e no sentido de reduzir a sua dependência relativamente a recursos hídricos captados no exterior, assumem especial importância as acções no sentido de reter e armazenar os escoamentos, bem como assegurar a sua qualidade. Se em relação às questões da qualidade pouco ou nada se tem feito (assistindo-se à sua contínua degradação), já quanto ao armazenamento dos recursos hídricos superficiais tem-se vindo a construir barragens e “charcas”, públicas e privadas, de dimensões variadas, algumas em concelhos envolventes (Divor e Minutos), que asseguram uma retenção muito significativa dos escoamentos com origem no concelho. O previsto desenvolvimento de um bloco de rega na zona de S. Manços envolverá a bombagem e transporte de água a partir da albufeira do Alqueva.

O concelho apresenta uma relativa diversidade no que diz respeito ao **solo**, com uma estreita ligação às diferentes situações de relevo. Comparativamente com outros concelhos do distrito, verifica-se um mosaico nitidamente mais apertado de manchas com fertilidade muito baixa (litossolos, solos litólicos, solos mediterrâneos em fases delgadas), outras com fertilidade baixa a mediana (solos mediterrâneos sem especiais problemas de erosão), bem como alguns fundos aluviais com fertilidade elevada.

A área abrangida por solos de Reserva Agrícola Nacional representa cerca de 19% da superfície concelhia.

A **Reserva Ecológica Nacional** ocupa cerca de 41% do concelho, da qual se destacam as seguintes tipologias:

- Verifica-se que em cerca de 18% da área do concelho (23 294 ha) se detectaram **riscos de erosão elevados a muito elevados**, localizando-se estas ocorrências nas zonas mais declivosas do concelho. Estas zonas coincidem geralmente com áreas de Litossolos, Solos Litólicos ou Solos Mediterrâneos em fases delgadas.

- As **cabeceiras das linhas de água** representam cerca de 11% da área total (13 965 ha), correspondendo às zonas de festos que separam as bacias hidrográficas dos principais rios e ribeiras do concelho.
- As **zonas ameaçadas pelas cheias** correspondem a cerca de 8% da área do concelho (10 202 ha) e localizam-se em partes importantes dos vales dos rios Xarrama e Degebe e das principais ribeiras do concelho.
- Das **albufeiras** existentes no concelho podem destacar-se pela sua dimensão (incluindo as respectivas faixas de protecção) as Albufeiras de Monte Novo com 671 ha, do Torres com 142 ha, de Nossa Senhora da Tourega com 136 ha e ainda, a Albufeira do Divor, com a maior parte da sua área localizada no concelho de Arraiolos e apenas 1 ha no interior do concelho de Évora.
- No que diz respeito aos **Leitos dos Cursos de Água**, o seu comprimento total é de aproximadamente 2 387 km.

Também em termos de **ocupação do solo** este território se apresenta sem grandes especificidades, com facetas bem variadas que, no geral, têm continuidade relativamente aos concelhos envolventes. Dominam os sistemas de sequeiro, por vezes com árvores dispersas, seguindo-se-lhe os montados de sobro, de azinho e mistos; em conjunto, estes sistemas ocupam cerca de 80% da área do concelho. Com superfícies muito menos significativas mas com significado económico crescente são de referir as vinhas e os sistemas agrícolas de regadio.

Quanto a valores presentes de **flora e vegetação**, o panorama do concelho não se destaca em termos regionais, sendo de assinalar como tendo especial interesse para a conservação diversos *habitats* nos ecossistemas ribeirinhos, os montados e matos termófilos.

O concelho de Évora apresenta um **património avifaunístico** com um elevado interesse, sendo possível reconhecer um conjunto de biótopos particularmente importantes para a conservação de espécies prioritárias e/ou com interesse sinicológico, o que justifica a adopção de medidas que visem salvaguardar os respectivos valores avifaunísticos. As áreas mais significativas para a conservação são grande parte dos montados, áreas de estepe cerealífera, locais de parada nupcial das abetardas, algumas albufeiras e açudes e troços de galeria ripícola em bom estado.

No que diz respeito a **degradações ambientais**, e também não se afastando significativamente do que se passa na região alentejana, podem-se destacar no concelho de Évora os problemas relativos à deficiente qualidade dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), à erosão do solo (não generalizada), à falta de protecção e valorização das linhas de drenagem natural, ao deficiente ordenamento cinegético, à destruição de valores da fauna e da flora.

Não têm neste concelho a expressão e gravidade que se encontram noutras zonas do Alentejo as questões relativas à exploração de inertes (zona dos mármore) ou às plantações florestais (Serras de Ossa e de Portel).

3.2.2. Património Natural

O Património natural caracteriza-se por um grande potencial, cuja parte mais significativa se encontra no espaço rural. Assinalam-se de seguida os elementos que se consideram mais relevantes.

Galerias ripícolas e solos hidromórficos

No concelho de Évora, as linhas de água que apresentam troços com importantes galerias ripícolas são a Ribeira de Valverde, Ribeira da Viscosa / Ribeira das Alcáçovas, Rio Xarrama, Ribeira da Pardiela, Rio Degebe, Ribeira do Albardão e da Azambuja.

Estas formações têm potencialidades para acolher um complexo de habitats, muitos deles considerados prioritários para a conservação e são utilizadas para nidificação por diversas aves (nomeadamente Cegonha-branca, Milhafre-preto, Águia-de-asa-redonda) e comunidades de Passeriformes com valores de riqueza total elevada.

Para além da conservação e valorização das galerias existentes, há que promover em simultâneo a recuperação das linhas de água consideradas com significado ao nível deste território, por forma a aumentar a biodiversidade existente no concelho, bem como reduzir ou evitar um conjunto de processos de degradação em curso, onde se destaca o crescente desequilíbrio do ciclo hidrológico, bem como a erosão dos solos e a conseqüente diminuição da capacidade de retenção de águas das albufeiras.

Estreitamente relacionados com a rede de drenagem encontra-se um conjunto de manchas de solos hidromórficos a que correspondem habitats também com claro interesse conservacionista.

Montados

Correspondem a montados de azinho, sobro e mistos, constituindo formações agro-silvo-pastoris (a tender actualmente para silvopastoris), de origem antrópica, que apresentam uma elevada estabilidade e produtividade. Estes sistemas têm vindo a ser considerados como muito importantes para a conservação da biodiversidade, tendo em conta o seu interesse para muitas espécies prioritárias. Em termos avifaunísticos, as ornitocenoses associadas aos montados apresentam valores de riqueza elevados e uma dinâmica sazonal complexa.

Nos relevos ocidentais do concelho de Évora (de S. Bento de Castris à serra de Monfurado), os montados apresentam-se com um coberto vegetal relativamente homogéneo, com uma matriz predominantemente silvopastoril, desenvolvendo-se em manchas de grande dimensão, o que contribui para a ocorrência de comunidades de aves com elevados valores de riqueza e diversidade. Esta área estabelece uma ligação entre o perímetro urbano da cidade de Évora e o Sítio de Importância Comunitária Monfurado, integrado na Rede Natura 2000, permitindo a definição de percursos de educação ambiental de fácil acessibilidade a partir da cidade.

A Sul do concelho, existem importantes áreas de montado misto de sobro e azinho, com alguns povoamentos de azinho. Nos locais com declives mais acentuados, desenvolve-se em sob-coberto um estrato arbustivo, por vezes denso, susceptível de suportar um povoamento de espécies saxícolas. A relativa homogeneidade do coberto arbóreo e a existência destas bolsas arbustivas, constituem os dois traços mais marcantes desta área, e deverão potenciar a ocorrência de comunidades de aves nidificantes e invernantes com valores de riqueza e diversidade elevados.

A Sudeste, na envolvente do Degebe, verifica-se também a presença de manchas significativas de montado de azinho, por vezes misto de sobro e azinho, existindo ainda alguns povoamentos de sobro. O uso do solo em sob-coberto é diverso, sendo possível encontrar culturas arvenses, pousios e pastagens naturais. Em alguns locais, existe um estrato arbustivo bem desenvolvido. Alguns dados disponíveis relativos à ornitocenose nidificante em montado de azinho com estrato arbustivo, indicam um total de 35 espécies e valores de diversidade elevados.

Às ameaças que actualmente pendem sobre estes montados (abate de árvores, alterações de uso, fragmentação das manchas, inadequada gestão), há que responder com a aplicação da actual legislação proteccionista, com a instalação de novos montados (que também assegurem a ligação entre diversas manchas existentes) e com a aplicação de boas práticas culturais (incluindo as dos sistemas tradicionais que assegurem a conservação de habitat de sub-estepes de gramíneas anuais).

Pseudo-Estepe cerealífera

Trata-se aqui de zonas muito planas e abertas onde dominam sistemas cerealíferos extensivos (com forte presença de zonas de pousio / pastagem). As áreas de pseudo-estepe cerealífera que se encontram a sul e a sudoeste de Évora apresentam um número apreciável de espécies da avifauna com estatuto de conservação desfavorável em Portugal ou na Europa, pelo que desempenham um papel de elevada importância na manutenção da biodiversidade regional.

Entre tais espécies há que destacar a abetarda que se encontra globalmente ameaçada e está incluída no Anexo I da Directiva Aves (Directiva 409/79/CEE) e Anexo II da Convenção de Berna. Em termos gerais, as principais ameaças à espécie parecem advir da perda de habitat adequado, devido

a processos de florestação, irrigação, construção de estradas, implementação de linhas de alta tensão, caça e outros factores antrópicos.

Estudos recentemente realizados em populações ibéricas, recomendam a protecção dos locais de *paradas nupciais* como uma questão fulcral na estratégia de conservação da Abetarda, devendo ser assegurados usos do solo compatíveis com as necessidades da espécie.

Há vários anos que são conhecidas as principais zonas de *paradas nupciais* no concelho de Évora, registando-se a recente perda de duas delas. Actualmente estão identificadas quatro zonas de *parada*: Herdade da Sítima, Campo da Mira, Louseiro / Francelheira, e Monte da Misericórdia / Monte da Venda, prevendo-se que a última venha a ser afectada pela construção do bloco de rega do Monte Novo.

Albufeiras e açudes

Várias albufeiras e açudes existentes no concelho permitem a ocorrência de uma grande diversidade de aves associadas a meios aquáticos abertos. As albufeiras que apresentam maior interesse sob o ponto de vista de conservação das aves, são aquelas que apresentam um declive suave, presença de vegetação enraizada emergente e limitações na acessibilidade ao público como, por exemplo o açude da herdade da Fonte Boa, as albufeiras do Monte Novo (troço superior da área de regolfo) e de Vale de Moura, os açudes da Cabida, da herdade do Tojal, da herdade da Camoeira e do Monte da Bala. Sendo na sua maioria privadas, a sua gestão depende do interesse dos respectivos proprietários.

Podem constituir importantes locais de invernada ou repouso de espécies migratórias, apresentando algumas delas elevado potencial no domínio da educação ambiental e turismo da Natureza. No entanto, nenhuma dessas áreas se encontra classificada, observando-se elevada perturbação sobre as aves com a actividade cinegética durante o Outono e Inverno e as actividades piscatória e de lazer na Primavera e Verão.

A reprodução de numerosas aves ribeirinhas, em particular as nidificantes no solo é seriamente comprometida pelo livre acesso de pessoas e viaturas ao longo das margens.

Também a degradação da qualidade da água (resultante da concentração de pesticidas e adubos resultante de deficientes práticas agrícolas) tem consequências negativas sobre estes habitats.

Formações arbustivas e arbóreas naturais

Incluem-se nestas formações os matos termófilos, mediterrâneos e ibero-atlânticos, que constituem etapas de substituição dos sobreirais e carvalhais, manifestando elevado interesse patrimonial por representarem muitas vezes comunidades originais, praticamente exclusivas do território nacional.

Os estevais existentes no concelho apresentam uma originalidade fitocenótica, face à existência de endemismos (alguns praticamente exclusivos do Alentejo) que urge conservar e valorizar.

Com menor representação no concelho, refira-se ainda a presença e necessidade de conservação de azinhais, sobreirais, carvalhais de *Quercus pyrenaica* e de *Quercus faginea*.

Se aqueles habitats exigem uma conservação que não será muito difícil de assegurar, uma vez que correspondem geralmente a claras situações de inaptidão para uma exploração económica directa (declives pronunciados, solos esqueléticos com elevada pedregosidade), os habitats que ocorrem nos afloramentos rochosos (vegetação casmofítica de vertentes rochosas siliciosas e prados pioneiros em superfícies rochosas), são de conservação ainda menos problemática uma vez que são completamente incompatíveis com usos agrícolas ou florestais.

Sítio de Importância Comunitária (SIC) Monfurado

Na sequência da Directiva Habitats, foi incluído na lista nacional da Rede Natura 2000 o SIC de Monfurado, com uma área de 23 946 ha, parte da qual no concelho de Évora.

De acordo com a informação do Instituto da Conservação da Natureza, a justificação para a selecção desta área é a seguinte:

“Trata-se de uma zona climaticamente dominada por importantes montados de sobro e azinho, bastante bem conservados, cuja importância é realçada pela sua situação geográfica à escala nacional, bem como por diversas influências climáticas que esta zona sofre. Ocorrem também resquícios de carvalhais de Quercus faginea e Quercus pyrenaica (limite sul da sua distribuição em Portugal).

É neste sítio que ocorrem as melhores comunidades de espinhais de Calicotome villosa em Portugal. Em relação à flora é de realçar a presença de Narcissus fernandesii.

Em termos faunísticos, em particular no que diz respeito a Quirópteros, trata-se de uma zona de grande importância, não só de hibernação como também de reprodução. Este Sítio é constituído essencialmente por um abrigo muito importante na época de criação de uma colónia de morcego-rato-grande. Abrigo satélite importante para morcego-de-peluche. É também importante durante o

resto do ano. A área envolvente constituída por montados assume um papel importante como zona de alimentação.”

A esta justificação geral segue-se a listagem de 17 habitats naturais do Anexo I da Directiva “Habitats” e, ainda, uma espécie da flora e oito da fauna, que também constam da mesma Directiva.

A este sítio aplica-se a legislação específica (D.L. nº 140/99, de 24 de Abril e R.C.M. nº 76/00 de 5 de Junho), que prevê a elaboração de um plano de acção sectorial. Enquanto não for elaborado e publicado tal plano, ficam sujeitas a parecer do Instituto da Conservação da Natureza uma série de acções indicadas naqueles diplomas.

3.3. ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Nesta secção, procede-se à análise da dinâmica económica do território do concelho de Évora, devidamente enquadrada na região Alentejo, em particular, e no país, em geral. O objectivo principal é aprofundar a caracterização das actividades económicas no concelho de Évora, enquadrando-as no mercado em que se inserem, e considerando, sempre que a disponibilidade de dados o permita, a evolução tendencial da última década ao nível da especialização produtiva, quer no âmbito do seu perfil sectorial quer funcional.

A região Alentejo situa-se entre as 25 regiões mais pobres da União Europeia, segundo o PIB per capita, sendo que o seu valor é aquele que, de entre as cinco NUT´s do Continente se encontra mais afastado da média nacional, registando uma situação que apenas é mais favorável que a Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira.

Quadro 10: PIB a Preços de Mercado, por NUTs III, 2000-2001

	PIB		PIB <i>per capita</i>	
	2000	2001	2000	2001
	Milhões de euros		Milhares de euros	
Portugal	115 548	122 801	11,3	11,9
Alentejo	4 744	5 043	9,0	9,6
Alentejo Litoral	1 073	1 103	11,0	11,3
Alto Alentejo	1 042	1 113	8,3	9,0
Alentejo Central	1 623	1 755	9,6	10,3
Baixo Alentejo	1 006	1 072	7,6	8,1

FORTE: INE, CONTAS REGIONAIS, 2002

Tendo o Alentejo a maior parte da sua superfície vocacionada para a agricultura, o sector primário ocupa na região um peso relativamente superior à sua importância no VAB do país, registando no entanto uma dinâmica de crescimento negativa. O Alentejo constitui a região onde o sector secundário se revela menos dinâmico ao passo que o sector terciário se assume com maior expressão na estrutura sectorial, acompanhando a dinâmica de crescimento do país. No sector dos serviços, o turismo é uma actividade que apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento.

3.3.1. Dinâmica Económica

O concelho de Évora, em concordância com a tendência generalizada na sociedade ocidental, apresenta-se como um concelho fortemente terciário, tanto pelo número de activos que ocupa, como pelo número de estabelecimentos existentes. Embora desde sempre com uma presença importante no concelho, devido à sua condição de capital de Distrito e pólo regional, determinante na instalação de diversos serviços públicos, o peso do sector dos serviços prende-se também com a progressiva perda de importância do sector agrícola como por um conjunto de factores tais como a substituição de culturas visando a produções mais extensivas e menos intensivas em termos de mão-de-obra, o abandono dos campos em busca de melhores salários noutros ramos de actividade ou ainda pelo envelhecimento da população activa do sector primário.

Em contrapartida, o sector industrial, pela debilidade das iniciativas endógenas, a par da fraca atractividade de novos investimentos, constitui uma alternativa com pouco peso na ocupação dos activos.

Pela análise dos Censos é possível verificar a perda drástica de importância da agricultura, uma certa estabilidade da indústria e o crescimento exponencial dos serviços, tanto sociais como de apoio à actividade económica.

Quadro 11: Território e População por Comparação com Évora, 2002

	Área Total km ²	Freguesias	População Residente						Densidade Populac.
			Total		Homens		Mulheres		Hab/km ²
			2003	2001	2002	2001	2002	2001	
Portugal	91.946,7	4.257	10.356.117	10.407.465	5.000.141	5.030.247	5.355.976	5.377.218	113,2
Alentejo	31.483,6	392	776.585	767.983	379.310	375.760	397.275	392.223	24,4
Alentejo Litoral	5.244,2	41	99.976	98.007	50.037	49.099	49.939	48.908	18,7
Alto Alentejo	6.230,1	86	127.026	123.302	61.462	59.686	65.564	63.616	19,8
Alentejo Central	7.233,6	91	173.646	170.903	84.246	83.100	89.400	87.803	23,6
Évora	1.309,1	19	56.519	55.633	27.012	26.653	29.507	28.980	42,5
Baixo Alentejo	8.503,8	83	135.105	131.623	66.651	65.065	68.454	66.558	15,5

FONTES: INE, XIV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO, RESULTADOS DEFINITIVOS. INE, ESTIMATIVAS PROVISÓRIAS DE POPULAÇÃO RESIDENTE PARA 31.12.2002, AFERIDAS DOS RESULTADOS DEFINITIVOS DOS CENSOS 2001, AJUSTADOS COM AS TAXAS DE COBERTURA. INSTITUTO GEOGRÁFICO

A situação do concelho de Évora no que respeita aos sectores de actividade, tem-se caracterizado nas últimas décadas como se expõe a seguir de forma sucinta:

- Perda de postos de trabalho na agricultura a par do aumento do número de estabelecimentos, o que traduz, em parte, a redução da dimensão das explorações agrícolas;
- Relativa estabilidade do emprego industrial, embora com um forte aumento do número de estabelecimentos, o que alia a instalação de pequenas unidades em novos ramos de actividade, contribuindo para uma maior diversidade do tecido industrial, de acordo com a tendência de segmentação do processo produtivo;
- Sector da construção civil, com um peso significativo, mas marcado pela transição entre uma evolução estável (assegurada pelas obras públicas, pela crescente procura por parte do sector privado e, ainda, pela atracção de novos residentes) e a quebra da procura fundamentada pela crise económica actual e consequente diminuição do poder de compra da população;
- Evolução muito positiva do sector terciário, em qualquer dos ramos considerados, destacando-se o comércio a retalho, a restauração e os serviços pessoais e colectivos.

Quadro 12: Distribuição dos Estabelecimentos por Sector, em Évora, Segundo a Dimensão (em Nº de Trabalhadores), 2001

Ramos de Actividade	Trabalhadores (nº)										
	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-399	400-499	500-999	1000 e +	TOTAL
Agricultura, Silvicultura e Caça	182	70	9	3	0	0	0	0	0	0	264
Sector Primário	182	70	9	3	0	0	0	0	0	0	264
em % do total	14%	18%	5%	4%	0%	0%	0%	---	0%	0%	13%
Indústria Extractiva e Transformadora	86	45	29	8	5	2	1	0	1	1	178
Construção Civil e Obras Públicas	93	58	24	23	4	0	0	0	0	0	202
Sector Secundário	179	103	53	31	9	2	1	0	1	1	380
em % do total	14%	27%	32%	36%	53%	40%	100%	---	100%	100%	19%
Comércio a retalho	341	87	33	19	1	1	0	0	0	0	482
Comércio por grosso	81	28	19	6	1	0	0	0	0	0	135
HORECA	185	41	20	2	2	0	0	0	0	0	250
Transportes e Telecomunicações	56	3	1	2	0	0	0	0	0	0	62
Interm. Financeira e Seguros	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Act. Imob. Alug. Serviços	20	4	1	0	0	0	0	0	0	0	25
Educação, Saúde, Acção Social	68	22	18	16	4	2	0	0	0	0	130
Actividades associativas, recreativas,	45	8	6	2	0	0	0	0	0	0	61
Actividades informáticas e conexas	8	4	2	0	0	0	0	0	0	0	14
Administração pública, defesa e seg	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Outras actividades de serviços	148	17	6	2	0	0	0	0	0	0	173
Sector Terciário	955	215	106	51	8	3	0	0	0	0	1338
em % do total	73%	55%	63%	60%	47%	60%	0%	---	0%	0%	68%
TOTAL	1316	388	168	85	17	5	1	0	1	1	1982

FONTE: QUADROS DE PESSOAL 2001, DETEFP, MTS.

Mais recentemente e tendo em conta as análises efectuadas com base nos dados de 2001, o Concelho de Évora apresenta:

- A manutenção de importância do sector primário na economia concelhia;
- Um importante peso do sector terciário, traduzindo o papel de Évora como pólo regional de comércio e serviços;
- A importância das actividades ligadas à Administração Pública, com destaque para os serviços às empresas e para a saúde, decorrentes da condição de capital de Distrito;
- A continuação da concentração da actividade industrial no ramo da fabricação de produtos metálicos;
- A presença simultânea de indústrias de cariz muito tradicional (têxtil, madeiras, produtos minerais não metálicos) e de indústrias em ramos com maior incorporação de tecnologia.

O quadro anterior permite avaliar a repartição dos estabelecimentos do concelho segundo a sua dimensão na vertente do emprego. Como se observa, predominam as unidades de muito pequena dimensão – dos 1982 estabelecimentos registados em 2001 apenas 25 possuíam um volume de trabalhadores superior a 50.

Será de salientar que, por outro lado, 68% do total daqueles 1982 estabelecimentos estavam registados como tendo actividade no sector terciário, restando 19% e 13% com actividade nos sectores secundário e primário, respectivamente.

Como se pode verificar no quadro abaixo, estas 1982 empresas empregavam, em 2001, um total de 13957 pessoas no Concelho de Évora, 52% das quais desenvolviam a sua actividade profissional no sector terciário, enquanto 41% trabalhavam no secundário, restando apenas 7% com actividade no sector primário. O sector agrícola será abordado em maior detalhe no ponto seguinte deste documento.

Quadro 13: Distribuição dos Trabalhadores por Sector, em Évora, Segundo a Dimensão das Empresas (em Nº de Trabalhadores), 2001

Ramos de Actividade	Trabalhadores (nº)										
	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-399	400-499	500-999	1000 e +	TOTAL
Agricultura, Silvicultura e Caça	378	433	124	81	0	0	0	0	0	0	1016
Sector Primário	378	433	124	81	0	0	0	0	0	0	1016
em % do total	14%	17%	6%	3%	0%	0%	0%	---	0%	0%	7%
Indústria Extractiva e Transformadora	202	306	369	222	291	332	250	0	528	1300	3800
Construção Civil e Obras Públicas	224	382	303	663	349	0	0	0	0	0	1921
Sector Secundário	426	688	672	885	640	332	250	0	528	1300	5721
em % do total	16%	27%	32%	35%	56%	42%	100%	---	100%	100%	41%
Comércio a retalho	678	573	435	559	51	120	0	0	0	0	2416
Comércio por grosso	184	180	231	173	67	0	0	0	0	0	835
HORECA	398	275	259	63	115	0	0	0	0	0	1110
Transportes e Telecomunicações	105	18	11	54	0	0	0	0	0	0	188
Interm. Financeira e Seguros	3	8	0	44	0	0	0	0	0	0	55
Act. Imob. Alug. Serviços	37	26	10	0	0	0	0	0	0	0	73
Educação, Saúde, Acção Social	133	158	213	509	275	336	0	0	0	0	1624
Actividades associativas, recreativas,	88	54	80	76	0	0	0	0	0	0	298
Actividades informáticas e conexas	17	22	20	0	0	0	0	0	0	0	59
Administração pública, defesa e seg	2	0	0	22	0	0	0	0	0	0	24
Outras actividades de serviços	271	107	77	83	0	0	0	0	0	0	538
Sector Terciário	1916	1421	1336	1583	508	456	0	0	0	0	7220
em % do total	70%	56%	63%	62%	44%	58%	0%	---	0%	0%	52%
TOTAL	2720	2542	2132	2549	1148	788	250	0	528	1300	13957

FONTE: QUADROS DE PESSOAL 2001, DETEFP, MTS.

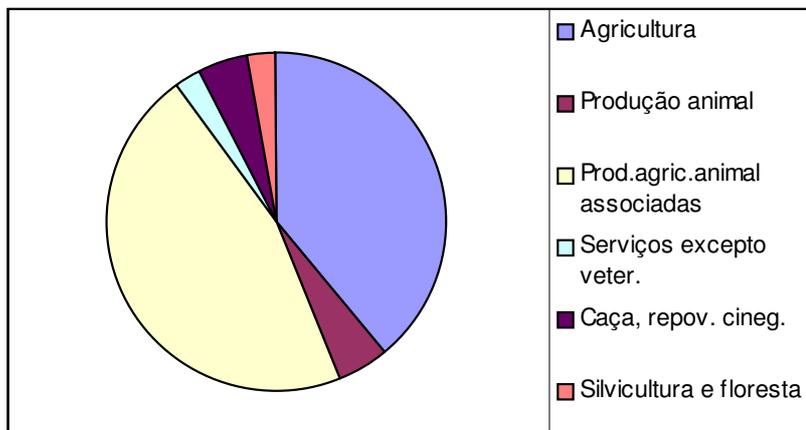
3.3.2. Agricultura

A agricultura que foi a actividade produtiva por excelência ao longo dos séculos, assume hoje uma posição com pouco peso relativo no contexto dos sectores de actividade. Historicamente, o progresso tecnológico e os decorrentes aumentos de produtividade que daí advêm têm permitido produzir os bens agrícolas de forma cada vez menos intensiva em trabalho, alcançando-se, ao mesmo tempo grandes níveis absolutos de produção. Assim sendo, os excedentes de factor trabalho têm levado ao abandono dos campos, resultando também no envelhecimento dos activos deste sector e na aposta noutras actividades de maior rentabilidade, factores que, no seu conjunto – e associados também à forte concorrência das “indústrias agrícolas” de outros países do centro/norte da União Europeia – têm provocado a decadência do sector em várias zonas do país.

No Concelho de Évora a situação não é estranha a tais tendências e a actividade agrícola resume-se, na maioria das explorações, à obtenção de produtos para consumo próprio, associada a uma tipologia de produção de características familiares e com ocupação parcial do tempo de actividade.

Ainda assim, a produção agrícola associada à indústria agro-alimentar ocupa no Concelho uma posição importante e representativa de uma dinâmica considerável para a base económica local neste contexto.

Gráfico 31: Emprego no Sector Primário Segundo o Ramo

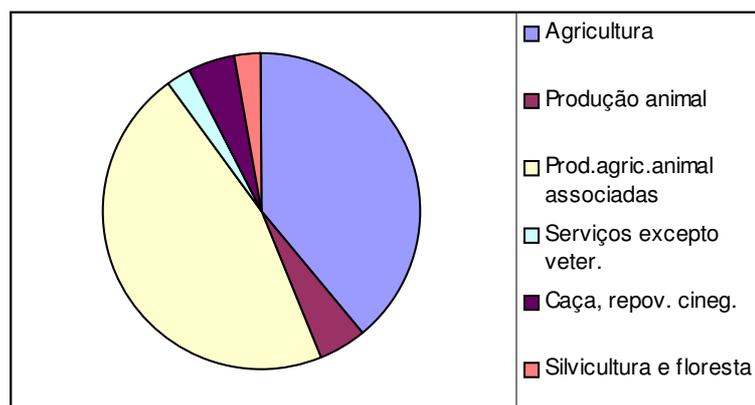


FONTE: QUADROS DE PESSOAL 2001, DETEFP, MTS.

Tendo por base os elementos estatísticos de 2001, o emprego no sector agrícola é ocupado em 50% pela conjugação entre a agricultura e a produção animal (*vide* figura acima). De facto é esta combinação que domina a actividade agrícola do Concelho e também aquela que trará maiores rendimentos aos seus activos.

Algo de muito semelhante se verifica no que concerne ao número de estabelecimentos no sector primário segundo o ramo, onde valores idênticos colocam a associação entre a produção agrícola e a produção animal, no topo da tabela de valores.

Gráfico 32: Estabelecimentos no Sector Primário Segundo o Ramo



FONTE: QUADROS DE PESSOAL 2001, DETEFP, MTS.

Tendo em conta a análise dos dados disponíveis, é possível compreender o panorama do sector primário no Concelho, apresentando-se, de forma sintética, alguns traços de caracterização:

- O montado ocupa cerca de 50% dos sistemas de culturas praticados, com uma ligeira dominância do azinho;

- As culturas praticadas orientam-se, no caso das temporárias (47% da SAU), para as cerealíferas, as forrageiras e as industriais, das quais as cerealíferas têm um maior peso (60% da SAU);
- As culturas permanentes mais relevantes são o olival de azeitona para azeite (78,5% da área total de culturas permanentes), a vinha, os frutos frescos e os citrinos;
- O quantitativo de ovinos e de bovinos é elevado, representando, em 1989, respectivamente 48,8% e 30,1% do efectivo pecuário;
- A maioria das explorações agrícolas são de reduzida dimensão (inferior a 20 ha) e ocupam uma área insignificante (4% da área agrícola), o que traduz a forte presença do latifúndio;
- Mais de metade das explorações tem acesso ao regadio, o que contribui para produtividades superiores;

3.3.3. Indústria Transformadora e Construção Civil

A actividade industrial no Concelho de Évora tem sido liderada por duas grandes unidades, de capitais exógenos, no ramo das componentes electrónicas. A localização destas empresas tem produzido efeitos significativos sobre a economia em termos de:

- **efeitos directos**, pelo aumento da massa salarial disponível, associada ao importante volume de trabalhadores e, sobretudo, a um emprego qualificado, com níveis salariais mais elevados;
- **efeitos indirectos**, pelo impactes sobre a actividade económica de um maior volume de rendimento disponível;
- **efeitos induzidos**, pela atracção de outras unidades em regime de subcontratação, com destaque para algumas unidades em áreas de actividade de tecnologias de ponta

A dinâmica industrial, sem grande tradição no Concelho, é influenciada positivamente pela oferta de condições de acolhimento, como é o caso do PITE, e pela política de ordenamento seguida pela Autarquia, de que sobressai a Zona Industrial de Almeirim (onde se situam as unidades do ramo das componentes electrónicas), e pela sua especificidade, a Zona Industrial da Azaruja, ligada à indústria da cortiça, e que na perspectiva de articulação entre gestão do território e dinâmica empresarial, funciona como exemplo positivo.

Nas demais freguesias do Concelho têm vindo a ser utilizadas práticas semelhantes para os espaços industriais, muito embora a industrialização seja menos significativa, concentrando-se, sobretudo, em oficinas de reparação, indústria de panificação, e indústrias agro-alimentares. Apresentam-se em

seguida, ainda que forma sucinta, algumas notas sobre a construção civil, indústrias agro-alimentares, e outras indústrias e actividades tradicionais com alguma expressão no Concelho.

Construção

A construção civil, que foi dando resposta ao número de obras públicas concretizadas na última década, pela expansão da Universidade e também à procura de particulares, motivada então pela diminuição das taxas de juro, atravessa actualmente uma fase crítica, provocada pela conjuntura nacional e pelas dificuldades económicas bem patentes. O poder de compra tem vindo a diminuir nos últimos anos e o investimento das famílias no sector imobiliário tem apresentado fortes quebras.

Ainda assim, no ano de 2004 o n.º de licenças de construção concedidas pelas câmaras municipais era já bem maior do que o verificado em 1995, apresentando – ainda assim – no caso do Concelho de Évora, alguma moderação, nomeadamente face à região Alentejo (em que os valores mais do que triplicaram face a 1995).

Quadro 14: Licenças Concedidas pelas Câmaras Municipais para Construção em 1995 e 2004

NUTS	Licenças concedidas (n.º)	
	1995	2004
Portugal	51.107	120.829
Alentejo	3.607	13.142
Alentejo Litoral	765	1.696
Alto Alentejo	1.049	1.991
Alentejo Central	1084	2.730
Évora	301	756
Baixo Alentejo	709	2.398

FONTE: INE, ESTATÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 1995 E 2004

Pode também verificar-se que, embora o número de licenças concedidas tenha mais do que duplicado para o Concelho de Évora (assim como, em geral, para o restante território), a cidade concentrava em 1995 cerca de 28% do total de licenças de construção emitidas para o Alentejo Central, valor que se mantém sem grande variação em 2004.

Quadro 15: Obras Concluídas em 1995 e 2002

NUTS	Obras concluídas (n.º)	
	1995	2002
Portugal	34.661	60.271
Alentejo	2.438	5.708
Alentejo Litoral	586	765
Alto Alentejo	591	883
Alentejo Central	755	1.037
Évora	258	203
Baixo Alentejo	506	908

FORNTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 1996 E 2003.

O número de obras concluídas (*vide* quadro acima) revelou uma maior moderação, nomeadamente ao nível da cidade, olhando aos dados de 2002, facto a que não será alheio o contexto pré-recessivo em que o país viveu em 2002 (com o PIB a crescer apenas 0.5% em termos reais), e que se confirmou em 2003 (ano em que houve mesmo um decréscimo real do PIB nacional cifrado em – 1,3%). Ainda assim, e embora, saibamos ser o sector da construção um dos primeiros a sofrer em situação de crise económica, abstraindo a vertente conjuntural, o sector da construção revela algum dinamismo no Concelho, o que é, nomeadamente, manifesto ao nível das licenças de construção concedidas.

Indústrias Agro-Alimentares

As actividades económicas resultantes da valorização dos recursos endógenos, como sejam as indústrias agro-alimentares e as agro-indústrias têm ganho relevo quer no que diz respeito à oferta, quer no que toca ao produto.

Com efeito, e numa perspectiva mais alargada, a referida fileira que inclui a componente alimentar de carácter artesanal, reúne oportunidades para a promoção de produtos agro-alimentares de qualidade, quer nos mercados nacionais quer internacionais (sobretudo o vinho e a carne), à qual não tem sido estranha a dinâmica registada nos designados produtos com denominação de origem, dinâmica esta que tem sido extensiva à região Alentejo em geral (*vide* quadro seguinte).

Quadro 16: Distrito de Évora - Nº de Concelhos do Alentejo abrangidos pelas Áreas de Produção de Produtos com Denominação de Origem

Produtos	Nº Concelhos
Queijo de Évora	14 *
Ameixas de Elvas	5
Azeites do Norte Alentejano	6
Azeites de Moura	1
Carne de Mertolenga	14*
Carnalentejana	14*
Borrego de Montemor-o-Novo (IGP)	3*
Borrego do Baixo Alentejo (IGP)	1
Carne de Bovino Tradicional de Montado (ETG)	14*
Mel do Alentejo	14*
Zonas Vitivinícolas	
Borba	4
Évora	1
Granja/Amareleja	1
Redondo	3
Reguengos	3
Nota: *Inclui o Concelho de Évora	

FONTE: “PRODUTOS ALIMENTARES DO ALENTEJO” CCR(A), 1995 E “GUIA DOS PRODUTOS DE QUALIDADE, 2000”, DGDRURAL, 2001

A existência de condições para a sustentação económica das agro-indústrias e de produções agro-alimentares de tecnologia caseira de elevada qualidade, parece constituir o maior desafio ao seu desenvolvimento. Com efeito é no domínio dos circuitos de distribuição e comercialização que importa consolidar as estruturas, em particular, na oferta integrada de produtos, e simultaneamente na exploração da diferenciação e valorização dos “produtos Alentejo”.

De outro modo, a transformação e comercialização dos produtos derivados da exploração agro-silvo-pastoril, ainda preponderante no tecido rural do Concelho, de que se destaca, o queijo, o mel, as plantas aromáticas, os enchidos, e o artesanato ou os materiais para a sua execução, constituem um meio de integração e sustentação económica que se articula, por um lado com a diversificação da actividade das explorações agrícolas e articulação com produtos turísticos específicos (rural, natureza, cinegético), e por outro, com a conservação e valorização ambiental e da paisagem.

O produto “vinho”, e mais recentemente a carne alentejana, são neste contexto exemplos de boas práticas. Baseadas numa forte estratégia associativa que reúne todos os vinhos da região, a criação de estratégias específicas por marcas, tem conseguido projectar a imagem do produto fora do Alentejo. Por outro lado, também a criação e sinalização da Rota dos Vinhos do Alentejo e de actividades promocionais associadas ao produto, tem contribuído para um crescimento das vendas.

Outras Indústrias e Actividades Tradicionais

Também as actividades relacionadas com as artes e ofícios desempenham, no contexto do desenvolvimento económico e integração territorial do Concelho e na Região, um papel importante. Com efeito o produto artesanato aparece associado à Região do Alentejo, em particular quando falamos em olaria, tapeçaria e tecelagem, trabalhos em cortiça e cestaria, entre outros.

A importância do artesanato e outros produtos e actividades tradicionais, para além do seu valor intrínseco, em termos simbólico, cultural e etnográfico, deriva quer da diversidade, qualidade e genuinidade das suas produções – o que lhes confere um valor de imagem singular - quer da associação com outras actividades económicas, comércio e turismo, em particular.

O turismo é, de resto, uma das actividades que mais recolhe benefícios simbióticos com este tipo de produtos (com uma imagem regional muito vincada), nomeadamente tendo em conta as características-base do consumidor/turista que procura o destino Évora (como melhor veremos mais adiante na subsecção sobre turismo).

3.3.4. Comércio e Serviços

As actividades terciárias assumem cada vez maior importância económica e social no contexto do desenvolvimento do território – contribuem directamente para o dinamismo dos mercados, para a criação de emprego, para a definição de centralidades no espaço urbano e para animação dos lugares.

Com o advento da integração europeia, e nomeadamente a partir da entrada na 3ª fase da União Económica e Monetária³⁴ a competitividade passa a ser encarada à escala global, não bastando a uma empresa ser competitiva localmente, uma vez que – uma vez no mercado – ela enfrenta necessariamente a concorrência de todas as empresas similares existentes no espaço económico agora integrado já não a 15 mas sim a 25 países³⁵.

³⁴ Iniciada a partir de 1 de Janeiro de 1999 e concretizada com a introdução do euro em 1 de Janeiro de 2002.

³⁵ Desde 1 de Janeiro de 2005, com o 5º alargamento da União Europeia após a assinatura do Tratado de Roma.

Quadro 17: Número de Empresas Exportadoras em 2002

NUTS	Exportações Intracomunitárias		Exportações Extracomunitárias	
	Nº de Empresas		Nº de Empresas	
	1995	2002	1995	2002
Portugal	14.920	6.311	13.616	14.869
Alentejo	218	244	123	494
Alentejo Litoral	33	26	23	33
Alto Alentejo	68	34	40	40
Alentejo Central	88	69	42	138
Évora	36	10	21	24
Baixo Alentejo	29	14	18	24

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional 2003

É, pois, neste enquadramento que se poderá explicar a diminuição do número de empresas exportadoras para a União Europeia no território concelhio (tal como a nível nacional também acontece) entre 1995 e 2002, verificando-se, de resto – como que por compensação – um aumento da actividade exportadora para fora da União Europeia, muito provavelmente dirigindo-se a áreas de destino com menores exigências competitivas.

Daqui decorre, pois, que, embora o sector terciário se apresente, na verdade, como uma das actividades com maior capacidade de criação de novos estabelecimentos e postos de trabalho, com crescentes oportunidades de negócio em novas áreas, é igualmente verdade que a região e o Concelho deverão dirigir esforços concertados no sentido de ganhar vantagens competitivas no contexto intra-europeu, que é, efectivamente, aquele em que, com uma especialização produtiva correcta associada ao livre-comércio, poderão decorrer maiores ganhos a longo prazo para as empresas e instituições do Concelho.

Esta evolução decorre não só das tendências em curso, inerentes ao próprio sector – nomeadamente no âmbito das anteriormente referidas ao nível do comércio internacional - mas também de especificidades várias ao nível do Concelho, nomeadamente:

- A presença da Universidade, pelo efeito de alargamento do mercado decorrente do número de alunos, que reflecte o desenvolvimento da Universidade, a qual passou de 1 000 alunos em 1981 para os cerca de 6 000 actuais, o que tem como efeito, não apenas o aumento da população residente na Cidade mas também o enriquecimento da sua vivência e enquadramento social e cultural. Este aspecto tem naturais implicações no aumento quantitativo da procura de bens e serviços, mas também, e sobretudo, da sua diversificação qualitativa, apontando para tipologias mais diversificadas de bens e serviços, decorrentes de necessidades específicas às actividades académicas (produtos

e serviços informáticos, materiais e serviços de apoio ao ensino), mas também aliadas às actividades de lazer associadas à presença de franjas populacionais mais jovens (bares, cafés, discotecas);

- O aumento da procura turística, com a entrada diária no Concelho de importante volume de visitantes (perfazendo no ano 2002 um total de 165 412 turistas), com efeitos não apenas directos, ou seja, nas unidades directamente ligadas à fileira turística (restauração, hotelaria, empresas de animação turística, agências, aluguer de automóveis), mas também indirectos (como seja no comércio, com particular destaque para as lojas de artesanato) e ainda induzidos, na medida em que há um efeito de alargamento do mercado decorrente da pressão da procura que leva a que a actividade económica do Concelho em geral seja estimulada tendo em vista a satisfação das necessidades dos visitantes.

Quadro 18: Instituições Bancárias e Seguradoras em 2002

NUTS	2002				
	Bancos e Caixas Económicas	Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	Bancos, Caixas Económicas e CCAMs	Empresas de Seguros	
	N.º Estabelecimentos		Pessoal ao Serviço	N.º Estabelecimentos	Pessoal ao Serviço
Portugal	4 920	618	55 610	926	13 049
Alentejo	304	131	2 686	93	433
Alentejo Litoral	31	17	337	10	35
Alto Alentejo	57	25	445	20	76
Alentejo Central	74	31	635	29	179
Évora	29	2	224	17	141
% do Alent. Central	39%	6%	35%	59%	79%
Baixo Alentejo	47	23	436	13	44

FONTE: INE, ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS, 2002. INFORMAÇÃO DISPONÍVEL NÃO PUBLICADA.

O terciário direccionado para a população e visitantes localiza-se essencialmente na cidade de Évora, consequência da concentração populacional (84% da população concelhia, em 2001), e também de uma maior cativação de fluxos turísticos.

O sub-sector financeiro, por sua vez, revela grande apetência pela cidade de Évora, o que é perceptível no quadro acima, onde se verifica que o Concelho concentra cerca de 40% da totalidade das instituições bancárias presentes no Alentejo central em 2002, número que sobe para cerca de 60% se considerarmos as empresas seguradoras. A este respeito, é também interessante constatar que Évora detinha, no mesmo ano, cerca de 43% do total de caixas Multibanco presentes em todo o Alentejo Central (80 em 185).

Quadro 19: Estabelecimentos de Ensino, Segundo o Ensino Ministrado, em 2002/2003

NUTS	Ensino Público e Privado												
	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
	Público	Privado	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Público	Privado		Público	Privado
			Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado					
Nº													
Continente	4.253	2.024	8.082	500	1.102	236	1.130	224	488	148	218	171	145
Alentejo	380	138	735	12	149	8	123	9	58	5	28	15	6
Alentejo Litoral	49	18	122	-	16	1	18	1	10	1	4	-	1
Alto Alentejo	70	25	110	4	29	2	25	3	10	2	6	4	-
Alentejo Central	74	44	134	7	38	2	24	2	14	-	6	2	-
Évora	13	19	26	1	10	1	6	1	3	-	3	2	-
Baixo Alentejo	84	19	163	1	36	2	23	2	12	-	7	4	3

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DEPART. DE AVALIAÇÃO, PROSPECTIVA E PLANEJ. – ESTATÍSTICAS PRELIMINARES

Ao nível do ensino, é possível constatar que – para além de reunir as duas únicas instituições de ensino superior do Alentejo Central – predominam no Concelho de Évora as instituições públicas, o que vem, de resto, confirmar uma tendência comum a todos os sectores económicos da região, isto é, a predominância da administração pública. Este aspecto, faz, aliás, apelo a uma das necessidades mais prementes do ponto de vista económico: - a atracção de investimento privado.

De um ponto de vista estritamente comercial, a Cidade caracteriza-se por um mercado muito consolidado, detentor de uma área de influência supra-concelhia. A maior parte das unidades revelam uma muito reduzida dimensão, enquadrando-se em ramos de comércio ou serviços banais (comércio alimentar, vestuário, cafés, restaurantes) onde o comércio a retalho é dominante em termos de estabelecimentos.

O principal trunfo da actividade comercial é a atracção exercida pelo núcleo histórico e o enquadramento arquitectónico e, em particular, pela Praça do Giraldo, a par das acessibilidades e existência de esplanadas e concentração de funções urbanas;

- A implementação do SITE - Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento, e especificamente dos autocarros Linha Azul, permitindo um acesso mais fácil à e dentro da Cidade, constitui um elemento importante para a qualificação e reforço da atractividade do centro urbano.
- Os elementos mais negativos prendem-se com uma iluminação pública insuficiente e pelo mau estado de alguns pavimentos;

As acções desenvolvidas no âmbito do PROCOM, com a intervenção num número elevado de estabelecimentos, bem como no espaço público urbano, vieram contribuir para a valorização da zona comercial consolidada, confirmando a cidade de Évora e o próprio Concelho como pólo de atracção comercial.

O comércio por grosso, que em 1998 empregava 888 trabalhadores, registou algum dinamismo com a instalação do MARÉ - Mercado Abastecedor da Região de Évora. Esta estrutura, enquadrada na rede nacional de mercados abastecedores, tem por objectivo principal o reforço da competitividade do sector agro-alimentar, a nível local e regional, através da reorganização dos fluxos de produtos locais, da promoção do escoamento da produção regional e da redução dos custos de distribuição. O MARÉ alberga módulos de dimensão mais ampla para instalação de empresas com maiores necessidades de espaço (armazenagem e distribuição regional), e pequenos espaços vocacionados para a instalação de pequenos produtores individuais de horto-frutícolas e flores.

A concretização da A6 tem vindo a induzir a instalação de novas empresas ligadas ao sector da logística, sobretudo nas áreas próximas dos nós de ligação. No entanto, uma maior expansão destas actividades, com grandes necessidades de espaço, está limitada pelo crescente aumento dos preços dos terrenos, bem como por ofertas alternativas em Concelhos na coroa mais próxima da Capital.

Paralelamente, refira-se a oportunidade, reforçada com a concretização da A6, de se consolidar o Eixo Vendas Novas/Montemor/Évora.

De acordo com o Centro de Emprego, os serviços de apoio social apresentam algum dinamismo, medido pela crescente procura de novos trabalhadores. Estes serviços representavam, em 1998, cerca de 6,6% do total de postos de trabalho e estabelecimentos do Concelho. A tendência, face ao envelhecimento e ao aumento da longevidade da população, aponta para uma crescente procura destes serviços, para os quais Évora e, sobretudo, a área rural revela um grande potencial.

3.3.5. Turismo

O Turismo no concelho de Évora tem-se afirmado como um dos aspectos mais relevantes na dinâmica das actividades económicas. Por esse facto, e ainda porque as actividades turísticas constituem uma das fileiras produtivas a privilegiar na estratégia de desenvolvimento concelhio, justifica-se que apresentemos nesta secção um diagnóstico mais detalhado sobre as tendências da Oferta e da Procura deste tipo de serviços, bem como uma referência aos condicionantes e oportunidades neste domínio.

Enquadramento Turístico do Concelho de Évora

No domínio da actividade turística e em termos administrativos, o Concelho de Évora enquadra-se na Região de Turismo de Évora (RTE), que abrange a totalidade dos 14 Concelhos do Distrito de Évora. Por seu turno, a RTE integra-se na Associação de Regiões de Turismo do Alentejo (ARTA), entidade que visa a articulação da estratégia das diversas regiões de turismo do Alentejo, gerindo complementaridades e aproveitando sinergias, através da promoção de acções comuns,

nomeadamente de âmbito mais vasto e abrangendo assim uma área geográfica condicente com toda a região entre o Algarve e o Sul do Tejo.

O crescimento das actividades terciárias em geral e o desenvolvimento da actividade turística em particular, tem permitido ao Alentejo, em geral, uma gradual conversão da sua base económica. A queda da agricultura enquanto actividade principal da região e a diminuta afirmação do sector secundário, contrastam com a emergência da vocação turística de uma região com fortes potencialidades de lazer e turismo em segmentos específicos da oferta turística.

Em 2002 o número de turistas que visitaram Évora ascendeu a 165.412, o que compara com os 10.546.892 que, nesse ano entraram em Portugal, correspondendo a um peso de 1.57% no total nacional, o que, não sendo aparentemente um valor muito expressivo, sê-lo-á se levarmos em conta que a esse valor corresponde um índice de saturação turística (IST³⁶) elevado - 2.93 - ainda que longe de valores que sugiram congestionamento (até porque aqueles 165 412 turistas distribuem-se ao longo dos 12 meses do ano), havendo, por conseguinte, ainda um largo potencial de acolhimento.

A tudo isto acresce ainda o contexto de as exportações turísticas corresponderem a cerca de 20%³⁷ do total exportado anualmente no país, valor que tem vindo a evoluir, de resto, de forma crescente e sustentada, o que confere às regiões e cidades com elevando potencial turístico – como é, manifestamente, o caso de Évora – uma oportunidade estratégica de desenvolvimento.

Sendo a região alentejana bastante vasta, identifica-se uma afirmação de diferentes unidades sub-regionais caracterizadas por diferentes recursos . As praias do litoral, a emergência do pólo de desenvolvimento do Alqueva e a valorização e aproveitamento do Guadiana, o património construído, as tradições, os sabores e a calma natural alentejana, fazem da região um destino turístico diversificado e ao alcance de todos os potenciais consumidores-turistas.

Ainda assim, este vasto território a sul do Tejo, apresenta uma reduzida articulação entre os destinos locais, evidenciando-se um conjunto de potencialidades ainda por aproveitar e valorizar.

A sub-região do Alentejo Central, onde se enquadra o Concelho de Évora, tem no Turismo em Espaço Rural (TER) e no Património Cultural e Arquitectónico as grandes mais valias locais, sendo estas capazes de atrair e captar turistas e visitantes quer nacionais, quer estrangeiros, não apenas no segmento específico dos recursos turísticos de base de que dispõe – essencialmente de cariz histórico-patrimonial, etnográfico e agro-rural – mas também no respeitante ao segmento do turismo

³⁶ IST = (nº de turistas / nº de residentes), em determinado período de tempo (no caso presente, o ano 2002).

³⁷ 2004, World Travel & Tourism Council (WTTC) – “Portugal – Travel & Tourism Forging Ahead”, The 2004 Travel & Tourism Economic Research.

de negócios, aproveitando, nomeadamente, o impulso do cluster de conhecimento centrado na Universidade de Évora.

O Concelho e a Região de Évora apresentam uma localização privilegiada, quer em termos nacionais, quer no acesso ao exterior, tendo a Auto-estrada A6 e o IP2 um papel estruturante da região, determinando uma grande acessibilidade à Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, à cidade de Lisboa, e facilitando as ligações a norte aos importantes pólos turísticos de Vila Viçosa-Estremoz, no Alto Alentejo ao triângulo Portalegre-Marvão-Castelo de Vide, e a sul, sobretudo a Beja o que facilita a captação dos fluxos de visitantes, tanto nacionais, como estrangeiros, que, facilmente se deslocam a Évora, fazendo do Concelho e mais propriamente da cidade, um destino turístico complementar. As ligações a Espanha são facilitadas pela mesma A6 que funciona como uma porta de entrada dos fluxos turísticos vindos de toda a Europa e possibilita a intensificação do número de visitantes provenientes do país vizinho.

As ligações intra e intermunicipais são fundamentais para um conhecimento mais aprofundado do Concelho e áreas vizinhas, proporcionando passeios de grande interesse paisagístico. Contudo, persistem ainda debilidades ao nível da qualidade viária e da sinalização, nalguns casos, no acesso a potenciais pólos turísticos.

As ligações aéreas fazem-se a partir dos Aeroportos de Lisboa, Faro e Badajoz, sendo que o Aeródromo Municipal de Évora apenas permite a aterragem de aviões de menor dimensão. Futuramente a possibilidade de o Aeródromo da Base de Beja ser adaptado para funções civis, constituirá uma vantagem na chegada ao Concelho. A recente ligação ferroviária Lisboa-Évora através da Ponte 25 de Abril garante um serviço de razoável qualidade ainda que pouco concorrencial em termos de tarifas com o transporte rodoviário.

Caracterização da Oferta Turística

O Concelho de Évora caracteriza-se pela diversidade e riqueza dos seus recursos, base para a consolidação de produtos turísticos já existentes e para o desenvolvimento de novos produtos. A Cidade constitui o pólo central da oferta turística concelhia, assente, essencialmente, na vertente turismo cultural, com um nível de consolidação e de reconhecimento elevados.

Recursos patrimoniais, históricos, culturais e etnográficos

O património existente e construído em várias épocas, desde a ocupação romana, à época medieval, passando pelo Renascimento e pelo século XIX, apresenta uma riqueza e diversidade considerável, cujo grau de conservação aliado ao cuidado de evitar construções sem integração no existente, tem proporcionado excelentes condições à sua valorização e afirmação. O valor deste património permitiu

à Cidade a classificação de Cidade Património Mundial (UNESCO), reforçando a aposta no turismo cultural de qualidade como um dos seus vectores de desenvolvimento.

O artesanato constitui um dos elementos mais visíveis desse património, funcionando como um importante complemento aos produtos da actividade turística, o que permite a descoberta das tradições e da história locais. Neste domínio o Concelho de Évora é bastante rico, oferecendo um leque variado de produtos artesanais, com destaque para o mobiliário rústico pintado, os objectos decorativos em ferro forjado, a olaria, a cestaria, a cerâmica, os trabalhos em cortiça, madeira ou buinho e os chifres decorados.

Gastronomia

A gastronomia constitui, de um modo geral, um elemento complementar em termos da oferta turística, que, contudo, no caso do Alentejo, dada a sua riqueza, qualidade e variedade, representa, quase por si só um recurso específico, contribuindo para uma imagem de grande qualidade turística do Alentejo e, neste caso particular, de Évora.

Natureza e Desporto

Na última década, começaram a surgir novas práticas de turismo e de lazer, designadamente um turismo de natureza ou um turismo de aventura, consubstanciados em actividades como os passeios, a BTT, o todo o terreno, a observação de fauna e flora ou simplesmente da paisagem, em contrapartida a um turismo de massas. O Concelho de Évora apresenta excelentes condições para a prática deste tipo de actividades, pelas suas paisagens, pela variedade de espécies naturais, pelo relevo suave.

Refira-se o ainda o Aeródromo de Évora, que permite voos para desporto ou para lazer, os centros hípicas, alargando aos turistas e residentes a fruição desta actividade no âmbito das grandes quintas e herdades, o Kartódromo de Évora ou as empresas de animação turística, já com uma oferta razoável ao nível do turismo de natureza ou de aventura.

Numa outra vertente – o golfe – deve registar-se ainda o facto de nos últimos anos terem surgido no Concelho várias intenções de investimento nesta área. O golfe tem tido um crescimento considerável nos últimos anos em Portugal, estando situados no Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa os principais centros turísticos desta natureza e também os campos mais importantes para a modalidade desportiva em questão.

O Alentejo, não apresentando condições excepcionais para a implementação deste tipo de equipamentos, o que se prende com a sua condição natural, nomeadamente no que respeita ao regime hidrológico e à disponibilidade de água ao longo do ano, no entanto com a concretização do

Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (EFMA), serão reunidas finalmente condições minimizadas para o desenvolvimento da actividade. Os impactes do EFMA para a expansão do golfe e da actividade turística em geral serão sentidos não só nos Concelhos da sua área de influência mais imediata, como também noutras áreas, designadamente no Concelho de Évora, já que este é abrangido por uma área significativa de regadio.

Associada à intenção de desenvolvimento do golfe como actividade lúdica, desportiva e turística, surgem não raramente propostas de criação de novos equipamentos, nomeadamente no que respeita ao alojamento, aos equipamentos desportivos e espaços temáticos relacionados com a cultura local, com o património natural e paisagístico e com os produtos regionais e locais. As propostas deverão ser sempre enquadradas num quadro legal de reconhecimento das mais valias ambientais e patrimoniais do Concelho, devendo sempre obedecer aos interesses do Concelho e aos vectores estratégicos delineados por esta autarquia.

O facto do golfe não se encontrar desenvolvido em toda a região Alentejo, faz com que a região das planícies não consiga absorver o fluxo de turistas interessados nesta prática desportiva e sobretudo de lazer, que chegam ao Algarve ou ao Litoral Centro, vindos principalmente dos mais variados países da Europa. Associadas à prática do golfe, surgem outras actividades relacionadas com o lazer, que exigem uma adequação em termos de equipamentos e serviços disponíveis nestes centros turísticos.

A implementação de equipamentos desta natureza no Concelho de Évora, será importante na afirmação da cidade e do Concelho como um destino de férias e de lazer, na medida em que puder contribuir para o aumento de duração da estada média, indicador que se situa actualmente em 1.4 dias (2002)³⁸, sabendo-se como o produto está associado a tempos médios de permanência superiores a cinco dias, podendo ir até aos oito dias. Projectos desta natureza deverão também ser capazes de criar oferta de alojamento junto ao campo de golfe e também outros tipos de actividades relacionadas com o usufruir das condições naturais e patrimoniais do local, valorizando-se assim quer o papel do Concelho no quadro nacional, quer ainda a potenciação do desenvolvimento económico local e regional.

Em termos práticos, estes empreendimentos deverão ser, em fase de proposta e apresentação de intenção, acompanhados por estudos de viabilidade ambiental e levantamento de impactes ambientais relacionados com a sua implementação e dinamização. Também a apresentação de planos de utilização e reutilização de água para manutenção dos *greens*, deve ser determinante no início do processo de apreciação de propostas desta natureza, sendo bem conhecida a situação face à disponibilidade de água na região.

³⁸ INE - Retrato Territorial de Portugal 2003

Empreendimentos desta natureza deverão estar sempre perfeitamente enquadrados com a paisagem natural e munidos de instalações e equipamentos complementares que satisfaçam um conjunto de necessidades base do turista ou visitante que procura estes pólos turísticos. A articulação com os produtos locais e os valores culturais e tradicionais, deverá ser tido como uma mais valia e um factor de valorização do próprio empreendimento, conferindo a este um carácter identificativo do seu enquadramento geográfico.

Recursos cinegéticos

O Concelho de Évora possui também um forte potencial no que respeita ao turismo cinegético. No entanto, este importante recurso ainda não se consubstanciou num verdadeiro produto turístico, com efectivos efeitos benéficos no Concelho, medidos em termos de distribuição de riqueza, criação de emprego ou efeitos multiplicadores sobre outros produtos turísticos.

Na realidade existe um número significativo de empresas que para além de oferecerem apenas os serviços mais básicos, direccionados apenas para a actividade da caça, se encontram sediadas fora da região, o que se traduz numa saída de receitas para o exterior. A inexistência de estruturas de acolhimento e acompanhamento ou de criação de actividades complementares, para o caçador e família, não motiva um maior fluxo de afluência nem prolonga o tempo médio de estada no Concelho.

Negócios

Nos últimos anos, a proximidade a Lisboa, o aumento do número de infraestruturas hoteleiras de maior dimensão, as condições excepcionais da cidade de Évora para estas actividades e, enfim, a expansão geral do fenómeno das conferências, tem tido efeitos sobre o desenvolvimento do turismo de congressos na Cidade, que além de contribuir para a diversificação da procura turística e para esbater a sazonalidade, constitui também um importante contributo para a promoção do Concelho.

Em síntese, o Concelho é dotado de recursos diversos que lhe permitem considerar, numa primeira análise, a actividade turística como um dos seus vectores de desenvolvimento. A acrescer a este potencial genérico note-se que os recursos concelhios em matéria de turismo se enquadram plenamente nas grandes tendências actuais da procura turística e, sobretudo, nas áreas que ainda apresentam maiores possibilidades de expansão, como é o caso do turismo de natureza.

O quadro seguinte apresenta de forma sintética o potencial do Concelho face às grandes tendências da procura turística.

No entanto, apesar de todos os recursos existentes, o Concelho de Évora ainda está longe de ver o seu potencial turístico bem explorado. A prová-lo está o baixo tempo de permanência média dos turistas – pouco mais de um dia – bem como as ainda relativamente reduzidas taxas de ocupação

média dos estabelecimentos hoteleiros. Ora, se a baixa permanência média pode ser atribuído ao efeito de proximidade do turismo excursionista espanhol – que muito contribui para a diminuição da estada média, já quanto às reduzidas taxas de ocupação média teremos que buscar mais fundo as razões que lhe subjazem, e que terão directamente que ver com uma insuficiente oferta de fixação.

Quadro 20: Tendências da Procura e Recursos Turísticos de Évora

Tendências da Procura Turística	Potencial do Concelho face às principais motivações turísticas
Reencontro com a Natureza e com o Ambiente: interesse científico e ambiental, associado à ocupação dos tempos livres, pelos ambientes ricos em diversidade morfológica, florística e faunística	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem singular e de grande beleza (o montado) • Facilidade física de implementação de circuitos pedestres, a cavalo ou cicloturismo • Fácil observação de espécies faunísticas (destaque para a avifauna)
Emoção e Aventura: valorização do chamado “turismo activo”, em oposição à contemplação passiva	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço livre, os percursos que permitem a prática de desportos radicais, entre outros (BTT, passeios todo-o-terreno, caça, etc.) • Existência de equipamentos específicos para a prática de desportos radicais (kartódromo, aeródromo, empresas de aventura) • As excelentes condições para a prática de desportos aéreos
Tranquilidade e Autenticidade do Mundo Rural: em oposição ao <i>stress</i> e ao isolamento das grandes cidades, procura-se uma vivência comunitária e o “exotismo” do mundo rural	<ul style="list-style-type: none"> • As tradições e especificidades culturais como o artesanato, as actividades agrícolas tradicionais, as festividades e acontecimentos culturais, a gastronomia, entre outras • Os recursos humanos e a hospitalidade que os caracteriza, a população idosa residente e o seu conhecimento da história e das lendas dos locais e das actividades tradicionais e culturais
Redescoberta do Passado: valorização da componente cultural da oferta turística	<ul style="list-style-type: none"> • Património histórico e arquitectónico valiosíssimo e diversificado (militar, civil e religioso, o megalítico, as aldeias, os moinhos)
Envolvências Revitalizadoras: valorização do natural perante o químico, sossego, prevenção da doença	<ul style="list-style-type: none"> • O montado, a exploração da cortiça • O campo e os espaços rurais (as aldeias) • Ausência de fontes poluidoras significativas

FONTE: VAZ, MARGARIDA, APROVEITAMENTO TURÍSTICO DAS POTENCIALIDADES DA BEIRA INTERIOR, TESE DE MESTRADO, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, COVILHÃ, 1995.

Na verdade, estas fragilidades resultam, em grande medida, da insuficiente oferta de atracções que motivem os visitantes a permanecer no Concelho por um período mais amplo. Por outro lado, as vertentes turismo de natureza e de aventura, embora com forte expansão, muito potenciada pelo desenvolvimento das unidades de turismo em espaço rural e por diversas empresas de animação, estão ainda longe do seu potencial de exploração, que é o mesmo que dizer que se trata de produtos turísticos ainda longe da maturidade em termos dos seus ciclos de vida.

A formação e qualificação profissional adequada tem aqui um importante palavra a dizer, uma vez que é na fase ascendente do ciclo de vida do produto turístico que o investimento na qualificação dos recursos humanos faz mais sentido em termos do retorno expectável a prazo. Ora, a formação turística é precisamente uma das áreas em que são notórias maiores insuficiências no Concelho ao nível da oferta turística em geral, e hoteleira em particular.

Não obstante, o dinamismo do Concelho de Évora enquadrado no contexto regional, e se atendermos ao crescimento da procura turística na região, pode ser entendido como um movimento positivo na desconcentração regional do turismo.

Quadro 21: Distribuição percentual dos Estabelecimentos Hoteleiros, Quartos e Capacidade de Alojamento em Évora, 2002

NUTS	Estabelecimentos		Capacidade de Alojamento	
	N.º	%	N.º	%
Portugal	1890	100%	239903	100%
Alentejo	105	5,56	7541	3,14
Alentejo Litoral	31	1,64	2810	1,17
Alto Alentejo	24	1,27	1381	0,58
Alentejo Central	28	1,48	2248	0,94
Baixo Alentejo	22	1,16	1102	0,46

	N.º	%	N.º	%
Alentejo	105	100	7541	100
Alentejo Central	28	26.67	2248	29.81
Évora	15	14.29	1528	20.26

Fonte: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003.

A região Alentejo, apresenta face à realidade nacional uma pequena parte da oferta turística do país (5,56%). Dentro da região, contudo, o Alentejo Central detém 29,8% da capacidade total de alojamento, sendo que o Concelho de Évora representa, por si só, 65.5% do alojamento desta unidade geográfica. O Concelho de Évora, em 2002 representava ainda, 20.3% do total da capacidade de alojamento de estabelecimentos da região Alentejo.

A oferta hoteleira cresceu consideravelmente nos últimos anos, ao que não são alheios os fundos comunitários e programas nacionais de incentivo ao investimento colocados à disposição do sector, em simultâneo com uma maior divulgação de Évora cidade Património Mundial.

Simultaneamente, verifica-se uma certa diversificação dos equipamentos de alojamento, que contemplam um leque alargado de tipologias. O Concelho possui ainda um Parque de Campismo da Orbitur, com uma oferta de equipamentos muito razoável e com uma capacidade para 370 tendas e 100 caravanas.

Quadro 22: Taxas de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros em Évora, 2002

NUTS	Taxa de Ocupação Média	
	Total	Hotéis
Portugal	41.1%	44.4%
Alentejo	32.0%	38.5%
Alentejo Litoral	28.5%	-
Alto Alentejo	32.3%	30.9%
Alentejo Central	37.6%	41.9%
Évora	44.3%	49.0% (valor de 2001)
Baixo Alentejo	31.0%	-

Fonte: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003

O Concelho de Évora possui e tem vindo a disponibilizar uma panóplia de eventos, de equipamentos e de serviços, que lhe permitem, por um lado, consolidar vectores turísticos mais tradicionais, e nos quais deverá assentar a sua estratégia de desenvolvimento turístico, não apenas os ligados à cultura, etnografia, património e história, mas também os ligados a novos rumos, de desenvolvimento paralelo e que façam apelo a novos públicos-alvo e mercados alternativos, o que será vantajoso do ponto de vista do esforço de redução da sazonalidade e de aumento do número de visitantes.

Quadro 23: Tipologia/Capacidade da oferta hoteleira no Concelho de Évora

Tipo de alojamento	N.º	Capacidade (Quartos/suites)	Camas
Pousadas	1	32	64
Hotéis	5	486	986
Albergarias	2	71	156
Pensões ^(a)	9	242	478
Hospedarias	1	33	68
Pousada de juventude	1	31	90
TER ^(b)	8	37	73
Total	30	932	1915

Notas:

(a) Inclui estalagens e residenciais.

(b) 4 unidades de turismo rural, 3 de turismo de habitação e 1 de agroturismo

Fontes: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003; SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE / MOVIOJEM,

[HTTP://WWW.SEJUVENTUDE.PT](http://www.sejuventude.pt), JAN.2005; PESQUISA REGURB

Esta estratégia deverá pois ser direccionada para o desenvolvimento de produtos turísticos que façam uso intensivo dos recursos já mencionados atrás, nomeadamente o turismo da natureza (onde se integra o agro-turismo), o turismo de aventura (onde poderá incluir-se a fileira aeronáutica) e ainda o turismo de negócios.

No campo do turismo cultural, além do património já referido, importa salientar a presença de equipamentos complementares de apoio, com destaque para os museus.

Os eventos de natureza diversa, designadamente as festas, as feiras e as romarias, constituem elementos tradicionais da oferta turística, e que, simultaneamente, trazem ao Concelho fluxos cada vez mais importantes de visitantes. Évora possui uma ampla gama de eventos ao longo do ano, que, nos últimos anos, se tem vindo a afirmar, mas que também tem sabido dirigir-se para outros públicos e novas actividades.

O turismo desportivo encontra também em Évora excelentes condições proporcionadas por diversos equipamentos de grande qualidade, como o kartódromo, o aeródromo ou, embora com um potencial menos explorado, os centros hípicas.

Ainda ao nível dos equipamentos refira-se a vasta oferta de equipamentos de suporte ao turismo de congressos, possuindo Évora um número muito significativo de salas e uma capacidade elevada, que lhe permitem apostar em força nesta vertente turística. A consolidação deste potencial poderá estar ligada à concretização do projecto de um centro de congressos, vocacionado para iniciativas de maior dimensão.

A divulgação geral do Concelho e da Região tem sido da responsabilidade da RTE e da ARTA, que, apesar de contarem com meios financeiros nem sempre adequados às necessidades, tem desenvolvido um grande esforço, sobretudo no exterior, quer no âmbito da promoção geral, com destaque para a participação em várias Bolsas de Turismo europeias, quer no âmbito da promoção temática, com a participação em feiras e eventos de especialidade.

A formação profissional na área do turismo tem sido, como já referimos atrás, um factor de fraca aposta, estando as entidades ligadas ao sector conscientes desta problemática, tendo-se vindo a desenvolver esforços e parcerias visando suprir estas carências, embora ainda sem os resultados desejáveis.

O défice de formação em turismo no Concelho estende-se, de resto, também à área académica, embora aqui se trate de uma situação semelhante ao resto do país, ainda que mais séria. Na verdade, importa salientar que os quadros superiores das empresas e estabelecimentos hoteleiros – nomeadamente os dirigentes – teriam muito a ganhar se na sua formação académica estivessem incluídas disciplinas como o marketing e a gestão turística, ou a economia do turismo. Note-se, todavia, que, a este respeito, a recente criação de uma licenciatura em turismo na Universidade de Évora constitui já um importante passo no sentido de vir a colmatar esta necessidade.

A Procura Turística

Na última década, a procura turística na Região Alentejo (NUT II) tem-se apresentado muito dinâmica tendo apresentado em 2002, 2,6% das dormidas e 5,4% dos hóspedes registados pela hotelaria clássica do País. Em 1999, a Região Alentejo registava 2,4% das dormidas e 5,2% dos hóspedes registados no país em termos de procura turística.

Quadro 24: Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Évora, 1999

NUTS	Total		Hotéis		Pensões		Outros Estabelecimentos	
	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes
Portugal	32728061	9182603	15909678	5624684	3159755	1416020	13658628	2141899
Alentejo	782360	477815	303959	205731	187580	126036	290821	146048
Alentejo Litoral	224633	88526	64839	32075	159794	56451
Alto Alentejo	189501	129858	98146	63843	44217	34781	47138	31234
Alentejo Central	275327	203454	169274	122307	55987	44117	50066	37030
Évora	214903	160964	155207	111713	43334	36191	16362	13060
Baixo Alentejo	92899	55977	36539	19581	22537	15063	33823	21333

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2000.

No período decorrido entre 1999 e 2002 a procura turística relativamente ao Alentejo Central cresceu 9,4%, no que diz respeito ao número de dormidas, e 7,4% relativamente ao número de hóspedes. Em 1999, o Concelho de Évora representava 27% das dormidas registadas na região Alentejo e 78,1% das dormidas verificadas no Alentejo Central.

Entre 1999 e 2002, as dormidas registadas no concelho de Évora tiveram um acréscimo de 5,1% e este aumento foi particularmente significativo nas dormidas em pensões, tipologia em que se registou uma variação de 10,5% (acompanhando a mesma tendência do Alentejo Central e da própria região Alentejo). Tal, só por si, justifica a tendência que se vem verificando no Concelho no que diz respeito ao aumento da oferta de estabelecimentos hoteleiros sobretudo no segmento mais elevado.

As estatísticas mais recentes do INE (2003), evidenciam a importância de Évora na atracção da procura turística, representando o número de dormidas registado pelo Concelho cerca de 23% e 75% das dormidas verificadas nas regiões Alentejo e Alentejo Central, e 27% e 76%, respectivamente, do número de hóspedes que visitaram as duas unidades territoriais referidas.

A importância da actividade turística registada por Évora na Região e, sobretudo, o seu peso no desenvolvimento do território, tem-se acentuado e vindo a reflectir-se, entre outros domínios, na dinâmica dos investimentos privados realizados, no modo e meios que a Autarquia Local lhe vem conferindo, quer pela crescente autonomização e importância política-administrativa, quer pela análise e estudos estratégicos específicos, que lhe tem dedicado.

Quadro 25: Dormidas e hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros em Évora, 2002

NUTS	Total		Hotéis		Pensões		Outros Estabelecimentos	
	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes	Dormidas	Hóspedes
Portugal	34 208 968	10 546 892	16 612 845	6 300 992	3 389 015	1 551 738	14 207 108	2 694 162
Alentejo	998 586	613 775	384 837	261 567	248 052	166 079	365 697	186 129
Alentejo Litoral	300 095	128 271	71 299	30 064	220 670	86 535
Alto Alentejo	178 827	131 128	92 352	67 136	40 841	34 387	45 634	29 605
Alentejo Central	301 340	218 358	173 059	122 550	63 615	49 956	64 666	45 852
Évora	225 891	165 412	165 575	114 738	47 881	37 769	17 432	13 523
Baixo Alentejo	123 846	74 779	34 727	24 137

Nota: Os valores relativos a Pensões - Alentejo Litoral e Hotéis/Outros Estabelecimentos – Évora, referem-se ao ano 2001, devido à indisponibilidade dos mesmos no Anuário Estatístico da Região Alentejo para 2003

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003.

Os trabalhos realizados sobre o sector do turismo, de iniciativa, quer da Administração Local, quer da Central, têm considerado o sector como estratégico e complementar aos grandes projectos para o Alentejo, atendendo às especificidades socioeconómicas da região e aos desafios globais que a esta se colocam.

No contexto regional, o turismo em Évora apresenta especificidades próprias conferidas pelo estatuto de Património Mundial atribuído pela UNESCO. É esta particularidade que a distingue e a torna única no contexto da Região Alentejo e, por maioria de razão, no Concelho. São igualmente as características da oferta e produtos turísticos que acabam por moldar e condicionar o fluxo da procura turística registada pelo Concelho.

O turista que visita Évora é, tipicamente, um viajante isolado, de elevado nível cultural, possuindo grande mobilidade e um poder de compra acima da média. A este perfil deve também acrescentar-se que o turista que procura o Concelho prefere o alojamento hoteleiro, aspecto que corresponde em grande medida à oferta hoteleira, com particular ênfase para a hotelaria de elevada qualidade.

Uma outra característica desta procura com assinalável dinamismo na última década, diz respeito à nacionalidade de origem do turista verificando-se que, ao nível da região Alentejo, o segmento da procura nacional (turismo interno) é largamente maioritário e regista uma tendência crescente, atingindo o valor de 72% em 2002 (68,1% em 1999).

Quadro 26: Origens da Procura Turística - Évora, 1999

NUTS	Total Geral	União Europeia (15)								EUA
		Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	9182603	8207222	4272041	810340	720817	370914	339529	258101	925728	294549
Alentejo	477815	439277	325595	25952	23719	16454	15964	9206	11008	14333
Alentejo Litoral	88526	84632	70043	3853	2640	1414	957	1738	1968	1085
Alto Alentejo	129858	123528	96891	4905	9986	2836	1980	1602	2671	2392
Alentejo Central	203454	177964	114360	14999	9480	11208	12384	4852	4996	9796
Évora	160964	140583	85603	13248	7519	10138	11733	3985	3645	7476
Baixo Alentejo	55977	53153	44301	2195	1613	996	643	1014	1373	1060

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2000.

A importância do turista nacional, ainda que não seja tão significativa no Concelho de Évora (54,5% do total dos turistas em 2002) face à situação registada no conjunto da região Alentejo, tem no entanto, evidenciando uma tendência crescente como uma taxa de crescimento de 5,4% entre os anos de 1999 e 2002.

Quadro 27: Origens da Procura Turística - Évora, 2002

NUTS	Total Geral	União Europeia (15)								EUA
		Total	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	10546892	9509955	4892801	795132	861529	452438	340072	323321	1234135	258439
Alentejo	613775	573009	439818	25721	29339	21620	16233	10375	16003	14424
Alentejo Litoral	128271	123625	106904	3696	3783	1973	1087	1740	2263	1184
Alto Alentejo	131128	125550	103810	4186	5213	2969	1771	1657	2920	1676
Alentejo Central	218358	194421	128314	13645	10597	13424	11781	5139	5111	9831
Évora	165412	146996	90210	12313	8277	12072	11029	4101	3671	7426
Baixo Alentejo	74779	70740	57587	2411	2990	1855	1081	1450	1776	1082

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003.

Relativamente aos turistas estrangeiros que visitam o concelho, verifica-se que são fundamentalmente os cidadãos da União Europeia (cerca de 90% do total), salientando-se nas posições cimeiras a Alemanha (7.4%), a França (7.3%) e a Itália (6.7%). Todavia, no período 1999-2002 verificou-se que o afluxo de turistas originários de Espanha e de França cresceu de forma

significativa (cerca de 10% e 19%, respectivamente), indiciando o reforço da proximidade geográfica na componente da Procura turística.

Estes elementos, revelam-se de extrema relevância para o desenho e a implementação de estratégia adequada de promoção e de desenvolvimento turístico, uma vez que identifica claramente o mercado interno como prioritário no esforço de captação de fluxos turísticos, a que se seguem os parceiros da União Europeia fisicamente mais próximos.

De realçar ainda o facto de, no período considerado, o concelho de Évora ter conseguido aumentar o tempo médio de estada dos turistas que o visitam em cerca de 7,7% entre 1999 e 2002), numa tendência oposta à que se registou em Portugal, em que o nº de dias de estadia regrediu cerca de 11%.

Quadro 28: Indicadores de Hotelaria – Tempo Médio de Estada - Évora, 1999

NUTS	Estada Média - Nº de dias			
	Total	Hóteis	Pensões	Outros Estabele.
Portugal	3,6	2,8	2,2	6,4
Alentejo	1,6	1,5	1,5	2,0
Alentejo Litoral	2,5	...	2,0	2,8
Alto Alentejo	1,5	1,5	1,3	1,5
Alentejo Central	1,4	1,4	1,3	1,4
Évora	1,3	1,4	1,2	1,3
Baixo Alentejo	1,7	1,9	1,5	1,6

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2000.

Quadro 29: Indicadores de Hotelaria – Tempo Médio de Estada - Évora, 2002

NUTS	Estada Média - Nº de dias			
	Total	Hóteis	Pensões	Outros Estabele.
Portugal	3,2	2,6	2,2	5,3
Alentejo	1,6	1,5	1,5	2,0
Alentejo Litoral	2,3	2,6
Alto Alentejo	1,4	1,4	1,2	1,5
Alentejo Central	1,4	1,4	1,3	1,4
Évora	1,4	...	1,3	...
Baixo Alentejo	1,7	1,4

FONTE: INE, ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA REGIÃO ALENTEJO, 2003.

No que diz respeito a outros segmentos de procura, em particular a relativa a empreendimentos de turismo em espaço rural (TER), não se registam grandes diferenças relativamente aos factores apontados, salientando ainda que este tipo de alojamento tem sido particularmente importante na satisfação do mercado externo.

As tendências da procura, em particular as relacionadas com segmentos de mercado na área das empresas e associados e na organização de tempos livres para “grupos”, consubstanciam produtos interessantes na oferta da região, a que se devem ainda acrescentar os aspectos relacionados com a acessibilidade e a distância aos centros urbanos.

Condicionantes e Oportunidades

A par do valor patrimonial da Cidade, o Concelho de Évora reúne um conjunto assinalável de recursos ambientais e de espaço rural ainda com grandes possibilidades de expansão e que correspondem às novas tendências da procura. A valorização das potencialidades da tradição, da cultura popular e da gastronomia, tem vindo a ser progressivamente consolidada e constituindo também referência na afirmação do desenvolvimento local e regional

O desenvolvimento de complementaridades entre os produtos existentes afigura-se como um factor imprescindível para a consolidação da procura.

Nesta perspectiva, os produtos animação e circuitos turísticos são fundamentais para aumentar e garantir a complementaridade referida. Os itinerários culturais existentes, de que o Alentejo Megalítico é considerado um produto ímpar, ou a Rota dos Vinhos, constituem ofertas de excelência que, no entanto, necessitam, para uma concreta implementação, de serem articuladas com a oferta de alojamento, de restauração e de outros atractivos culturais fortemente enraizados nos meios locais. Em particular, no itinerário arqueológico, falta realizar um investimento considerável na sinalização e condições de desfrute deste circuito dirigidas, em particular, para o turista individual que procura a visita deste e de outros elementos do património cultural.

Para além das referidas manifestações, a região do Alentejo beneficiará no curto a médio prazo de um conjunto de investimentos assinalável que virá reforçar tendências já hoje sentidas no sector do turismo. Perspectiva-se com a concretização do empreendimento do Alqueva, o crescimento da oferta hoteleira de qualidade e, naturalmente, dos segmentos do turismo relacionados com o turismo natureza e as actividades náuticas, o todo-o-terreno, o agroturismo e turismo rural, entre outras. A criação da Albufeira do Alqueva será o investimento com maior impacto nos fluxos turísticos do Concelho de Évora.

O panorama turístico está a mudar e continuará no futuro próximo em constante afirmação, havendo que garantir uma oferta de qualidade diversificada e complementar, que deverá assumir-se como contraponto da massificação registada noutras regiões do País, assumindo-se perante estas como alternativa de qualidade, ao invés de com elas concorrer, e sendo ainda capaz de responder às solicitações de quem visita o Concelho, marcando a diferença pela profissionalização e qualidade dos serviços e pela valorização do potencial tradicional aliado à modernização e ao progresso.

Elementos de Síntese sobre o Turismo em Évora

O turismo é uma actividade que registou no Alentejo uma apreciável dinâmica de expansão e diversificação na última década, à qual correspondeu um importante aumento dos fluxos turísticos, quer de origem interna, quer externa.

Neste espaço regional, a cidade de Évora, aparece associada a uma tipologia de procura que assenta tradicionalmente nos recursos históricos, culturais e urbanos da cidade, dominando as viagens organizadas para um único destino ou as organizadas em circuito. Também as viagens em grupo, sobretudo para os turistas nacionais que assumem predominância neste tipo de prática, ou as viagens não organizadas, fazem da cidade de Évora o principal destino de toda a região Alentejo, concentrando cerca de 27% da procura turística de toda a região (dados de 2002). Este perfil de procura, traduz-se entre outros factores, num reduzido valor de permanência média na hotelaria (ligeiramente maior para as dormidas em alojamento hoteleiros de qualidade superior).

A aposta na diversificação da oferta turística tem-se revelado certa, destacando-se a relacionada com o turismo de natureza, cinegético, cultural e de congressos, entre outros, uma vez que tem permitido integrar elementos de inovação em produtos turístico tradicionais no sector, adequando-os também à evolução do perfil da procura. Trata-se, todavia, ainda de um domínio que, associado ao vector da animação e informação turística, e ainda ao da qualificação profissional (e académica) dos recursos humanos, importa priorizar, tendo em vista a consolidação do desenvolvimento turístico do Concelho, e da Região.

Para os agentes envolvidos no marketing turístico da região, importa ter em mente que os mercados-alvo privilegiados são a União Europeia, em geral, e Portugal, em particular, uma vez que, enquanto - do lado do turismo internacional - a União Europeia aglutina, como vimos, aproximadamente 90% da procura turística total dirigida ao Concelho (veja-se o gráfico abaixo), verifica-se que mais de metade desse valor (concretamente, quase dois terços) tem origem em Portugal, tratando-se, por conseguinte, de turismo interno.

Daqui se conclui então, que quaisquer campanhas promocionais do destino turístico Évora deverão dirigir-se em primeiro lugar ao mercado interno e, em segundo lugar, a alguns países da União Europeia, destacando-se a Alemanha, Espanha, França, Itália, Holanda e Reino Unido – seis países

que, no seu conjunto, representavam em 2002 cerca de 31% da procura turística total dirigida ao Concelho de Évora.

Ainda no contexto da inovação possível do lado da oferta, importará também desenvolver outros activos e recursos turísticos do Concelho, em particular nas vertentes rural, ambiental e paisagística, no sentido de aprofundar complementaridades e estratégias entre os diferentes agentes implicados no tecido económico, podendo aqui o agro-turismo constituir uma importante fileira a explorar, nomeadamente se integrado em pacotes turísticos que não se circunscrevam estritamente à estada tradicional em regime agro-rural, mas sejam antes uma componente facultativa de determinados pacotes turísticos e/ou programas de visitas/passeios/caminhadas (eventualmente com rotas rústicamente delimitadas em caminhos pedestres) divulgados nos estabelecimentos hoteleiros e pagos à peça.

O Plano de Desenvolvimento Turístico do Alentejo (PDTA), faz igualmente referência a estes factores como estruturantes na valorização dos recursos turísticos de base regional. No PDTA, com efeito, a Região de Évora e mais concretamente o Concelho, está associado aos produtos turismo cultural e urbano, “touring”, “short-breaks”, e “enoturismo”, considerados produtos estruturantes e estratégicos para o desenvolvimento turístico do Alentejo.

A riqueza do património construído e monumental, natural e paisagístico, do Concelho e, fundamentalmente, a sua articulação com outros “centros turísticos” vizinhos como sejam Arraiolos, Monsaraz, Estremoz e Vila Viçosa, revelam-se determinantes para a consolidação e reforço de atractividade dos referidos produtos.

O Concelho, sendo particularmente rico em património histórico e arqueológico, possui igualmente recursos consideráveis ao nível do ambiente, da gastronomia, e dos espaços rurais, os quais são passíveis de fácil articulação com produtos em fase de ascensão no ciclo de vida – como é o caso do acima referido agro-turismo – e que, quando devidamente integrados e articulados com as restantes componentes da oferta global do Concelho contribuem para o desenvolvimento económico sustentado e para a criação de emprego no mesmo.

O município de Évora aposta claramente no desenvolvimento do turismo, permitindo a criação de condições favoráveis à divulgação dos valores locais e apostando igualmente na afirmação da cidade e do Concelho no quadro das tendências turísticas e de lazer mais recentes.

É determinante neste processo que o poder local proporcione condições favoráveis à valorização do património existente, a nível arquitectónico, arqueológico, ambiental e cultural, por forma a potenciar o desenvolvimento de acções concretas de recuperação de espaços degradados e de intervenção em áreas ameaçadas. Esta situação é perfeitamente aplicável ao caso concreto das Termas da

Ganhoteira e respectiva zona de protecção, conjunto classificado como “espaço de especial valor patrimonial”.

Estes casos de recuperação ou intervenção em áreas degradadas ou ameaçadas, deverão privilegiar a preservação dos recursos do local e a instalação de equipamentos sociais, culturais e/ou turísticos enquadráveis no local e na respectiva área que constitui a zona de protecção do elemento patrimonial.

No reforço do sector turístico local, faz todo o sentido que a autarquia adopte uma postura integradora face aos projectos que venham a ser propostos na área turística, desportiva ou cultural, assumindo-se como um elemento capaz de facilitar a localização e desenvolvimento de empreendimentos, tendo sempre a preocupação de compatibilizar e enquadrar estas iniciativas com as políticas de conservação e protecção dos recursos, do espaço e das comunidades populacionais do Concelho.

Espaços com equipamentos de importância estruturante para a cidade e Concelho, como é o caso do Aeródromo, apresentam potencialidades de desenvolvimento que possibilitam uma projecção a nível regional que não pode ser esquecida, até porque poderão ancorar-se aqui importantes contributos inovadores para a oferta turística do Concelho, nomeadamente ao nível do turismo de aventura ligado à aeronáutica.

Preconiza-se, pois, para este espaço a manutenção das práticas relacionadas com o desporto e lazer – eventualmente integrado em pacotes que incluam turismo de aventura – e também com o ensino e formação aeronáutica, procurando-se paralelamente potenciar funções de transporte de mercadorias e passageiros e ainda desenvolver actividade no âmbito do fabrico e manutenção de aeronaves. Neste sentido a expansão da área ocupada pelo equipamento deverá ser ampliada, facilitando assim o aumento da dimensão das pistas, a construção de uma torre de controle e a implementação de edifícios vocacionadas para a instalação de actividades de apoio que assegurem uma valorização do equipamento actual.

Tais intervenções não poderão estar dissociadas da avaliação e análise do ruído, por forma a que devam, em primeiro lugar, assegurar condições de habitabilidade à população dos aglomerados mais próximos, e, em segundo lugar, preservar a tranquilidade da paisagem alentejana que constitui um recurso turístico primário para a oferta local. Os edifícios que eventualmente venham a ser construídos para apoio às actividades desenvolvidas no Aeródromo deverão, da mesma forma, estar sempre em conformidade com a paisagem envolvente, não constituindo nenhuma forma de poluição visual de e sobre a cidade.

Também o Kartódromo da cidade assume relevância no quadro turístico concelhio, nomeadamente no segmento de turismo alocêntrico consubstanciado na fileira de turismo de aventura acima referida,

estando prevista a ocupação da área complementar ao empreendimento existente, pela implementação de outros equipamentos desportivos e de lazer, compatíveis com o potencial de utilizadores conhecido e também direccionados para a captação de novos públicos. O reforço dos serviços de restauração deverá valorizar os espaços existentes e os criados, bem como a aposta no comércio de dimensões aceitáveis e equacionadas pela natureza da área envolvente e da proximidade à cidade.

Por forma a permitir uma equilibrada intervenção e zelar pela qualidade e funcionalidade deste espaço de lazer, a realização de um Plano de Pormenor deverá assegurar o enquadramento de projectos de intervenção. As construções deverão apresentar perfeito enquadramento na área envolvente e estar de acordo com as características do espaço onde se integram. Qualquer edifício não deverá pois ultrapassar os dois pisos.

Dadas as excelentes condições existentes no Concelho, sobretudo no sector sul, preconiza-se também a instalação de um parque temático, devendo este empreendimento apresentar-se como um projecto de interesse cultural e de lazer no espaço de média e grande propriedade. O espaço envolvente deverá ser respeitado e a conservação dos recursos e valores naturais será uma prioridade. Qualquer intervenção deverá ser enquadrada por Plano de Pormenor que zelará pelo cumprimento das disposições legais referentes à área em causa e à especificidade da actividade desenvolvida.

Por forma a valorizar o património existente no Concelho, criando fortes ligações entre os vestígios históricos e a riqueza ambiental, a autarquia estabelece uma rede de percursos turísticos fundamentais na criação de uma estrutura não só de características turísticas, como também de valia ambiental importante.

Os percursos previstos apoiam-se na rede viária municipal, privilegiando-se as ligações entre a cidade de Évora e os aglomerados das freguesias rurais, pela recuperação de caminhos rurais existentes ou de antigas vias municipais e ramais ferroviários desactivados, como é o caso das linhas de Mora e de Reguengos. A estrutura de itinerários contempla percursos pedonais, equestres, cicláveis e de uso automóvel, oferecendo-se assim um leque vasto de possibilidades de deslocação e combinação de meios diversos.

A rede de percursos deverá permitir o acesso aos elementos patrimoniais classificados e possibilitar o desfrute das condições ambientais e paisagísticas características do Concelho. O respeito pela actividade agrícola e até se possível a integração desta actividade ancestral nos circuitos, a par dos cuidados de protecção e valorização dos recursos e dos valores naturais, deverão nortear as intervenções locais no estabelecimento dos percursos e enquadrar, sempre que possível, as actividades complementares aos próprios percursos definidos.

A área da Serra de Monfurado, sítio classificado Rede Natura 2000, ou as áreas protegidas de montado, a par das linhas ferroviárias desactivadas de Reguengos e Mora e do Aqueduto da Água da Prata, constituem áreas de reconhecido valor patrimonial e ambiental, carecendo de regulamentação específica na definição de percursos que permitam aproveitar e preservar as qualidades particulares identificadas.

As intervenções a realizar nestas áreas deverão constituir acções de recuperação de ligações entre aglomerados, implementação de equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade turística e de lazer, sempre que possível através da recuperação de edifícios e criação de acções de animação e entretenimento que visem a revitalização dos aglomerados em espaço rural e proporcionem também a promoção dos seus produtos e da sua identidade.

Também a aposta no golfe como reforço da oferta turística e de lazer do Concelho e da região, não poderia ficar alheia a esta autarquia. Empreendimentos deste tipo poderão ser dinamizados de forma complementar quer com o património local, quer com a identidade cultural do Concelho e de toda a região alentejana. O enquadramento na paisagem local e a relação com os elementos naturais, não poderá como é óbvio, ser descurado no processo de avaliação de potenciais propostas relacionadas com estes empreendimentos. Entendemos que a criação de condições para a implementação de equipamentos relacionados com esta prática desportiva poderá constituir uma mais valia importante na afirmação da região.

O facto destes empreendimentos promoverem o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática do golfe, e oferecerem por si um conjunto de condições favoráveis ao aumento da oferta turística local, nomeadamente no reforço da capacidade hoteleira, reúnem condições para tornarem possível a análise aturada de eventuais propostas que venham a surgir nesta área.

A fileira do turismo de golfe é, de resto, da maior importância, dadas as características específicas deste segmento da procura turística, desde logo bastante dessazonalizada (o golfe, apesar de constituir essencialmente um desporto de Inverno na orla mediterrânica, pratica-se durante todo o ano) e predominantemente assente em turistas com um perfil de rendimentos elevado, proporcionando assim condições de procura vocacionadas para o turismo de qualidade.

Com efeito, tendo por finalidade robustecer as perspectivas do desenvolvimento turístico do Concelho, importará definir uma estratégia de intervenção, mobilizando a Região de Turismo, Empresários, Associações de Desenvolvimento Local, entre outros. A articulação de intervenções que valorizem a oferta turística, no que diz respeito à disponibilidade de produtos turísticos e à valorização das vertentes cultural, ambiental, e de qualidade de vida urbana e rural, deve procurar a criação de condições favoráveis à valorização dos recursos existentes e permitir ainda abertura suficiente à satisfação das novas tendências da procura turística.

3.4. DEMOGRAFIA E ALOJAMENTO

3.4.1. População Residente e Famílias

Evolução da População Residente

Quadro 30: Evolução da População e Famílias Residentes

	Valores					Variação (%)			
	1960	1970	1981	1991	2001	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Concelho de Évora									
População Residente	50095	46900	51572	53754	56519	-6,4	10,0	4,2	5,1
Famílias	13657	14180	16927	18519	20954	3,8	19,4	9,4	13,1
Dimensão média da Família	3,7	3,3	3,0	2,9	2,7	-	-	-	-
Região do Alentejo									
População Residente	760916	587345	578430	543442	535753	-22,8	-1,5	-6,0	-1,4
Famílias	213172	183785	196712	193683	202257	-13,8	7,0	-1,5	4,4
Dimensão média da Família	3,6	3,2	2,9	2,8	2,6	-	-	-	-
Continente									
População Residente	8292975	8123310	9336760	9375926	9869343	-2,0	14,9	0,4	5,3
Famílias	2222750	2224015	2803028	3020329	3505292	0,1	26,0	7,8	16,1
Dimensão média da Família	3,7	3,7	3,3	3,1	2,8	-	-	-	-

FONTE: I.N.E.- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 1960,1971,1981,1991 E 2001

Num contexto de aumento da população portuguesa, o Alentejo apresenta uma situação sucessivamente deficitária, muito embora, na última década o decréscimo registado (-1,4%) tenha sido significativamente inferior ao da década anterior (-6,0%). Esta variação negativa contrasta com a média nacional, que correspondeu a uma taxa de variação positiva de cerca de 5,0%.

De facto, em Portugal, os anos noventa caracterizaram-se por um aumento no ritmo de crescimento demográfico, enquanto que nos anos oitenta a população portuguesa estagnou com uma taxa de crescimento de apenas 0,4%. No entanto, os ganhos populacionais não se distribuíram equitativamente pelas regiões portuguesas.

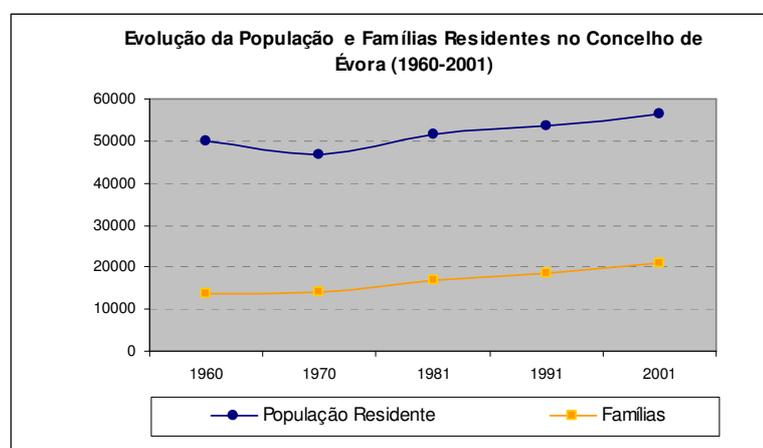
A retoma do crescimento populacional, na década de 90, deveu-se quase que exclusivamente ao saldo migratório positivo registado para todo o País (4,1%) uma vez que o crescimento natural nessa década

foi de apenas 0,9%. Também, a nível regional, as migrações demonstraram ser a componente mais importante do crescimento populacional³⁹.

O Concelho de Évora, destacando-se do processo de despovoamento do Alentejo, registou um aumento de 4672 residentes (taxa de variação de 10%) e de 2182 habitantes nos anos 80 (taxa de variação de 4,2 %, significativamente superior à do Continente, 0,4 %).

Verificou-se nos últimos dez anos, um reforço da dinâmica de crescimento demonstrada na década anterior, sendo que a população ascendeu os 56519 residentes, o que se traduziu num aumento de cerca de 2 800 habitantes (taxa de variação de 5,1%).

Gráfico 33: Evolução da População e Famílias Residentes no Concelho de Évora, 1960-2001



No Concelho, tal como na Região e no Continente, entre 1991 e 2001, as taxas de crescimento das famílias foram significativamente superiores às da população residente, facto que encontrará justificação na redução da dimensão média das famílias, com o aumento de famílias monoparentais e unipessoais.

No Concelho de Évora, residiam em 1991, 18519 famílias, verificando-se na década seguinte, um acréscimo de mais de 2 400 novas famílias (de 13,1 %). De facto, Évora foi um dos municípios da Região, onde ocorreram, nos anos 90, acréscimos mais significativos do número de famílias residentes, o que também se relaciona com a diminuição do número de elementos do agregado familiar, na ordem dos 0,2 elementos.

³⁹ Enquanto que vinte e uma NUTSIII apresentaram saldos naturais negativos, em apenas seis foram registados saldos migratórios gerais negativos. Roca, M. N. O. (2003), *Imigração e Sustentabilidade do Desenvolvimento das Regiões Portuguesas*, APDR.

Quadro 31: Evolução da População Residente no Concelho de Évora, 1960-2001

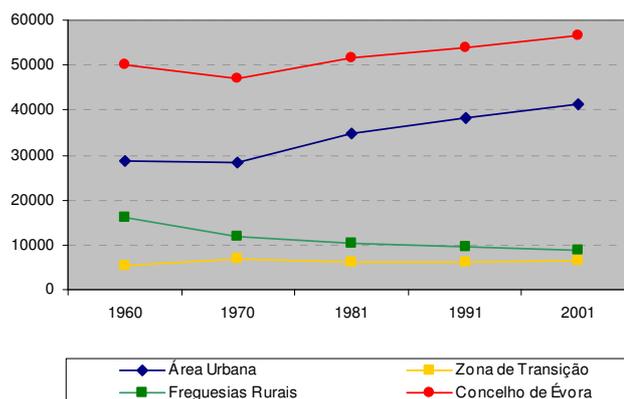
	1960	1970	1981	1991	2001
Área Urbana	28652	28186	34851	38094	41278
Zona de Transição	5493	6768	6251	6263	6528
Freguesias Rurais	15950	11946	10470	9397	8713
Concelho de Évora	50095	46900	51572	53754	56519

	Variação da População Residente (%)			
	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Área Urbana	-1,6	23,6	9,3	8,4
Zona de Transição	23,2	-7,6	0,2	4,2
Freguesias Rurais	-25,1	-12,4	-10,2	-7,3
Concelho de Évora	-6,4	10,0	4,2	5,1

Nota: Dada a indisponibilidade de dados para anos anteriores a 1991, por Unidades Geográficas de Nível I, recorreu-se para efeitos de análise evolutiva, aos conceitos de Área Urbana e Zona de Transição definidos antes da elaboração do Plano de Urbanização de Évora (até 1991), i.é sem o perímetro urbano corrigido.

A população no Concelho de Évora, concentra-se na área urbana sendo que 73 % da população total do Concelho reside no Centro Histórico e Cidade Extra-Muros (41300 habitantes).

Gráfico 34: Evolução da População Residente, 1960-2001



A população na Área Urbana tem vindo a aumentar, registando-se apenas uma inflexão na década de 60, como reflexo da emigração e da guerra colonial. Nos anos 70 ocorreu um acréscimo significativo (24%), tal como nas décadas seguintes, embora de forma mais moderada (nos anos 80 correspondeu a uma taxa de variação na ordem dos 9% e nos anos 90, a uma variação de 6%). Assinale-se ainda, que as taxas de crescimento da população, verificadas na cidade desde os anos 70, são

significativamente superiores às da média concelhia (4,0 % para os anos 80 e de 5 % para os anos 90).

Numa perspectiva evolutiva, constata-se que a cidade de Évora sofreu apenas um decréscimo populacional nos anos 60 (perda de 1,6 %, correspondente a cerca de 500 residentes), num contexto em que o Concelho perdeu mais de 3 000 habitantes.

Esta diminuição da população na década de 60 encontrará explicação nos movimentos migratórios, considerados como elemento determinante da evolução da população, *'cabendo-lhes, em exclusivo, a diminuição da população na década de 60 e a quase estabilização dos anos 80 e sendo responsáveis por 40% do crescimento da população no período 70/81 (...), decorrente do afluxo de residentes nas ex-colónias e de emigrantes'*⁴⁰.

As Freguesias Rurais, numa situação de declínio populacional desde a década de 60, têm vindo sucessivamente a perder habitantes (nos últimos 40 anos, perderam aproximadamente 7 240 residentes, sendo que, o efectivo populacional em 2001, era pouco mais de metade do existente nos anos 60). Assim, assiste-se ao despovoamento das áreas rurais, inicialmente devido aos elevados e continuados fluxos migratórios, e nas últimas décadas, já decorrente do processo de envelhecimento demográfico (124 % em 1991, e 193 % em 2001).

A maior diminuição de população residente na área rural ocorreu nos anos 60, à semelhança do fenómeno descrito anteriormente para o Concelho e para a cidade de Évora, que encontrará explicação nos movimentos migratórios para a área metropolitana de Lisboa, para o litoral e para o estrangeiro. Contudo, apesar de nas décadas seguintes, essa redução populacional ter sido significativamente menor (não atingindo os 1 500 residentes até aos anos 90, e cerca de 700 pessoas entre 1991 e 2001), distingue-se claramente do comportamento do Concelho, que demonstrou uma capacidade atractiva (acrécimo entre 10 % a 5 %).

Este declínio populacional da área rural decorre também da urbanização crescente da população, uma tendência pesada a nível global. O actual abandono dos 'montes', referências da paisagem alentejana, e das aldeias, decorre da tendência de concentração da população em áreas urbanas sobretudo nos centros de maior dimensão (transferência da população dos aglomerados de pequena dimensão para os centros urbanos, de média ou grande dimensão).

'As cidades animaram-se e assumiram-se em definitivo, como os pilares da organização territorial do Alentejo. Mais do que um processo de urbanização, deverá falar-se num processo de reconcentração, já que a população que é atraída para os grandes centros urbanos da região, há muito faz parte da

⁴⁰ Em, Lemos, J.C. Batista, Mendes e Maia, C., (1995), 'Dinâmicas e Perspectivas Demográficas', Coleção Divulgação n.º 8, DGOTDU.

*sociedade urbana. As cidades alentejanas, que outrora eram basicamente concentrações de mão-de-obra, tornam-se centros de provisão de emprego e de bens e serviços (...)*⁴¹.

Atendendo ao processo de envelhecimento em que a área rural se encontra e aos saldos migratórios negativos, será de esperar que se registre uma quebra nos nascimentos, ainda que se mantenham os mesmos níveis de fecundidade (considera-se que a população que apresenta maiores volumes de movimentos migratórios é a população activa jovem, que também é a que apresenta maiores níveis de fecundidade).

⁴¹ Em, 'Estudo para a definição de uma Base Económica do Alentejo', vol. II, CCRA, 1996, p.167

Quadro 32: Evolução da População Residente no Concelho de Évora, por Freguesia em 1991 - 2001

	População Residente 1991	População Residente 2001	Variação
Área Urbana	39104	41278	5,6%
Centro Histórico	7842	5668	-27,7%
São Pedro	1229	2025	
São Mamede	2920	2170	
Santo Antão	2068	1473	
Sé	1625		
Cidade Extra Muros	31262	35610	13,9%
Sé	31262		
Malagueira		12163	
Bacelo		7626	
Horta das Figueiras		7961	
Senhora da Saúde		7860	
Zona de Transição	5253	6528	24,3%
Canaviais	1958	3000	
Sé	3295		
Malagueira		958	
Bacelo		671	
Horta das Figueiras		344	
Senhora da Saúde		1555	
Área Rural	9397	8713	-7,3%
São Bento do Mato	1447	1343	
São Miguel de Machede	1058	983	
Nossa Senhora de Machede	1283	1180	
São Vicente do Pigeiro	499	436	
São Manços	1141	1016	
Torre de Coelheiros	957	817	
Nossa Senhora da Tourega	870	804	
Nossa Senhora de Guadalupe	517	495	
Nossa Senhora da Graça do Divor	434	473	
S. Sebastião da Giesteira	798	790	
Nossa Senhora da Boa Fé	393	376	
Concelho de Évora	53754	56519	5,1%

FONTE: I.N.E., CENSOS 1991 E 2001

Entre 1991 e 2001, o Centro Histórico perdeu quase 2200 habitantes (perda de 28%), enquanto que a Cidade Extra-Muros 'atraiu' cerca de 4350 novos residentes (variação de 14%).

Constata-se assim, que o centro histórico continua a perder população, concluindo-se que o crescimento na Área Urbana ocorreu na 'Cidade Extra-Muros'.

A 'Cidade Intra-Muros' '(...) a que correspondia no princípio do Séc. XX a cidade de Évora, detinha em 1991, apenas 42 % dos habitantes existentes em 1940. Esta enorme perda terá sido motivada pelo envelhecimento da população residente, e sobretudo, pela deslocação para a Cidade Extra-Muros'.⁴²

⁴² PUE, Análise da População, 1991, p.5

A terciarização crescente do centro histórico é um factor que também tem vindo a contribuir para a perda de residentes na Cidade Intra-Muros, que apresenta condições mais favoráveis para a instalação e desenvolvimento de algumas actividades do sector terciário, como o comércio a retalho.

Na Zona de Transição o número de residentes aumentou significativamente entre 1960 e 1970, sofrendo um decréscimo nas décadas de 70 (variação negativa de 8%), mantendo-se relativamente estável nos anos 80.

Tendo por base os dados constantes no quadro anterior, é possível efectuar uma comparação mais rigorosa, para a década de 90 (dado se utilizarem as mesmas unidades geográficas de análise, uma vez efectuada a correcção ao PUE) constatando-se um novo aumento da população residente, na ordem dos 24%, que se traduziu em 1275 habitantes.

Este aumento do número de residentes, resulta da expansão dos Canaviais e da procura crescente de 'quintinhas' pelas populações urbanas, que assume no contexto concelhio um considerável significado (atente-se à taxa de variação da Cidade Extra-Muros (14 %) e à taxa média Concelhia (5%).

De facto, a freguesia dos Canaviais, pela sua proximidade à área urbana, revelou uma forte capacidade atractiva, verificando-se, na última década, a fixação de cerca de 1 050 novos residentes, que trabalham na cidade. Verificou-se assim, em 2001, um aumento do número de famílias (1 027), cerca do dobro das residentes nesta freguesia na década anterior.

O surgimento das 'quintinhas' corresponde a um fenómeno recente, uma vez que na sua maioria (86 %) foram constituídas após 1975.

A área Norte da Zona de Transição, tradicionalmente associada ao fornecimento de frescos à Cidade, é constituída maioritariamente por parcelas agrícolas de pequena dimensão, criadas após 1975. Dos dados consultados verificou-se que nesta data, o número de parcelas inferiores a 1 hectare correspondia apenas a 6% das que existem actualmente.

A década de 1975 a 1985 foi um período de grande intensidade no fraccionamento destas pequenas parcelas, tendo-se constituído 65 % do total. De 1985 a 1995 este processo estabilizou, tendo-se formado apenas 3%. Nos anos seguintes, houve novo ressurgimento do processo, tendo-se constituído, entre 1996-1998, mais 130 propriedades⁴³.

⁴³ Registos fornecidos pelos serviços das Finanças de Évora, das propriedades constituídas em diversos períodos (até 1998); Registo de um total de 753 propriedades.

Quadro 33: Evolução da População residente nas freguesias da Área Rural

	1970	1981	1991	2001	VAR 1991-2001
ÁREA RURAL	11525	10496	9397	8713	-7,3%
São Bento do Mato	890	1503	1447	1343	-7,2%
São Miguel de Machede	1285	1157	1058	983	-7,1%
Nossa Senhora de Machede	1515	1473	1283	1180	-8,0%
São Vicente do Pigeiro	650	604	499	436	-12,6%
São Manços	1405	1103	1141	1016	-11,0%
Torre de Coelheiros	1230	832	957	817	-14,6%
Nossa Senhora da Torega	1385	1473	870	804	-7,6%
Nossa Senhora de Guadalupe			517	495	-4,3%
Nossa Senhora da Graça do Divor	1300	1034	434	473	9,0%
São Sebastião da Giesteira		849	798	790	-1,0%
Nossa Senhora da Boa Fé	1865	468	393	376	-4,3%

Fonte: I.N.E.- Recenseamento Geral da População, 1970, 1981, 1991 e 2001

A Área Rural perdeu entre 1981 e 1991, aproximadamente 1000 residentes, e na última década, 684 habitantes (correspondente a uma taxa de variação negativa de 7%). Em toda a área rural apenas uma das freguesias, Nossa Sr.^a da Graça do Divor, apresenta um ligeiro aumento de residentes, resultante de um saldo migratório positivo (cerca de 40 habitantes), que decorrerá da sua proximidade (localizada a Norte de Évora, a cerca de 10,5 Km) e à boa acessibilidade à cidade. A Graça do Divor apresentou, na última década, uma tendência para manter o número de residentes e de famílias relativamente estável. Esta tendência assume algum significado considerando que: nos anos 70 na freguesia residiam 1 300 pessoas, tendo perdido entre 1981 e 1991 mais de metade dessa população; o número de alojamentos tem aumentado, cerca de 40 % por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha.

Em contraponto, as freguesias onde, na última década, se registou uma maior diminuição de residentes foram: Torre de Coelheiros, S. Manços, S. Bento do Mato e Nossa Sr.^a de Machede. Torre de Coelheiros, registou uma redução de 140 habitantes, revertendo a situação registada no período de 1981 a 1991 (acréscimo de 125 pessoas), mantendo-se a população relativamente estável. S. Manços.

Distribuição Geográfica da População Residente

Quadro 34: Distribuição Geográfica da População Residente, Segundo a Dimensão dos Lugares, 1991-2001

	LUGARES					População isolada	TOTAL
	até 1999 habitantes	2000 a 4999 habitantes	5000 a 9999 habitantes	10000 a 19999 habitantes	20000 ou + habitantes		
1991							
Concelho de Évora	11962	-	-	-	37965	3827	53754
Região do Alentejo	234356	85132	76277	47782	37965	61930	543442
Portugal Continental	4511934	824281	587464	818868	2315716	317663	9375926
2001							
Concelho de Évora	11150	-	-	-	41159	4210	56519
Região do Alentejo	313650	112957	141354	52319	91486	64819	776585
Portugal Continental	4138994	910649	772250	966293	2804355	276802	9869343
Taxa de variação 1991 -2001							
Concelho de Évora	-6,79%	-	-	-	8,41%	10,01%	5,1%

FONTE: I.N.E.- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO

Nota: Os valores do Alentejo incluem Nut II Lezíria e Vale do Tejo

Com um povoamento tradicionalmente concentrado, o Concelho de Évora apresentava em 2001, a seguinte distribuição da população por lugares:

- 20,0 % da população em lugares até 1999 habitantes;
- 73,0 % residentes em lugares com 20 000 ou mais habitantes, correspondente à Cidade de Évora, que ultrapassou os 41 mil habitantes;
- 7,4 % em lugares isolados

De facto, na década 1991 a 2001, observou-se por um lado, uma redução populacional, de 7% (812 residentes) nos núcleos com menos de 2000 habitantes, por outro, ao reforço da cidade (acréscimo de 8%).

Embora a população residente em núcleos isolados ainda assuma uma representatividade inferior à do Alentejo, no último decénio, ocorreu um ligeiro aumento (acréscimo de 10% correspondeu a mais 383 residentes), distinguindo-se da tendência quer da Região, quer do Continente.

Quadro 35: Distribuição Geográfica da População Residente, Segundo a Dimensão dos Lugares, Por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001

Freguesias	LUGARES					População isolada	TOTAL
	até 1999 habitantes	2000 a 4999 habitantes	5000 a 9999 habitantes	10000 a 19999 habitantes	20000 ou + habitantes		
Centro Histórico						5668	5668
Sé e São Pedro	-	-	-	-	2025	-	2025
São Mamede	-	-	-	-	2170	-	2170
Santo Antão	-	-	-	-	1473	-	1473
Cidade Extra-muros e Zona Transição	3894				35491	2753	42138
Malagueira	321	-	-	-	11985	815	13121
Bacelo	109	-	-	-	7598	590	8297
Horta das Figueiras	-	-	-	-	8048	257	8305
Canaviais	2356	-	-	-	-	644	3000
Senhora da Saúde	1108	-	-	-	7860	447	9415
Área Rural	7256					1457	8713
São Bento do Mato	1207	-	-	-	-	136	1343
São Miguel de Machede	790	-	-	-	-	193	983
Nossa Senhora de Machede	948	-	-	-	-	232	1180
São Vicente do Piçeiro	370	-	-	-	-	66	436
São Manços	930	-	-	-	-	86	1016
Torre de Coelheiros	710	-	-	-	-	107	817
Nossa Senhora da Torega	660	-	-	-	-	144	804
Nossa Senhora de Guadalupe	383	-	-	-	-	112	495
Nossa Senhora da Graça do Divor	358	-	-	-	-	115	473
São Sebastião da Giesteira	643	-	-	-	-	147	790
Nossa Senhora da Boa Fé	257	-	-	-	-	119	376
Concelho de Évora	11150	-	-	-	41159	4210	56519

FONTE: I.N.E.- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 2001

Procedendo a uma análise da distribuição da população nas freguesias do Concelho pela dimensão dos lugares, constata-se que dos 4210 residentes em lugares isolados, 35% reside na Área Rural e 65 % encontrava-se nas freguesias da Zona de Transição.

**Quadro 36: Distribuição da População e Famílias Residentes, por Unidades Geográficas
Nível I, em 2001**

	População Residente		Famílias		Hab/Fam
	nº	%	nº	%	
Área Urbana	41278	73,0%	15322	73,1%	2,7
Centro Histórico	5668	10,0%	2647	12,6%	2,1
Sé e São Pedro	2025	3,6%	944	4,5%	2,1
São Mamede	2170	3,8%	1018	4,9%	2,1
Santo Antão	1473	2,6%	685	3,3%	2,2
Cidade Extra Muros	35610	63,0%	12675	60,5%	2,8
Malagueira	12163	21,5%	4205	20,1%	2,9
Bacelo	7626	13,5%	2552	12,2%	3,0
Horta das	7961	14,1%	2775	13,2%	2,9
Senhora da	7860	13,9%	3143	15,0%	2,5
Zona de Transição	6528	11,6%	2268	10,8%	2,9
Canaviais	3000	5,3%	1027	4,9%	2,9
Malagueira	958	1,7%	355	1,7%	2,7
Bacelo	671	1,2%	228	1,1%	2,9
Horta das	344	0,6%	118	0,6%	2,9
Senhora da	1555	2,8%	540	2,6%	2,9
Área Rural	8713	15,4%	3364	16,1%	2,6
São Bento do	1343	2,4%	553	2,6%	2,4
São Miguel de	983	1,7%	371	1,8%	2,6
Nossa Senhora de	1180	2,1%	460	2,2%	2,6
São Vicente do	436	0,8%	174	0,8%	2,5
São Manços	1016	1,8%	394	1,9%	2,6
Torre de	817	1,4%	297	1,4%	2,8
Nossa Senhora da	804	1,4%	308	1,5%	2,6
Nossa Senhora de	495	0,9%	181	0,9%	2,7
Nossa Senhora da Graça do	473	0,8%	174	0,8%	2,7
S. Sebastião da	790	1,4%	308	1,5%	2,6
Nossa Senhora da Boa	376	0,7%	144	0,7%	2,6
Concelho de Évora	56519	100,0%	20954	100,0%	2,7

FONTE : I.N.E., CENSOS 2001

A densidade populacional no concelho, em 2001, foi de 43 habitantes/Km², revelando-se significativamente inferior à média nacional (112 habitantes/Km²), contudo bastante superior à registada no conjunto do Alentejo (25 habitantes/Km²).

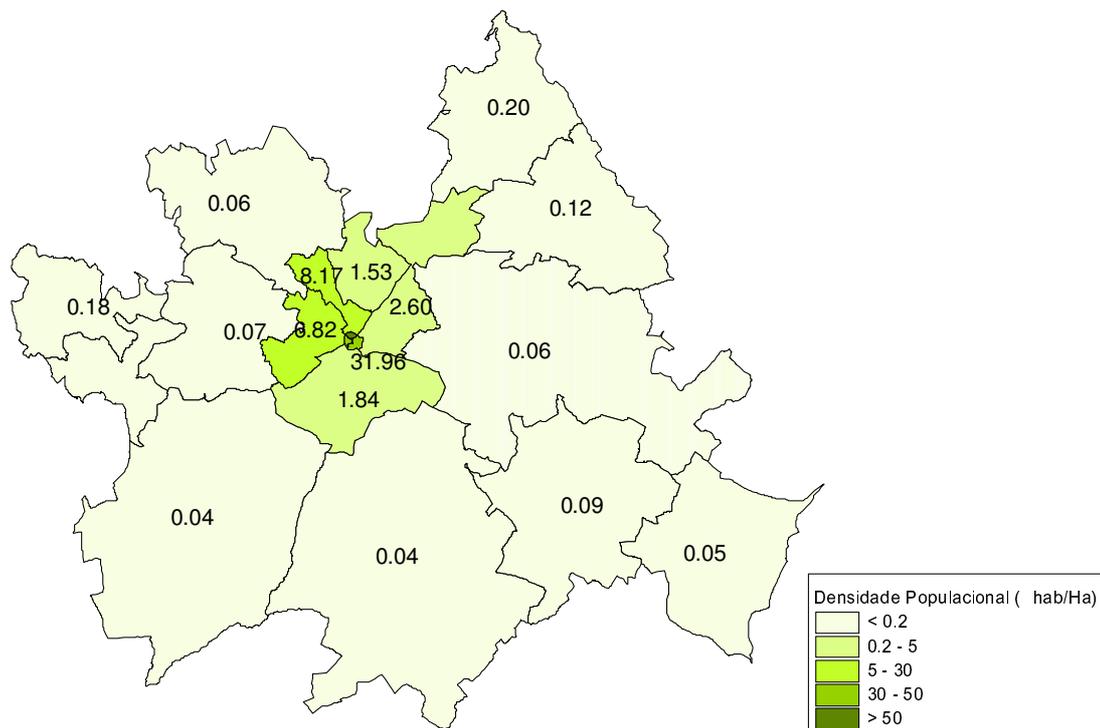


Figura 8: Mapa da densidade populacional das freguesias – 2001

A densidade média no Concelho é de 0,41 hab/ha, corresponde, contudo a situações diferenciadas:

- Cidade: O Centro Histórico apresenta uma densidade de 50 hab/ha (decorrente da diminuição da população – em 1991 era de 70 hab/ha). A expansão mais significativa da Cidade ocorreu a Oeste, nos anos 70 e 80 e a Este nas décadas de 60 e 70. As zonas menos densamente povoadas localizam-se a Norte e a Sul, que correspondem respectivamente, a uma área de expansão e a grandes espaços afectos a indústria.
- Zona de Transição: Uma área Sul relativamente despovoada, distribuindo-se a população pela área Norte, com 3 671 habitantes (em 1991, eram cerca de 2600 residentes). Saliente-se a existência de povoamento disperso em pequenas propriedades designadas 'quintinhas', com aproximadamente 3700 habitantes (1300 famílias). Assim, em termos de povoamento identifica-se um anel a Nascente, Norte, Poente da Cidade, evidenciando uma concentração a Norte (Freguesias da Malagueira e do Bacelo).
- Área Rural: constitui uma área pouco povoada no seu conjunto (15,4 % da população residente do Concelho, decréscimo de 700 residentes na última década); cada uma das freguesias não atinge em média os 1000 habitantes. A população concentra-se nas sedes de freguesia (83 % em 2001, enquanto que em 1991 era de 70 %), contudo havia ainda 17 % de

residentes a residir em lugares isolados. Dos aglomerados rurais destaca-se a Azaruja a Norte, S. Manços a Sul e Nossa Sr.^a de Machede a Nascente, com aproximadamente 1000 residentes. Em contraponto os núcleos da Boa Fé, S. Vicente do Pigeiro, Graça do Divor e Guadalupe, com menos de 500 habitantes. Refira-se que a freguesias de Graça do Divor foi a única da Área Rural, que apresentou nos anos 90, um acréscimo populacional (aproximadamente 40 residentes).

No Concelho em 2001, tal como já se referiu anteriormente, 73 % da população e famílias residia na Cidade, 11 % na Zona de Transição e 16 % na Área Rural.

Estrutura das Famílias

Nos anos 90, seguindo a tendência das décadas anteriores as famílias residentes tornaram-se em média mais pequenas.

Este resultado deveu-se ao aumento do peso das famílias constituídas por uma, duas e três pessoas e à diminuição da importância relativa das famílias compostas por quatro, cinco ou mais pessoas.

Apesar da dimensão média das famílias apresentar valores nacionais e regionais relativamente homogéneos, tem permanecido mais baixa no Concelho (2,7) e na Região (2,6) do que no País (2,8) (ainda que a redução nos dois primeiros tenha sido menor).

Salienta-se ainda que, esta diminuição ocorreu mais cedo em Évora e na Região (década de 60), do que no Continente (anos 70).

Quadro 37: Dimensão das Famílias Clássicas no Concelho de Évora, por Unidades Geográficas Nível I, em 2001

	Famílias Clássicas			
	Total	Com 1 ou 2 pessoas	Com 3 ou 4 pessoas	Com 5 ou +
Área Urbana	15322	7579	6714	1029
Centro Histórico	2647	1891	661	95
Sé e São Pedro	944	672	233	39
São Mamede	1018	734	253	31
Santo Antão	685	485	175	25
Cidade Extra Muros	12675	5688	6053	934
Malagueira	4205	1763	2042	400
Bacelo	2552	869	1517	166
Horta das Figueiras	2775	1205	1373	197
Senhora da Saúde	3143	1851	1121	171
Zona de Transição	2268	983	1092	193
Canaviais	1027	432	512	83
Malagueira	355	179	143	33
Bacelo	228	96	114	18
Horta das Figueiras	118	52	53	13
Senhora da Saúde	540	224	270	46
Área Rural	3364	1826	1372	166
São Bento do Mato	553	330	198	25
São Miguel de Machede	371	202	146	23
Nossa Senhora de Machede	460	256	186	18
São Vicente do Pigeiro	174	99	69	6
São Manços	394	208	171	15
Torre de Coelheiros	297	145	138	14
Nossa Senhora da Tourega	308	165	127	16
Nossa Senhora de Guadalupe	181	82	86	13
Nossa Senhora da Graça do Divor	174	88	73	13
S. Sebastião da Giesteira	308	168	125	15
Nossa Senhora da Boa Fé	144	83	53	8
Concelho de Évora	20954	10388	9178	1388

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

Quadro 38: Dimensão das Famílias Clássicas no Concelho de Évora, por Unidades Geográficas Nível II, em 2001

	Total	Com 1 ou 2 pessoas	Com 3 ou 4 pessoas	Com 5 ou mais pessoas
Área Urbana	15322	49,5	43,8	6,7
Centro Histórico	2647	71,4	25,0	3,6
Cidade Extra-Muros	12675	44,9	47,8	7,4
Zona Transição	2268	43,3	48,1	8,5
Nascente	540	41,5	50,0	8,5
Norte	1255	42,1	49,9	8,0
Poente	355	50,4	40,3	9,3
Sul	118	44,1	44,9	11,0
Área Rural	3364	54,3	40,8	4,9
Concelho	20954	49,6	43,8	6,6

Fonte: I.N.E., Censos 2001

Efectuando uma análise por áreas conclui-se que:

- **Centro Histórico:** No período censitário entre 1991 e 2001 ocorreu uma diminuição da população (taxa de variação negativa de 28 %, correspondente a 2174 residentes) acompanhada por um decréscimo das famílias (taxa de variação negativa de 16%, 515 famílias). Em 1991 a população residente da cidade antiga representava 20 % do total da Cidade, passando essa proporção a assumir em 2001, cerca de 13 %. Verificou-se uma dimensão média das famílias de 2,1, significativamente inferior à registada no conjunto da cidade (2,7), sendo que, relativamente a 2001, ocorreu uma redução de 0,4 elementos por família. Mais de 70 % das famílias têm 1 ou 2 pessoas.
- **Cidade Extra Muros:** O número médio de elementos constituintes das famílias é de 2,9, sendo os agregados formados principalmente por 2 e 3 elementos. Na zona Este de origem mais antiga, a dimensão média das famílias é de 2,5. As zonas de expansão Oeste, Norte e Sul, as famílias são constituídas por mais elementos. De facto tal como já tinha sido referido nos estudos sectoriais do PUE, é possível identificar uma correlação entre o maior número de elementos dos agregados familiares e a época de construção dos bairros (mais recentes).
- **Zona de Transição:** Cerca de 48% das famílias são constituídas por 3 ou 4 elementos. Na zona Poente, o número de pessoas por agregado familiar é de 2,7, inferior ao verificado na área Norte e Nascente (2,9), nas quais as famílias tem 3 ou 4 elementos, identificando-se a mesma correlação, enunciada anteriormente, uma vez que estas duas zonas correspondem a áreas de crescimento recente.

- Área Rural: Com uma dimensão média da família de 2,6 residentes por agregado familiar (redução de 0,1 elementos relativamente a 1991), sendo constituídos na sua maioria por 1 ou 2 pessoas.

Estrutura Etária da População Residente

No Concelho de Évora, apesar de demograficamente menos envelhecido que o Alentejo, o índice de envelhecimento, que traduz a proporção de idosos relativamente aos jovens, aumentou significativamente, passando de 55,1% em 1981, para 80,3 no início da década de 90.

Quadro 39: Estrutura da População por Grupos Etários, 1991-2001

	Grupos Etários				TOTAL	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência Total
	0-14	15-24	25-64	+ de 65			
Concelho de Évora							
1991	10263	7682	27570	8239	53754	80,3	52,5
	19,1%	14,3%	51,3%	15,3%	100%		
2001	8422	7958	29726	10413	56519	123,6	50,0
	14,9%	14,1%	52,6%	18,4%	100,0%		
Região do Alentejo							
1991	95047	72948	270452	104995	543442	110,5	58,3
	17,5%	13,4%	49,8%	19,3%	100,0%		
2001	72578	68971	268330	125874	535753	173,4	58,8
	13,5%	12,9%	50,1%	23,5%	100,0%		
Continente							
1991	1847544	1524112	4720620	1283650	9375926	69,5	50,1
	19,7%	16,3%	50,3%	13,7%	100,0%		
2001	1557934	1399635	5283178	1628596	9869343	104,5	47,7
	15,8%	14,2%	53,5%	16,5%	100,0%		

FONTE: I.N.E.- RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO 1991 E 2001

(1) Índice de envelhecimento: População com 65 e +anos / População com 0-14

(2) Índice de dependência total: População com 0-14 e 65 e mais anos /População com 15-64

No período de 1991 a 2001, o envelhecimento demográfico aumentou mais na região do que no Concelho. Em Évora o índice ascendeu a 124 idosos por cada 100 jovens (proporção inferior à da Região: 173 idosos por cada 100 jovens).

Assim, observou-se um acréscimo de 63 idosos por cada 100 jovens no Alentejo e de 43 idosos em Évora, sendo este último valor próximo do registado no Continente (35 idosos por cada 100 jovens).

No que concerne à população em idade activa, os valores relativos denotam, na década de 1991-2001, uma situação ainda de estagnação do contexto regional (63%), e um ligeiro aumento quer a nível concelhio (de 66,6 % para 67%), quer a nível nacional (66,6% para 67,7%).

Os valores da população activa, relacionados com os da população jovem e idosa tornam o rácio de dependência total, progressivamente mais favorável ao Continente (de 50,1%, em 1991, para 47,7%, em 2001) e ao Concelho (de 52,5 % para 50,0 %), do que à Região (59 % em 2001). Assim, em 2001, no Concelho por cada 100 residentes em idade activa havia 50 pessoas em idade não activa.

Quadro 40: Estrutura Etária no Concelho de Évora, 1981-2001

Grupos Etários	1981		1991		2001	
	V. A.	%	V.A.	%	V.A.	%
0-4	3953	7,7	2723	5,1	2788	4,9
5-9	3892	7,5	3293	6,1	2700	4,8
10-14	3694	7,2	4247	7,9	2934	5,2
15-19	3848	7,5	3973	7,4	3568	6,3
20-24	3641	7,1	3709	6,9	4390	7,8
25-29	3621	7,0	3702	6,9	4159	7,4
30-34	3407	6,6	3810	7,1	3996	7,1
35-39	2918	5,7	3811	7,1	4141	7,3
40-44	3199	6,2	3476	6,5	3988	7,1
45-49	3521	6,8	2965	5,5	3982	7,0
50-54	3592	7,0	3179	5,9	3518	6,2
55-59	3321	6,4	3362	6,3	2903	5,1
60-64	2605	5,1	3265	6,1	3039	5,4
65-69	2425	4,7	2998	5,6	3123	5,5
70-74	1868	3,6	2104	3,9	2833	5,0
75-79	1150	2,2	1674	3,1	2243	4,0
80-84	629	1,2	937	1,7	1246	2,2
85 e +	288	0,6	526	1,0	968	1,7
Concelho de Évora	51572	100,0	53754	100,0	56519	100,0

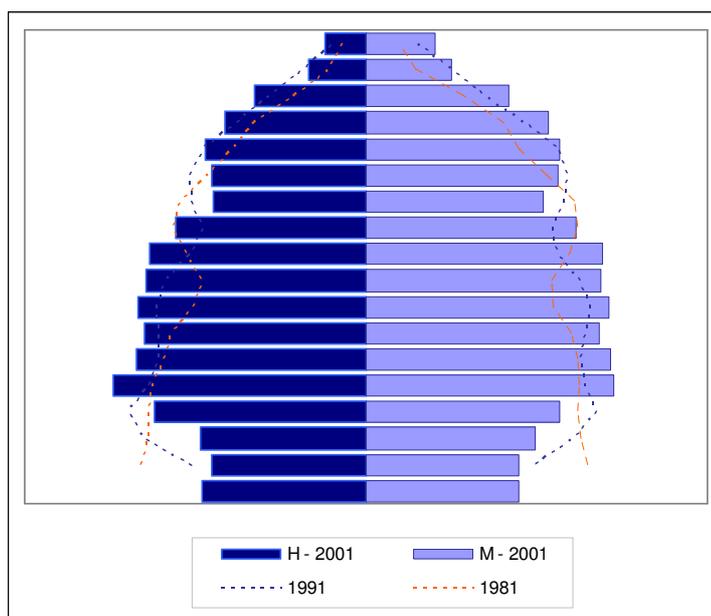


Gráfico 35: Estrutura Etária da População Residente no Concelho de Évora, 1981-2001

O concelho de Évora já em processo de envelhecimento sofreu um aumento da população idosa (com 65 e mais anos), entre 1981, 1991 e 2001 na ordem dos 3% (relativamente ao total); simultaneamente registou-se um decréscimo de 3,3% (entre 1981-1991) e de 4,2% (no período de 1991-2001) da população jovem.

Quadro 41: Estrutura Etária do Concelho de Évora, por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001

Freguesias	Grupos Etários													Total		
	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos		65-69 anos	70-74 anos
Carro Histórico	133	174	180	268	356	326	262	273	273	311	353	355	408	547	477	967
	2,0%	3,1%	0,2%	4,7%	5,0%	5,0%	4,0%	4,0%	4,0%	5,5%	8,2%	6,0%	7,3%	8,7%	0,4%	17,1%
Sé e São Pedro	45	57	62	86	121	115	83	100	111	117	124	123	149	193	167	369
São Mamede	2170	54	74	92	149	143	117	114	64	112	134	133	153	200	197	337
Santo Antão	1473	34	44	87	86	86	62	64	78	82	95	99	106	154	113	261
Cidade Lusa-novas e Zona Transição	2274	2171	2327	2836	3465	3330	3163	3292	3181	3151	2690	2106	2034	1828	1735	2498
	6,1%	6,2%	6,6%	8,7%	8,2%	7,8%	7,6%	7,8%	7,6%	7,5%	8,0%	6,0%	4,8%	4,8%	4,1%	6,0%
Canavieiras	201	189	166	175	227	254	288	235	211	188	153	133	156	139	136	173
Malaguera	13121	671	616	1051	1179	957	868	978	1089	1119	912	844	545	486	453	594
Bacelo	8297	506	466	806	670	619	730	803	749	657	510	340	313	293	209	262
Horta das Figueiras	8305	546	476	515	635	631	716	756	621	606	441	355	364	313	293	529
Senhora da Saúde	0415	343	373	489	744	749	557	519	511	574	674	624	656	667	664	920
Área Rural	364	355	427	464	579	543	571	571	534	520	475	442	437	648	611	932
	4,4%	4,1%	4,9%	5,3%	6,0%	6,2%	6,6%	6,6%	6,1%	6,0%	5,6%	5,1%	6,9%	7,4%	7,0%	11,4%
São Bento do Mato	1343	53	55	66	101	79	93	66	66	69	76	75	65	110	109	160
São Miguel de Macreide	983	42	37	54	71	51	59	66	61	52	47	40	57	61	90	123
Nossa Senhora de Machede	1480	41	48	74	55	71	82	82	70	62	72	64	89	91	84	121
São Vicente do Pigeiro	468	19	19	16	22	21	24	26	20	20	33	20	28	42	43	66
São Martinhos	1016	51	40	46	76	67	68	67	63	61	67	60	81	51	59	111
Torre de Coelheiros	817	41	29	41	62	57	50	36	52	60	42	38	56	62	59	86
Nossa Senhora de Tourega	804	32	37	41	50	56	57	62	64	39	41	44	53	60	38	96
Nossa Senhora de Guadalupe	495	28	20	25	40	42	28	42	36	36	22	27	27	29	30	45
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	23	21	26	40	35	32	40	23	30	25	19	39	29	26	46
S. Sebastião de Gesteira	790	36	32	54	49	52	47	56	55	53	39	36	60	74	44	71
Nossa Senhora da Boa Fé	376	19	21	17	13	21	37	26	23	19	9	19	22	19	29	69
Concelho de Évora	2788	2700	2934	3568	4390	4159	3946	4141	3986	3982	3518	2903	3039	3423	2833	4457
	4,9%	4,8%	5,2%	5,3%	7,9%	7,4%	7,1%	7,3%	7,1%	7,0%	6,2%	5,1%	5,4%	5,5%	5,0%	7,8%

FONTE: I.N.E., CENSO 2001

Quadro 42: Índice de Envelhecimento e de Dependência por grandes grupos etários, em 2001

Freguesias	População Residente				TOTAL	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência
	0-14	15-24	25-64	+ de 65			
Centro Histórico	487	624	2566	1991	5668	408,8	77,7
Sé e São Pedro	164	210	922	729	2025	444,5	78,9
São Mamede	205	241	990	734	2170	358,0	76,3
Santo Antão	118	173	654	528	1473	447,5	78,1
Cidade Extra-muros e Zona Transição	6769	6291	22907	6171	42138	91,2	44,3
Canaviais	556	402	1594	448	3000	80,6	50,3
Malagueira	2174	2230	7174	1543	13121	71,0	39,5
Bacelo	1516	1276	4721	784	8297	51,7	38,4
Horta das Figueiras	1476	1150	4544	1135	8305	76,9	45,9
Senhora da Saúde	1047	1233	4874	2261	9415	216,0	54,2
Área Rural	1166	1043	4253	2251	8713	193,1	64,5
São Bento do Mato	161	169	634	379	1343	235,4	67,2
São Miguel de Machede	131	125	433	294	983	224,4	76,2
Nossa Senhora de Machede	163	129	592	296	1180	181,6	63,7
São Vicente do Pigeiro	56	38	192	150	436	267,9	89,6
São Manços	139	122	534	221	1016	159,0	54,9
Torre de Coelheiros	117	103	391	206	817	176,1	65,4
Nossa Senhora da Tourega	103	91	416	194	804	188,3	58,6
Nossa Senhora de Guadalupe	67	65	259	104	495	155,2	52,8
Nossa Senhora da Graça do Divor	71	68	233	101	473	142,3	57,1
S. Sebastião da Giesteira	100	103	398	189	790	189,0	57,7
Nossa Senhora da Boa Fé	58	30	171	117	376	201,7	87,1
Concelho de Évora	8422	7958	29726	10413	56519	123,6	50,0

FONTES: I.N.E., CENSOS 2001

Gráfico 36: Estrutura Demográfica da População, 2001 – Centro Histórico

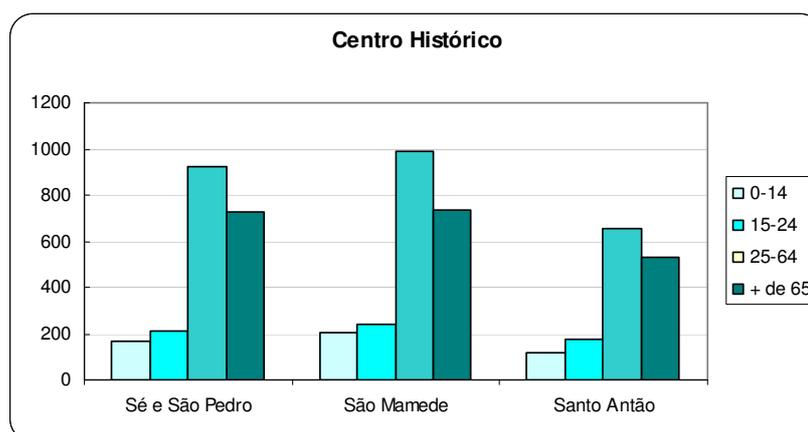


Gráfico 37: Estrutura Demográfica da População, 2001 – Cidade Extra-muros e Zona de Transição

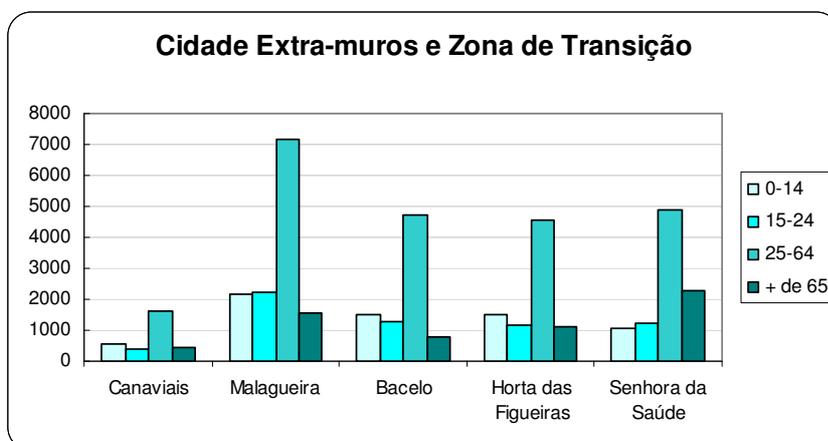
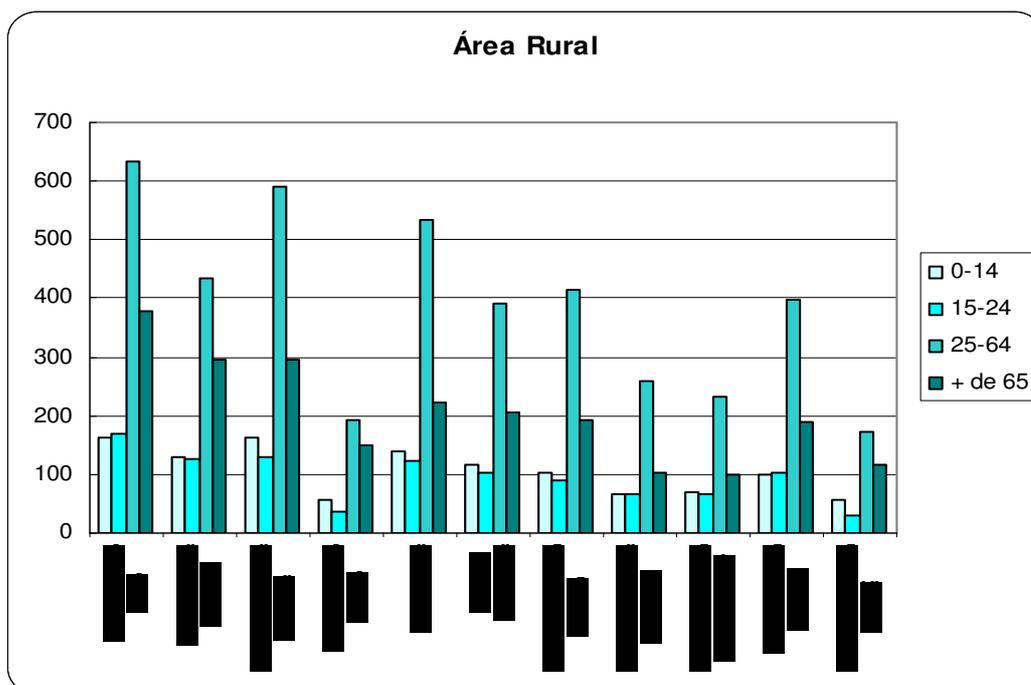


Gráfico 38: Estrutura Demográfica da População, 2001 – Área Rural



As áreas geográficas de nível I apresentam uma estrutura etária dos residentes diferenciada, concluindo-se:

- Centro Histórico: Com uma população mais envelhecida do que a da globalidade do Concelho, que se reflecte no índice de envelhecimento de 408% e de dependência de 77,7% (muito superiores aos verificados no Concelho, de 123,6% e de 50,0%, respectivamente);

- Na Cidade Extra Muros e Zona de Transição, embora tratando-se de realidade muito distintas, encontram-se agregadas, dado que no tratamento de dados se assumiu a freguesia como unidade de análise. Apresentam simultaneamente uma população mais jovem (16,1%) e uma menor percentagem de população nos grupos de idades mais avançadas (14,6% do total); relação que se traduz nos índices de envelhecimento de 91% e de dependência de 44,3%, sendo os mais baixos do Concelho.
- Área Rural: Com uma população duplamente envelhecida tal como é expresso pelo índice de envelhecimento (124% em 1991 e 193% em 2001) e pelo rácio de dependência total em 1991, de 60 residentes em idade não activa por cada 100 residentes em idade activa; em 2001, essa relação passou para 64 residentes não activos por cada 100 residentes activos. As freguesias mais jovens da Área Rural, Torre de Coelheiros e Graça do Divor, com cerca de 14% e de 15% dos residentes com menos de 14 anos, respectivamente. Por outro lado, têm simultaneamente menos residentes com mais de 65 anos, comparativamente com a média da Área Rural. Nas freguesias menos povoadas, Nossa Sr.^a da Boa Fé, São Vicente do Pigeiro e S. Sebastião da Giesteira, a população é mais envelhecida do que a da Área Rural.

Quadro 43: Taxas de Natalidade, Mortalidade, e de Fecundidade, 2001 e 2002

	Taxa de Natalidade		Taxa de Mortalidade		Taxa de Fecundidade	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Concelho de Évora	9,7	10,1	10,3	11,2	39,7	40,6
Alentejo	8,4	9,1	14,2	13,8	37,7	40,5
Portugal	10,9	11,0	10,2	10,2	43,2	43,7

Fonte: Anuários Estatísticos 2002 e 2003

Da análise do quadro anterior, verifica-se que as taxas de natalidade do concelho de Évora são superiores à registadas para a Região do Alentejo, embora ainda inferiores às do Continente. Apesar das estimativas do INE, para o período de referência indicarem um ligeiro aumento das taxas de natalidade para o território nacional, considera-se que esse incremento poderá ser apenas a curto prazo sendo que a tendência geral será no sentido de um decréscimo das taxas.

Relativamente à mortalidade, verifica-se que as taxas de mortalidade do concelho aproximam-se dos valores apresentados a nível Nacional, e são significativamente mais baixas que as registadas na Região Alentejo.

A nível nacional, registou-se uma acentuada descida da moratidade a partir da década de 70 podendo salientar-se a diminuição da taxa de mortalidade infantil, apesar de ainda ser uma das mais altas da União Europeia, espera-se contudo que esta continue a descer nos próximos anos.

As tendências apontam para a continuação da descida dos níveis de mortalidade, apesar do ritmo a que esta se processará ser mais lento, uma vez que há medida que a população vai envelhecendo, a mortalidade em termos absolutos tende a aumentar. O concelho de Évora não escapa à regra do envelhecimento demográfico, principalmente nas áreas rurais e centro histórico, razão pela qual as estimativas do INE parecem apontar para uma ligeira subida das taxas de mortalidade no período referido.

As taxas de fecundidade são significativamente superiores às registadas no Alentejo em 2001, embora significativamente inferiores às registadas no país.

No que concerne ao comportamento esperável para esta variável a nível geral, não se prevê a continuação da descida dos níveis de fecundidade, mas uma estabilização seguida de uma recuperação.

Tendo em conta que no concelho de Évora se registou um saldo migratório positivo, poderá haver uma tendência para os valores das taxas de fecundidade se aproximarem dos valores registados para o território nacional (sofrerem um ligeiro aumento). Uma vez que se considera que a população activa jovem é a que apresenta maiores volumes de movimentos migratórios e maiores níveis de fecundidade.

Naturalidade dos Residentes

Quadro 44: População Residente por Naturalidade, nas Freguesias do Concelho de Évora, 2001

Freguesias	População residente	Portugal	Total	Estrangeiro	
				Europa	Outros Países
Centro Histórico	5668	96,6	3,4	25,1	74,9
Sé e São Pedro	2025	96,6	3,4	26,1	73,9
São Mamede	2170	96,7	3,3	14,1	85,9
Santo Antão	1473	96,3	3,7	38,2	61,8
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	96,5	3,5	27,2	72,8
Malagueira	13121	95,8	4,2	22,0	78,0
Bacelo	8297	97,0	3,0	37,2	62,8
Horta das Figueiras	8305	96,0	4,0	29,5	70,5
Canaviais	3000	97,6	2,4	36,6	63,4
Senhora da Saúde	9415	97,0	3,0	23,4	76,6
Área Rural	8713	98,4	1,6	63,3	36,7
São Bento do Mato	1343	97,7	2,3	41,9	58,1
São Miguel de Machede	983	99,4	0,6	16,7	83,3
Nossa Senhora de Machede	1180	98,8	1,2	57,1	42,9
São Vicente do Pigeiro	436	98,2	1,8	100,0	0,0
São Manços	1016	98,1	1,9	78,9	21,1
Torre de Coelheiros	817	98,4	1,6	100,0	0,0
Nossa Senhora da Torega	804	97,1	2,9	52,2	47,8
Nossa Senhora de Guadalupe	495	98,6	1,4	85,7	14,3
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	99,4	0,6	33,3	66,7
São Sebastião da Giesteira	790	98,7	1,3	60,0	40,0
Nossa Senhora da Boa Fé	376	98,7	1,3	100,0	0,0
Concelho de Évora	56519	96,8	3,2	29,7	70,3

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

A naturalidade dos residentes em Évora é maioritariamente Portuguesa, cerca de 97% da população. É na cidade Extra-Muros e Zona de transição onde se verifica a presença de maior número de residentes com proveniência do estrangeiro, cerca de 3,5%. Dos 3,2% da população com naturalidade no estrangeiro, apenas 29,7% é natural de países Europeus. Esta tendência é contrariada na área rural, onde se verifica que mais de 60% são naturais da Europa, ainda que apenas representem 1,6% da população residente nesta área.

Atracção de Novos Residentes

Quadro 45: População Residente , Segundo as Migrações (Relativamente A 99/12/31), Por Concelho De Residência Habitual Em 2001/03/12

Freguesias	População residente em 2001	População que não mudou de Concelho		Imigrantes do Concelho			
		N.A.	%	Proveniente de outros Concelhos		Proveniente do Estrangeiro	
				N.A.	%	N.A.	%
Centro Histórico	5668	5517	97%	105	85%	19	15%
Sé e São Pedro	2025	1972	97%	37	84%	7	16%
São Mamede	2170	2107	97%	37	76%	12	24%
Santo Antão	1473	1438	98%	31	100%	0	0%
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	40666	97%	758	82%	167	18%
Malagueira	13121	12702	97%	201	79%	53	21%
Bacelo	8297	8050	97%	124	93%	10	7%
Horta das Figueiras	8305	7948	96%	187	79%	49	21%
Canaviais	3000	2891	96%	45	79%	12	21%
Senhora da Saúde	9415	9075	96%	201	82%	43	18%
Área Rural	8713	8475	97%	111	73%	41	27%
São Bento do Mato	1343	1313	98%	13	68%	6	32%
São Miguel de Machede	983	962	98%	11	92%	1	8%
Nossa Senhora de Machede	1180	1155	98%	13	100%	0	0%
São Vicente do Pigeiro	436	425	97%	3	60%	2	40%
São Manços	1016	988	97%	11	58%	8	42%
Torre de Coelheiros	817	789	97%	11	58%	8	42%
Nossa Senhora da Tourega	804	781	97%	11	61%	7	39%
Nossa Senhora de Guadalupe	495	474	96%	13	93%	1	7%
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	450	95%	16	100%	0	0%
São Sebastião da Giesteira	790	771	98%	6	60%	4	40%
Nossa Senhora da Boa Fé	376	367	98%	3	43%	4	57%
Concelho de Évora	56519	54658	97%	974	81%	227	19%

FORTE: I.N.E., CENSOS 2001

Segundo os dados do quadro anterior, verifica-se que a população proveniente de outros concelhos relativamente a 99/12/31 foi de 974 habitantes e 227 provenientes do estrangeiro, prefazendo um total de 1201. Verifica-se ainda que cerca de 97% da população em Évora não mudou de concelho de residência,

Movimentos Pendulares “De” e “Para” Évora

‘ENTRADAS’: Deslocações De Outros Concelhos Para Évora

Em 2001, de acordo com os dados de Recenseamento Geral da População, cerca de 10400 activos empregados e estudantes deslocavam-se do seu concelho de residência para o concelho de Évora por motivo de trabalho ou estudo. Deste total, 61% reside em concelhos da Região do Alentejo.

Em concreto, deslocam-se do exterior do concelho 19,7 % do total de activos que em Évora exercem actividade. Relativamente aos estudantes que se deslocam para o concelho de Évora, a percentagem é de 35% do total dos estudantes do concelho.

Estas deslocações reflectem a maior ou menor dependência relativamente a Évora, destacando-se três áreas de influência decrescente, relacionadas com a distância:

- Coroa envolvente a Évora
- Outros Concelhos do Distrito de Évora
- Outros Concelhos da Região Alentejo

Assim, analisando os dados referentes à Região Alentejo, constata-se que 67% das deslocações para trabalho têm origem na referida “Coroa envolvente de Évora”, que engloba os concelhos limítrofes: Montemor-o-Novo, Arraiolos, Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Portel e Viana do Alentejo.

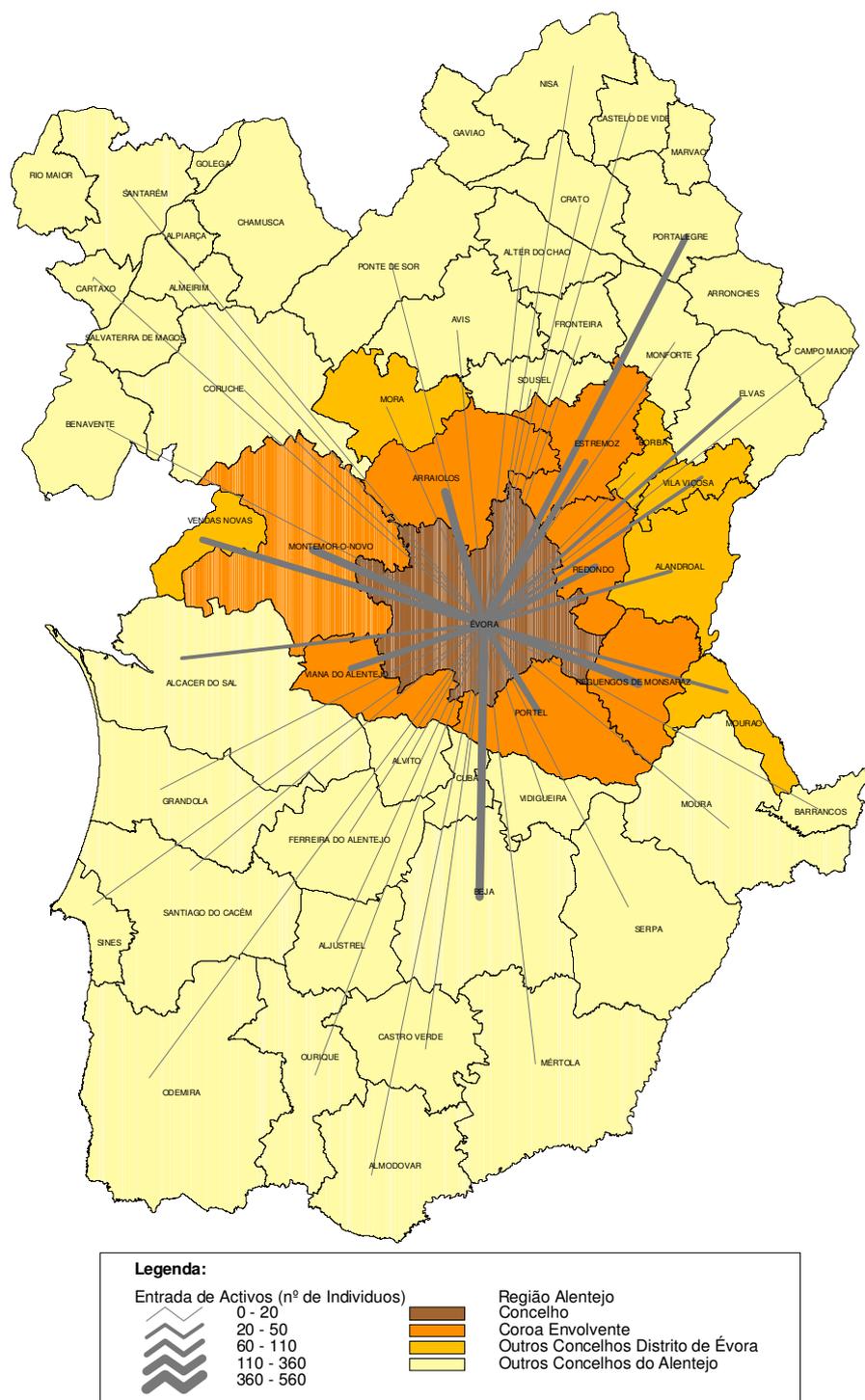


Figura 9: População de Outros Concelhos do Alentejo Que Trabalha no Concelho de Évora, 2001

De referir, que 22% das deslocações de activos têm origem noutros Concelhos da Região do Alentejo, fora do Distrito de Évora, sendo o concelho de Beja (371) e Portalegre (288) os mais relevantes.

Do total de activos empregados que se deslocavam para Évora, 71% residiam noutros concelhos pertencentes à Região do Alentejo, sendo que 56% desses pertenciam ao Distrito de Évora.

Relativamente à distribuição pelos diversos ramos de actividade económica verifica-se que:

- Os activos empregados com residência noutros concelhos trabalham maioritariamente na Administração Pública, Defesa e Segurança Social (20%), Industria (15%), Hotelaria, Restauração e Comércio (13%) e Construção (13%);
- A presença no Concelho de activos com residência noutros concelhos, relativamente ao total dos trabalhadores, assume particular importância na Construção (27%), na Administração Pública, Defesa e Segurança Social (26%) e nos Transportes e Armazenagem (26%).

A Hotelaria, Restauração e Comércio é o ramo de actividade que percentualmente tem menor presença de activos provenientes de outros concelhos relativamente ao total de activos que trabalham no concelho de Évora, representando apenas 12% do total de trabalhadores.

Quadro 46: População Residente noutros Concelhos que Trabalha ou estuda no Concelho de Évora, 2001

POPULAÇÃO RESIDENTE NOUTROS CONCELHOS QUE TRABALHA OU ESTUDA NO CONCELHO DE ÉVORA

ORIGEM	Total	TIPO DE ACTIVIDADE										Total de População de outros concelhos que trabalha ou estuda em Évora
		Actividades Financeiras, imobiliárias e serviços	Administração Pública, Defesa e Segurança Social	Agricultura, Prod. animal, caça, silvicultura e Pesca	Hotelaria, restauração e comércio	Construção	Educação	Indústria	Saúde, Acção Social e Outras serviços	Transportes, Armazenagem e Comunicações	Estudantes	
Concelho de Évora	24092	1589	3341	1166	5524	2014	2629	3539	3628	662	8292	32384
Coroa envolvente de Évora	2797	217	507	166	421	254	191	510	411	120	844	3641
Montemor-o-Novo	559	67	77	29	110	53	30	88	70	35	189	748
Arraiolos	535	38	70	16	95	55	41	97	97	26	120	655
Estremoz	235	24	67	2	28	17	27	30	24	16	82	317
Redondo	313	26	67	16	41	34	26	38	54	11	113	426
Reguengos de Monsaraz	326	20	103	12	34	13	30	61	40	13	121	447
Portel	356	15	39	60	33	39	15	78	69	8	155	511
Viana do Alentejo	473	27	84	31	80	43	22	118	57	11	64	537
Outros concelhos Distrito de Évora	486	34	123	11	63	49	49	75	54	28	356	842
Mourão	36	2	18	0	3	2	3	3	4	1	51	87
Vendas Novas	83	6	14	2	15	5	15	14	8	4	63	146
Borba	64	7	16	4	9	2	8	5	9	4	46	110
Vila Viçosa	89	5	31	1	14	4	7	5	10	12	50	139
Alandroal	112	8	35	3	10	11	6	21	15	3	51	163
Mora	102	6	9	1	12	25	10	27	8	4	95	197
Concelhos da Região do Alentejo	916	73	268	36	94	118	111	91	84	41	969	1885
Distrito de Portalegre	288	22	119	12	20	17	45	15	28	10	245	533
Distrito de Beja	371	33	105	11	43	40	36	51	29	23	345	716
Distrito Setúbal	127	10	14	0	10	45	10	18	16	4	149	276
Distrito Santarém	130	8	30	13	21	16	20	7	11	4	230	360
Concelhos de outras Regiões	1710	94	269	83	180	336	331	191	178	48	2305	4015
TOTAL	30001	2007	4508	1462	6282	2771	3311	4406	4355	899	12766	42767
Total Entradas	5909	418	1167	296	758	757	682	867	727	237	4474	10383
%	100%	7%	20%	5%	13%	13%	12%	15%	12%	4%		
Com origem na Região Alentejo	71,1	324	898	213	578	421	351	676	549	189	48,5	61,3
Com Origem noutras regiões	28,9	94	269	83	180	336	331	191	178	48	51,5	38,7
Com Origem no Distrito de Évora	55,6	251	630	177	484	303	240	585	465	148	26,8	43,2
Com Origem noutros Distritos	44,4	167	537	119	274	454	442	282	262	89	73,2	56,8
Presença no Concelho de Évora de residentes noutros concelhos, relativamente ao total dos que estudam e trabalham no concelho	19,7	20,8	25,9	20,2	12,1	27,3	20,6	19,7	16,7	26,4	35,0	24,3

Fonte: I.N.E., Censos 2001

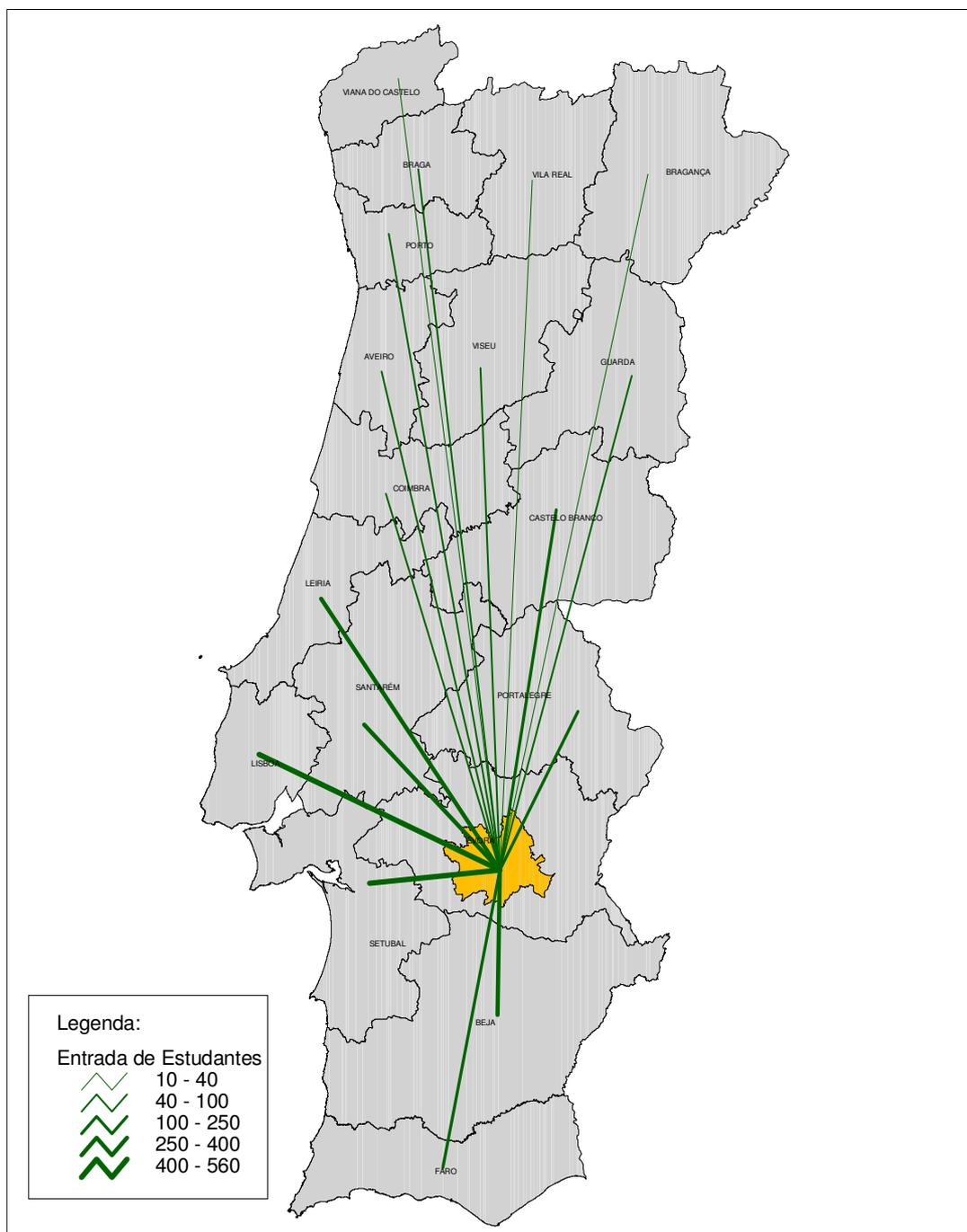


Figura 10: Distribuição da População que Trabalha no Concelho de Évora – Origem por Distrito, 2001

Analisando os dados referentes aos indivíduos que se deslocam ao concelho de Évora, para estudar verifica-se que 73% dos 4474 estudantes têm o seu concelho de residência noutra Distrito, sendo maioritariamente dos Distritos de Leiria, Santarém, Lisboa, Setúbal e Beja.

Cerca de 48 % dos estudantes que entram no Concelho residem na Região do Alentejo.

A entrada de estudantes no concelho de Évora provenientes de outros concelhos do Distrito de Évora tal como se encontra representado na figura seguinte, corresponde a 27% do total (1200 estudantes).

Da ‘Coroa Envolvente’ do concelho deslocam-se 844 estudantes, provenientes maioritariamente dos concelhos de Montemor-o-Novo, Portel, Reguengos de Monsaraz e Arraiolos.

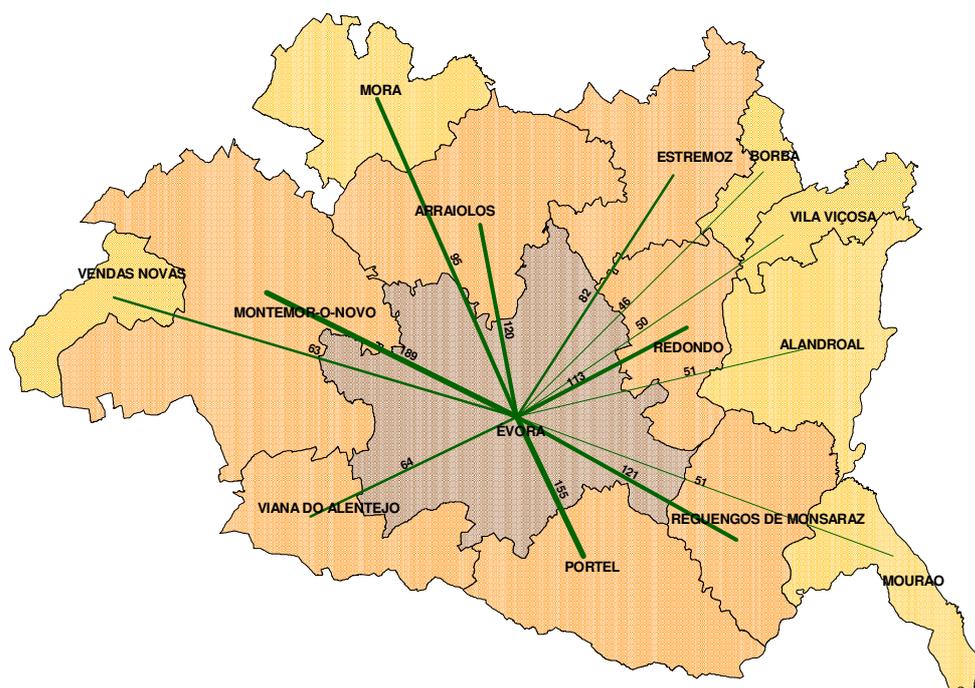


Figura 11: Entrada de Estudantes no Concelho de Évora Provenientes do Distrito, 2001

‘SAÍDAS’: DESLOCAÇÕES DE ÉVORA PARA OUTROS CONCELHOS

Analisando os dados referentes aos movimentos da População Residente no concelho de Évora que se desloca para trabalhar, verifica-se que:

- Saem do concelho de Évora 2448 pessoas, das quais 57,2 % têm como destino outros concelhos da Região Alentejo.
- Os concelhos da ‘Coroa Envolvente’ de Évora recebem 55% dos trabalhadores que se deslocam do concelho de Évora. Para além destes concelhos, são destinos preferenciais as sedes de distrito próximas – Beja (228 pessoas) e Portalegre (105 pessoas).

A população residente no Concelho de Évora que trabalha ou estuda no exterior, representa 9,2% relativamente ao total da população que trabalha ou estuda no concelho.

No que concerne às deslocações para trabalhar, assumem maior significado as deslocações de activos no sector da Educação (25,1%) e da Administração Pública, Defesa e Segurança Social (17,9%). Saliente-se que, a população residente no Concelho de Évora que trabalha no exterior, no sector da Educação, representa cerca de 18,9% do total da população que trabalha ou estuda no concelho.

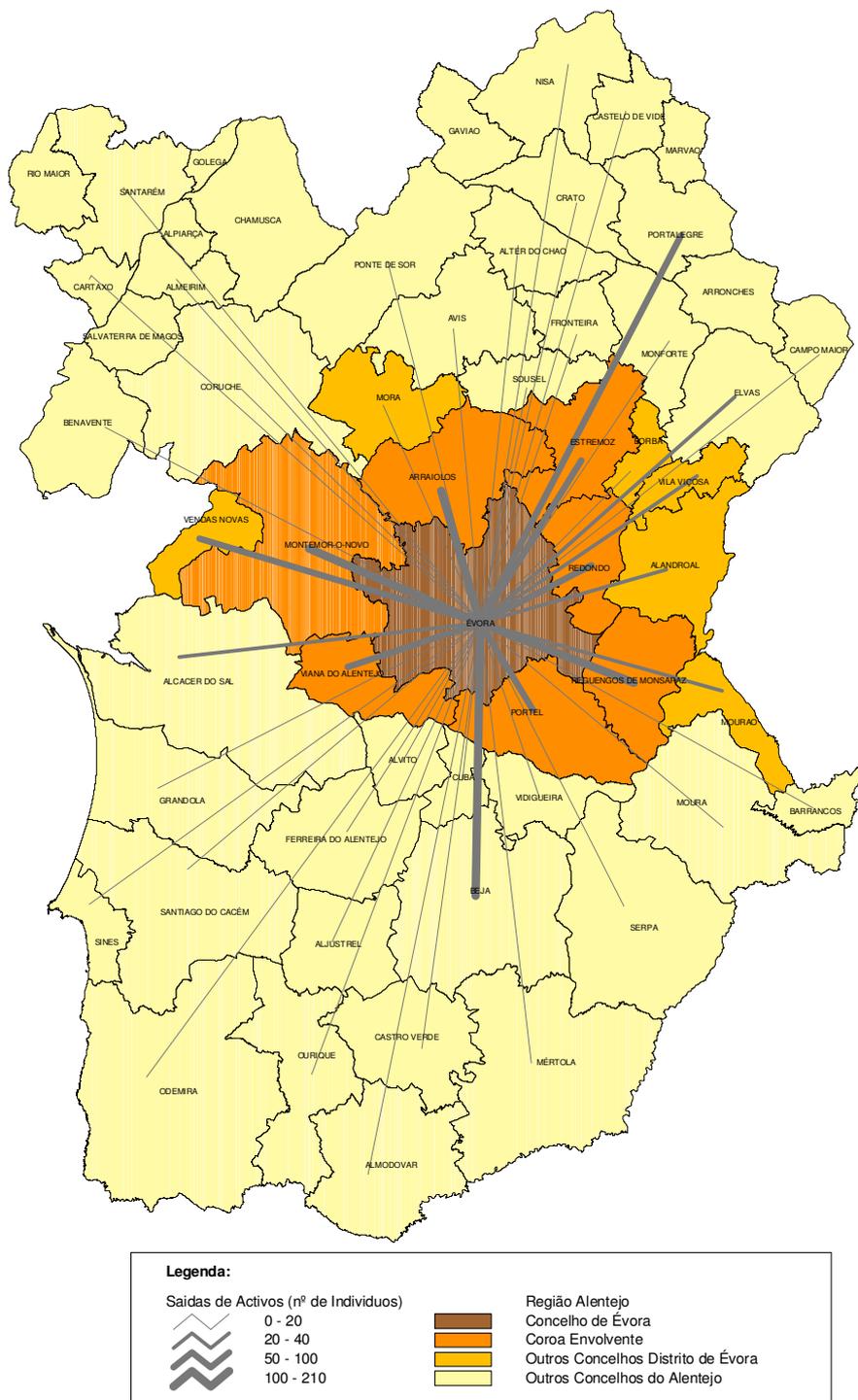


Figura 12: População Residente no Concelho de Évora que Trabalha noutros Concelhos da Região do Alentejo, 2001

Quadro 47: População Residente no Concelho de Évora que Trabalha ou Estuda Noutros Concelhos, em 2001

POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ÉVORA QUE TRABALHA OU ESTUDA NOUTROS CONCELHOS

	Total	TIPO DE ACTIVIDADE									Estudantes	Total de População que trabalha ou estuda noutros concelhos
		Actividades Financeiras, imobiliárias e serviços	Administração Pública, Defesa e Segurança Social	Agricultura, Prod. animal, caça, silvicultura e Pesca	Hotelaria, restauração e comércio	Construção	Educação	Industria	Saúde, Acção Social e Outras serviços	Transportes, Armazenagem e Comunicações		
Évora - concelho	24092	1589	3341	1166	5524	2014	2629	3539	3628	662	8292	32384
Coroa Envolvente Évora	774	31	91	70	86	58	254	97	60	27	66	840
Montemor-o-Novo	214	10	19	16	35	19	62	25	17	11	11	225
Arraiolos	139	6	18	17	19	2	47	9	17	4	24	163
Estremoz	69	8	12	3	8	3	28	2	4	1	6	75
Redondo	81	0	9	14	6	6	34	6	5	1	1	82
Reguengos de Monsaraz	117	0	7	10	4	21	14	48	4	9	17	134
Portel	57	3	10	4	2	3	26	2	7	0	2	59
Viana do Alentejo	97	4	16	6	12	4	43	5	6	1	5	102
Outros Concelhos Distrito de Évora	200	11	25	12	19	16	75	21	16	5	13	213
Mourão	30	2	4	4	0	6	8	4	2	0	1	31
Vendas Novas	55	3	15	2	11	2	13	3	4	2	7	62
Borba	23	0	2	0	3	3	10	2	1	2	0	23
Vila Viçosa	44	3	4	1	2	4	20	8	2	0	2	46
Alandroal	27	2	0	1	3	1	13	3	4	0	3	30
Mora	21	1	0	4	0	0	11	1	3	1	0	21
Concelhos da Região do Alentejo	427	24	96	33	51	28	127	21	31	16	212	639
Distrito de Portalegre	105	7	37	8	14	0	22	7	7	3	65	170
Distrito de Beja	228	8	49	18	25	24	69	4	20	11	133	361
Distrito Setúbal	54	6	2	4	6	3	25	6	1	1	0	54
Distrito Santarém	40	3	8	3	6	1	11	4	3	1	14	54
Concelhos de outras Regiões	1047	126	227	28	179	77	158	42	136	74	703	1750
TOTAL	26540	1781	3780	1309	5859	2193	3243	3720	3871	784	9286	35826
Total Saídas	2448	192	439	143	335	179	614	181	243	122	994	3442
%	100%	7,8%	17,9%	5,8%	13,7%	7,3%	25,1%	7,4%	9,9%	5,0%		
Destino - Região Alentejo	57,2	66	212	115	156	102	456	139	107	48	29,3	49,2
Destino - outras regiões	42,8	126	227	28	179	77	158	42	136	74	70,7	50,8
Destino - Distrito de Évora	39,8	42	116	82	105	74	329	118	76	32	7,9	30,6
Destino - Outros Distritos	60,2	150	323	61	230	105	285	63	167	90	92,1	69,4
População residente no Concelho de Évora que trabalha ou estuda no exterior, relativamente ao total da pop.que trabalha ou estuda no concelho.	9,2	10,8	11,6	10,9	5,7	8,2	18,9	4,9	6,3	15,6	10,7	9,6

FONTE:INE, CENSOS 2001

Analisando os movimentos de saída dos residentes do concelho para os locais de estudo, constata-se que apenas 994 pessoas se deslocam com esse fim, verificando-se que 92% tem como destino outros distritos. De acordo com os dados analisados e com a Figura seguinte, conclui-se que apenas 29% dos estudantes tem como destino a Região do Alentejo.

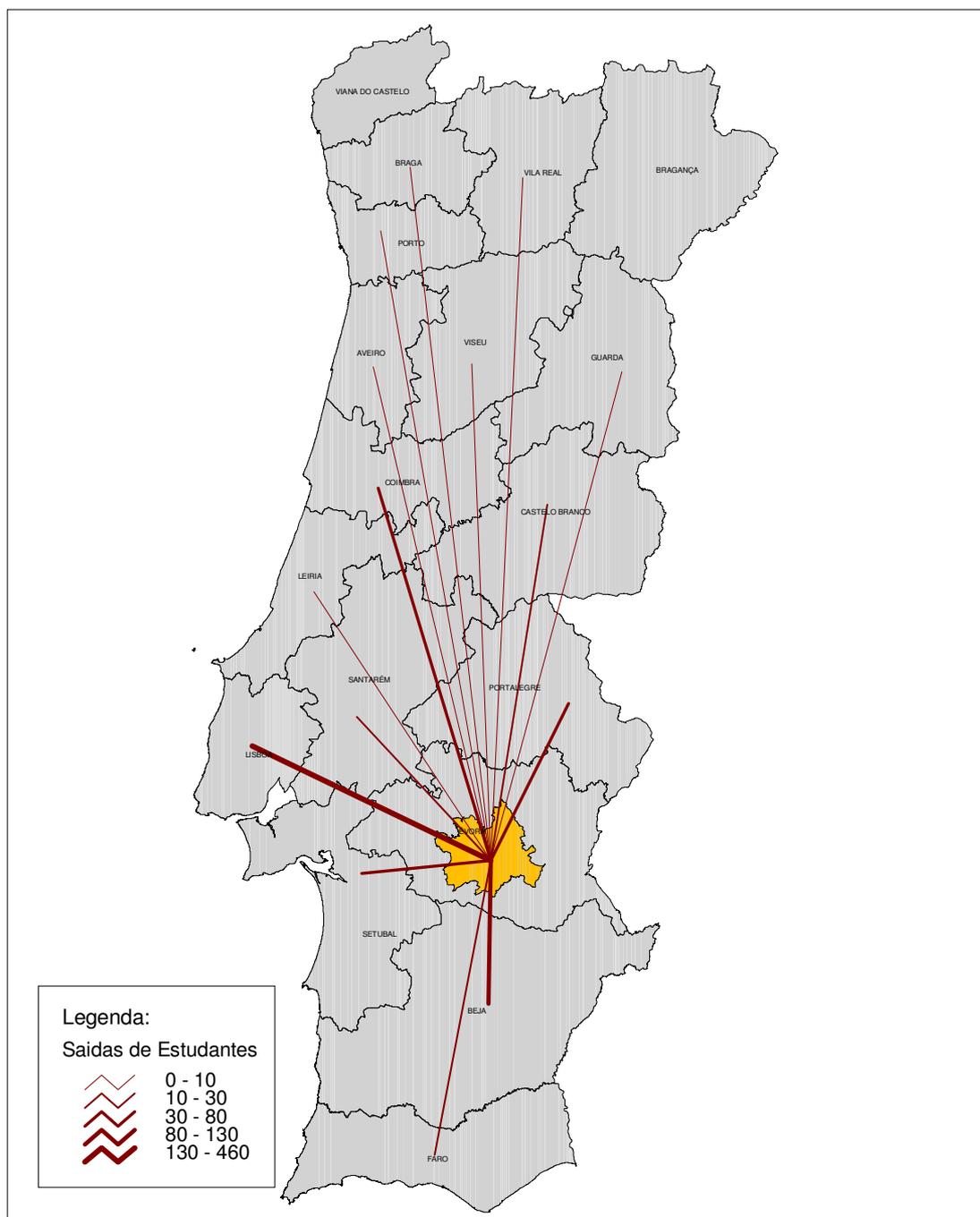


Figura 13: Saída de Estudantes do Concelho de Évora para Outros Distritos, 2001

Os movimentos dentro do distrito são pouco significativos, registando-se apenas 79 residentes que se deslocam para outros concelhos para estudar, o que representa 8% das saídas.

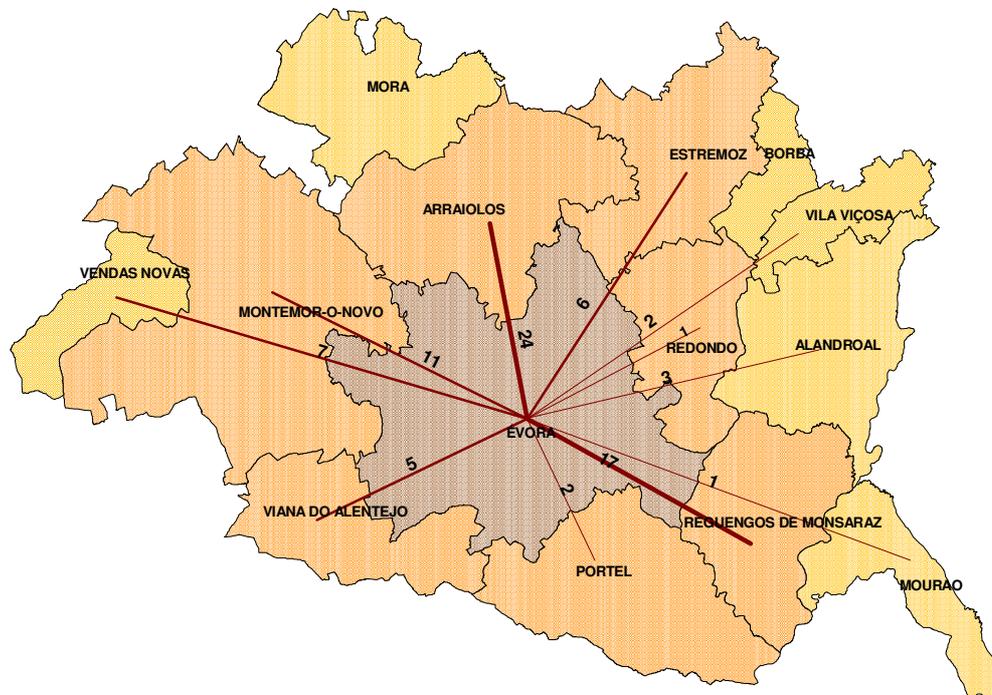


Figura 14: Saída de Estudantes do Concelho de Évora para outros Concelhos do Distrito de Évora, 2001.

Comparando os dados da população que se desloca entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo, infere-se que o concelho de Évora constitui um importante destino das deslocações originadas em toda a Região Alentejo. Contudo, estas relações estabelecem-se principalmente com os concelhos localizados na coroa envolvente de Évora (Montemor-o-Novo, Portel, Arraiolos, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Redondo e Viana do Alentejo).

Quadro 48: RESUMO – Deslocações ‘de’ e ‘para’ Évora

	ACTIVOS	ESTUDANTES	TOTAL
SAIDAS	2448	994	3442
ENTRADAS	5909	4474	10383
Total Deslocações	3461	3480	13825

FORNE: JNE, CENSOS 2001

Em conclusão, verifica-se:

Um total de 10383 de pessoas que têm como destino o concelho de Évora para trabalhar ou estudar.

Um total de 3442 residentes do concelho que trabalham ou estudam noutros concelhos.

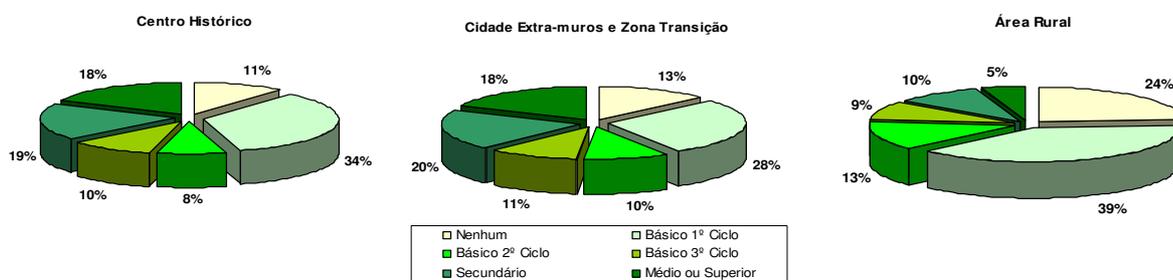
Níveis de Instrução

Quadro 49: População Residente, Segundo o Nível de Instrução, por Freguesia, em 2001

Freguesias	Nível de Ensino Atingido							Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de Analfabetismo	
	Total	Nenhum	Básico			Secundário	Médio ou Superior		Em 1991	Em 2001
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo					
Centro Histórico	5668	10,8	34,8	8,3	9,9	18,6	17,5	7,6	8,0	
Sé e São Pedro	2025	10,5	33,6	7,9	9,5	19,4	19,2	7,5	8,2	
São Mamede	2170	10,9	35,8	8,4	10,2	18,9	15,9	7,0	9,8	
Santo Antão	1473	11,1	35,1	9,0	10,0	17,2	17,7	8,5	9,6	
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	13,0	28,4	10,0	10,5	20,0	18,1	6,7	7,4	
Malagueira	13121	12,1	27,1	10,6	10,9	20,1	19,2	6,3	7,9	
Bacelo	8297	12,8	27,3	10,0	11,7	22,6	15,7	5,3	8,5	
Horta das Figueiras	8305	14,9	27,4	9,7	9,7	20,2	18,1	7,3	12,9	
Canaviais	3000	17,7	29,5	10,9	9,2	19,2	13,5	9,7	18,2	
Senhora da Saúde	9415	11,3	31,6	9,2	10,1	17,7	20,1	6,8	9	
Área Rural	8713	23,9	39,3	13,4	8,6	9,8	5,0	19,0	20,7	
São Bento do Mato	1343	18,5	43,9	11,9	7,7	10,1	7,9	15,1	21,5	
São Miguel de Machede	983	21,9	43,7	12,8	9,8	7,5	4,3	19,4	23,9	
Nossa Senhora de Machede	1180	22,4	38,6	14,9	10,6	9,5	4,0	16,8	26,2	
São Vicente do Pigeiro	436	25,0	48,6	9,2	6,7	7,6	3,0	20,0	29,3	
São Manços	1016	23,5	37,6	14,9	8,9	10,4	4,7	17,1	22,2	
Torre de Coelheiros	817	30,7	34,6	16,9	7,5	8,6	1,7	25,5	29,3	
Nossa Senhora da Torega	804	25,2	34,3	10,8	8,7	13,3	7,6	20,1	25	
Nossa Senhora de Guadalupe	495	27,1	32,1	12,1	9,5	12,7	6,5	22,0	30,7	
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	23,5	32,3	11,4	7,8	14,4	10,6	16,5	29	
São Sebastião da Giesteira	790	24,9	39,5	17,2	8,9	7,0	2,5	20,3	31	
Nossa Senhora da Boa Fé	376	28,7	44,9	10,9	6,4	7,2	1,9	21,8	27,5	
Concelho de Évora	56519	14,5	30,7	10,4	10,2	18,3	16,0	8,6	12,5	9,6

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

Gráfico 39: População Residente, Segundo o Nível de Instrução por Unidades Geográficas, em 2001



A população apresenta níveis de escolaridade, em termos gerais, favoráveis quando comparados com os do Continente, embora ainda com uma percentagem de analfabetos significativamente mais elevada (em 2001 a taxa de analfabetismo no Continente era de 8,9%, e no Concelho de Évora de 9,6%).

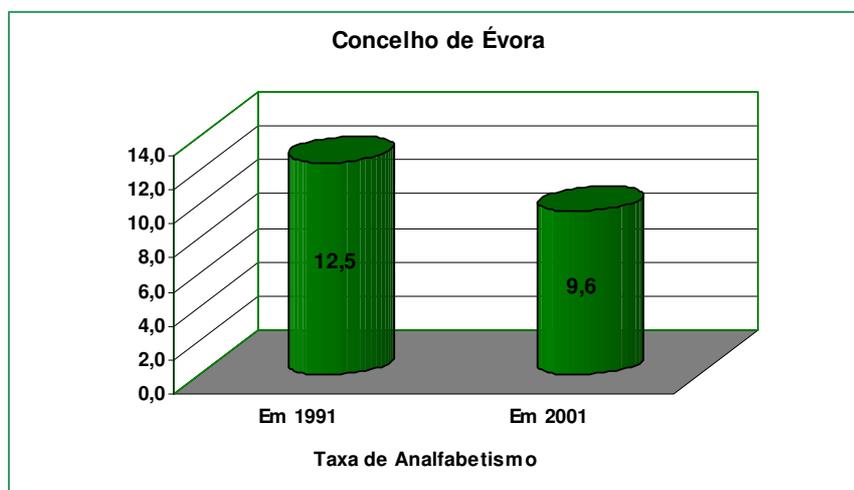
Da análise dos dados apresentados, constata-se que:

- No Centro Histórico, 34% da população residente atingiu apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico, e 17,5% tem um curso médio ou superior. A percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos (7,6%) é inferior à do Concelho (8,6%). Relativamente à taxa de analfabetismo, verifica-se que houve um decréscimo relativamente a 1991, e que em 2001 era de 8 %.
- Na cidade extra-muros e Zona de Transição, cerca de 28,4% da população atingiu apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico e 20% atingiu o Ensino Secundário. Relativamente ao Ensino Médio ou superior, verifica-se que cerca de 18% da população atingiu este nível de ensino. Existe um decréscimo, na última década, relativamente à taxa de analfabetismo, situando-se em 2001 nos 7,4%, bastante inferior à registada no concelho (9,6%). De referir que é na Freguesia do Bacelo que se regista a menor taxa de analfabetismo do concelho (6%).
- Na área rural verificam-se os níveis de instrução mais baixos do concelho. A percentagem de analfabetos é muito elevada (19%) comparativamente com registada no concelho (8,6%). Simultaneamente, a maioria da população não ultrapassou o 2º Ciclo do Ensino Básico, tendo os Cursos Médios e Superiores uma expressão muito reduzida (5%), bastante inferior à registada para o Concelho. A taxa de analfabetismo é muito elevada, 20,7% sendo de registar que é na freguesia de Torre de Coelheiros onde esta regista o maior valor, 27,8%.

Confrontando as distribuições da população residente segundo a instrução e a idade, constata-se que em 2001, os níveis de escolarização analisados reflectem em parte o estado de envelhecimento da população residente.

Assim, a área rural com índices de envelhecimento elevados (193%), apresenta uma situação desfavorável em termos de níveis de instrução da população residente.

Gráfico 40: Taxa de Analfabetismo no Concelho de Évora, 1991-2001



Relativamente à Evolução da Taxa de Analfabetismo na década 1991-2001, registou-se um decréscimo de 12,5 para 9,6.

Meio de Vida

Analisando os dados referentes à actividade económica, constata-se que o concelho de Évora, no ano de 2001, tinha uma taxa de actividade de 49,5%, ligeiramente superior à registada no Continente (48,2%) e uma taxa de desemprego de 5,1% relativamente inferior à do Continente (6,8%).

Em 2001, 36% da população residente não tinha actividade económica, da qual cerca de 61% eram reformados, facto que explica a elevada percentagem de Pensões e Apoio Social (29,1%).

- O Centro Histórico tem uma baixa taxa de actividade (40,6%), dada a existência de uma população envelhecida, apresentando 74,9% de reformados relativamente à população sem actividade económica, em que o principal meio de vida, são as pensões e o apoio social (45,7%).
- Na cidade Extra-Muros e Zona de Transição, a taxa de actividade (51,3%) é superior à do concelho, sendo a taxa de desemprego ligeiramente inferior (5%). Relativamente à população com 15 ou mais anos, sem actividade económica, que representa 32,6 % da população residente, verifica-se que 26% são estudantes e 55% são reformados. No que diz respeito ao principal meio de vida, 57,1% depende do trabalho e 25% depende de pensões e apoios social. São as freguesias da Malagueira e Bacelo que apresentam taxas de actividade mais elevadas, 54,5 e 52,7 respectivamente, sendo a freguesia dos Canaviais a que apresenta uma taxa de desemprego mais baixa (3,4%).

- Na área rural, as taxas de actividade (46,4%) e de desemprego (4,6%) são inferiores às do concelho, sendo de destacar a freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe com uma taxa de actividade na ordem dos 56,6%. Importa referir, que 3 das freguesias da Área Rural apresentam taxas de desemprego superiores à registada no continente. Da população sem actividade económica, 72 % são reformados, o que se reflecte na elevada proporção de pensões e apoios sociais (37%). Relativamente ao principal meio de vida, 56,6% dependem do trabalho, 37% dependem de pensões e apoios sociais e 11% estão a cargo da família.

Quadro 50: Taxas de Actividade e Taxas de Desemprego, nas Freguesias do Concelho de Évora, 2001

Freguesias	População residente	População com 15 ou mais anos		População com Actividade Económica			Taxa de Actividade	Taxa de Desemprego	
		Total	Com actividade Económica	Sem actividade Económica	Total	Empregada			Desempregada
Centro Histórico	5668	5181	2304	2877	2304	2144	160	40,6	6,9
Sé e São Pedro	2025	1861	813	1048	813	757	56	40,1	6,9
São Mamede	2170	1965	886	1079	886	827	59	40,8	6,7
Santo Antão	1473	1355	605	750	605	560	45	41,1	7,4
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	35369	21619	13750	21619	20537	1082	51,3	5,0
Malagueira	13121	10947	6909	4038	6909	6503	406	52,7	5,9
Bacelo	8297	6781	4518	2263	4518	4336	182	54,5	4,0
Horta das Figueiras	8305	6829	4345	2484	4345	4134	211	52,3	4,9
Canaviais	3000	2444	1550	894	1550	1498	52	51,7	3,4
Senhora da Saúde	9415	8368	4297	4071	4297	4066	231	45,6	5,4
Área Rural	8713	7547	4046	3501	4046	3859	187	46,4	4,6
São Bento do Mato	1343	1182	606	576	606	563	43	45,1	7,1
São Miguel de Machede	983	852	424	428	424	408	16	43,1	3,8
Nossa Senhora de Machede	1180	1017	521	496	521	511	10	44,2	1,9
São Vicente do Pigeiro	436	380	161	219	161	158	3	36,9	1,9
São Manços	1016	877	514	363	514	499	15	50,6	2,9
Torre de Coelheiros	817	700	367	333	367	349	18	44,9	4,9
Nossa Senhora da Torega	804	701	387	314	387	360	27	48,1	7,0
Nossa Senhora de Guadalupe	495	428	280	148	280	271	9	56,6	3,2
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	402	246	156	246	239	7	52,0	2,8
São Sebastião da Giesteira	790	690	376	314	376	360	16	47,6	4,3
Nossa Senhora da Boa Fé	376	318	164	154	164	141	23	43,6	14,0
Concelho de Évora	56519	48097	27969	20128	27969	26540	1429	49,5	5,1
Continente	10356117							48,2	6,8

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

Taxa de Actividade: População activa/População Total

Taxa de Desemprego: População Desempregada/População Activa

Quadro 51: População com 15 ou Mais Anos, Sem Actividade Económica, por Ocupação, 2001

Freguesias	População residente	Total	População Sem Actividade Económica				
			%	Estudante	Doméstica	Reformado	Outros casos
Centro Histórico	5668	2877	50,8	13,1	4,9	74,9	7,1
Sé e São Pedro	2025	1048	51,8	12,0	6,3	75,0	6,7
São Mamede	2170	1079	49,7	13,5	4,4	73,9	8,2
Santo Antão	1473	750	50,9	14,0	3,7	76,1	6,1
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	13750	32,6	26,1	9,5	55,1	9,3
Malagueira	13121	4038	30,8	30,5	9,8	47,8	11,8
Bacelo	8297	2263	27,3	34,2	9,7	45,9	10,2
Horta das Figueiras	8305	2484	29,9	26,0	9,1	55,7	9,2
Canaviais	3000	894	29,8	21,7	8,7	63,3	6,3
Senhora da Saúde	9415	4071	43,2	18,3	9,4	65,3	7,0
Área Rural	8713	3501	40,2	11,2	9,1	72,0	8,1
São Bento do Mato	1343	576	42,9	11,5	11,8	72,0	4,7
São Miguel de Machede	983	428	43,5	10,5	6,3	75,5	7,7
Nossa Senhora de Machede	1180	496	42,0	12,3	7,7	71,4	8,7
São Vicente do Pigeiro	436	219	50,2	5,5	11,9	76,7	5,9
São Manços	1016	363	35,7	13,5	7,7	67,8	11,0
Torre de Coelheiros	817	333	40,8	10,2	12,9	67,0	9,9
Nossa Senhora da Torega	804	314	39,1	11,1	5,4	75,2	8,3
Nossa Senhora de Guadalupe	495	148	29,9	13,5	10,1	70,9	5,4
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	156	33,0	15,4	9,0	66,7	9,0
São Sebastião da Giesteira	790	314	39,7	11,8	11,8	68,8	7,6
Nossa Senhora da Boa Fé	376	154	41,0	6,5	2,6	84,4	6,5
Concelho de Évora	56519	20128	35,6	21,7	8,8	60,9	8,77

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

Gráfico 41: População com 15 ou Mais Anos, Sem Actividade Económica, por Ocupação, por Unidades Geográficas, 2001

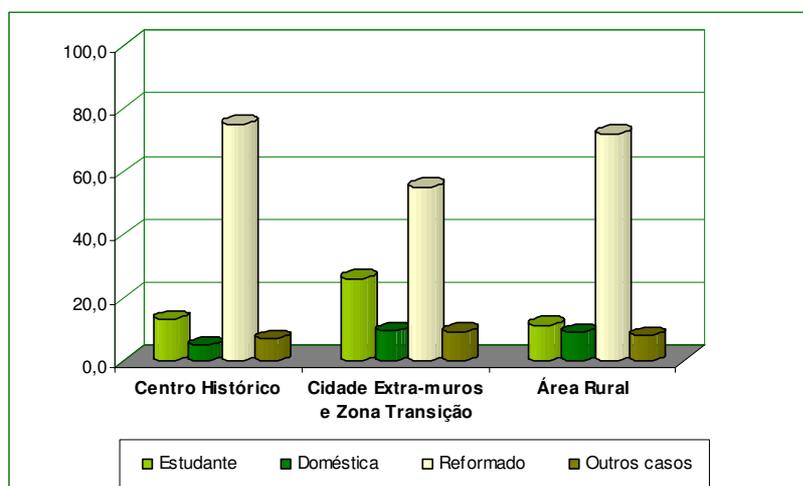
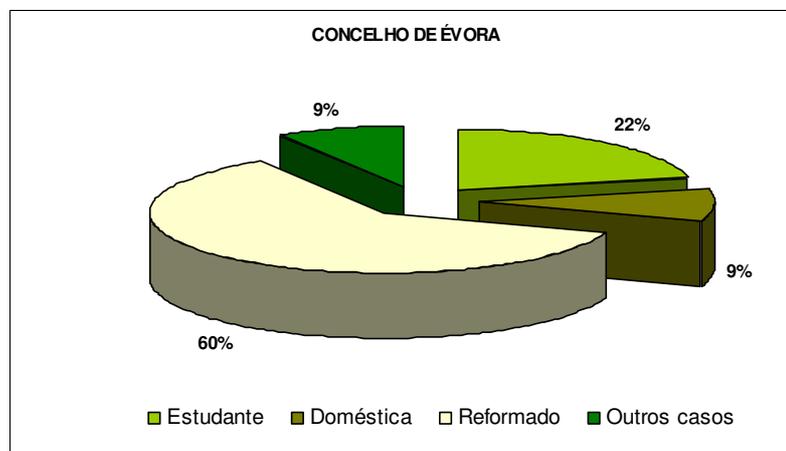


Gráfico 42: População com 15 ou Mais Anos, Sem Actividade Económica, por Ocupação, no Concelho de Évora, 2001

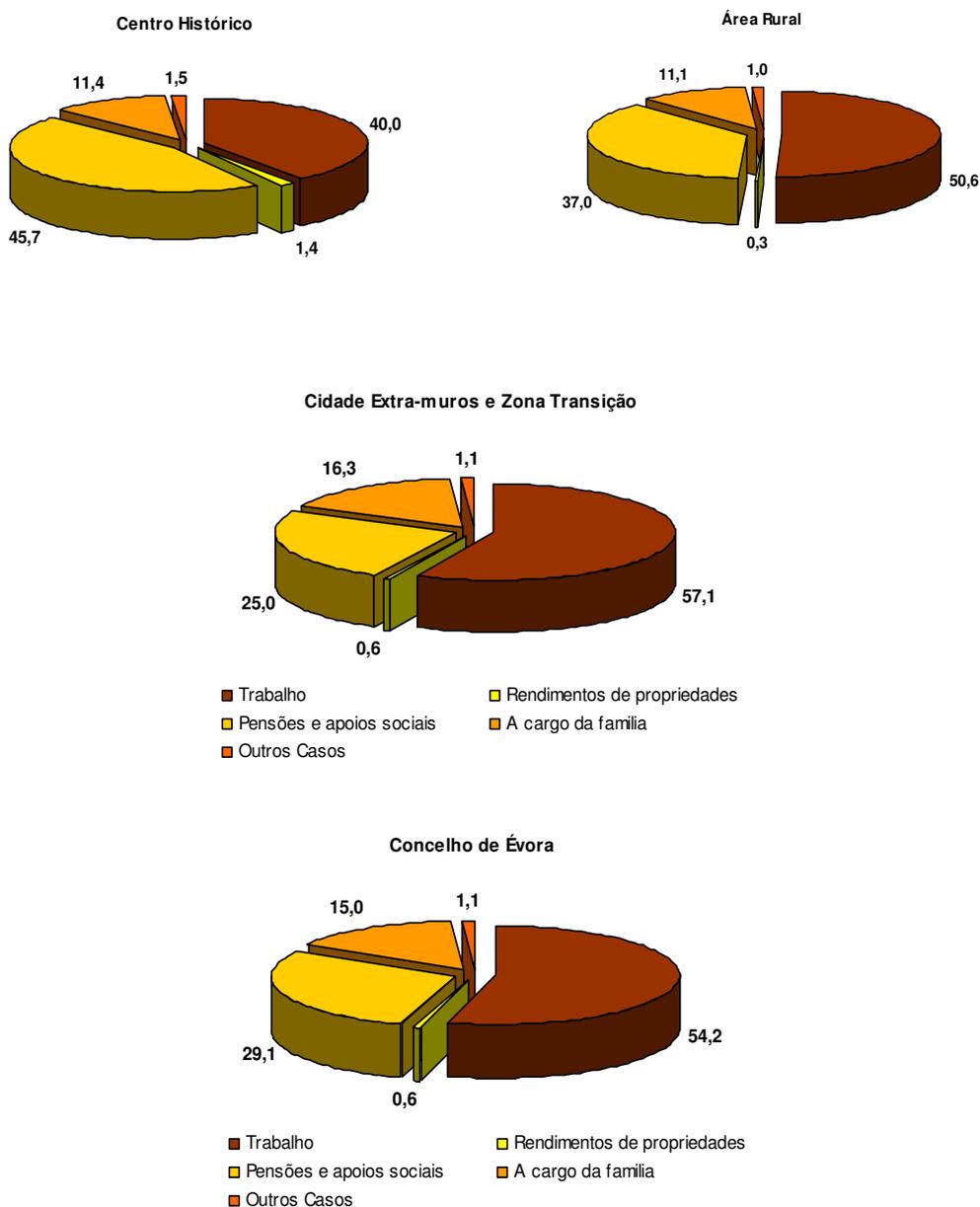


Quadro 52: População Com 15 ou Mais Anos, segundo o Principal Meio de Vida, Por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001

Freguesias	População residente	População com 15 ou mais anos		Principal meio de vida				
		N.A.	%	Trabalho	Rendimentos de propriedades	Pensões e apoios sociais	A cargo da família	Outros Casos
Centro Histórico	5668	5181	91,4	40,0	1,4	45,7	11,4	1,5
Sé e São Pedro	2025	1861	91,9	39,7	2,0	45,1	11,9	1,3
São Mamede	2170	1965	90,6	40,7	1,0	44,8	11,7	1,8
Santo Antão	1473	1355	92,0	39,3	1,3	47,6	10,4	1,5
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	35369	83,9	57,1	0,6	25,0	16,3	1,1
Malagueira	13121	10947	83,4	58,6	0,6	21,8	18,1	0,8
Bacelo	8297	6781	81,7	62,9	0,4	18,3	16,9	1,5
Horta das Figueiras	8305	6829	82,2	59,6	0,6	23,4	15,1	1,4
Canaviais	3000	2444	81,5	60,1	0,5	25,8	12,7	0,9
Senhora da Saúde	9415	8368	88,9	47,3	0,6	35,7	15,5	0,9
Área Rural	8713	7547	86,6	50,6	0,3	37,0	11,1	1,0
São Bento do Mato	1343	1182	88,0	47,0	0,3	38,5	12,8	1,4
São Miguel de Machede	983	852	86,7	46,9	0,1	41,8	10,6	0,6
Nossa Senhora de Machede	1180	1017	86,2	49,2	0,2	38,8	10,2	1,6
São Vicente do Pigeiro	436	380	87,2	41,3	0,0	46,1	12,4	0,3
São Manços	1016	877	86,3	56,4	0,7	32,2	10,1	0,6
Torre de Coelheiros	817	700	85,7	51,4	0,1	35,9	11,7	0,9
Nossa Senhora da Torega	804	701	87,2	50,4	0,7	37,2	10,7	1,0
Nossa Senhora de Guadalupe	495	428	86,5	61,7	0,0	26,9	11,2	0,2
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	402	85,0	58,7	0,2	28,9	11,9	0,2
São Sebastião da Giesteira	790	690	87,3	51,3	0,1	34,5	12,2	1,9
Nossa Senhora da Boa Fé	376	318	84,6	44,7	0,0	47,5	6,9	0,9
Concelho de Évora	56519	48097	85,1	54,2	0,6	29,1	15,0	1,1

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

Gráfico 43: População Com 15 ou Mais Anos, segundo o Principal Meio de Vida, Por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001



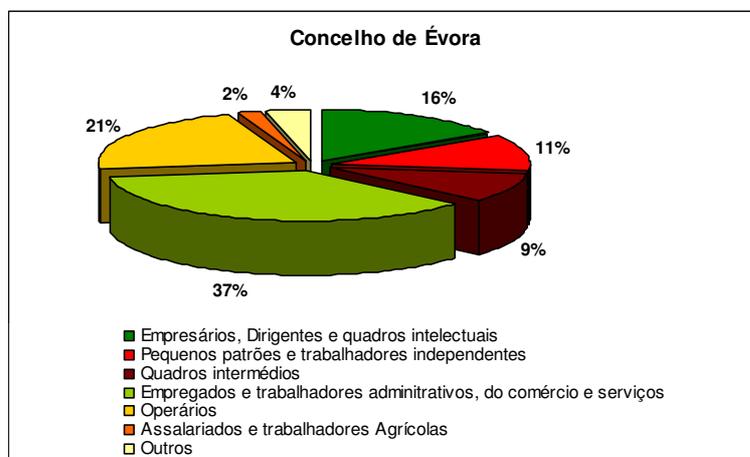
Grupos Sócio-Económicos

Quadro 53: Principais Grupos Sócio Económicos, nas Freguesias do Concelho de Évora, 2001

	População residente	População com actividade económica	Empresários, Dirigentes e quadros intelectuais	Pequenos patrões e trabalhadores independentes	Quadros intermédios	Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	Operários	Assalariados e trabalhadores Agrícolas	Outros
Freguesias									
Centro Histórico	5668	2304	421 18,3%	268 11,6%	256 11,1%	942 40,9%	322 14,0%	24 1,0%	71 3,1%
Sé e São Pedro	2025	813	163	103	90	311	108	8	30
São Mamede	2170	886	135	89	94	402	135	13	18
Santo Antão	1473	605	123	76	72	229	79	3	23
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	21619	3811 17,6%	2347 10,9%	2201 10,2%	8012 37,1%	4422 20,5%	205 0,9%	621 2,9%
Malagueira	13121	6909	1253	697	658	2605	1422	71	203
Bacelo	8297	4518	632	516	479	1730	1022	35	104
Horta das Figueiras	8305	4345	850	444	433	1566	854	47	151
Canaviais	3000	1550	225	191	142	579	349	25	39
Senhora da Saúde	9415	4297	851	499	489	1532	775	27	124
Área Rural	8713	4046	205 5,1%	508 12,6%	148 3,7%	1318 32,6%	1250 30,9%	261 6,5%	356 8,8%
São Bento do Mato	1343	606	42	83	26	215	206	8	26
São Miguel de Machede	983	424	20	38	20	174	130	25	17
Nossa Senhora de Machede	1180	521	28	54	18	181	169	31	40
São Vicente do Pigeiro	436	161	3	40	3	41	37	8	29
São Manços	1016	514	8	98	21	125	165	43	54
Torre de Coelheiros	817	367	5	34	9	106	117	39	57
Nossa Senhora da Torega	804	387	31	29	17	131	112	38	29
Nossa Senhora de Guadalupe	495	280	23	32	7	105	76	15	22
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	246	30	14	15	79	83	11	14
São Sebastião da Giesteira	790	376	12	59	8	118	123	25	31
Nossa Senhora da Boa Fé	376	164	3	27	4	43	32	18	37
Concelho de Évora	56519	27969	4437 15,9%	3123 11,2%	2605 9,3%	10272 36,7%	5994 21,4%	490 1,8%	1048 3,7%

FONTE: I.N.E., CENSOS 2001

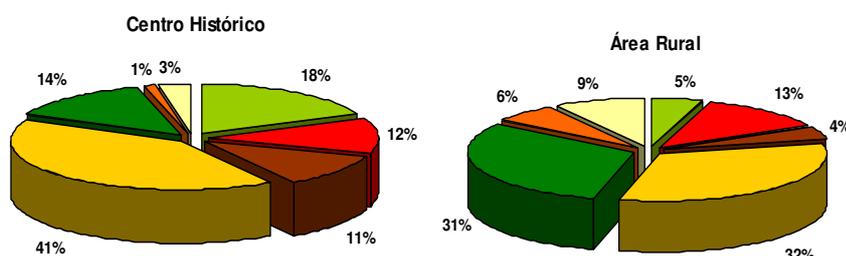
Gráfico 44: Distribuição dos Principais Grupos Sócio-Económicos, no Concelho de Évora, em 2001



A estrutura sócio-económica da população residente, revela o papel de capital administrativa que Évora desempenha, uma vez que 37% da população empregada são empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços.

Ao nível do concelho, constata-se que o segundo grupo sócio-económico com maior importância é o grupo dos Operários que representam 21%, seguido dos Empresários, Dirigentes e quadros intelectuais (16%). Os assalariados e trabalhadores agrícolas, representam apenas 2% da população com actividade económica. As diferenças de representatividade destas categorias de activos ressaltam, numa análise comparada dos grupos sócio-económicos, pelas diversas Unidades Geográficas, de acordo com o gráfico seguinte:

Gráfico 45: Principais Grupos Sócio - Económicos, por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001





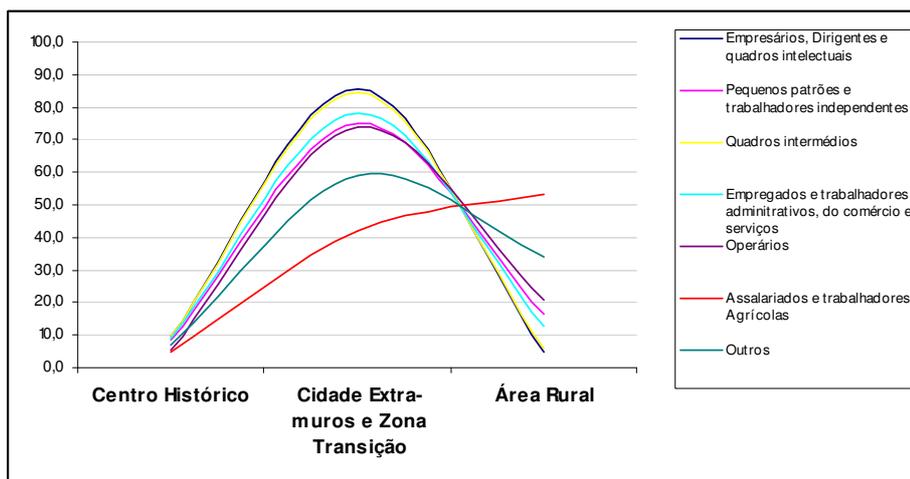
Ao nível do concelho, constata-se que o segundo grupo socio-económico com maior importância é o grupo dos Operários que representam 21%, seguido dos Empresários, Dirigentes e quadros intelectuais (16%). Os assalariados e trabalhadores agrícolas, representam apenas 2% da população com actividade económica.

As diferenças de representatividade destas categorias de activos ressaltam, numa análise comparada dos grupos socio-económicos, pelas diversas Unidades Geográficas, de acordo com o gráfico seguinte:

- No Centro Histórico, os empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços, representam cerca de 41% dos residentes com actividade económica, seguindo-se os empresários, dirigentes e quadros intelectuais com 18% e os operários com 14%.
- Na Cidade Extra-Muros e Zona de transição os principais grupos económicos são por ordem decrescente, os empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços.(37%), os operários (20,5%) e os empresários, dirigentes e quadros intelectuais (17,6%). Importa referir que esta unidade geográfica é representativa do que se passa no concelho, já que representa 77% da população com actividade económica.
- A Área Rural, representa 14% da população com actividade económica do concelho de Évora. Relativamente à distribuição dos grupos sócio-económicos verifica-se que 32,6% corresponde a Empregados e trabalhadores do comércio e serviços, e que o segundo grupo económico com maior importância é o grupo 'operários' com cerca de 31%, seguindo-se os pequenos patrões e trabalhadores independentes que representam cerca de 13% da população com actividade económica da zona rural.

Todos os grupos sócio-económicos apresentam uma distribuição semelhante pelas unidades geográficas, excepto o grupo dos “Assalariados e trabalhadores agrícolas” que ao contrario dos restantes, tem assume maior significado na Área Rural, do que na Cidade Extra-Muros e Zona Transição.

Gráfico 46: Distribuição dos Grupos Sócio-Económicos, Por Unidades Geográficas de Nível I, em 2001



3.4.2. Alojamento

Edifícios

Quadro 54: Evolução do Número de Edifícios⁴⁴ de 1960 a 2001

	Edifícios			
	1960	1981	1991	2001
Área Urbana + Zona de Transição	6844	9418	12349	14114
Área Rural	4571	3943	4006	4218
Concelho de Évora	11415	13361	16355	18332

FONTE: INE, CENSOS 1960,1981, 1991, 2001

O número de edifícios no Concelho de Évora, sofreu um aumento de aproximadamente 22%, na década de 1981 a 1991 e de 12% na década seguinte.

Em 2001, os 18 332 edifícios distribuíam-se pelas diversas áreas do Concelho de acordo com os Quadros 1 e 2.

Os números reflectem:

- a concentração na Cidade, que albergava 64% dos edifícios;
- o diferente povoamento na Zona de Transição, significativo a Norte, quase inexistente a Sul;
- as povoações de pequena dimensão existentes em cada uma das Freguesias Rurais.

⁴⁴ De acordo com o Recenseamento do I.N.E., consideram-se apenas os edifícios com um ou mais alojamentos, estando excluídos os edifícios com funções terciárias, industriais ou equipamentos.

Quadro 55: Edifícios Segundo o Número de Pavimentos, no Concelho de Évora, por Unidades Geográficas de Nível II, 2001

Unidades Geográficas	Edifícios (Total)	1 ou 2		3 ou 4		5 ou mais	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Cidade	11687	10465	89,5	1093	9,4	86	0,7
Centro Histórico	2560	2150	84,0	405	15,8	3	0,1
Norte	1998	1842	92,2	147	7,4	8	0,4
Sul	1738	1523	87,6	175	10,1	25	1,4
Este	2135	1920	89,9	181	8,5	29	1,4
Oeste	3256	3030	93,1	185	5,7	21	0,6
Zona de Transição	2427	2394	98,6	26	1,1	2	0,1
Norte	1337	1325	99,1	10	0,7	0	0,0
Nascente	512	496	96,9	13	2,5	2	0,4
Sul	95	93	97,9	1	1,1	0	0,0
Poente	483	480	99,4	2	0,4	0	0,0
Área Rural	4218	4208	99,8	5	0,1	0	0,0
S. Bento do Mato	669	666	99,6	2	0,3	0	0,0
S. Miguel de Machede	600	600	100,0	0	0,0	0	0,0
N.ª Sr.ª de Machede	357	356	99,7	0	0,0	0	0,0
S. Vicente do Pigeiro	306	304	99,3	1	0,3	0	0,0
S. Manços	518	518	100,0	0	0,0	0	0,0
Torre de Coelheiros	393	393	100,0	0	0,0	0	0,0
N.ª Sr.ª da Tourega	414	411	99,3	1	0,2	0	0,0
Guadalupe	206	206	100,0	0	0,0	0	0,0
Graça do Divor	273	273	100,0	0	0,0	0	0,0
S. Sebastião da Giesteira	308	307	99,7	1	0,3	0	0,0
N.ª Sr.ª da Boa Fé	174	174	100,0	0	0,0	0	0,0
Concelho de Évora	18332	17067	93,1	1124	6,1	88	0,5

FONTE: INE; CENSOS 2001

Da análise do Quadro anterior, constata-se que 93% dos edifícios no Concelho, em 2001, têm 1 ou 2 pavimentos. Conclui-se ainda, relativamente às diferentes Zonas do Concelho, que :

- no Centro Histórico predominam os edifícios com 1 ou 2 pisos, aparecendo pontualmente disseminados por toda a Zona, edifícios com 3 pisos;
- na Zona de Transição, e na Área Rural não são significativos os edifícios com mais de 2 pavimentos.

Quadro 56: Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, pelo Número de Divisões no Concelho de Évora, e por Unidades Geográficas de Nível II, 2001

UNIDADES GEOGRÁFICAS	Total	1 ou 2 divisões		3 ou 4 divisões		5 ou mais divisões	
		n.º	%	n.º	%	n.º	%
Cidade	14740	1159	7,9	6007	40,8	7574	51,4
Centro Histórico	2481	382	15,4	1141	46,0	958	38,6
Norte	2528	135	5,3	1025	40,5	1368	54,1
Sul	2696	143	5,3	1160	43,0	1393	51,7
Este	3036	220	7,2	1422	46,8	1394	45,9
Oeste	3999	279	7,0	1259	31,5	2461	61,5
Zona de Transição	2248	185	8,2	1070	47,6	993	44,2
Norte	1231	67	5,4	582	47,3	582	47,3
Nascente	530	40	7,5	223	42,1	267	50,4
Sul	85	7	8,2	38	44,7	40	47,1
Poente	402	71	17,7	227	56,5	104	25,9
Área Rural	3311	343	10,4	1628	49,2	1340	40,5
S. Bento do Mato	549	61	11,1	279	50,8	209	38,1
S. Miguel de Machede	459	46	10,0	236	51,4	177	38,6
Nª Srª de Machede	369	52	14,1	195	52,8	122	33,1
S. Vicente do Pigeiro	173	11	6,4	71	41,0	91	52,6
S. Manços	385	60	15,6	169	43,9	156	40,5
Torre de Coelhoos	293	17	5,8	143	48,8	133	45,4
Nª Srª da Tourega	303	35	11,6	130	42,9	138	45,5
Guadalupe	169	14	8,3	92	54,4	63	37,3
Graça do Divor	170	15	8,8	72	42,4	83	48,8
S. Sebastião da Giesteira	299	27	9,0	165	55,2	107	35,8
Nª Sr.ª da Boa Fé	142	5	3,5	76	53,5	61	43,0
Concelho de Évora	20299	1687	8,3	8705	42,9	9907	48,8

FONTE: INE, CENSOS 2001

Através da leitura das Figuras e quadros anteriores, constata-se:

- no Concelho de Évora o número de alojamentos tem vindo a aumentar, tendo sofrido, nos anos 80 e 90, um acréscimo de 36%; saliente-se que pelo menos 1/3 dos alojamentos existentes em 2001 foram construídos nos últimos 20 anos;
- na Área Urbana o número de alojamentos aumentou nas últimas décadas, de uma forma relativamente constante, com taxas de crescimento entre os 23% e os 26%;
- nas duas últimas décadas, dada a expansão de alguns bairros periféricos e a procura de ‘quintinhas’ registou-se um ligeiro aumento do número de alojamentos na Zona de Transição,

‘contrariando o decréscimo esboçado nos anos 70, período em que se verificou um tendência para a fixação da população em áreas mais próximas do Centro da Cidade’⁴⁵;

- nas Freguesias Rurais, em declínio populacional generalizado a partir de 1960, o número de alojamentos registou um significativo decréscimo, com especial ênfase na década de 70. Nas duas últimas décadas o parque habitacional das freguesias rurais encontra-se estabilizado e engloba actualmente aproximadamente 18% dos alojamentos existentes no Concelho.

Quadro 57: Alojamentos com Carências no Concelho de Évora, por Unidades Geográficas de Nível II, em 2001

UNIDADE GEOGRÁFICAS	alojamentos fam. clássicos de residência habitual	1 ou 2 divisões	sem esgoto	sem electricidade	sem água ou com água fora do alojamento	sem retrete	Sem duche	carência habitacional (Qualitativa) (*)	
								n.º	%
Cidade	14740	1159	52	29	70	628	556	741	5,0
Centro Histórico	2481	382	2	2	4	113	215	287	11,6
Norte	2528	135	3	1	4	93	37	49	2,0
Sul	2696	143	21	13	22	141	72	96	3,6
Este	3036	220	10	1	21	107	99	132	4,3
Oeste	3999	279	16	12	19	174	133	177	4,4
Zona de Transição	2248	185	134	17	146	212	219	292	13,0
Norte	1231	67	32	3	34	68	65	87	7,0
Nascente	530	40	20	3	27	47	50	67	12,6
Sul	85	7	5	3	7	10	10	13	15,7
Poente	402	71	77	8	78	87	94	125	31,2
Área Rural	3311	343	136	58	149	452	524	699	21,1
S. Bento do Mato	549	61	24	3	26	76	97	129	23,6
S. Miguel de Machede	459	46	12	2	14	71	71	95	20,6
N.ª Sr.ª de Machede	369	52	31	34	33	91	103	137	37,2
S. Vicente do Pigeiro	173	11	1	1	4	6	16	21	12,3
S. Manços	385	60	5	2	6	33	34	45	11,8
Torre de Coelheiros	293	17	11	5	11	21	25	33	11,4
N.ª Sr.ª da Tourega	303	35	13	4	14	22	38	51	16,7
Guadalupe	169	14	8	1	8	15	15	20	11,8
Graça do Divor	170	15	4	3	6	16	20	27	15,7
S. Sebastião da Giesteira	299	27	26	2	26	48	50	67	22,3
N.ª Sr.ª da Boa Fé	142	5	1	1	1	53	55	73	51,6
Concelho de Évora	20299	1687	322	104	365	1292	1299	1732	8,5

(*) Número de alojamentos sem banho ou duche / 0,75

FONTE:: INE, CENSOS 2001

⁴⁵ In, Plano de Urbanização de Évora, Análise – Alojamento, 1996, p. 28

Conforme consta no Quadro 11, em 2001, existiam em Évora, 1 299 alojamentos sem banho ou duche, 1 292 sem retrete, 365 sem ligação à rede de água e 322 sem esgotos. Constata-se, pois, que a carência com maior expressão corresponde ao limitado desenvolvimento dos fogos com cerca de 1700 fogos com 1 ou 2 divisões. A inexistência de retrete e de banho ou duche são outras carências com peso no concelho. A carência de instalações de banho ou duche, sendo a mais grave em termos de habitabilidade, será adoptada como indicador das **carências qualitativas** dos alojamentos. Admitindo, que esta situação ocorreria em 75% do total dos alojamentos com uma qualquer carência qualitativa, teríamos cerca de 1.732 fogos nesta situação.

Numa apreciação global, há que concluir que a qualidade dos fogos existentes é razoável. Os alojamentos estão quase na sua totalidade ligados a redes públicas de água, esgotos (salvo os de povoamento disperso) e electricidade. 49% têm 5 ou mais divisões. Dos 20.300 alojamentos familiares ocupados com residência habitual, estima-se que, em 2001, um pouco mais de 8% apresentavam carências qualitativas.

Em termos das condições de habitabilidade dos alojamentos existentes, as várias zonas do território concelhio apresentam situações diferenciadas:

- na Cidade, os fogos estão na sua quase totalidade ligados às redes de saneamento básico estimando-se todavia em 5% os alojamentos que apresentam carências qualitativas; localizam-se, quase todos, no Centro Histórico e nos Bairros 'espontâneos' surgidos nos anos 60;
- na Área Rural e na Zona de Transição a situação é bem menos satisfatória, podendo haver cerca de 20% dos fogos com alguma carência qualitativa; ocorrem, sobretudo, em edifícios isolados

3.5. INFRA-ESTRUTURAS

3.5.1. Acessibilidades

O concelho de Évora, sofreu nas duas últimas décadas do Século XX, alterações relevantes no quadro da rede de transporte. Por um lado, melhorando significativamente a sua acessibilidade a nível rodoviário nacional, por outro, perdendo parte da infra-estrutura ferroviária.

O enfoque da presente revisão aborda o sistema de acessibilidades numa estratégia concertada de hierarquização funcional entre a sede de concelho e a coroa de aglomerados rurais do concelho, no quadro da região em que se insere.

As redes de infra-estruturas rodoviária e ferroviária têm sofrido, nos últimos anos, alterações significativas no concelho de Évora, com repercussões nas ligações à rede nacional e internacional, o que, obviamente, reforça a necessidade de definir uma estratégia de valorização da rede intra-concelhia e da reestruturação do sistema de transporte e de mobilidade no concelho.

Tal questão foi objecto de concertação com as entidades competentes, quer no domínio rodoviário quer no ferroviário.

A nível rodoviário o cenário tem sofrido alterações positivas nas últimas décadas, a nível ferroviário assistimos à evolução inversa, com a desactivação de duas linhas. O Ramal de Évora requer obras de beneficiação com carácter de urgência, dada a sua importância na ligação à rede ferroviária internacional.

O Ramal de Mora encontra-se completamente desactivado, sendo um elemento da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão dos Leões que exige um tratamento especial no Plano de Pormenor, preconizando-se que constitua, de futuro, um pólo alternativo do Centro Histórico. A exploração dos transportes ferroviários foi reduzida e a rede em actividade encontra-se deteriorada.

A nível do sistema de transportes colectivos verificaram-se alterações de natureza institucional pela privatização da empresa “Belos” que explora o sistema de transportes “interurbanos”, sendo a única a servir a região, e pela atribuição da exploração dos transportes urbanos de Évora à Empresa Municipal SITEE, criada para esse efeito e que agrega a empresa “Belos” (com a qual está contratualizada a operação do sistema, ou seja, a movimentação das viaturas no quadro de um programa pré-definido), o Município de Évora e a Resopre, empresa especialista na exploração de estacionamento. O sistema de transportes urbanos beneficiou com esta alteração, mas o sistema de transportes “interurbanos” tem revelado tendência para a degradação do material circulante e da extensão e intensidade de exploração da rede de transportes.

Neste quadro de acessibilidades, o acréscimo na mobilidade tem o seu suporte essencial no transporte individual, com todos os inconvenientes que tal acarreta, nomeadamente o agravamento da situação de perda constante de utilizadores dos transportes colectivos.

O desenvolvimento integrado e articulado do concelho de Évora, a nível da rede de acessibilidades, passará pela potenciação de vias já existentes e pela criação de outras, visando fomentar ainda o diálogo operativo com toda a região em que se insere.

Infra-estruturas Rodoviárias

A **Rede Municipal** do Concelho de Évora, constituída por cerca de 78 km de **Estradas Municipais** e aproximadamente 100 km de **Caminhos Municipais**, assegura a acessibilidade local, fundamentalmente pelas ligações entre os principais aglomerados das freguesias rurais do concelho e a cidade de Évora.

As Estradas Municipais possuem, na generalidade, faixas de rodagem de largura inferior a 6 m e apresentam fortes deficiências no que respeita à sinalização.

A Estrada Municipal 527, circular às muralhas e que constitui ligação privilegiada entre Évora, Graça do Divor e a estrada de Arraiolos, apresenta uma plataforma de largura variável, revestida com pavimento em estado regular. Nos seus 13 km de extensão apresenta vários pontos de conflito, nomeadamente uma passagem de nível ao km 10,85, com a linha já desactivada, e cinco entroncamentos, respectivamente, com os Caminhos Municipais 1168, 1155, 1081, 1081-1 e 1087.

A Estrada Municipal 527-1, que liga Évora à Igreja, com apenas 3 km de extensão, está implantada em terreno plano. A faixa de rodagem, de largura inferior a 4,5 m, está revestida com pavimento recentemente reforçado, apresentando-se em estado de conservação regular mas com sinalização ainda deficiente.

A Estrada Municipal 526, que passa pela antiga estação de caminho de ferro de Nossa Senhora de Machede, encontra-se implantada em terreno com algum relevo e com uma extensão no concelho de Évora de 9,75 km. O estado do pavimento é, na generalidade, regular. A sinalização é regular nos primeiros 6,65 km, onde cruza, de nível, o Caminho Municipal 1095. Após este entroncamento, a sinalização é inexistente. Esta via estabelece ligação com a Estrada Nacional 254, que liga Évora a Redondo.

A Estrada Municipal 521, que estabelece ligação entre Évora e Portel, servindo ainda a freguesia de Torre de Coelheiros, apresenta no troço pertencente ao concelho uma implantação em terreno plano e traçado pouco sinuoso. Com 22,5 km de extensão, com pavimento em bom estado de conservação mas sem sinalização.

A Estrada Municipal 513, que estabelece a ligação entre as localidades de Vendinha e Montoito, apresenta, no troço pertencente ao Concelho, uma extensão de 4,35 quilómetros. A plataforma, de largura variável (entre 4,5 a 6 m), implantada em terreno plano, em mau estado de conservação e sem sinalização, não é utilizada por transportes públicos.

A Estrada Municipal 528 apresenta uma plataforma de largura variável (entre 4,5 e 6 m), implantada em terreno plano, cuja faixa de rodagem se encontra com pavimento em estado de conservação regular. Com uma extensão de 2,9 km não possui sinalização nem é utilizada por transportes públicos. Esta via liga a freguesia da Azaruja à EN 4, passando pela localidade da Igreja.

A Estrada Municipal 529, estrada da Valeira está implantada em terreno plano, tem uma extensão de 6,2 km e a sua plataforma é de largura variável (4,5 a 6 m), estando revestida com pavimento em bom estado de conservação, não possuindo no entanto sinalização.

A Estrada Municipal 534 com 11,6 km de extensão, está implantada em terreno plano e possui plataforma revestida a pavimento betuminoso, com largura compreendida entre os 4,5 e os 6m. Esta via liga a estrada de Reguengos ao concelho do Redondo, passando pela Barragem do Monte Novo. O pavimento apresenta-se em estado de conservação regular, no entanto, a sinalização horizontal carece de atenção urgente.

A Estrada Municipal 544, estabelece ligação à Barragem do Monte Novo, partindo da EN 256 que liga Évora a Reguengos e está implantada em terreno ondulado, tem uma extensão de 4.8 km. A plataforma, de largura variável, está revestida com pavimento em macadame, em mau estado de conservação. Não possui sinalização e não é utilizada por carreiras de transportes público.

A rede de **Caminhos Municipais** do concelho de Évora compreende, na sua maioria, vias implantadas em terreno plano, com plataformas de largura variável entre os 3 e 4,5 m e com revestimento betuminoso. A generalidade da sinalização horizontal carece de manutenção e reformulação.

No concelho de Évora, a rede de caminhos de nível municipal, é constituída por vias que asseguram sobretudo as ligações entre os aglomerados rurais do concelho. Estas vias encontram-se na sua grande maioria degradadas, oferecendo condições adversas à circulação de pessoas e bens.

Os caminhos municipais promovem também, noutras situações, a ligação a vias regionais ou até nacionais, complementando a rede de acessibilidades municipal e permitindo a ligação dos aglomerados das freguesias rurais à cidade de Évora e também aos concelhos limítrofes.

Ao nível da cidade, os caminhos municipais permitem ligação entre a sede de concelho e os bairros que circundam este núcleo urbano.

A estrutura radial da rede viária e a existência de vias perfeitamente transitáveis para veículos ligeiros que ligam a Sede do Concelho aos aglomerados, permitem níveis de acessibilidade muito razoáveis para quem tem a possibilidade de utilizar o transporte individual nas suas movimentações. É de admitir que, com recurso a transporte individual, o tempo de deslocação até à cidade de Évora não

ultrapasse meia hora, para qualquer ponto do interior do concelho, situando-se em metade desse tempo relativamente aos aglomerados mais populosos.

A ligação entre aglomerados do concelho levanta, por vezes, alguns problemas, dada a inexistência de vias, nuns casos, e as deficientes condições de circulação proporcionadas, noutros casos. Revela-se, assim, a necessidade de criar ou melhorar ligações “transversais”, conferindo à rede viária uma configuração mais do tipo radio-concêntrico, ou seja, completando as vias radiais com vias circundantes que permitam a circulação, seja em torno da cidade, seja por uma via de ligação entre as sedes de freguesia.

Acresce, ainda, que, em muitas situações, a movimentação entre aglomerados obriga à passagem nas vias circulares da zona urbana, as quais já apresentam níveis de congestionamento muito significativos em certas horas do dia.

Neste sentido importa referir que já tiveram início obras de beneficiação e recuperação de algumas vias, estando também projectada a criação de ligações entre alguns aglomerados das freguesias rurais. A construção das ligações entre S. Miguel de Machede e N^a Sr^a de Machede e também entre Boa-Fé e Guadalupe, bem como a beneficiação da ligação entre N^a Sr^a de Machede e Vendinha, a recuperação do troço entre a freguesia de Torre de Coelheiros e a EN 18, ou ainda a beneficiação das ligações entre o bairro dos Canaviais e o Bairro das Coronheiras, entre os bairros de Santa Luzia e de S. António e entre aquele e a cidade e também a ligação entre o Louredo e a estrada da Chainha, são disso exemplo.

A conclusão da Grande Circular de Évora significa uma melhoria das acessibilidades no concelho de Évora, pois que uma melhor redistribuição de trânsito permite uma melhoria significativa da mobilidade intra-concelhia.

As estradas regionais no quadro da estrutura da mobilidade no território, pela circulação de pessoas e bens, asseguram funções como o desenvolvimento e dinâmica das zonas fronteiriças, das zonas costeiras e outras de interesse turístico ou patrimonial, consubstanciam a ligação entre agrupamentos de concelhos, constituindo deste modo unidades territoriais e estabelecem a continuidade com estradas nacionais, procurando assegurar as mesmas condições de circulação e segurança daquelas.

A estrutura rodoviária de âmbito regional existente no concelho de Évora, é caracterizada por vias que promovem a ligação entre concelhos, dando continuidade às estradas nacionais. No concelho de Évora, estas vias apresentam deficiências no pavimento e nas bermas, sendo necessário empreender obras de beneficiação abrangendo quando necessário, perfis e concordâncias.

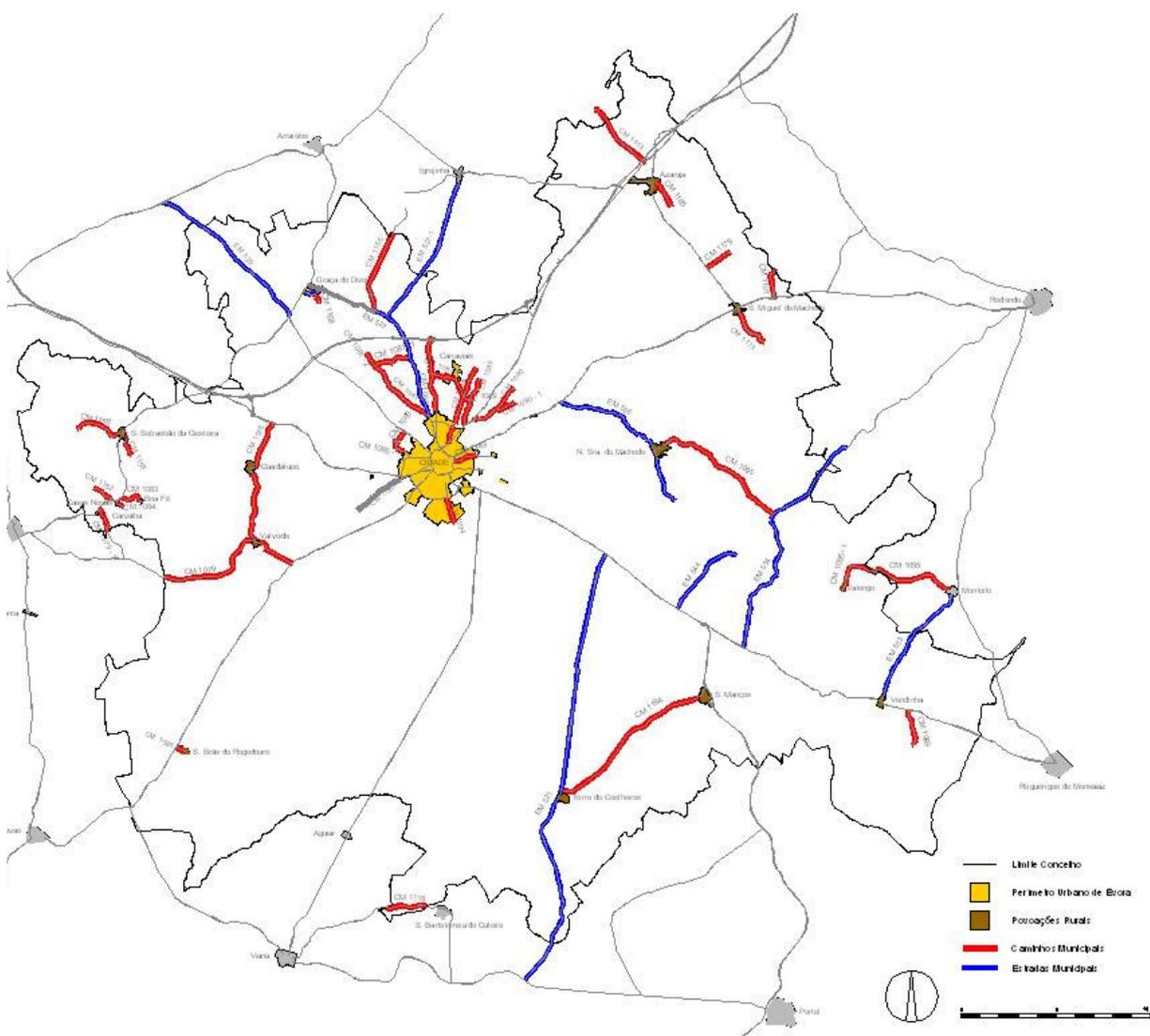


Figura 16: Planta da Rede Rodoviária – Nível Municipal

A Estrada Regional 114-4, que liga Évora a Valeira constitui uma importante ligação à EN 4, e ao concelho de Montemor-o-Novo, através do prolongamento pelo caminho municipal 529. Esta via permite ainda as ligações entre a cidade de Évora e o concelho de Arraiolos e a EN 114, pela ligação existente à ER 370, via esta que liga Arraiolos à freguesia do Escoural, já no concelho de Montemor-o-Novo. Esta via, com uma extensão de 10,68 km no concelho, apresenta deficiências ao nível do pavimento, sinalização horizontal e bermas.

A ER 370, que como já referido promove a ligação entre Arraiolos e Escoural, é uma via importante que constituindo entroncamento com a ER 114-4 e prolongamento à EN114, assegura a ligação entre a cidade

de Évora e as freguesias de S. Sebastião da Giesteira e N^a Sr^a da Boa-Fé assumindo-se nesta ligação como troço de nível nacional, passando pois a ser designada como EN 370. Nos 5,64 km de extensão no concelho, esta via tem uma faixa de rodagem com 5,5 m de largura e apresenta um pavimento em bom estado de conservação.

A sinalização horizontal é adequada e o estado de conservação das bermas, com 0,5 m de largura, é razoável. Esta via liga, na freguesia do Escoural, à Estrada Nacional n.º 2.

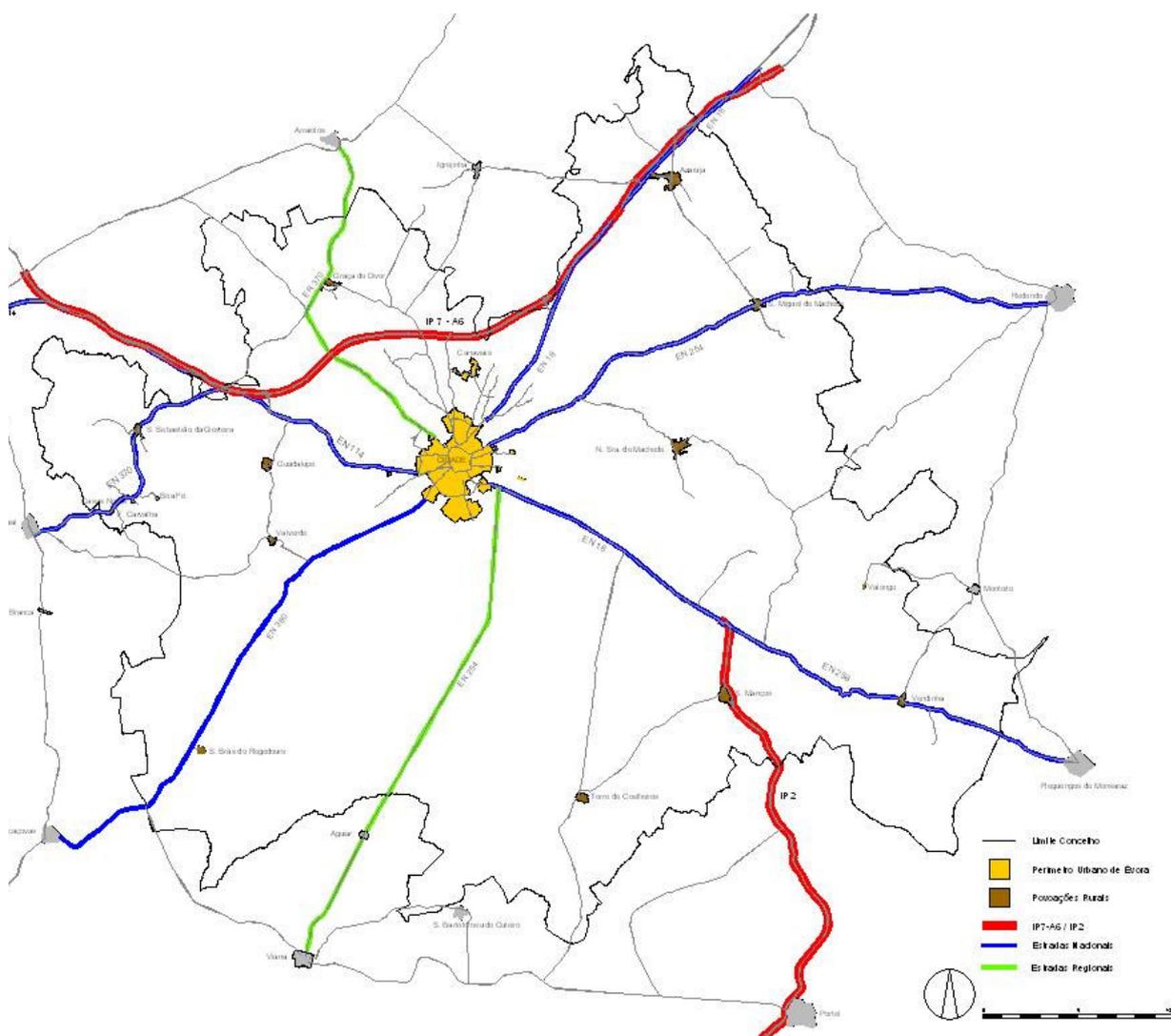


Figura 17: Planta da Rede Rodoviária – Nível Regional e Nacional

O conjunto de elementos integrados na Rede Viária Nacional que pertencem ao Concelho de Évora apresenta uma estrutura essencialmente radial, assente num feixe de vias que convergem para a cidade, sede do município.

Os Itinerários Principais, pela sua condição, asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra-distrital e os principais portos e fronteiras.

No concelho de Évora, o IP 7 que liga Lisboa a Caia (Auto-estrada A6), servindo a cidade, reveste-se de capital importância para o Concelho, uma vez que assegura a ligação entre a Área Metropolitana de Lisboa, Espanha e o Sudoeste Europeu. Neste eixo, Évora ocupa uma posição central, encontrando-se em termos de distância-tempo a uma hora quer de Espanha quer da grande Lisboa e a cerca de quatro horas da capital espanhola.

O Itinerário Principal n.º 2 (IP2), que liga Bragança a Faro será, após a sua conclusão, a via estruturante de maior importância no interior do país. Após a conclusão deste Itinerário Principal, Évora, em termos de distância-tempo, distará cerca de duas horas de Faro e quatro de Bragança, passando por outras cidades médias como Portalegre, Castelo Branco, Covilhã e Guarda para Norte e Beja para Sul.

Os Itinerários Complementares asseguram a ligação entre a Rede Nacional Fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra-concelhia, sendo que estes centros urbanos detêm um nível de importância abaixo do âmbito distrital.

O IC 33 que constitui ligação entre o Nó de Grândola Norte da A2 e a cidade de Évora, é considerada uma via estruturante, com fortes impactos no desenvolvimento económico e social de um vasto território que se estende do Litoral Alentejano até à fronteira com Espanha. A sua abertura ao tráfego será decisiva para potenciar os grandes investimentos públicos e privados que se estão a concretizar no Porto de Sines. Em termos de distância-tempo, este eixo permitirá a ligação entre Évora e o Atlântico em cerca de 1 hora, através da futura plataforma portuária, salientando-se também as ligações entre toda a bacia mediterrânica e o mar do norte.

Este itinerário será também muito importante para incrementar as relações comerciais, no contexto da cooperação transfronteiriça entre o Alentejo, a Estremadura Espanhola e a Andaluzia.

A EN 18 é o principal eixo da entrada a Nascente da cidade constituindo a via de ligação entre Évora e o IP 7 – A6, onde se localizará a futura estação do TGV com as respectivas actividades conexas, indústria pesada e alguns empreendimentos turísticos de carácter estruturante. Face à dinâmica previsional de tráfego que este eixo irá ter a curto prazo é proposto que o mesmo assuma um perfil de 4 faixas o que permitirá um escoamento adequado dos fluxos previstos.

Por seu turno a EN 114 estabelece a ligação entre a cidade de Évora e Montemor-O-Novo, encontrando-se na fase de projecto de execução as obras que irá sofrer a curto prazo, alargando para um perfil de 4 faixas desde o Nó do IP7 – A6 até à cidade de Évora.

A EN 254 estabelece a ligação entre Évora, S. Miguel de Machede, e a Zona dos Mármorees - Vila Viçosa – da qual dista aproximadamente 30 minutos. Recentemente foi alvo de obras de beneficiação pela implementação da variante a S. Miguel de Machede, que se encontra já em pleno funcionamento.

Com uma extensão de 16,4 km no interior do concelho, a estrada nacional 256 integra-se na ligação de Évora a Reguengos de Monsaraz e Mourão. No interior do concelho estabelece a ligação entre as localidades de São Vicente do Pigeiro e Vendinha ao Itinerário Principal n.º 2. Esta via deverá ser reajustada no âmbito das vias do Alqueva, nomeadamente através da resolução do constrangimento existente no atravessamento do Rio Degebe.

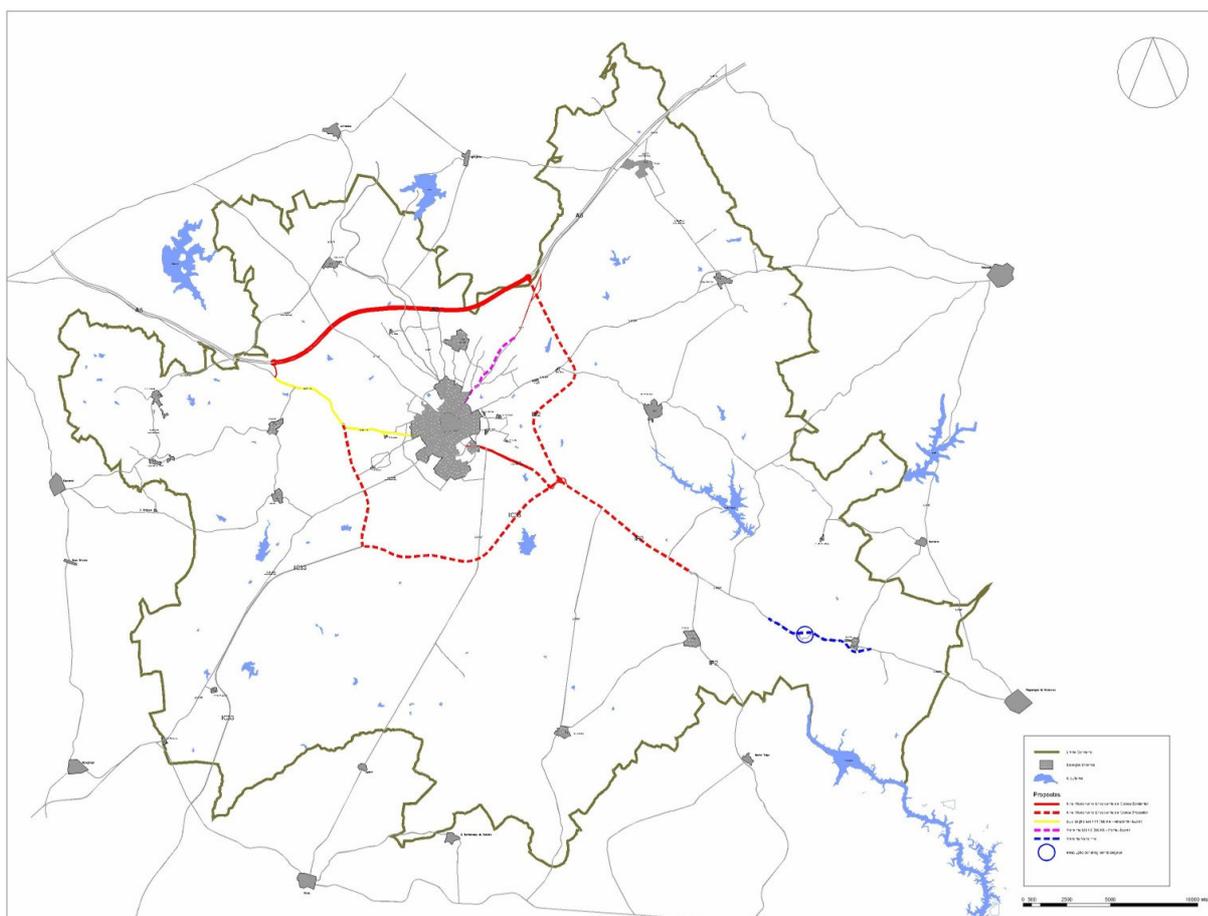


Figura 18: Planta da Rede Rodoviária – Itinerários Propostos

Infra-estruturas Ferroviárias

A rede ferroviária em funcionamento no concelho de Évora, reduziu-se substancialmente num passado não muito longínquo, confinando-se hoje em dia aos 26 km que possui a Linha de Évora entre a estação da cidade e a de Casa Branca, onde entronca na Linha do Alentejo que liga Vendas Novas a Beja e à Linha do Sul em Funcheira.

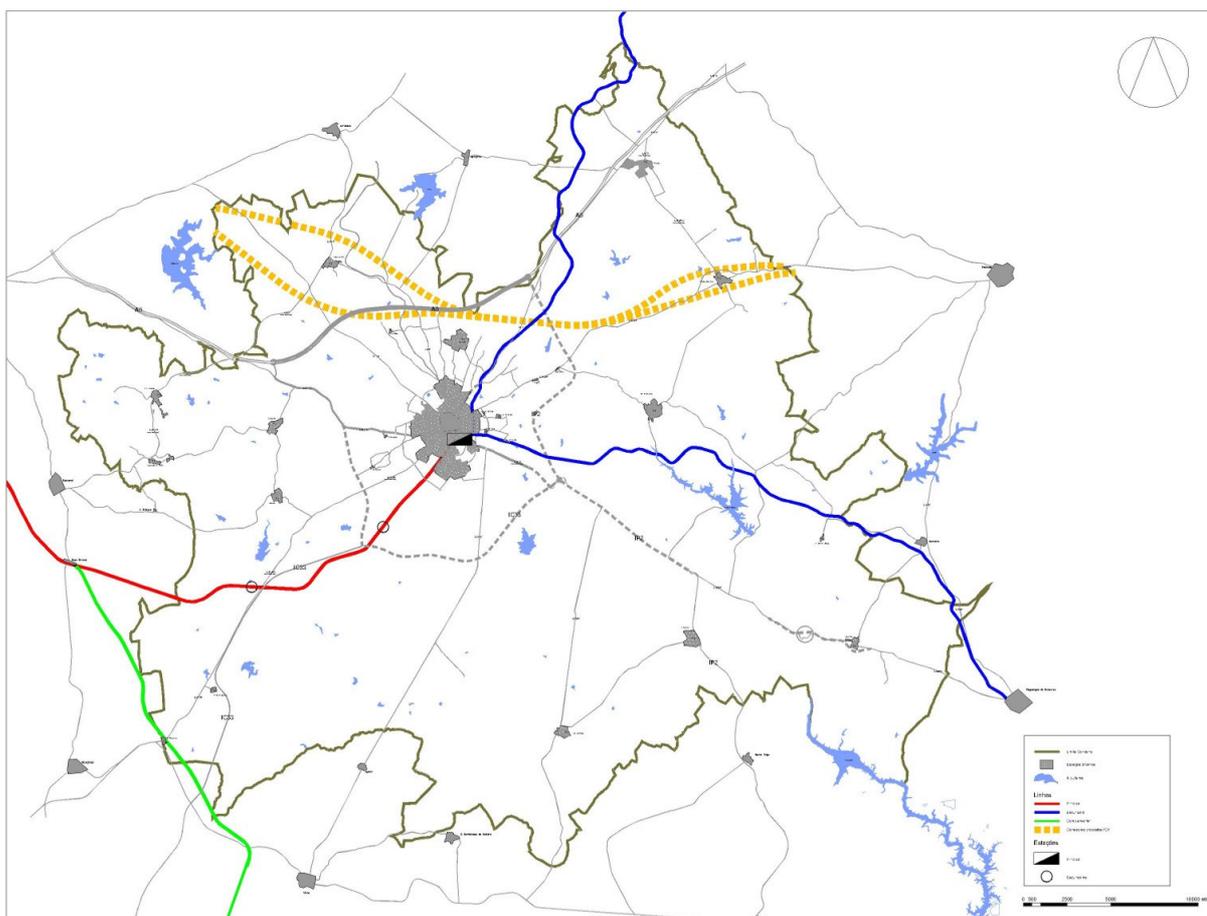


Figura 19: Rede Ferroviária

Há alguns anos, foram desactivadas do serviço de transportes de passageiros, os Ramais de Mora e Reguengos, bem como o troço da Linha de Évora que ligava à Linha do Leste (em Portalegre) e ao Ramal de Vila Viçosa.

Em Abril de 2005 foi inaugurada uma Ecopista, decorrente da conversão do antigo ramal ferroviário da Mora, na sequência de um protocolo celebrado entre a REFER e a Câmara Municipal de Évora. O troço inaugurado, apresenta uma extensão de 13 km, entre a Cidade de Évora e a Graça do Divor. Actualmente, encontram-se abertos à circulação cerca de 17 km dos 21 que fazem parte do percurso

no concelho de Évora, prevendo-se a médio prazo a ligação ao concelho de Arraiolos, onde a Ecopista ramal de Mora terá também uma extensão de cerca de 20 km, ligando por fim ao concelho de Mora, numa extensão total de 60 km.

O Troço da Linha de Évora que liga esta cidade à estação de Casa Branca, ainda activo para serviço de passageiros, tem uma extensão de 20 km no interior da área do município. As características da via enquadraram-na na classificação da velocidade admitida de 60 km/hora, mas o seu baixo nível de conforto proporcionado aos passageiros, não permite tirar todo o proveito das suas potencialidades, obrigando a tempos de percurso que se traduzem em velocidades comerciais dos serviços de passageiros que não chegam a atingir aquele valor.

No concelho de Évora estão localizadas as estações de Tojal, Monte das Flores e Évora que constituem, para além da de Casa Branca, a totalidade das que pertencem a este troço. Dada a sua diminuta utilização, em resultado da pequena expressão da procura dos serviços actualmente oferecidos, não se evidenciam carências de capacidade de qualquer destas estações.

Na estação de Monte das Flores existe um pequeno ramal de serventia exclusiva da pedreira explorada pela Ferbritas, que aí se encontra localizada. O respectivo funcionamento não reflecte qualquer constrangimento.

Évora é a única estação do Concelho que mantém algum relevo, apesar de ter vindo a perder importância ao longo do tempo. A estação de Évora dispõe de condições suficientes para o tráfego de mercadorias que actualmente se efectua, o qual regista uma quebra significativa relativamente ao passado, essencialmente em consequência da drástica diminuição na produção de cereais que se repercute no fraco aproveitamento da capacidade do silo da EPAC Comercial que se situa na vizinhança da estação.

A localização da estação de Évora, um pouco excêntrica relativamente ao centro da cidade e aos bairros que concentram a habitação, obrigam à utilização de outro modo de transporte para a generalidade dos potenciais utilizadores dos actuais serviços ferroviários de transporte de passageiros. Cumpre destacar que existe capacidade de estacionamento de veículos automóveis suficiente para permitir a implantação de um sistema do tipo “park-and-ride”, mesmo que para níveis de utilização dos serviços ferroviários perto do pleno.

Considerada a necessidade e importância de implementar os principais eixos de Alta Velocidade para ligação à Rede Europeia, há que recuperar rapidamente o atraso de Portugal. Esta matéria foi exaustivamente estudada pela empresa Rede de Alta Velocidade – RAVE, criada pelo Governo para esse fim. O resultado dos estudos foi apresentado e discutido publicamente em 2001 e, no caso da

ligação entre Lisboa e Madrid, consagrava a passagem do comboio de Alta Velocidade pelo Alentejo, com paragem em Évora.

A localização de uma paragem do Comboio de Alta Velocidade em Évora imprime um novo dinamismo à Região Alentejo, com particular incidência em Évora; de um ponto de vista ambiental existe a disponibilidade constituída pelo aproveitamento do corredor aberto, estudado e definido, pela auto-estrada A6, que atravessa a região e que vem viabilizar a actual proposta.

O atravessamento do Alentejo, nomeadamente a passagem por Évora do Comboio de Alta Velocidade e a ligação ferroviária ao Porto de Sines, para transporte de mercadorias, bem como a ligação a Faro em Alta Velocidade, transformam Évora num pólo multimodal imprescindível ao harmonioso crescimento da região.

A beneficiação do Ramal Ferroviário Évora - Casa Branca é muito importante pois que restabelece o serviço inter-cidades, determinante para o desenvolvimento local e regional.

Acessibilidades pedonais/cicláveis

A bicicleta é hoje encarada como uma forma competitiva e preferencial de ligação aos transportes públicos e de deslocação nas curtas distâncias, oferecendo múltiplos benefícios que se traduzem, por exemplo, numa economia e na possibilidade de requalificação do espaço público, no aumento do poder de atracção do centro da cidade, na promoção da prática desportiva e do lazer e na consequente manutenção da forma física dos seus utilizadores.

A requalificação das zonas públicas e a devolução da cidade às pessoas está dependente precisamente da adopção de modos suaves de deslocação implementando ciclovias em zonas estratégicas da cidade e melhorando continuamente as condições das que já existem de modo a manter os utilizadores actuais e a captar novos aderentes.

Neste contexto, para além da já referida ecopista, alguns projectos de implementação de ciclovias têm sido desenvolvidos no concelho de Évora. Assim, em 1992 foi construída a primeira ciclovia com uma extensão de 337 metros de comprimento, que liga a Porta de Avis à Porta da Lagoa. Em fase de construção encontra-se uma segunda ciclovia, na Estrada das Alcáçovas, que apresenta 1800 metros de comprimento, sendo que para além destas, outras vias estão em fase de estudo.

3.5.2. Rede de Abastecimento Público de Água e Tratamento de Águas Residuais

Rede de Abastecimento Público de Água

O abastecimento público de água, no concelho de Évora, é composto por diversos sistemas que garantem o fornecimento de água ao domicílio a cerca de 95% da população residente.

A principal origem de água existente no Concelho é a Albufeira do Monte Novo, onde existe uma Estação de Tratamento de Águas (ETA), a partir da qual é produzida cerca de 80% da água consumida.

É a partir desta origem, reforçada pelas captações subterrâneas da Graça do Divor, que se efectua o abastecimento à Cidade e Bairros envolventes, bem como a Nossa Senhora de Machede.

As restantes povoações da Área Rural possuem sistemas autónomos de abastecimento, constituídos por captações de águas subterrâneas, nomeadamente poços e furos.

As Albufeiras do Monte Novo e Divor⁴⁶, constituem as únicas reservas de *água superficial* destinadas ao abastecimento público do Concelho sendo que as águas destas albufeiras caracterizam-se por elevada turvação conferida pela matéria orgânica e inorgânica em suspensão, exigindo tratamentos mais ou menos complexos e dispendiosos, face à sua má qualidade.

Actualmente, dada a reduzida qualidade, para abastecimento público, da água oriunda da Albufeira do Divor, não se considera que esta constitua uma alternativa para a utilização pública. Assim, este recurso é actualmente utilizado apenas para fins agrícolas.

A Albufeira do Monte Novo constitui a principal fonte de abastecimento de água no concelho de Évora. A breve prazo a sua contribuição será ainda maior, visto que respectivo canal de ligação ao Empreendimento dos Fins Múltiplos de Alqueva, permitirá atenuar os problemas provocados pelas secas periódicas na região, garantindo uma reserva permanente nesta origem.

As únicas origens de águas subterrâneas que servem a Cidade e Área Envolvente, situam-se na proximidade da Graça do Divor, e são captadas através de nascentes e drenos, com origem secular, associados ao Aqueduto da Prata, e em sete poços, também eles ligados ao Aqueduto.

⁴⁶ Classificadas como albufeiras de águas públicas protegidas, pelo DR n.º 2/88, de 20 de Janeiro

Todas as povoações da Área Rural do Concelho dispõem de captações subterrâneas, embora grande parte delas disponham de reforço de abastecimento a partir das origens superficiais.

Dependem apenas de *captações subterrâneas* as seguintes povoações e lugares: Vendinha, S. Manços, Torre de Coelheiros, São Vicente de Valongo, S. Brás do Regedouro, Boa-Fé, Casa Novas e Foros das Carvalhas.

No caso do pequeno aglomerado da Estação das Alcáçovas o abastecimento é efectuado com reforço de água proveniente de Alcáçovas, pertencente ao município de Viana do Alentejo

O Aquífero dos migmatitos gnaissicos de Évora, apesar de não contribuir, de momento, para o fornecimento de qualquer quantidade de água para abastecimento ou utilização pública, poder-se-á constituir como importante reserva estratégica no abastecimento de água à Cidade e sua envolvente.

No que respeita ao tratamento e independentemente dos recursos de água existentes, o concelho necessita de um conjunto de infra-estruturas para produção de água potável, seja nas origens, nos reservatórios, ou noutras partes dos sistemas de transporte. Essas infra-estruturas, no caso presente constituem-se pela ETA do Monte Novo e a ETA do Divor, para tratamento das águas dessas albufeiras, e um conjunto de Postos de Cloragem para desinfecção das águas subterrâneas (poços, nascentes ou furos) ou da água depositada nos Reservatórios.

Actualmente existe um estrangulamento a nível de tratamento, que resulta da impossibilidade de se produzir mais água na ETA do Monte Novo, e da paragem “forçada” da ETA do Divor.

As quantidades de água potável produzida anualmente, nos últimos 15 anos, em cada uma das três principais origens, poderá ser analisada na tabela e gráfico seguintes:

Quadro 58: Quantidade de água produzida nas principais origens

ANO	Graça do Divor*	ETA do Divor*	ETA do Monte Novo*
1986	614	630	1220
1987	656	364	1675
1988	772	295	1734
1989	472	424	1938
1990	905	583	1646
1991	698	607	1862
1992	211	883	2201
1993	239	337	2644
1994	644	43	2693
1995	387	0	2998
1996	1066	0	2453
1997	872	0	2818
1998	719	0	3040
1999	274	119	3459
2000	316	180	3798

*(Vol. Anual em milhares de m³)

No quadro seguinte apresentam-se os volumes de água distribuídos no ano 2000, nos diversos sistemas de abastecimento, referenciando-se também as todas origens de água.

Quadro 59: Origens e Volumes de Água Distribuídos no Ano 2000

Sistema	Volumes distribuídos, em m ³			Origens
	Captações subterrâneas	ETA Monte Novo	Divor (ETA + Poços)	
Azaruja	55 920	3 988	-	3 poços + 2 furos em reserva
Boa Fé	21 842	-	-	2 nascentes + 2 poços + 1 furo
Estação Alcáçovas	1 771	-	-	Abastecimento a partir de Alcáçovas (1 poço em reserva)
Évora	-	3 668 589	488 091	ETA Monte Novo / ETA Divor / 7 poços + nascentes do Aqueduto da Prata
Graça do Divor	28 190	-	-	1 Poço
Guadalupe	7 484	24 272	3 216	2 poços + 1 furo
N.ª Sr.ª Machede	-	55 107	-	ETA Monte Novo
S. Brás Regedouro	3 438	-	-	1 poço
S. Manços	79 020	-	-	1 poço + 1 furo
S. Miguel Machede	25 193	7826	-	2 poços + 2 furos em reserva
S. Sebastião Giesteira	23 777	19 195	2 543	3 furos + 1 poço (existem 3 poços desactivados)
Castelos	Sem contagem			1 poço
S. Vicente de Valongo	Sem contagem	-	-	1 poço + 1 furo
Torre dos Coelhoos	35607	-	-	3 furos + 1 poço
Valverde	43 232	19 165	2 539	3 poços + 2 furos (2 poços desactivados)
Vendinha	29 894	-	-	1 furo + 1 poço em reserva
	355 368	3 798 142	496 389	Total – 4 649 899 m³

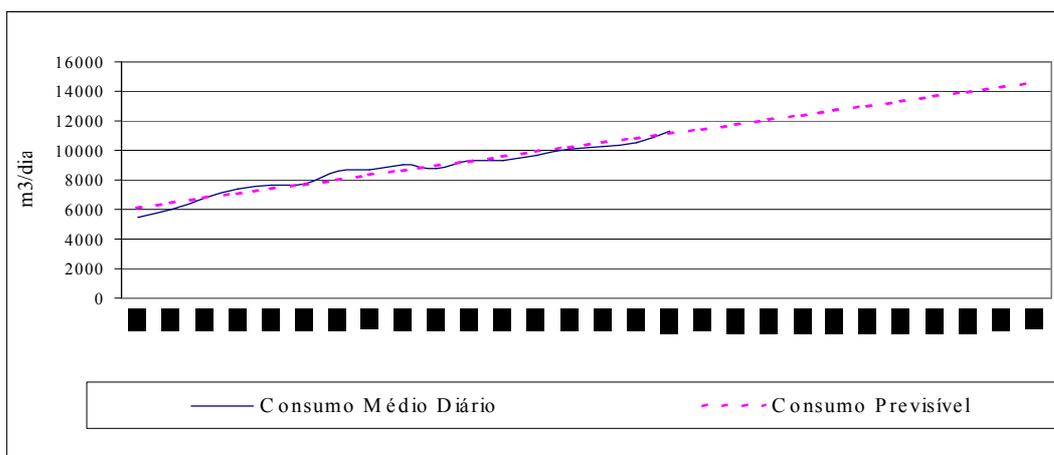
No que se refere ao transporte, não se revela necessário utilizar toda a capacidade existente, pois a ETA do Divor não produz água suficiente e o reforço a partir dos poços também não é significativo nos períodos de Verão.

Em termos globais pode-se dizer que a cobertura em termos de infra-estruturas de abastecimento de água, nos espaços urbanos da Cidade e Bairros, é de 100%. No entanto é necessário efectuar diversas obras de ampliação e renovação de condutas.

Considera-se que na definição dos solos cuja urbanização seja possível programar, devam tomar-se em atenção os condicionalismos resultantes das limitações da distribuição, não só em termos da secção das condutas instaladas, mas muito particularmente no que se refere às cotas topográficas que, em determinadas circunstancias, poderão inviabilizar as citadas expansões.

A evolução dos consumos médios diários e a respectiva projecção, obtida por regressão linear, está apresentada no gráfico seguinte.

Gráfico 47: Consumo Médio Diário de Água



Os caudais de ponta horários ou diários são geralmente compensados pelo efeito regularizador dos reservatórios, pelo que os problemas só se colocam quando o incremento de consumo se prolonga por vários dias.

Considera-se pois, que para efeitos de abastecimento a partir das origens deveremos dar atenção aos consumos de ponta semanais.

O factor de ponta a considerar em termos do caudal máximo semanal deverá ser $F_p = 1,6$.

Assim para uma produção diária de 18 000 m³ poderemos fazer face a um consumo médio diário de 11 250 m³.

O problema principal que se coloca ao abastecimento tem sobretudo a ver com a necessidade de se encontrarem recursos disponíveis para fazer face ao crescente aumento de consumo de água e que ocorre em todos os aglomerados servidos por distribuição domiciliária.

Resumidamente os problemas que se colocam em cada um dos sistemas de abastecimento são os se identificam no quadro seguinte.

Quadro 60: Sistemas de Abastecimento de Água – Resumo das Deficiências Existentes

SISTEMA	PROBLEMAS EXISTENTES
Azaruja	As captações existentes não são suficientes para garantir autonomia do abastecimento. A conduta de reforço a partir de S. Miguel Machede / Monte Novo terá de ser substituída.
Boa Fé	As captações existentes não são suficientes para garantir autonomia do abastecimento. É necessário reforçar o abastecimento. As captações subterrâneas em Casas Novas apresentam água com excesso de ferro.
Estação das Alcáçovas	
Évora	Necessário reforçar o abastecimento através da construção de uma nova ETA e condutas adutoras e também aumentar a capacidade dos reservatórios.
Graça do Divor	
Guadalupe	As captações existentes não são suficientes para garantir autonomia do abastecimento. A conduta de reforço a partir de Évora terá de ser substituída. Terá de construído novo reservatório e estação elevatória, rótulas de ligação a Valverde e S. Sebastião da Giesteira.
N.ª Sr.ª de Machede	Terá de ser substituída adutora para fazer face aos aumentos do consumo em S. Miguel de Machede e Azaruja.
S. Brás do Regedouro	
S. Manços	Água com teor de nitratos próxima do VMA. Risco de rotura de abastecimento a médio prazo.
S. Miguel de Machede	A conduta de reforço a partir de Nossa Senhora de Machede terá de ser substituída.
S. Sebastião da Giesteira	As captações existentes não são suficientes para garantir autonomia do abastecimento. A conduta de reforço a partir de Guadalupe terá de ser substituída.
S. Vicente de Valongo	As captações existentes podem entrar em rotura nos anos de seca.
Torre dos Coelhoos	Água com teor de nitratos próxima do VMA. Risco de rotura de abastecimento a médio prazo.
Valverde	As captações existentes não são suficientes para garantir autonomia do abastecimento. A conduta de reforço a partir de Guadalupe terá de ser substituída.
Vendinha	Risco de rotura de abastecimento a médio prazo. Água com teor de nitratos próxima do VMA.

O sistema de abastecimento à Cidade de Évora, pelos caudais que é necessário produzir, é aquele que merece maiores cuidados.

No quadro seguinte poderemos avaliar qual foi a evolução dos consumos nos últimos 15 anos e os consumos de ponta diários:

Quadro 61: Evolução dos Consumos de Ponta e Médios Diários de Água

ANO	CONSUMO MÉDIO DIÁRIO (m ³ /dia)	CONSUMO DE PONTA (m ³ /dia)	Factor de Ponta
1986	6750	9930	1,47
1987	7383	10420	1,47
1988	7673	10500	1,42
1989	7764	11690	1,52
1990	8588	12600	1,58
1991	8676	13060	1,57
1992	9027	12180	1,41
1993	8825	11970	1,34
1994	9261	12340	1,34
1995	9273	12700	1,33
1996	9642	13030	1,32
1997	10109	13590	1,34
1998	10298	13990	1,34
1999	10526	14390	1,34
2000	11339	14640	1,29

Nos sistemas servidos por águas subterrâneas o aumento progressivo dos consumos de água veio originar a abertura de novas captações. Em diversos sistemas ocorreram situações de rotura com necessidade de reforçar o abastecimento a partir do sistema de Évora.

A gestão dos abastecimentos a partir de águas subterrâneas ou os sistemas mistos (águas subterrânea + superficial) tornaram-se mais complexos existindo necessidade de uma grande manutenção de equipamentos e um controlo de qualidade das águas bastante vasto.

Através de uma análise global dos sistemas, e do que anteriormente foi dito, constata-se:

- Um sistema de abastecimento que fornece água à Cidade de Évora que necessita de sofrer uma profunda remodelação para responder ao aumento dos consumos previstos a médio/longo prazo.
- A existência de 6 sistemas em que foi necessário recorrer às águas superficiais para garantir o abastecimento: Nossa Senhora de Machede, S. Miguel de Machede, Azaruja, Guadalupe, Valverde e S. Sebastião da Giesteira;

- A existência de 4 sistemas em que existe autonomia de abastecimento mas onde poderão ocorrer a médio prazo problemas de quantidade e qualidade da água⁴⁷,
- A manutenção de pequenos sistemas autónomos em aglomerados onde as reservas subterrâneas possibilitam a utilização desses recursos;
- Ligação do pequeno aglomerado de Estação das Alcáçovas ao sistema de abastecimento de Alcáçovas, do Concelho de Viana do Alentejo;

Tendo em conta o que anteriormente foi referido projectaram-se as necessidades de consumo (caudais médios diários) dentro de um horizonte de projecto de 40 anos chegando-se aos valores indicados no quadro seguinte.

Quadro 62: Projecção de Consumos – Horizonte 40 Anos

	Évora (Cidade)	Freguesias Rurais	TOTAL
Ano 0 (2001)	11369	193	11562
Ano 5	12902	968	13870
Ano 10	14436	1083	15519
Ano 20	17504	1313	18817
Ano 30	20571	1543	22114
Ano 40	23639	1773	25412

Valores em m³/dia

Tendo em conta que o aumento de consumos projectado para as Freguesias Rurais seria extremamente difícil de obter através de captações subterrâneas obrigando à mobilização de um número cada vez maior de origens e considerando que a Albufeira do Monte Novo terá um reforço de água a partir do Alqueva, considera-se que a solução mais viável do ponto de vista técnico e económico será a existência de uma nova ETA que disporá de uma capacidade de resposta até ao ano 40.

Em termos de caudais de ponta dever-se-á considerar os que resultam do caudais médios diários afectados por um factor de ponta de $F_p = 1,6$

⁴⁷ Teores de nitrato próximos dos VMAs na Vendinha, S. Manços e Torre de Coelheiros. Na Boa Fé uma das captações tem excesso de ferro.

Quadro 63: Caudais de Ponta e Médios Diários - Projeções

	Consumo médio diário (m ³ /dia)	Caudal de Ponta diário (m ³ /dia)	Volume anual a captar (hm ³)
Ano 0 (2001)	11562	18499	4.2
Ano 5	16906	27050	6.2
Ano 10	18942	30307	6.9
Ano 20	22667	36267	8.3
Ano 30	25964	41542	9.5
Ano 40	29262	46819	10.7

Em resultado destas estimativas de consumo, será necessário, para abastecer a Cidade, uma profunda remodelação e ampliação da ETA do Monte Novo, dotando-a com capacidade de produção de água superior ao caudal de ponta diário, no ano horizonte de projecto, ou seja um caudal nominal: $Q \geq 46819 \text{ m}^3/\text{dia} = 1950 \text{ m}^3/\text{h}$

Face ao aumento dos consumos nas Freguesias Rurais haverá um progressivo abandono das captações subterrâneas a partir de 2006.

Preconiza-se uma remodelação geral de todo o sistema de adução de modo a fazer chegar os caudais necessários a todas as localidades servidas por distribuição pública.

Além dos reservatórios de distribuição será necessário a instalação de reservatórios de regularização para efectuar a distribuição de caudais a nível do sistema adutor.

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

O esgoto, pelo facto de ser uma mistura de águas usadas de várias origens, tem uma composição variável, mas contém sempre uma elevada proporção de água. As águas de esgoto são de turvação, cor e cheiro variáveis, e contém quantidade elevada de sólidos em suspensão. De maneira geral são alcalinas, a presença de acidez no esgoto fresco indica, quase sempre, descarga de produtos ácidos de proveniência industrial.

Drenagem de Águas Residuais

As redes de drenagem de águas residuais abrangem a totalidade das áreas urbanas do Concelho, não se verificando, actualmente, grandes necessidades de intervenção ao nível das redes de colectores e emissários.

Nas áreas não urbanas nem passíveis de ser programadas, não existem redes de esgotos, sendo a recolha feita por meio de dispositivos especiais autónomos, do tipo das fossas sépticas.

Os colectores instalados para drenagem das águas residuais apresentam três tipologias distintas como unitário, separativo e misto.

Todas as construções situadas no solo urbano da Cidade e nalguns Bairros da Área Envolvente, nomeadamente: Canaviais, 25 de Abril, Santa Luzia, e Santo António, são servidas por redes de drenagem de águas residuais, organizados num sistema misto, cujo destino final é a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Évora. A este conjunto de redes de esgotos, e ETAR de Évora, chamamos – Rede de Évora

Existe, portanto, uma rede de colectores gerais que cobrem toda a malha urbana da Cidade, e alguns Bairros da Área Envolvente da Cidade. Estes colectores conduzem os esgotos para a *rede de emissários*, que se desenvolvem ao longo das principais linhas de água, nomeadamente a Ribeira da Turgela e o Rio Xarrama.

Nas entradas da rede de emissários que recebem águas residuais dos colectores unitários existem descarregadores de tempestade, que procedem à descarga das águas diluídas em excesso para as linhas de água, sempre que ocorrem chuvadas mais intensas.

Os dois emissários principais, emissário de Leste, ao longo do Rio Xarrama e emissário de Oeste, ao longo da Ribeira da Turgela, conduzem todos os esgotos domésticos à ETAR de Évora.

Procurou-se determinar a população que poderá vir a utilizar os emissários instalados, donde resulta que em cada troço dos colectores assinalados se apresenta um valor populacional correspondente à sua capacidade. Utilizou-se, para tal, o seguinte critério:

O cálculo da população, que teoricamente poderá utilizar cada troço, foi obtida dividindo o caudal máximo transportável, numa dada secção, pelo caudal de ponta instantâneo referente à população que teoricamente poderia utilizar esse colector.

Não foram considerados os caudais de tempo de chuva já que a rede possui os seus órgãos de controlo (descarregadores de tempestade) os quais limitam a entrada de caudais nos emissário. Assim, considerou-se que o projecto da rede de emissários se encontra dimensionado para toda a área em estudo já que após a sua elaboração todas as redes construídas são de sistema separativo.

Poderemos pois estabelecer uma relação entre a população existente e a capacidade das redes instaladas.(Tabela 30)

Quadro 64: Análise da Rede Principal de Emissários de Esgotos

Troço	População Servida	Secção dos colectores (m)	Capacidade do colector (n.º Hab.)
ETAR - Almeirim	20600	0,70	49000
Almeirim - S. José da Ponte	16900	0,55	29000
S. José da Ponte - Comenda	16900	0,40 a 0,50	14000 a 27000
Comenda - Estrada de Estremoz	8800	0,30	7200
ETAR - Turgela	17500	0,40 a 0,50	17200 a 35000
Turgela - Est. de Lisboa	14000	0,30	11000

Da leitura do Quadro anterior conclui-se que alguns troços de emissários se encontram no seu limite de capacidade de transporte. Estão neste caso os troços *Comenda - Estrada de Estremoz* e *Turgela - Estrada de Lisboa*.

No que diz respeito à rede secundária de emissários (ligações das redes de drenagem aos dois emissários principais) e às redes de drenagem nas zonas urbanizadas, verifica-se:

A rede secundária de emissários, não apresentam problemas em termos de dimensionamento das bacias e dos respectivos afluentes de drenagem,

Nas redes de drenagem locais existem diversos problemas a nível do funcionamento, sendo as situações mais preocupantes as que resultam do estado de degradação de algumas redes nas zonas mais antigas da Cidade, nomeadamente no Centro Histórico e áreas envolventes.

A drenagem das águas pluviais é realizada para as linhas de água mais próximas. Assim, estas redes não são muito extensas, fazendo-se as descargas relativamente próximo das bacias drenadas.

As descargas são livres, no caso das redes separativas, ou com descarregadores de tempestade quando as redes são unitárias ou mistas.

Nas linhas de água que venham a ser integradas na estrutura ecológica urbana, dever-se-á procurar controlar e atenuar os efeitos das descargas clandestinas de águas sujas e as chamadas águas residuais pluviais, resultantes da lavagem dos pavimentos das áreas habitacionais e industriais.

As redes de drenagem dos aglomerados urbanos sedes das Freguesias Rurais, cuja população residente é inferior a 1000 habitantes, são pouco complexas e têm extensões proporcionalmente curtas, não apresentando problemas relevantes.

Na sua maioria têm *sistemas separativos* de drenagem e em apenas em duas situações (S. Manços e São Miguel de Machede), *sistemas mistos*.

As redes existentes servem a totalidade da população residente em solo urbano, incluindo todas as sedes de freguesia e, ainda, alguns pequenos aglomerados tradicionais de pequena dimensão, nomeadamente S. Brás do Regedouro, Estação das Alcáçovas e S. Vicente de Valongo.

Verifica-se, sobretudo na Envolvente da Cidade, nas áreas de fraccionamento em “quintinhas”, não é dada adequada atenção à drenagem natural das águas, sendo frequente as seguintes situações:

- Desvio de linhas de água,
- Canalização de linhas de água,
- Obstrução com aquedutos, tubos de reduzida secção e redução das secções de valas preexistentes;
- Vedações obstruindo linhas de água;
- Construções e vedações nas zonas de protecção às linhas de água.

Deverá ser impedida a construção nas áreas de protecção definidas legalmente, e deverá ser contrariado quaisquer pedidos que tenham por efeito alterações da topografia, originando a modificação, obstrução ou canalização das linhas de água por mais suaves que sejam, sem que sejam apresentadas soluções tecnicamente fundamentadas e justificadas.

O tratamento de águas residuais das áreas urbanas do Concelho de Évora assenta em sistemas autónomos de drenagem que conduzem os efluentes a ETARs municipais.

Existem, no total, 15 sistemas de tratamento sendo 13 ETARs e 2 Fossas Sépticas.

Os processos de tratamento variam segundo as características da água bem como segundo os volumes, as condicionantes locais e as necessidades existentes nas diferentes áreas urbanas.

No concelho são usados os seguintes processos: Leitos Percoladores, Lamas Activadas, Lagoas de Estabilização e Fossa Séptica.

A ETAR de Évora, do tipo - *Leitos Percoladores*, foi dimensionada para 50 000 habitantes/equivalentes tendo por horizonte de projecto o ano 2015. Esta população foi obtida por projecção com base nos recenseamentos de 1864 a 1970.

O volume de águas residuais tratadas nesta ETAR, corresponde a cerca de 80% do total tratado no Concelho.

Presentemente, a população servida pela ETAR é de cerca de 45 000 habitantes, mas se considerarmos a contribuição dos caudais industriais e da população residente ocasionalmente (estudantes e turistas), deveremos considerar que a Estação está no limite da sua capacidade de depuração, pelo que está já a ser equacionada a sua ampliação para 75 000 habitantes/equivalentes.

Dado que a população da Área Envolvente da Cidade, situada na bacia de drenagem deste sistema, cresceu para aproximadamente 7 000 habitantes, considera-se a necessidade urgente da sua ampliação.

As povoações rurais dispõem de diversos sistemas de tratamento, sendo os processos mais vulgarizados as *lagoas de estabilização* e *valas de oxidação*.

Apenas a localidade de Vendinha ainda não dispõe de ETAR, sendo que a mesma se encontra em fase de projecto. No caso de Valverde a obra foi concluída em Junho de 2003.

A grande maioria das construções situadas fora dos aglomerados urbanos, dispõe de sistemas de tratamento individuais, vulgarmente constituídos por *fossa séptica* e *sumidouro*.

Este sistema de tratamento coloca problemas que devem ser tidos em conta, sobretudo nas áreas de maior predominância de “quintinhas”, que são:

- a) O tratamento por este tipo de fossa séptica não constitui um método de depuração completo. As águas residuais que saem da fossa apresentam, ainda, muitos germes patogénicos e elevados teores de matéria orgânica. Seria sempre necessário um tratamento complementar, o que nem sempre é viável face ao espaço disponível e às próprias condições de exploração;
- b) Em consequência, o resultado é a contaminação bacteriológica e com matérias orgânicas, das águas subterrâneas, a que se juntarão contaminações por azotos, em resultado da actividade agrícola, e contaminações resultantes da própria natureza do subsolo (ex. ferro, manganês, etc.);
- c) Por outro lado, e considerando que os sistemas são autónomos tal como aponta a actual regulamentação, significa que as lamas produzidas nas fossas deveriam ser espalhadas no terreno. Ora tal prática será ilegal na maior parte das situações, visto que só é possível depositar essas lamas a mais de 200 m de quaisquer habitações;
- d) Assim, as lamas depois de recolhidas, por empresas habilitadas para o efeito (no passado era a CME que o fazia), têm que ser despejadas na ETAR da Évora.

3.5.3. Infraestruturas Eléctricas

Rede de Alta Tensão

Ainda que no distrito de Évora não existam Centros Produtores de energia eléctrica, o peso do sistema electroprodutor instalado na envolvente próxima de Évora é bastante significativo, se considerarmos o conjunto da Central de Setúbal, da Central de Sines e da Central do Barreiro, onde a energia passível de ser produzida anualmente, corresponde a cerca de 45% do consumo total do País.

É de prever que esta influência se mantenha por mais alguns anos, tendendo a decrescer com mais ou menos rapidez, em função do desenvolvimento nacional e do conseqüente aumento do consumo de energia eléctrica, admitindo-se que os novos centros produtores se localizarão certamente noutros pontos do País.

No entanto, os centros produtores já existentes em Setúbal e Sines, acrescidos da central da barragem de Alqueva, não perderão, em horizonte de tempo razoável, a sua hipersuficiência em relação aos consumos previstos na Região.

Em Portugal, as tensões utilizadas na **rede de transporte e interligação** são as de 400 KV, 220 KV e 150 KV, sendo esta última a que genericamente alimenta as *subestações* designadas como *de grande distribuição* (150/60 KV).

As redes de 60 KV constituem-se, por sua vez, como as primeiras **redes de distribuição**, uma vez que alimentam as subestações de média tensão (60 KV/MT).

No que respeita à **rede de transporte** o concelho de Évora é servido pela Subestação ÉVORA (Caeira). Esta *Subestação de grande distribuição*, encontra-se integrada na Rede Eléctrica Nacional e localiza-se próximo da cidade de Évora no entroncamento da estrada de Beja (EN 18) e da estrada de Viana do Alentejo (ER 254). É alimentada por duas linhas: uma com origem na *Subestação de Palmela* e outra com origem na *Subestação de Ferreira do Alentejo*.

Com a ligação, em 1996, da subestação de Ferreira do Alentejo à subestação da Caeira, constituiu-se um potente anel, tornando-se esta num elemento fulcral na alimentação de energia eléctrica a Évora e a uma vasta zona do Alentejo.

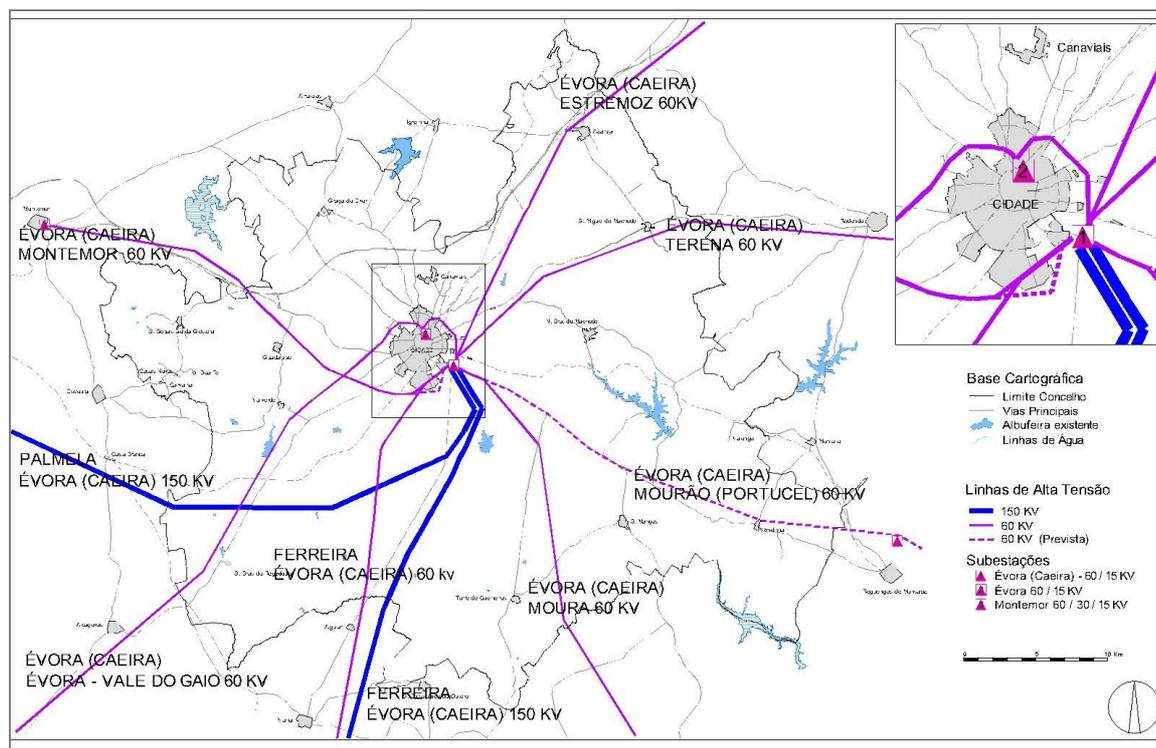


Figura 20: Rede de Alta Tensão 150/60 KV

A média tensão é obtida nas chamadas *subestações de distribuição*, alimentadas por linhas de 60 KV.

A rede de 60 KV constitui-se, por isso, como um escalão intermédio de importância fundamental, tendo no concelho de Évora as seguintes linhas e subestações:

- Évora (Caeira) – 60 / 30 / 15 KV;
- Évora – 60 / 15 KV;
- Linhas de 60 KV:
 - Ferreira do Alentejo – Caeira
 - Évora (Caeira) – Évora – Vale de Gaio
 - Évora (Caeira) – Estremoz
 - Évora (Caeira) – Terena
 - Évora (Caeira) – Montemor
 - Évora (Caeira) – Moura
 - Évora (Caeira) – Évora

Verifica-se que existem dois anéis: um entre as subestações Évora / Vale de Gaio / Ferreira do Alentejo / Évora (Caeira) / Évora, e outro entre as subestações Évora (Caeira) / Terena / Vila Viçosa / Estremoz / Évora (Caeira).

Rede de Média Tensão

É a rede de média tensão que alimenta os postos de transformação (PT), servindo assim como a rede de distribuição para os consumidores. A rede de média tensão abrange a totalidade do concelho de Évora, utilizando apenas tensões de 15 e 30 KV.

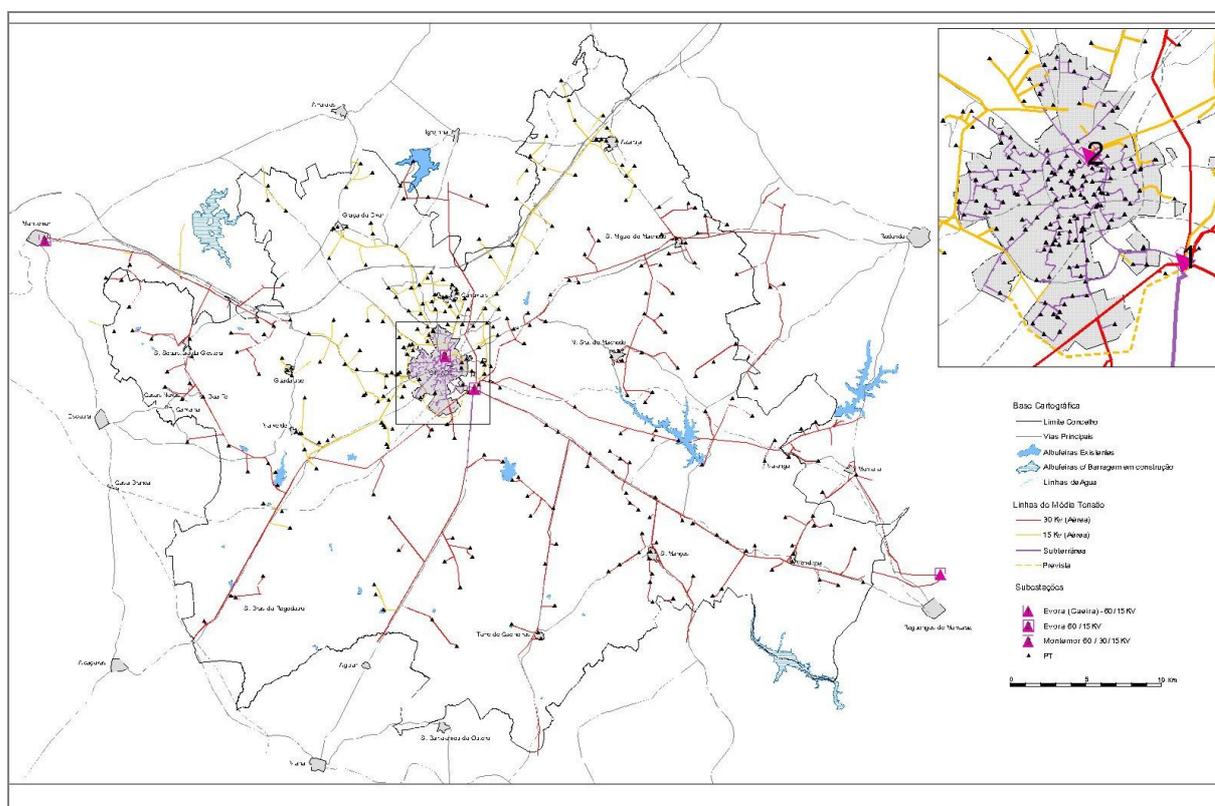


Figura 21: Rede de Média Tensão 30/15 KV

Através da **subestação de Évora (60/15 KV)** é abastecida directamente a maior parte da Cidade (excepto a zona industrial a Sul, o Mercado Abastecedor e os bairros de S. José da Ponte), grande parte da sua Área Envolvente (incluindo os bairros dos Canaviais, Santa Luzia, Santo António, 25 de Abril e Espadas), parte da Área Rural (incluindo as seguintes povoações: Graça do Divor, Valverde, Guadalupe e Boa – Fé) e, ainda, alguns concelhos limítrofes.

Através da **subestação de Évora (Caeira) (150/60/30 KV)** é abastecida parte da Cidade (a zona industrial a Sul da Cidade, o Mercado Abastecedor e os bairros de S. José da Ponte), parte da Área Envolvente da Cidade (incluindo os bairros da Caeira e Degebe), parte da Área Rural (incluindo as

seguintes povoações: Azaruja, S. Miguel de Machede, N. Sra. de Machede, Vendinha, S. Manços e Torre de Coelheiros) e, ainda, alguns concelhos limítrofes. Esta subestação permite, ainda, fornecer energia eléctrica a toda a Cidade em situações de emergência.

Através da **subestação de Montemor (60/30/15 KV)** é abastecida pequena parte da Área Rural, incluindo a povoação de S. Sebastião da Giesteira.

Postos de Transformação

No concelho existem 431 postos de transformação de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 65: Postos de Transformação no Concelho de Évora

	15 KV	30 KV	Total
PTD	203	152	355
PTC	20	56	76
Total	223	208	431

Distribuição

No que respeita à distribuição/transporte de energia eléctrica, o concelho de Évora está englobado na Rede Eléctrica Nacional, empresa do grupo EDP, que tem a seu cargo as redes de alta tensão (150 /60 KV), integrando-se no seu âmbito de competências quer as linhas quer as subestações.

A distribuição local, isto é, as redes de média tensão, postos de transformação MT/BT, redes de distribuição em baixa tensão (BT) e redes de iluminação pública, estão a cargo da Área de Rede do Alentejo, empresa EDP - Distribuição, que tem a área de influência coincidente com a divisão administrativa dos Distritos de Évora e Beja.

Consumos

Quadro 66: Consumos em 2000

	Habitantes (1)	N.º Consumidores		Consumos (10 GWh)			Valor Médio (KWh / hab / ano)	
		BT	AT/MT	BT (2)	AT/MT	TOTAL(3)	4= (2 : 1)	5 = (3 : 1)
Concelho de Évora	56.368	28.942	99	12.665	6.938	19.603	2246,90	3477,68
Distrito de Évora	173.403	94.440	619	34.177	18.218(*)	52.395	1970,95	3021,56
Portugal	10.318.084	5.397.016	19.001	1.891.742	1.521.061	3.412.803	1833,42	3307,59

(*) Valor muito influenciado pela indústria de celulose de Mourão.

(1) Valores correspondentes aos resultados preliminares do CENSOS 2001.

FONTE: EDP – DISTRIBUIÇÃO, ÁREA DE REDE DO ALENTEJO

Considerando apenas os consumidores alimentados em baixa tensão, verifica-se que a capitação global do concelho é superior à média do país em cerca de 22%.

Contudo, se tivermos em conta os consumos globais, isto é, considerando não só os clientes em baixa tensão, mas também os clientes em média e alta tensão, que representam consumidores não domésticos e que correspondem normalmente a actividades industriais, verifica-se que a média geral de capitação de energia é apenas ligeiramente superior à média do país em cerca de 5%, o que traduz uma realidade conhecida que é a do desenvolvimento industrial ter ocorrido em Portugal sobretudo no litoral.

Quadro 67: Evolução dos Consumos no Concelho de Évora entre 1990 e 2000

	Habitantes (1)	N.º Consumidores		Consumos (10 GWh)			Valor Médio (KWh / hab / ano)	
		BT	AT/MT	BT (2)	AT/MT	TOTAL(3)	4= (2 : 1)	5 = (3 : 1)
1990 (*)	55.779	22.887	61	5.724	2.065	7.789	1026,2	1396,4
2000 (**)	56.368	28.942	99	12.665	6.938	19.603	2246,9	3477,7

(*) FONTE: EDP – DIRECÇÃO GERAL DE PLANEAMENTO.

(**) FONTE: EDP – DISTRIBUIÇÃO, ÁREA DE REDE DO ALENTEJO.

Comparando os dados do quadro anterior, registam-se os significativos aumentos dos consumos na última década, merecendo destaque aquele que aconteceu com os consumidores de AT/MT, reveladores da evolução positiva do concelho relativamente a consumidores industriais e terciários.

Em resultado destes consumos revela-se, igualmente, uma tendência positiva para a evolução dos consumos médios globais que actualmente já são ligeiramente superiores à média do país.

Refira-se, a propósito da evolução dos consumos médios globais, que no final da década de 90 havia uma diferença negativa para o concelho, relativamente à globalidade do país, de cerca de 22%.

Com efeito, de acordo com os dados da Direcção Geral de Planeamento da EDP, os consumos médios globais do Concelho de Évora e do País eram respectivamente de 1396,4 e 1706,8 KWh/hab/ano.

3.5.4. Instalações de Gás

Rede de Gás Natural

A Rede de Gás Natural no concelho de Évora, inclui um conjunto variado de infraestruturas cujo objectivo último é levar o gás natural ao maior número possível de consumidores.

Está em curso a instalação de rede de distribuição de gás natural em Évora, a qual deverá acontecer de modo faseado, a partir da unidade autónoma já instalada no Parque Industrial, a Sul da Cidade.

As UAG são unidades alimentadas de gás natural liquefeito, transportado em camião cisterna, onde se procede à regaseificação do gás e à sua injeção em redes locais autónomas.

A empresa que, em regime de licença, desenvolve o seu projecto de rede local de gás natural abastecidas por UAG na cidade de Évora é a Dianagás (Transgás, SA).

Resultantes de uma visão optimista que pressupõe altas taxas de penetração e adesão dos consumidores, que consideramos possível apenas se existirem fortes incentivos na substituição dos actuais sistemas individuais, estimaram-se os seguintes consumos para a Cidade de Évora :

Industriais:

O consumo previsto com base nas principais indústrias existentes na Cidade é de 2.800.000 m³/ano.

Admitindo um crescimento previsível de 30 %, estima-se um aumento de consumo que ronda os 840.000 m³/ano.

Domésticos:

Quadro 68: Estimativa de Consumos Domésticos

	Parciais	TOTAL
<i>População abrangida:</i>		
Cidade intra-muros	5.670	40974
Cidade extra-muros	35.304	
Potencial de fogos		
Cidade intra-muros	3.871	18.229
Cidade extra-muros	14.358	
Penetração (50%)	18.000 × 50%	9.000 Clientes
Consumo anual previsível	N.º Clientes × 350 m3 /ano	3.150.000 m3/ano

Estima-se um aumento de consumo de 30%, pelo acréscimo de número de utilizadores, a que corresponderá um aumento anual do consumo de cerca de 950000 m3.

Terciários:

Estimou-se que 80 terciários poderão ser captados como clientes, numa primeira fase, que totaliza 432.000 m3/ano, sendo previsível que o seu acréscimo oscile pelos 25 %, o que corresponde a 108.000 m3/ano.

Quadro 69: Resumo da Estimativa dos Consumos

NATUREZA DOS CONSUMOS	CONSUMOS
Industriais	2.800.000 m3/ano
Domésticos	3.150.000 m3/ano
Terciários	432.000 m3/ano
TOTAL	6.382.000 m3/ano
Expansão Industrial	840.000 m3/ano
Expansão Domésticos	950 000 m3/ano
Expansão Terciário	108.000 m3/ano
TOTAL (expansão)	1.898.000 m3/ano
TOTAL GLOBAL	8.280.000 m3/ano

Numa visão menos optimista, admite-se que o consumo de gás natural na Cidade, não venha a ultrapassar os 4 milhões de m3/ano, sendo cerca de 2 milhões para fins industriais e uma quantidade

semelhante para consumo doméstico e terciário, considerando-se, ainda assim, uma taxa de penetração de cerca de 50% do total de alojamentos da Cidade.

A verificar-se esta possibilidade, não é previsível, a curto prazo, a construção de um gasoduto que estabeleça ligação à rede nacional, visto que tal não seria viável.

A extensão da rede de distribuição para fora do actual perímetro urbano de Évora também não se afigura viável, dada a pequena dimensão dos núcleos populacionais envolventes.

Assim, considera-se que o abastecimento de gás natural no concelho de Évora deverá abranger apenas a Cidade e ser efectuado, pelo menos nos próximos anos, a partir da Unidade Autónoma de Gás (UAG).

Esta unidade será abastecida numa primeira fase por transporte rodoviário, a partir de Huelva-Espanha, prevendo-se, a curto prazo, que este abastecimento se faça a partir de Sines, logo que aí seja instalado terminal para o efeito.

A Rede de Distribuição será instalada faseadamente e destina-se a servir clientes industriais, domésticos e terciários em toda a área urbana de Évora.

A concepção da rede baseia-se na existência de dois anéis: um próximo da Circular Interna (Circular às Muralhas), e outro, mais afastado, próximo dos limites urbanos da Cidade.

Entre os dois anéis existirão diversas radiais que garantirão um número suficiente de malhas, para assegurar a necessária fluxão de gás, bem como a existência de caminhos alternativos para o gás em caso de avaria na rede.

Unidade Autónoma de Gás Natural (UAG)

Sempre que a baixa densidade populacional e os longos percursos envolvidos para atingir os clientes tornam inviável, numa primeira fase, a extensão da rede principal, os consumidores são abastecidos a partir das chamadas unidades autónomas de gás natural (UAG).

Desta forma, a distribuição será efectuada a partir da UAG, localizada a Sul da Cidade, no Parque Industrial e Tecnológico, cujas características de produção de Gás Natural (GN) são as seguintes:

Quadro 70: Características de Produção de Gás Natural

Pressão	Máximo 4 barg (Média 2,6 barg)
Caudal	3000 m ³ (n) / h
Temperatura	15º C
Odorização	THT (TetraHidroTiofeno) a 25 ppm

Poderá posteriormente ser necessário aumentar a capacidade de produção de G.N. gasoso.

Faseamento

Numa primeira fase, foram definidas e implantadas as principais condutas que constituem a rede e nas quais foram posteriormente, integrados os troços da rede de alimentação aos clientes.

Numa segunda fase, será fechado o “anel interior” e desenvolvida a rede de distribuição até à zona Norte e Oeste da Cidade.

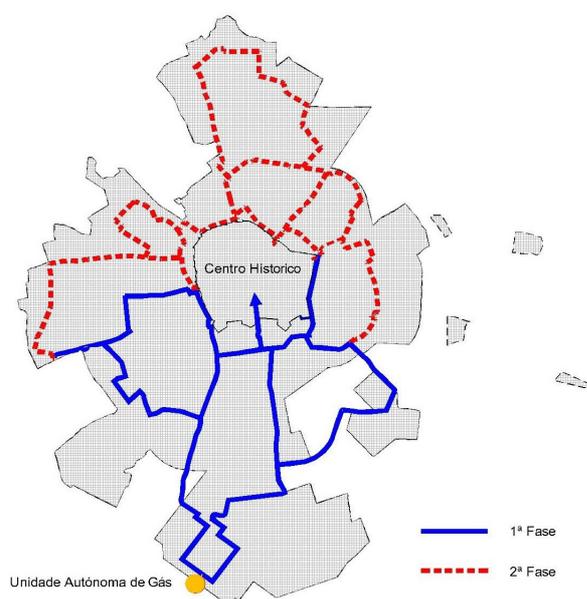


Figura 22: Faseamento da Rede de Distribuição de Gás Natural

Na zona Norte a definição da rede tomou em consideração os significativos projectos de desenvolvimento urbano, tendo a rede sido implantada em conformidade com estes. A rede de distribuição projectada permitirá desta forma abastecer todo o solo urbano.

Gás Propano

No concelho de Évora a generalidade do abastecimento de gás combustível em imóveis, é efectuado por meio da utilização de sistemas individuais em garrafas de gás butano ou propano, instaladas junto ou no interior dos edifícios.

À excepção de uma pequena zona da Vista Alegre, apenas nos últimos anos se têm vindo a instalar, em novas urbanizações na Cidade, pequenos sistemas de distribuição, a partir de reservatórios colectivos de gás propano cujas dimensões variam entre os 4,48 m³ e os 7,48 m³.

Na figura seguinte assinalam-se os 9 reservatórios colectivos actualmente existentes, bem como as unidades funcionais potencialmente susceptíveis de serem servidas.



Figura 23: Localização de Reservatórios Colectivos de Gás Propano

Actualmente a distribuição colectiva de gás (propano), apresenta valores muito pouco significativos, visto que cobrem pouco mais de 1% do total de alojamentos da Cidade.

Nesta matéria a situação poderá sofrer uma evolução positiva, a curto prazo, com a instalação de rede de gás natural a partir de uma Unidade Autónoma de Gás (UAG), já instalada no Parque Industrial.

3.5.5. Rede de Telecomunicações

Rede Digital Integrada

A empresa *Portugal Telecomunicações* concluiu, no último decénio, a digitalização total da comutação telefónica em todo o território nacional, sobrepondo desta forma a *rede digital*, que permite a comutação e a transmissão digital, à tradicional *rede analógica*.

Sendo parte integrante da rede básica de telecomunicações, a *Rede Digital com Integração de Serviços* (RDIS) é um conjunto de infraestruturas de telecomunicações que, quando essencialmente destinadas à prestação de serviço fixo de telefone, permitem a oferta de ligações digitais entre dois pontos terminais que suportam uma gama variada de serviços de telecomunicações.

Existem no concelho 8 redes telefónicas, com o total de 15 centrais, sendo a rede de Évora dominante relativamente às restantes. Esta detém 90% dos postos telefónicos instalados, os quais são servidos por 8 áreas de central, cuja localização e identificação está expressa na tabela seguinte, constituindo um importante nóculo das redes regionais e nacionais de telecomunicações. As restantes redes dispõem apenas de uma área de central.

Quadro 71: Identificação e localização das Redes Telefónicas e Áreas de Central do concelho.

REDES	ÁREAS DE CENTRAL
Évora	EV1 – Centro Histórico EV2 – Malagueira EV3 – Bacelo / Coronheiras EV4 – Canaviais EV5 – Valverde EV6 – Horta das Figueiras / Zona Industrial n.º 1 EV7 – Guadalupe EV8 – Mercado Abastecedor (MARÉ)
Azaruja	1 Central, na Sede da Freguesia
N.ª Sr.ª Machede	1 Central, na Sede da Freguesia
S. Miguel de Machede	1 Central, na Sede da Freguesia
S. Sebastião da Giesteira	1 Central, na Sede da Freguesia
Vendinha	1 Central, na Sede da Freguesia
S. Manços	1 Central, na Sede da Freguesia
Graça do Divor	1 Central, na Sede da Freguesia

No que se refere à rede de Évora, ressalta ainda que a capacidade de comutação actual excede em 2553 o número de fogos recenseados pelos CENSOS 2001 – INE (dados preliminares), o que constitui uma significativa reserva para eventuais solicitações.

Quadro 72: Instalações Telefónicas, em 2001, por REDES, incluídas no concelho.

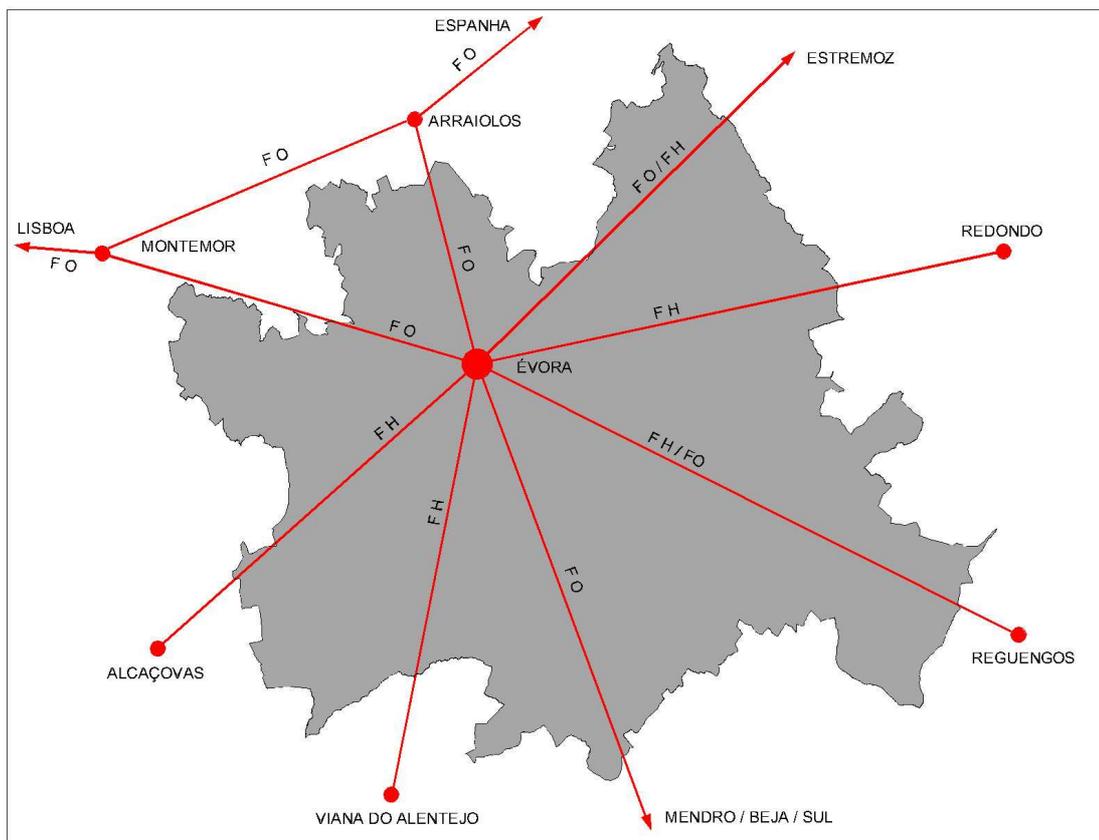
LOCALIDADE (Redes)	Capacidade de Comutação	N.º de Linhas de Rede (Postos fixos)	N.º de Postos Públicos	Grau de digitalização	N.º fogos	
					1991	2001
Évora	24278	21577	99	100 %	18254	21725
Azaruja	600	538	1	100 %	751	718
N.ª Sr.ª Machede	376	347	1	100 %	624	626
S. Miguel Machede	360	334	1	100 %	538	569
S. Sebastião Giesteira	432	401	1	100 %	483	531
Vendinha	170	158	1	100 %	323	310
S. Manços	432	374	1	100 %	1133	1071
Graça do Divor	160	154	1	100 %	204	275
TOTAL	26808	23883	106	100 %	22310	25825

FONTE: TELECOM – 2001

Considerando o indicador habitualmente usado para avaliar da suficiência da infra-estrutura telefónica numa dada área territorial, o qual é medido em linhas de rede (LR) por fogo, verifica-se que este se cifra actualmente em 0.92, o que corresponde a uma cobertura quase total, correspondendo a um índice bastante elevado se considerarmos a generalidade do distrito e mesmo do país.

Ligações Regionais

A generalidade das ligações regionais e interurbanas a partir da sede do concelho, são asseguradas por cabos de fibra óptica e/ou sistemas de feixes hertzianos, conforme se mostra no diagrama da figura seguinte.



FO – Fibra Óptica
FH – Feixe Hertziano

Figura 24: Diagrama de Ligações Regionais e Interurbanas do Concelho

Reforçando estas ligações destaca-se a existência de um importante **anel regional** de fibra óptica, com tecnologia SDH (Figura 2.2), efectuando ligações com Arraiolos e Montemor-o-Novo o qual pelo facto de permitir o funcionamento em rede garante, em caso de avaria ou outra emergência, que as ligações com Espanha ou Lisboa se efectuem praticamente sem interrupções, o que aumenta de significativamente a fiabilidade global do sistema.

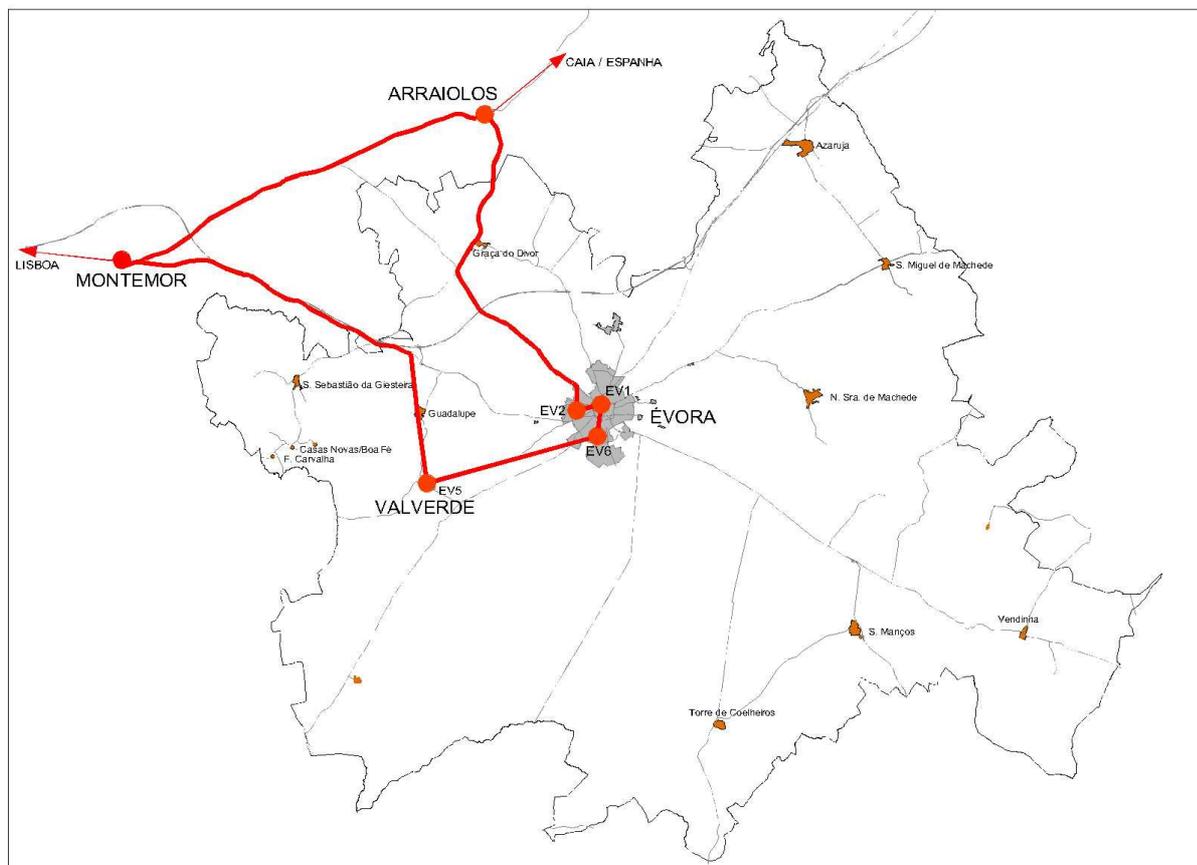


Figura 25: Anel SDH – Évora Regional

Ligações Internas à Cidade

À semelhança do anel regional anteriormente referido, existe um outro no interior da Cidade, articulando diversas áreas urbanas e eixos viários, conforme se pode verificar na figura 3.3. Este anel, também em cabo de fibra óptica de tecnologia SDH, assegura ligações regionais ou locais para grandes débitos e velocidades de transmissão de informações (voz, dados informáticos, audiovisuais, etc.), estabelecendo igualmente ligação com a estação receptora de feixes hertzianos situada no Alto de S. Bento.

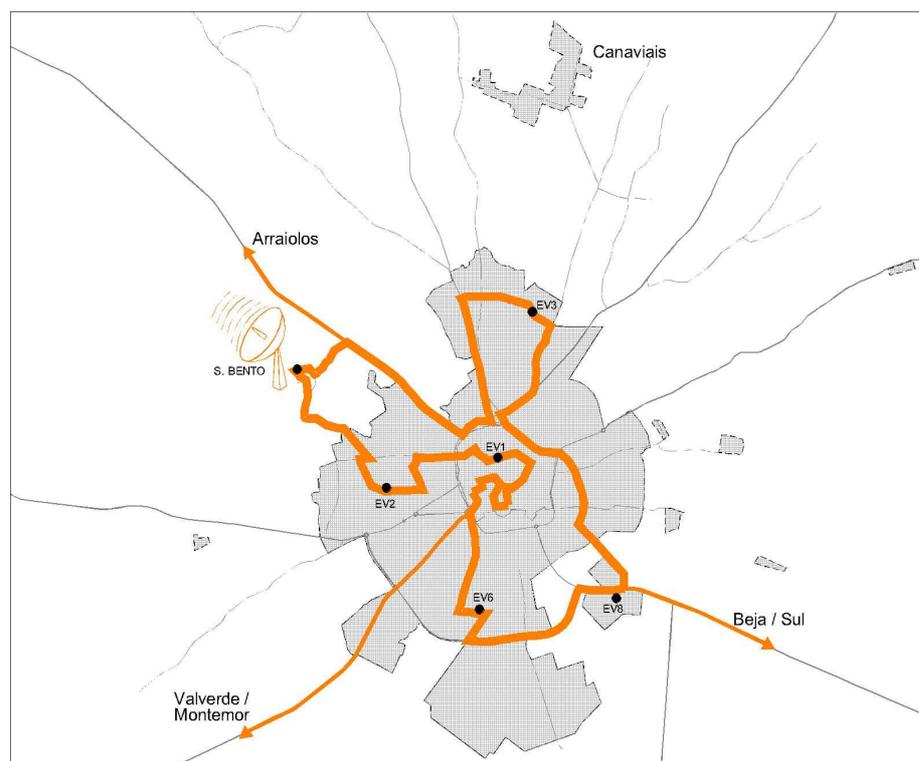


Figura 26: Anel da Cidade

Unidades de Referência

A análise efectuada no estudo sectorial incluído na primeira fase e já entregue incidiu sobre áreas geográficas distintas em função do tipo de equipamentos considerados.

Os equipamentos de Apoio à Função Habitacional, conceito considerado no PUE de 1994 e que englobam: centro de convívio, equipamento de apoio à terceira idade, pequeno campo de jogos, creche, jardim de infância, e zona de recreio e lazer, foram analisados em função das seguintes áreas geográficas:

- Cidade
- Área envolvente
- Freguesias da Área Rural

Os restantes equipamentos foram analisados em função de:

- Cidade
- Freguesia da Área Rural

3.6. EQUIPAMENTOS

3.6.1. Equipamentos de Ensino

Pré-Escolar

Os equipamentos de ensino pré-escolar, na cidade, situam-se sobretudo no Centro Histórico onde se denota uma grande concentração dos mesmos. Desta forma a irradiação dos estabelecimentos existentes não abrangem alguns bairros nas freguesias da Sra. da Saúde (B.ºs da Comenda, Nogueiras e Álamos) e da Horta das Figueiras (B.º s da Horta das Figueiras, Vila Lusitano, Moinho e Sra. do Carmo).

A cobertura existente responde a uma taxa média de ocupação de 95% das crianças entre os 3 e 5 anos. Todavia, considerando a população desta faixa etária estimada para 2016 no concelho de Évora, prevê-se uma carência de 10 salas em freguesias da área envolvente à cidade.

Na cidade e zona envolvente apenas sete estabelecimentos pertencem à rede pública, enquanto quinze se constituem como IPSS e três são privados.

Na área rural do concelho, todas as povoações dispõem de estabelecimentos de educação pré-escolar, cuja capacidade se prevê vir a ser suficiente no futuro próximo. Algumas instalações existentes não dispõem de boas condições de funcionamento como S. Manços, por se tratar de edifício pré-fabricado com elevado estado de degradação.

Na área rural, oito estabelecimentos estão inseridos na rede pública e três são IPSS.

Ensino Básico do 1º Ciclo

Os raios de irradiação dos estabelecimentos existentes não cobrem alguns bairros das freguesias do Bacelo (B.ºs do Granito e do Bacelo Oeste e Norte) e da Horta das Figueiras (B.ºs da Casinha Norte e Sul) e a cobertura existente revela-se insuficiente relativamente à projecção da população. A freguesia do Bacelo corresponde à mais carenciada.

O novo paradigma de “escola a tempo inteiro” veio exigir às escolas uma oferta de espaços de apoio que permitam o desenvolvimento de actividades curriculares e extra-curriculares, que respondam às necessidades das famílias. Neste sentido e de um modo geral, as escolas de 1º ciclo carecem de espaços polivalentes, e algumas de refeitórios e bibliotecas.

Apesar da carência de refeitórios nos edifícios de algumas escolas, a cobertura do serviço de refeições é de 96%, respondendo totalmente às necessidades dos alunos.

Na cidade e área envolvente dos dezassete estabelecimentos existentes, apenas um é privado (Externato Oratório de S. José).

Todas as povoações da área rural dispõem de estabelecimentos de ensino de 1º CEB, que se prevêem vir a cobrir satisfatoriamente a população projectada para 2016. Todas as escolas existentes na área rural do concelho são públicas.

Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo

A irradiação dos estabelecimentos existentes não abrangem alguns bairros das freguesias da Horta das Figueiras (B.ºs da Casinha, Moinho e Almeirim) e a freguesia dos Canaviais. A cobertura existente é assim insuficiente relativamente à projecção demográfica.

Na cidade quatro estabelecimentos EB2 são públicos e um é privado (Externato Oratório de S. José). No que concerne ao 3º ciclo, este é ministrado em oito estabelecimentos: cinco escolas EB2,3 públicas, duas secundárias públicas e uma privada (Externato Oratório de S. José).

Ensino Secundário e Profissional

No concelho de Évora, o ensino secundário é actualmente ministrado em três escolas públicas e duas escolas profissionais.

A frequência deste nível de ensino tem vindo a diminuir desde o ano lectivo 1996/97, tendo já o sistema perdido cerca de 1100 alunos a frequentar o ensino secundário, quer nas escolas públicas quer nas escolas profissionais.

Ensino Superior

No concelho de Évora existem duas instituições de ensino superior: a Universidade de Évora, que também integra, enquanto ensino politécnico, a Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus de Évora, e a Escola Superior de Teologia.

O número de alunos diplomados pela Universidade de Évora tem vindo a manter-se constante ao longo dos últimos anos, numa média de 533 alunos diplomados por ano no período entre 1996/97 e 2002/03. No que se refere ao número total de alunos que frequentaram esta instituição no período referido, verifica-se uma ligeira tendência de crescimento, evoluindo de 6239 (1996/97) para 7625 alunos (2002/03).

No Instituto Superior de Teologia de Évora, em termos de frequência total, entre os anos lectivos de 1996/97 e 2005/06, cerca de 70% dos alunos deste instituto estavam matriculados no Curso de Teologia, enquanto as restantes matrículas foram efectuadas no Curso de Cultura Teológica.

Transportes Escolares (Ensino Básico e Ensino Secundário)

De acordo com o Decreto-Lei 299/84 de 5 de Setembro, é competência das autarquias garantir o serviço de transporte entre o local de residência e o estabelecimento de ensino⁴⁸ frequentado por todos os alunos do ensino básico e secundário, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, quando residam a mais de 3Km dos estabelecimentos de ensino mais próximos da sua área de residência.

O transporte escolar é gratuito, para os estudantes sujeitos à escolaridade obrigatória e participado pelos estudantes fora da escolaridade obrigatória, nos termos da Portaria 181/86 de 6 de Maio, em metade do custo do bilhete de assinatura mensal, quando utilizem carreiras públicas, e pagando metade do custo do bilhete de assinatura mensal referente à quilometragem efectuada, no caso de utilização de circuitos especiais.

O Plano de Transportes Escolares rentabiliza e complementa, em primeira instância, os meios de transporte colectivo existentes. Todavia, sempre que os terminais ou as paragens destes se situem a distância superior a 3 km da residência dos alunos ou não exista resposta ao nível do transporte público, o município recorre à criação de circuitos especiais, através de viaturas municipais ou veículos de aluguer.

Entre 1996 e 2006, a Câmara Municipal de Évora assegurou o transporte de 9348 alunos, o que corresponde a uma média de 935 alunos integrados na Rede de Transportes Escolares por ano.

Apesar do Concelho de Évora abranger uma área geográfica bastante vasta, a rede de transportes escolares, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 299/84 de 5 de Setembro, não obriga os alunos transportados a tempos de deslocação superiores a 60 minutos, em cada viagem simples.

⁴⁸ N.º 1 do Art.º 2º do Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro

3.6.2. Equipamentos de Desporto

Campos de Jogos

A cidade e área envolvente apresentam um excesso de campos de jogos, constatando-se existir carências nas freguesias do Bacelo e Malagueira, sendo que alguns dos campos não dispõem das dimensões recomendadas na área de jogo(105x68).

Na área rural do concelho verifica-se que todas as povoações dispõem de grande campo de jogos, contudo alguns campos não dispõem de balneários (Vendinha, S. Miguel de Machede e Guadalupe), nem de dimensões recomendadas na área de jogo.

O campo de jogos da Vendinha encontra-se afastado da povoação com acesso exclusivo pela EN256, encontrando-se previsto na proposta do Plano de Urbanização a implantação de novo campo junto da povoação.

Os pequenos campos existem na sua maioria (10 num total de 22 campos) situados em recintos escolares e alguns não dispõem de dimensões recomendadas na área de jogo (40x20). A área envolvente da cidade não dispõe deste tipo de equipamento, verificando-se existirem carências nas freguesias dos Canaviais, Sra. da Saúde e Malagueira. Já na área rural as freguesias de N^a Sra. de Machede, S. Manços, Torre Coelheiros, Valverde e S. S. da Giesteira possuem pequeno campo de jogos o mesmo não acontecendo na Azaruja, S. Miguel de Machede, Vendinha, Guadalupe, Graça do Divor e Boa Fé.

Pavilhões e Salas

A cidade dispõe de excesso deste tipo de infraestruturas desportivas. Sete das salas existentes possuem dimensões inferiores ao pavilhão desportivo reduzido, visto a sua superfície desportiva ser menor que 450m². o mesmo número destes equipamentos existe nas escolas, estando abertos à comunidade para a prática desportiva apenas depois das aulas.

Na área rural, Valverde é a única freguesia que dispõem de sala para a prática desportiva, já que a mesma faz parte das instalações da Universidade de Évora na Mitra.

Piscinas Cobertas e Descobertas

As duas piscinas cobertas existentes no concelho, localizam-se na freguesia da Horta das Figueiras e freguesia da Malagueira. De acordo com a projecção demográfica deveria ser prevista piscina coberta na freguesia do Bacelo.

As piscinas descobertas concentram-se na Freguesia da Malagueira na área afectada ao Parque Municipal. Na Freguesia da Horta das Figueiras existe uma piscina descoberta no Parque de Campismo para utilização dos utentes daquele parque.

Apesar de em termos quantitativos as piscinas existentes serem suficientes para a população prevista, a distribuição geográfica das mesmas leva a que haja carências pontuais nas freguesias do Bacelo e da Sra. da Saúde. Na área rural não existe nenhum destes equipamentos

Outros Equipamentos Desportivos

Ao nível desportivo, o concelho dispõe de uma quantidade e importante de outros equipamentos não referenciados anteriormente e que garantem uma diversidade de modalidades e ocupações.

As freguesias da Horta das Figueiras e da Malagueira, acolhem os principais equipamentos apresentados ao passo que as freguesias em espaço rural não apresentam outros equipamento desportivos além dos tradicionais campos de jogos já referidos neste ponto do presente relatório.

3.6.3. Equipamentos de Convívio e Cultura

Das cerca de 72 colectividades existentes no concelho, grande parte são grupos desportivos (28), seguindo-se os grupos corais (9) e posteriormente os grupos de teatro (6).

Na cidade as colectividades ocupam 37 espaços, verificando-se existir grande concentração no Centro Histórico e algumas carências nas freguesias da área envolvente.

Existem também em todo o concelho um total de 10 escolas ligadas ao ensino das artes. Destas, 7 leccionam música e 4 leccionam dança. Três das escolas de música integram bandas filarmónicas (Bombeiros Voluntários, Associação Filarmónica de S. Miguel de Machede e Banda Filarmónica de N^a Sra. de Machede).

No que respeita aos espaços de exposição, existem no concelho 8 espaços museológicos e prevê-se a construção de 5 novos espaços, nomeadamente: o Arquivo Fotográfico, o Núcleo de Documentação da CME, o Banco de Arte Contemporânea (armazéns da Cartuxa) e o Centro Etnológico (antigos Celeiros da EPAC), estes no Centro Histórico. O Museu de Água, situado também na cidade intra-muros, já entrou em funcionamento. Na área envolvente está prevista a entrada em funcionamento de um Centro de Arqueologia e Património incluído no Convento dos Remédios. Existem ainda cerca de 7 salas de exposições.

Bibliotecas abertas ao público na cidade existem 6, não tendo sido consideradas as bibliotecas privadas e de algumas instituições. A Biblioteca Pública destina-se exclusivamente a consulta de livros. A Biblioteca da

Universidade de Évora, Núcleo de Documentação da CME, Centro de Documentação Europeia, Centro de Documentação da CCRA e Ludoteca constituem espaços de consulta e empréstimo domiciliário de publicações. A Ludoteca para além de livros dispõe ainda de jogos e brinquedos para utilização e empréstimo domiciliário. A Associação de Freguesias iniciou no ano de 2001 um projecto de ludoteca itinerante que tem percorrido o concelho.

Em termos de espectáculos e congressos, existem 9 salas com boas condições para tais eventos e que apresentam uma capacidade global de 2.790 lugares. O Teatro Garcia de Resende corresponde à sala com maior capacidade com 480 lugares. Neste âmbito prevê-se a recuperação do Salão Central, localizado no Centro Histórico, e que tem capacidade para 201 lugares.

3.6.4. Equipamentos Sociais

Apoio à Infância

Em termos de equipamentos de apoio à infância, verifica-se existir uma grande concentração no Centro Histórico e escassez nalguns bairros das freguesias da Horta das Figueiras (Turgela, Vila Lusitano, Horta das Figueiras e Almeirim) e do Bacelo (Corunheiras e Frei Aleixo).

Como já tinha sido referido anteriormente, os acessos verticais deficientes nalguns estabelecimentos existentes no Centro Histórico são susceptíveis de provocar dificuldades em situações de emergência.

Na área envolvente existem apenas dois estabelecimentos e que se localizam na Freguesia dos Canaviais, ambas são IPSS.

Já na área rural apenas S. Manços e S. Miguel de Machede dispõem de creches, sendo que uma constituiu-se como IPSS e outro é privada .

Apoio ao Jovem

No Concelho existem 5 estabelecimentos de 4 instituições que prestam apoio a jovens em risco, em regime de acolhimento e lar. No Centro Histórico situam-se o Lar de Sta Helena com capacidade para acolher 40 crianças e jovens e 24 mulheres e a Secção Feminina da Casa Pia no Convento Novo,

Já na área envolvente existe o Chão dos Meninos, com capacidade para acolher 50 crianças e que dispõe de gabinete de apoio à família e aconselhamento parental e a Secção Masculina da Casa Pia no Convento de S. Bento de Cástris, com capacidade para acolher 120 crianças e jovens. Na Freguesia dos Canaviais, a Casa do Sagrado Coração de Jesus apresenta uma capacidade para acolher 15 crianças e jovens.

A capacidade global fixa-se assim nos 250 lugares disponíveis para receber jovens em risco familiar.

Para além das instituições acima referidas, ao cidadão deficiente é ainda proporcionada a frequência das escolas públicas onde a assistência é prestada por educadores e professores de ensino especial. Contudo grande parte dos espaços físicos destes estabelecimentos não possuem condições físicas adequadas a estes alunos.

Apoio à Terceira Idade

A irradiação dos centros de dia e de convívio existentes não abrangem alguns bairros das freguesias da Sra. da Saúde (Zona de Urbanização 1, B.ºs Garcia de Resende e Comenda), da Horta das Figueiras (B.ºs da Turgela, Sra. do Carmo e Vila Lusitano) e do Bacelo (B.ºs do Granito e Frei Aleixo). Assim a cobertura existente é insuficiente relativamente à projecção da população para 2011. As freguesias mais carenciadas deste tipo de infraestrutura são a Malagueira, a Sra. da Saúde e o Bacelo.

As valências predominantes destas instituições são o apoio domiciliário (capacidade de 545), o regime de lar (capacidade de 460) e o centro de convívio (capacidade de 425). Com menor capacidade surgem os centros de dia com apenas 255 lugares. Destes estabelecimentos 14 são IPSS e 11 são privados.

Na área envolvente, os dois estabelecimentos existentes localizam-se na freguesia dos Canaviais. Julga-se existirem carências em todas as freguesias com a excepção da Horta das Figueiras. Existem apenas as valências de centro de dia (capacidade de 70) e apoio domiciliário (capacidade de 60). Ambos os estabelecimentos existentes são IPSS:

No que respeita à área rural do concelho, todas as sedes de freguesia dispõem de centros de dia e de convívio, com excepção de N.ª Sra. de Machede, estando contudo em construção edifício para esse fim. Existem carências em termos quantitativos nas freguesias de S. Bento do Mato/Azaruja, N.ª Sra. da Tourega/Valverde, S. Manços, N.ª Sra. de Machede, S. Miguel de Machede e Guadalupe.

As valências predominantes são os centros de dia (capacidade de 223), apoio domiciliário (capacidade de 175) e lar (capacidade de 110) e com menor capacidade os centros de convívio (60). Em Valverde não existe apoio domiciliário, ao contrário de todas as restantes sedes de freguesia e na Vendinha, S. Manços, Azaruja, e Guadalupe não existem lares.

Na freguesia da Boa Fé os dois equipamentos encontram-se no aglomerado da Boa Fé, não existindo qualquer equipamento no aglomerado mais densamente povoado, Casas Novas.

Na área rural 11 estabelecimentos são IPSS e 5 apenas são de regime privado.

Apoio a pessoas portadoras de deficiências

No Concelho existem 12 instituições cujos estabelecimentos se localizam na área rural (2 em S. Miguel de Machede), na freguesia dos Canaviais (5 estabelecimentos) e na Cidade (13 estabelecimentos). Os estabelecimentos da cidade cobre toda a área com excepção da freguesia da Sra. da Saúde.

A valência mais relevante é a de convívio (570) precedida de centro de actividades ocupacionais (133), integração social (127), residências (77), formação profissional (74), ensino especial (74) e intervenção precoce (71).

3.6.5. Equipamentos de Saúde

Hospital Distrital

O Hospital Distrital de Évora ocupa instalações em dois edifícios, o Espírito Santo (área coberta de 10400m² e descoberta de 23100m²) e o Patrocínio (área coberta de 4750m² e descoberta de 9750m²). Ambos os edifícios se localizam na zona urbana central da cidade (Centro Histórico e freguesia da Sra. da Saúde) e encontram-se separados por via de cintura das muralhas com intenso trânsito e graves congestionamentos, o que acarreta sérios problemas de ligação. O défice de lugares de estacionamento e impossibilidade de ampliação agravam esta situação.

No Plano de Urbanização de Évora encontrava-se prevista área destinada à construção de Hospital Regional de Saúde com boa acessibilidade às principais vias da região.

Centros de Saúde e Extensões

O Centro de Saúde da cidade localiza-se no Centro Histórico, com difícil acesso e défice de estacionamento. Proporciona consultas de Clínica Geral, Estomatologia, Pneumologia e Pediatria, bem como actos de diagnóstico (electrocardiogramas e radiologia).

O Centro de Saúde dispõe de 14 extensões distribuídas pelo concelho.

Encontra-se prevista a construção de Novo Centro de Saúde e Laboratório Distrital de Saúde Pública com área útil de 2010,5m², área bruta de 3216m² e área de terreno de 5100m².¹

Apenas o Centro Histórico e as freguesias da Sra. da Saúde e Malagueira dispõem de extensões do centro de saúde, existindo carências nas freguesias do Bacelo (2 extensões), Horta das Figueiras (1 extensão), Malagueira (1 extensão) e Canaviais (1 extensão), para o horizonte do plano.

¹ Informação prestada pela Administração Regional de Saúde do Alentejo.

A extensão existente na Rua de Aviz apresenta alguns problemas em termos de condições físicas do edifício, acessibilidade e estacionamento.

Na área rural, todas as povoações dispõem de extensões do Centro de Saúde sendo que estas unidades ocupam instalações de Casas do Povo, excepto em S. Sebastião da Giesteira, Guadalupe, Boa Fé e Azaruja, onde ocupam instalações próprias.

Farmácias e Postos de Medicamentos

Existe forte concentração de farmácias no Centro Histórico e algumas carências nas freguesias do Bacelo (2), Horta das Figueiras (2) e Malagueira (1), em função da projecção demográfica para 2011.

Já na área rural, a freguesia da Azaruja é a única povoação que dispõe de farmácia sendo que todas as sedes de freguesia dispõem de posto de medicamentos, com excepção da Vendinha, Guadalupe, Graça do Divor, e Boa Fé.

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes, unidade pública, localiza-se na área urbana da freguesia da Sra. da Saúde, de âmbito distrital em ambulatório, e disponibiliza para além de atendimento, programas de substituição. No ano de 2000 inscreveram-se 830 pessoas, sendo apenas 453 activos. O Centro dispõe de 19 funcionários.

Encontra-se prevista a construção de novo C.A.T. na freguesia do Bacelo da cidade com a área útil de 468m²¹.

Na Quinta de Sta Maria, na freguesia dos Canaviais (área envolvente) existe também uma Comunidade Terapêutica (Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência) que pertence à Caritas de Évora e constitui uma unidade privada.

3.6.6. Outros Equipamentos

Em termos de cemitérios, o Cemitério dos Remédios localizado na área urbana da Freguesia da Horta das Figueiras, tem o espaço praticamente esgotado, só sendo permitida a sepultura de familiares próximos dos que já aí se encontram. O Cemitério do Espinheiro, localizado na freguesia dos Canaviais, encontra-se dividido em duas fases, estando apenas a 1ª fase concretizada. Não se revela necessário, no horizonte do Plano, prever novos Cemitérios que sirvam a cidade.

¹ Informação prestada pela Administração Regional de Saúde do Alentejo.

Na área rural, a generalidade dos cemitérios possuem maior número de campas perpétuas do que campas temporárias. Esta situação leva a que grande parte se encontre completo, pelo que se considera necessário prever a sua ampliação, com excepção de Guadalupe (cemitério de S. Matias) que sofreu obras recentemente.

Os cemitérios de Azaruja, S. Miguel de Machede, N^a Sra. de Machede e Torre Coelheiros são os que apresentam maior défice de campas. Encontra-se prevista a ampliação do cemitério da Graça do Divor, Boa-Fé, Nossa Senhora de Machede, S. Manços, S. Sebastião da Giesteira, Torre de Coelheiros, Valverde e S. Miguel de Machede.

Todos os cemitérios se encontram localizados junto às povoações excepto o da Azaruja, Vendinha e Guadalupe (S. Matias), que se encontram afastados 2 a 4 Km.

Os acessos pedonais aos cemitérios da Graça do Divor (pela EM527 e caminho rural) e Valverde (pelo CM1079) e os acessos automóveis aos cemitérios de S. Manços (beco estreito sem retorno) e S. Sebastião da Giesteira (através de estreitos e sinuosos arruamentos da zona antiga da povoação), apresentam alguns problemas.

As capelas existentes nos cemitérios de S. Miguel de Machede, S. Manços, Graça do Divor e Azaruja não são utilizadas. A capela da Azaruja encontra-se em avançado estado de degradação.

No que respeita a equipamentos para a realização de mercados a cidade dispõe do Mercado 1^o de Maio (Centro Histórico) e no espaço público envolvente, funcionando este último apenas aos sábados e domingos.

Os dois edifícios ocupados pelo Mercado 1^o de Maio, bem como o espaço público envolvente, visam a sua utilização diária, dinamizando aquela área da cidade. A acumulação de novas valências ligadas à restauração e espaços destinados à divulgação do artesanato alimentar constituem parte dos meios para alcançar aquele objectivo.

O Mercado Abastecedor da Região Alentejo, localizado na freguesia da Horta das Figueiras com boa acessibilidade, tem uma capacidade construtiva de 61.361m², encontrando-se já ocupados 22.762m². Dispõe de entrepostos, cash & carry, grandes e pequenos armazéns. Considera-se que o Concelho se encontra bem servido deste tipo de infraestrutura.

O Quartel dos Bombeiros localiza-se na freguesia da Sra. da Saúde, junto ao Centro Histórico, sendo servido pela circular às muralhas que apresenta graves problemas de escoamento de trânsito, susceptíveis de comprometer as actividades dos bombeiros em situações de emergência.

A sua transferência para local com fácil acesso automóvel está contudo comprometida pela proposta de ampliação das instalações, já aprovada superiormente.

3.6.7. Síntese da Caracterização/Compatibilização dos Planos

Após análise sobre os Equipamentos Colectivos existentes no Concelho, bem como a programação/previsão existente nos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, tais como o Plano Director Municipal e o Plano de Urbanização de Évora, apresentam-se as seguintes conclusões:

Apoio à Função Habitacional

Assim, por forma a caracterizar resumidamente os equipamentos de apoio à função habitacional, poder-se-á afirmar que:

- **Pré- Escolar** – Na cidade a cobertura é quantitativamente satisfatória, com excepção de alguns bairros das freguesias da S^a da Saúde e Horta das Figueiras. Na área rural todas as povoações dispõem de estabelecimentos de educação pré-escolar. Algumas instalações existentes não dispõem de boas condições de funcionamento como S. Manços, por se tratar de edifício pré-fabricado com elevado estado de degradação.
- **Pequenos Campo de Jogos** - Na cidade a cobertura é geograficamente satisfatória, contudo a cobertura para as freguesias do Bacelo e da Sra. da Saúde é insatisfatória. Na área rural imediatamente envolvente à cidade não existem pequenos campos de jogos, devendo promover-se a sua construção nas freguesias de Canaviais, Sra. da Saúde e Malagueira. No que se refere à área rural, a cobertura é geograficamente insatisfatória visto não existir esta tipologia de equipamento nas freguesias de S. Bento do Mato/Azaruja, S. Miguel de Machede, S. Vicente do Pigeiro/Vendinha, Guadalupe, Graça do Divor e N^a Sra. da Boa Fé.
- **Apoio à Infância** – Esta tipologia apresenta uma cobertura insatisfatória na cidade, principalmente para as freguesias do Bacelo e Horta das Figueiras, para além das sedes de freguesia da área rural (Azaruja, N^a Sra. de Machede, Vendinha, Torre Coelhoiros, Valverde, Guadalupe, Graça do Divor, S. Sebastião da Giesteira e Boa Fé).
- **Apoio à Terceira Idade** - Na área urbana a cobertura é geograficamente satisfatória, contudo apresenta-se quantitativamente insatisfatória, com destaque para as freguesias da Malagueira, Sra. da Saúde e Bacelo. Na área rural imediatamente envolvente, a cobertura é insatisfatória destacando-se as freguesias dos Canaviais, Sra. da Saúde, Malagueira e Bacelo. No que se refere à área rural concelhia, verifica-se a inexistência de apoio domiciliário em Valverde bem como de lares nas freguesias de Vendinha e S. Manços.
- **Convívio** – Nesta tipologia de equipamento, verifica-se uma concentração no Centro Histórico, em detrimento da área “extra-muros”, nomeadamente no Bacelo. Na área rural a cobertura é satisfatória.

Ensino

- **Ensino Básico do 1º Ciclo** - Os raios de irradiação dos estabelecimentos existentes não cobrem alguns bairros das freguesias do Bacelo (B.ºs do Granito e do Bacelo Oeste e Norte) e da Horta das Figueiras (B.ºs da Casinha Norte e Sul) e a cobertura existente revela-se insuficiente relativamente à projecção da população. Todas as povoações da área rural dispõem de estabelecimentos de ensino de 1º CEB, que se prevêem vir a cobrir satisfatoriamente a população projectada para 2016. Todas as escolas existentes na área rural do concelho são públicas..
- **Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo** - A irradiação dos estabelecimentos existentes não abrangem alguns bairros das freguesias da Horta das Figueiras (B.ºs da Casinha, Moinho e Almeirim) e a freguesia dos Canaviais. A cobertura existente é assim insuficiente relativamente à projecção demográfica..
- No concelho de Évora, o ensino secundário é actualmente ministrado em três escolas públicas e duas escolas profissionais. A frequência deste nível de ensino tem vindo a diminuir desde o ano lectivo 1996/97, tendo já o sistema perdido cerca de 1100 alunos a frequentar o ensino secundário, quer nas escolas públicas quer nas escolas profissionais.

Desporto

Quadro 73: Equipamentos Desportivos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Unidades Geográficas	DESPORTO (nº de unidades)																									
	Pista de atletismo					Grande Campo de Jogos					Pavilhão					Piscina Coberta					Piscina Descoberta					
	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta						
Centro Histórico																										
Bacelo				1			2	2	1	-1	1	2	1	1	0		1	1	1	1	0					
Horta das Figueiras				1		5	1	-4	1	-5	2	1	-1		-1	1		-1	1	1	0					
Sra da Saúde						3	2	-1		-1	4	1	-3		-3			0		1	1	0				
Malagueira				1		2	3	1	1	0	1	2	1	1	0	1	1	0	0	5	2	-3				
Canaviais						1	1	0		0	1	1			1			0		0	0	0				
Total cidade e envolvente	0	3	3	3	0	11	10	-1	3	-4	9	8	-1	2	-3	2	2	0	1	-1	6	6	0	2	-2	
S. Bento do Mato						1	1	0		0																
S. Miguel de Machede						1	1	0		0																
Nº Sra de Machede						1	1	0		0																
S. Vicente do Pigeiro						1	1	0		0																
S. Manços						1	1	0		0																
Torre de Coelheiros						1	1	0		0																
Nº Sra da Tourega						2	2	0		0																
Guadalupe						1	1	0		0																
Graça do Divor						1	1	0		0																
S. Sebastião da Giesteira						1	1	0		0																
Nº Sra da Boa Fé						1	1	0		0																
Total rural	0	0	0	0	0	12	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONCELHO	0	3	3	3	0	23	22	-1	3	-4	9	8	-1	2	-3	2	2	0	1	-1	6	6	0	2	-2	

Como análise ao quadro anterior poder-se-á concluir, de forma sintética, o seguinte:

- **Pista de atletismo** – Este equipamento não existe no concelho.
- **Grande campo de jogos** – Na cidade e área envolvente a cobertura é insatisfatória, designadamente nas freguesias do Bacelo e Malagueira. Na área rural a cobertura é satisfatória face à população em presença.
- **Pavilhão** – Esta tipologia de equipamentos encontra-se em excesso na cidade e área rural.
- **Piscina Coberta** – A cobertura é quantitativamente satisfatória, contudo existem freguesias com carência desta tipologia de equipamento, com destaque para o Bacelo.
- **Piscina Descoberta** – Tal como na tipologia anterior a cobertura é quantitativamente satisfatória, contudo existem freguesias com carências nesta tipologia de equipamento nomeadamente Bacelo e Sra. da Saúde.

Cultura

No que se refere a esta tipologia de Equipamentos, salienta-se a inexistência de uma Biblioteca Municipal destinada a todas as faixas etárias e camadas sociais, para consulta, empréstimo domiciliário, animação e audiovisual.

Por outro lado, refere-se também a inexistência de espaços adequados à realização de Feiras e/ou Congressos, o que representa um estrangulamento que deverá ser resolvido a médio prazo.

Saúde

Quadro 74: Equipamentos de Saúde e Farmácias nos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Unidades Geográficas	SAÚDE E FARMÁCIAS (nº de unidades)														
	Extensão Centro de Saúde					Farmácia					Postos de Medicamentos				
	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano	Em Falta	Existente 2001	Necessários 2011	Carência 2011	Previsto em plano(*)	Em Falta
Centro Histórico	1	1	0		0	8	1	-7		-7					
Bacelo		2	2		2	1	3	2		2					
Horta das Figueiras		1	1		1		2	2		2					
Sra da Saúde	1	1	0		0	2	2	0		0					
Malagueira	1	2	1		1	2	3	1		1					
Canaviais		1	1		1	1	1	0		0					
Total cidade e envolvente	3	8	5	0	5	14	12	-2	0	-2	0	0	0	0	0
S. Bento do Mato	1	1	0		0	1	1	0	1	0					0
S. Miguel de Machede	1	1	0		0						1	1	0		0
N.ª Sra de Machede	2	2	0		0						1	1	0		0
S. Vicente do Pigeiro	1	1	0		0						1	1			1
S. Manços	1	1	0		0						1	1	0		0
Torre de Coelhoos	1	1	0		0						1	1	0		0
N.ª Sra da Tourega	1	1	0		0						1	1	0		0
Guadalupe	1	1	0		0						1	1	1		1
Graça do Divor	1	1	0		0						1	1			1
S. Sebastião da Giesteira	1	1	0		0						1	1			1
N.ª Sra da Boa Fé	1	1	0		0						1	1			1
Total rural	12	12	0	0	0	1	1	0	1	0	5	10	5	0	5
CONCELHO	15	20	5	0	5	15	13	-2	1	-2	5	10	5	0	5

(*) De acordo com os regulamentos dos planos de urbanização das povoações na Área Rural, nas áreas habitacionais é possível implantar funções terciárias, enquadrando também os postos farmacêuticos.

Extensão do Centro de Saúde

Na cidade e área envolvente a cobertura é insatisfatória com especial destaque para as freguesias do Bacelo (2 unidades), Horta das Figueiras (1 unidade), Malagueira (1 unidade) e Canaviais (1 unidade).

Na área rural a cobertura é satisfatória.

Farmácias e Postos de Medicamentos

Na cidade e área envolvente a cobertura é insatisfatória com especial destaque para as freguesias do Bacelo (2 unidades), Horta das Figueiras (2 unidades) e Malagueira (1 unidade).

Na área rural a cobertura é geograficamente e quantitativamente insatisfatória com destaque para as freguesias de S. Vicente do Pigeiro (Vendinha), Guadalupe, Graça do Divor, S Sebastião da Giesteira e N^a Sra. da Boa Fé.

Verifica-se que o Plano de Urbanização de Évora dá resposta no que toca às extensões do Centro de Saúde necessárias nas freguesias do Bacelo, Horta das Figueiras e Malagueira, nas zonas destinadas a “equipamentos de apoio à função habitacional”.

No Plano de Pormenor dos Canaviais não se encontra contemplada qualquer área destinada a extensão do Centro de Saúde.

No Plano de Urbanização de Évora é permitida a instalação de farmácias nas áreas designadas de Zonas Habitacionais tal como acontece nas propostas dos Planos de Urbanização das povoações rurais onde é igualmente permitida a instalação de postos de medicamentos, dando assim resposta às necessidades.